UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Márcia Cristina Belucci

INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFÍCIOS DE ITU: ESCOLA PROFISSIONAL DEIXADA EM TESTAMENTO POR *BRASILEIRO* DE TORNA-VIAGEM

SOROCABA/SP
2015

Márcia Cristina Belucci

INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFÍCIOS DE ITU: ESCOLA PROFISSIONAL DEIXADA EM TESTAMENTO POR *BRASILEIRO* DE TORNA-VIAGEM

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

SOROCABA/SP
2015

Ficha Catalográfica

Belucci, Márcia Cristina
B392i Instituto Borges de Artes e Ofícios de Itu: escola profissional deixada em testamento por *brasileiro* de torna-viagem / Márcia Cristina Belucci. – Sorocaba, SP, 2015.
218 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2015.

1. Instituto Borges de Artes e Ofícios de Itu - História. 2. Borges, Joaquim Bernardo. 3. Ensino profissional – Itu (SP) – História. Fundações e instituições beneficentes. I. Sandano, Wilson, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Márcia Cristina Belucci

INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFÍCIOS DE ITU: ESCOLA PROFISSIONAL DEIXADA EM TESTAMENTO POR *BRASILEIRO* DE TORNA-VIAGEM

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovada em: 24 /fev. /2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Drª Anicleide Zequini
Universidade de São Paulo

Prof.ª Drª. Vania Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Em memória do meu pai,
defensor da educação e instrução para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Wilson Sandano pela disponibilidade e apoio, fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradecimento especial a Drª Anicleide Zequini por participar do Exame de Qualificação e generosamente valorizar meu trabalho com importantes indicações.

Agradeço a Profª Drª Vânia Regina Boschetti pelos ensinamentos durante todo curso, pela leitura atenta e contribuições no Exame de Qualificação.

Agradeço a Profª Drª Jane Soares de Almeida pelas tardes animadas e por manter o GEHE - Grupo de Estudos de História da Educação - Universidade de Sorocaba-SP.

Agradeço a minha mãe que compartilhou fotografias, documentos e lembranças da sua vida escolar.

Agradeço aos funcionários do Centro de Estudos e da Biblioteca do Museu Republicano “Convenção de Itu” – Universidade de São Paulo, respectivamente, pelo zelo com que mantem o acervo sob sua custódia e pelo empenho em disponibilizar os jornais de Itu dos séculos XIX e XX, sem os quais seria impossível realizar este trabalho.

Agradeço ao Sr. Veronezze, administrador da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, por autorizar a consulta nos arquivos do Instituto Borges de Artes e Ofícios – IBAO. A Diretora do IBAO, Srª Ana Maria dos Santos pela acolhida e disposição em oferecer as melhores condições para a realização da pesquisa nas dependências da escola. As funcionárias da secretaria do IBAO, as srª Cleide e Mirian, pelo tempo e atenção que dedicaram durante o período em que permaneci na escola.

Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...
Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi, e aqui voltei,
E aqui tornei a voltar, e a voltar.
E aqui de nôvo tornei a voltar?
Ou somos, todos os Eu que estive aqui ou estiveram,
Ou série de contas-entes ligadas por um fio-memória,
Uma série de sonhos de mim de alguém de fora de mim?

Outra vez te revejo,
Com o coração mais longínquo, a alma menos minha.

Outra vez te revejo – Lisboa e Tejo e tudo –,
Transeunte inútil de ti e de mim,
Estrangeiro aqui como e toda a parte,
Casual na vida como na alma,
Fantasma a errar em salas de recordações,
Ao ruído dos ratos e das tábuas que rangem
No castelo maldito de ter que viver...

Outra vez te revejo,
Sombra que passa através de sombras, e brilha
Um momento a uma luz fúnebre desconhecida,
E entra na noite como um rastro de barco se perde
Na água que deixa de se ouvir...

Outra vez te revejo,
Mas, aí, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim –
Um bocado de ti e de mim!...

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Esta Dissertação trata da criação do Instituto Borges de Artes e Ofícios na cidade de Itu - SP, fundado por vontade e determinação testamentária de Joaquim Bernardo Borges, que impôs a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia local, a construção e administração perpétua, de uma escola profissional e gratuita para jovens pobres. Joaquim Borges era um típico *brasileiro* de torna-viagem, como eram chamados os portugueses, que após período de trabalho no Brasil, retornavam ricos a sua terra natal. Muitos deles buscavam a consagração pública ao patrocinar obras de caridade por intermédio das Irmandades. O corte temporal, 1921 a 1966, corresponde ao ano da abertura do testamento de Borges ao encerramento dos primeiros cursos oferecidos no Instituto Borges de Artes e Ofícios, as classes mistas e noturnas de Auxiliar de Comércio, e turmas diurnas de Marcenaria e Corte e Confecções. O levantamento começou na própria escola, resgatando livros de registro de funcionários e diplomas expedidos. Posteriormente, no acervo do Centro de Estudos do Museu Republicano “Convenção de Itu” – Universidade de São Paulo, em jornais da época disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no acervo do jornal O Estado de São Paulo e na coleção de jornais de Itu, dos séculos XIX e XX, da Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Além de vasta bibliografia, destacando os pesquisadores portugueses Isabel dos Guimarães Sá, Ivo Carneiro de Sousa, Laurinda Abreu e Maria Marta Lobo de Araujo. O trabalho identificou algumas das expectativas, objetivos e escolhas de cada um dos agentes envolvidos com o Instituto Borges de Artes e Ofícios: seu doador, a população ituana e a Misericórdia local. Apurou que apesar dos atrasos, erros e metas postergadas, o legado de Borges alcançou seu objetivo na medida que a escola profissional continua ativa oferecendo alternativa de formação profissional gratuita.

Palavras-chave: Instituto Borges de Artes e Ofícios. Itu. Torna-viagem. Misericórdias.

ABSTRACT

This Dissertation deals with the creation of the Institute Borges of Arts and Crafts in the city of Itu - SP, founded by will and determination testamentary of Joaquim Bernardo Borges, that imposed the Mercies Brotherhood local, the construction and perpetual administration, of a professional and free school for poor youth. Joaquim Borges was a typical *Brazilian* makes trip, as they were called the Portuguese, that after a period of work in Brazil, they returned to their homeland rich. Many of them sought the public consecration to sponsoring charities through Sororities. The cut temporal, 1921 the 1966, corresponds to the year of the opening of the will of Borges until the closure of the first courses offered in the Institute of Arts and Crafts, mixed classes and nightly Trade helper, and daytime classes joiner and cut and confections. The survey began at the school itself, rescuing staff registration books and diplomas issued. Later, in the collection of the Museum Studies Center Republican "Itu Convention" – University of São Paulo, in newspapers of the time available in the National Library Newsletters, in the collection of the newspaper O Estado de São Paulo and in the collection of the papers of Itu, of the 19th and 20th centuries, the Digital Library of rare books, special and Historical Documentation of the USP. In addition to vast bibliography, highlighting Portuguese researchers Isabel dos Guimarães Sá, Ivo Carneiro de Sousa, Laurinda Abreu e Maria Marta Lobo de Araujo. The work has identified some of the expectations, goals and choices of each of the officers involved with the Institute Borges de Artes e Ofícios Institute of Arts and Crafts: your donor, the population and the local Mercy. It was found that despite the delays and errors, the legacy of Borges reached its goal as the school still active offering alternative free vocational training.

Keywords: Institute Borges Arts and Crafts. Itu. Return-trip.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Villa de Ytu 29
Figura 2: Joaquim Bernardo Borges..... 47
Figura 3: Carta de Borges ao jornal – 28 jan. 1876..... 52
Figura 4: Embarque de Borges a Portugal em 15 set. 1877..... 54
Figura 5: Linha do tempo – Borges 56
Figura 6: Fachada das oficinas do Instituto Borges de Artes e Ofícios 75
Figura 7: Entrada principal da escola..... 80
Figura 8: Fachada do Instituto Borges de Artes e Ofícios..... 82
Figura 9: Vista posterior do prédio central da escola 83
Figura 10: Nova inauguração do IBAO – 1932..... 87
Figura 11: Aviso de matrícula – 1933..... 88
Figura 12: Aviso de matrícula – 1934..... 88
Figura 13: Divulgação do período de matrículas – 1936 89
Figura 14: Informações do encerramento das matrículas – 1937 89
Quadro 1: Diplomas emitidos – 1934 a 1966 91
Gráfico 1: Diplomados por gênero – 1934 a 1966..... 92
Gráfico 2: Diplomados por curso – 1934 a 1966 92
Figura 15: Anúncio da exposição de trabalhos..... 99
Figura 16: Convite de formatura..... 122
Figura 17: Mural dos primeiros formandos do IBAO..... 122
Figura 18: Formatura Auxiliar de Comércio - 1953..... 123
Figura 19: Registro de diplomas..... 123
Figura 20: Diploma 124
Figura 21: Desfile comemorativo – 1953..... 124
Figura 22: Corpo docente, alunos e familiares – 1953..... 125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – histórico e disseminação 20
2.1 Fundação das Misericórdias portuguesas 20
2.2 Compromissos das Misericórdias 23
2.3 Disseminação das Misericórdias portuguesas 26
2.3.1 As Misericórdias no Brasil 27
2.4 Obras misericordiosas, beneficiados e benfeitores 30
2.4.1 Recursos financeiros para Obras Misericordiosas 34
2.4.2 Manutenção dos legados as Misericórdias: novas interpretações 40
2.4.3 Recursos para ensinar os simples e os doadores portugueses 42

3 O LEGADO DE JOAQUIM BERNARDO BORGES 47
3.1 Histórico do português Joaquim Bernardo Borges 47
3.2 Os legados do torna-viagem Joaquim Bernardo Borges 56
3.2.1 Borges e os legados aos jovens pobres 58
3.2.2 Decisão pela educação de Itu 63

4 INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFÍCIOS 69
4.1 A legislação das escolas profissionais: 1921 – 1966 69
4.2 A edificação da escola profissional 72
4.2.1 O Liceu de Itu 78
4.2.2 A inauguração do Liceu de Itu 80
4.2.3 A continuidade das obras e o início das atividades escolares 82
4.3 Os cursos oferecidos 90
4.3.1 Corte e Confecções 93
4.3.2 Curso de Marcenaria 93
4.3.3 Curso de Auxiliar de Comércio 94
4.3.4 Curso de Mecânica 95
4.4 Parceria IBAO-SENAI 95
4.5 Venda da produção da escola 97
4.6 Reorganização dos cursos 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS 103

REFERÊNCIAS 106

APÊNDICE A – Corte e Confecção: diplomadas 1934 a 1963 116
APÊNDICE B – Marcenaria: diplomados 1934 a 1963 117
APÊNDICE C – Lustrador: diplomado 1934 118
APÊNDICE D – Mecânica: diplomados 1944 a 1946 119
APÊNDICE E – Auxiliar de Comércio: diplomados 1934 a 1966 120
APÊNDICE F – Rituais e solenidades da escola 122
APÊNDICE G – Entrevista ex-aluna de Auxiliar de Comércio 126
ANEXO A – Carteira de estudante - IBAO 128
ANEXO B – Manoel Joaquim Antunes Russo 129
ANEXO C – A antiga lavoura de chá em Itu 130
ANEXO D – Viagens de Borges 132

ANEXO E – Prisão de Borges em Itu - 1876 135
ANEXO F – Relato de suposta testemunha 138
ANEXO G – A resposta do representante do delegado 140
ANEXO H – A indignação de Borges 142
ANEXO I – A prisão de Borges – história recontada – 1943 145
ANEXO J – O procurador de Borges 146
ANEXO K – Retorno de Borges a Portugal – 15 set. 1877 147
ANEXO L – Imprensa Nacional de Lisboa, 19 abr. 1921 148
ANEXO M – Borges contra a Prefeitura de São Paulo 149
ANEXO N – Lei nº 820 de 22 de maio de 1905, Município de São Paulo 156
ANEXO O – Comendador Joaquim B. Borges e a Cruz Vermelha 157
ANEXO P – Imposições testamentárias – os juros do legado 160
ANEXO Q – Imposições testamentárias – o tempo limite 161
ANEXO R – Imposições testamentárias – outras Misericórdias 162
ANEXO S – Relação dos bens de Borges 163
ANEXO T – Outras informações sobre os bens de Borges 164
ANEXO U – As doações de Borges a Cruz Vermelha de São Paulo 167
ANEXO V – A pobreza desamparada e o Lyceu de Ytú 174
ANEXO X – O terreno no Largo da Caixa d'Água 176
ANEXO Y – A compra do terreno para o Lyceu de Ytú 177
ANEXO Z – Divergências com o projeto arquitetônico da escola 178
ANEXO AA – A tentativa de permuta do terreno adquirido 179
ANEXO BB – A demora na construção do Lyceu de Ytú 180
ANEXO CC – Contratação da construtora para a obra do Lyceu 183
ANEXO DD – Início das obras – out. 1922 184
ANEXO EE – Morosidade das obras preocupa a população ituana 185
ANEXO FF – Conclusão parcial das obras do Instituto Borges 187
ANEXO GG – Liceu de Artes e Ofícios – desejo antigo dos ituanos 189
ANEXO HH – Instituto Ytuano do Novo Mundo 192
ANEXO II – Inauguração do Instituto Borges de Artes e Ofícios 194
ANEXO JJ – Críticas a gestão do Instituto Borges 195
ANEXO KK– Alternativas para o prédio subutilizado – Ginásio 197
ANEXO LL – Recomeço das obras do Instituto Borges 209
ANEXO MM – Plano de reorganização do Instituto Borges 210
ANEXO NN – Exposição de trabalhos dos alunos do Instituto Borges 211
ANEXO OO – Reuniões da Irmandade: bens de Borges 214
ANEXO PP – Exame de admissão do Instituto Borges 217
ANEXO QQ – Reconhecimento – 1941 218

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo principal investigar a criação de um Instituto de Artes e Ofícios na cidade de Itu, a partir da doação do português Joaquim Bernardo Borges. Para isso, busca resgatar todas as fases da criação da escola, verificar o modelo de formação oferecida e o público atendido. Pretende identificar as expectativas, objetivos e escolhas de cada um dos agentes envolvidos com o Instituto Borges de Artes e Ofícios: seu doador, a população ituana e a Misericórdia local, visando apurar se o legado de Borges foi cumprido.

O Instituto Borges de Artes e Ofícios – IBAO, como escola profissional tem uma história singular, oriunda da vontade e imposição de um único homem, Joaquim Bernardo Borges.

Como escreveu Nosella (2009, p. 56),

> É importante, ainda, que a escola tenha alguma densidade histórica, isto é, tenha demonstrado, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha e a sociedade identifique traços significativos de sua própria história. (NOSELLA, 2009, p. 56)

A pesquisa busca colaborar com a construção da memória dos espaços escolares de Itu e com a elaboração da biografia de Joaquim Bernardo Borges, considerando sua contribuição à educação da cidade.

Segundo Hobsbawn (1995, p. 13),

> A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (HOBSBAWN, 1995, p. 13)

O período pesquisado, 1921 a 1966, corresponde o ano da abertura do testamento de Joaquim Bernardo Borges, transferindo seu patrimônio à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, com a condição de edificar e administrar um Instituto de Artes e Ofícios para atender a população pobre, até o encerramento dos primeiros cursos oferecidos no Instituto: Marcenaria, Corte e Confecções e Auxiliar de Comércio.

A primeira fase do levantamento de dados para a pesquisa começou na própria escola. Após os primeiros contatos com o Sr. Ibraim Aparecido Veronezze, superintendente da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, a Mesa Administrativa da entidade autorizou a consulta nos arquivos de documentos de secretaria do Instituto Borges de Artes e Ofícios. A diretora do IBAO, Srª Ana Maria dos Santos, forneceu os livros disponíveis da escola.

A fonte que abrange a maior parte do período da pesquisa (1921-1966), cedida para consulta, foram os registros dos diplomas emitidos, com dados dos alunos. A escola mantem padronizadamente encadernados os registros dos alunos diplomados desde 1934. Por um longo período são manuscritos com notas finais e dados do estudante. Estão armazenados em local próprio, organizado e limpo.

Os demais registros disponibilizados, na sua maioria, são livros de chamada de alunos, de datas descontinuadas: Livros de chamada “Corte e Confecções”, out. 1949; fev. 1951; jun. 1953; “Marcenaria”, fev. 1952; mar. 1954; mai. 1956; “Tecnologia”, mai. 1957.

Também foi possível examinar alguns convênios firmados entre a escola e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, bem como um “Livro de Ponto dos operários na construção dos novos pavilhões” de março de 1929 a março de 1931, e o “Registro dos títulos de nomeação e demissão de funcionários e empregados dos estabelecimentos mantidos pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu” de maio de 1932 a setembro de 1938.

Thompson (1998, p. 145), alertou que “o historiador deve ter cautela quando em algum arquivo, se vê diante de uma coleção de documentos empacotados: escrituras, contratos, livros de registro de empregados, cartas”,

> [...] certamente não é por acaso que esses documentos e registros vieram a estar ao dispor do historiador. Houve um objetivo social por trás de sua criação original, tanto quanto de sua posterior preservação. Os historiadores que tratam esses achados como depósitos inocentes, como objetos lançados numa praia, estão simplesmente enganando a si próprios. Novamente, é necessário cogitar de como se terá constituído determinada evidência. (THOMPSON, 1998, p. 145)

Não foram disponibilizados documentos e atas da Irmandade de Misericórdia, relativos à história da escola, como aquisições de equipamentos, a cessão do prédio ao SENAI, e outros dados.

O sr. Veronezze ofereceu os livros publicados e patrocinados pela entidade ituana: “A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu – primeiro centenário da sua fundação 1840-1940”, Edição Fac-Similar 2012 e “História da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu: 1940-1990”. Essas publicações são as únicas disponíveis, contendo a história da Irmandade ituana e do seu principal benfeitor, Joaquim Bernardo Borges.

Le Goff (2013, p. 108) destacou que o pesquisador deve dar especial atenção às condições de produção de um documento,

> [...] as estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis a orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é ‘falso’, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão da verdade. (LE GOFF, 2013, p. 108)

Essas duas publicações cedidas pela Misericórdia de Itu, contendo pequena biografia do doador português foram utilizadas como ponto de partida na elaboração do perfil de Joaquim Bernardo Borges e da história do Instituto de Artes e Ofícios.

A busca por novas informações sobre Joaquim Borges e ocorrências que envolveram seu nome foram levantadas principalmente recorrendo aos arquivos da Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

A restrição aos documentos da Irmandade tornou a pesquisa em periódicos, indispensável e fundamental. A Hemeroteca da Biblioteca Nacional foi imprescindível para o detalhamento e trouxe a luz, informações não constantes na história divulgada, principalmente em relação ao português Joaquim Bernardo Borges, responsável pela existência do Instituto Borges de Artes e Ofícios. O acervo do jornal O Estado de São Paulo também foi fundamental para alcançar esse objetivo, bem como, a preciosa coleção de jornais de Itu, dos séculos XIX e XX, da Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da Universidade de São Paulo – USP.

Detalhes sobre o testamento de Joaquim Borges, o projeto e construção da escola, a festa da inauguração e os problemas para sua manutenção publicados em diversos jornais, tanto no período que ocorreram, quanto em momentos comemorativos, quando eram recontados, foram essenciais para confrontar ou

complementar a produção bibliográfica oficial. Somente na pesquisa dessas fontes foi possível saber que outras doações para educação já haviam sido realizadas pelo mesmo benfeitor da escola ituana.

A imprensa como fonte de pesquisa no campo da história da educação, tem aumentado ratificando sua importância. (CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES, 2002, p. 72) Para os autores,

> [...] a imprensa se transformou em objeto de referência para a apreensão e compreensão do processo histórico-educacional, a partir do qual emergiram novas interpretações [...] cabe ao historiador promover uma aglutinação dos fatos que ele localiza, procurando retirar desse seu caleidoscópio uma dada racionalidade, visando identificar, na medida do possível, as diferentes histórias que compõe o todo histórico, com o objetivo de construir uma história menos excludente. (CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES, 2002, p. 74)

A utilização de periódicos em pesquisas históricas torna-se cada dia mais relevante, considerando a pouca disponibilidade de outras fontes.

Segundo Toledo (2012, p. 266),

> A utilização da imprensa periódica em geral como fonte para a escrita da história da educação, mostra-se pertinente mesmo quando a temática não é tratada de modo explícito na publicação, uma vez que é possível investigar os aspectos formativos presentes nos textos. Sob esta perspectiva, o conteúdo dos periódicos deve ser entendido como portador de ideias capazes de direcionar a formação dos homens em um sentido amplo. (TOLEDO, 2012, p. 266)

A veracidade dessa fonte deve ser confrontada por meio do levantamento do maior número possível de evidências que possam abalizar os dados encontrados.

Thompson (1998, p. 139) destacou que esse procedimento deveria ser mais observado pelos pesquisadores. “Os recursos do historiador são as regras gerais para o exame de evidências: buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial.”

A imprensa como fonte de pesquisa impõe ao pesquisador interpretação. Para Ribeiro; Silva; Silva, (2014, p. 219)

> [...] usar o jornal como fonte supõe leitura crítico-analítica e interpretativa de sua conexão e dimensão externa e interna mediante um diálogo entre pesquisador e fonte motivado por um problema de pesquisa e aguçado pela indagação. A relevância dessa fonte ao historiador da educação equivale à pertinência das indagações, assim como a abrangência da interpretação equivale ao grau de imaginação de quem pesquisa. (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 219)

A pesquisa avançou a partir da utilização do acervo do Centro de Estudos do Museu Republicano “Convenção de Itu” – Universidade de São Paulo, com destaque aos arquivos do 1º Cartório de Notas de Itu.

Para Bacellar (2005, p. 38),

> [...] os livros de notas dos tabeliães são preciosos para análise da sociedade e da economia do passado. Ali se encontram registros de negócios os mais diversos: escrituras de compra de terras, imóveis urbanos e cativos; escrituras de criação de sociedades e de estabelecimento de negócios comerciais; registro de procurações [...] (BACELLAR, 2005, p. 38)

Para traçar um perfil do imigrante português na década de 1850, período apontado como o da chegada de Borges ao Brasil recorreu-se a pesquisadora lusitana, Miriam Halpern Pereira, e também ao trabalho de Eugenio dos Santos na abordagem sobre os *brasileiros* de torna-viagem, aqueles portugueses que retornaram a terra natal depois de enriquecer no Brasil.

Para a compreensão do papel das Irmandades de Misericórdia, habilidosas na captação de haveres, oferecendo como contrapartida, a possibilidade de atender as diversas necessidades e expectativas dos abastados, como reconhecimento social e principalmente a conquista da vida eterna, foram consultados historiadores portugueses, como Isabel dos Guimarães Sá, Ivo Carneiro de Sousa, Laurinda de Abreu, Maria Marta Lobo de Araujo, com diversas publicações sobre essas Irmandades, além de variada bibliografia reunida pela Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias – Lisboa. Também foram utilizados os trabalhos vinculados a vários Programas de Pós-Graduação na Linha de Pesquisa – História, que identificaram as Misericórdias como personagem, ora principal ora coadjuvante e como tutora de legados para assistir crianças e mulheres, para instituições de atendimento e formação de profissionais de saúde e mais recentemente na criação e manutenção de escolas profissionais. Pesquisas vinculadas aos Departamentos de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas[1] e o de Política e Histórica Econômica[2] da Universidade Estadual de Campinas; Programa de

---

[1] GANDELMAN, Luciana Mendes. Entre a Curas das Almas e o remédio das vidas: o recolhimento das órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a caridade para com as mulheres (ca. 1739-1830).

[2] ROCHA, Leila Alves. Caridade e Poder: A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889).

Pós-Graduação em História Social[3] da Universidade de São Paulo; Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade[4] da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia[5]; Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto; Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Foi consultada a Legislação Estadual de São Paulo e a Federal voltada às escolas profissionais existentes no Brasil a partir de 1900, e publicações sobre os Liceus de Artes e Ofícios.

O trabalho foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo "Misericórdias portuguesas – história e disseminação" relata a estrutura e objetivos das irmandades portuguesas que se espalharam por seus territórios ultramarinos, chegando ao Brasil Colônia. Procura descrever as obras misericordiosas que pautaram e conduziram as ações dessas confrarias, voltadas a constituição de seu patrimônio e as mudanças ocorridas na utilização desses recursos sempre ligadas ao desejo de obter a salvação eterna dos seus benfeitores, na maioria, *brasileiros* de torna-viagem. Pretende compreender a relação Misericórdias – doadores – escolas.

O segundo capítulo "O Legado de Joaquim Bernardo Borges", pretende contribuir para o (re)conhecimento da história do imigrante português que, tendo enriquecido no interior do Brasil, onde passou a menor parte da sua vida, deixou em testamento a quase totalidade dos seus bens para a edificação e manutenção perpétua de uma escola profissional gratuita para jovens pobres. Busca contribuir no levantamento da trajetória do benfeitor da educação e saúde de pobres ituanos.

O terceiro capítulo "Instituto Borges de Artes e Ofícios", descreve as tratativas para o cumprimento das demandas impostas no testamento do benfeitor português até a inauguração do prédio e instalação dos cursos. Pretende detalhar em que condições a escola profissional começou a funcionar, com destaque a organização dos primeiros cursos, as disciplinas, considerando a legislação vigente. Identificar as expectativas,

---

[3] FRANCO, Renato. Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa.

[4] OLIVEIRA E SILVA, Maria Beatriz. A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e as assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944).

[5] SANTANA, Angela Cristina Salgado de. Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa: 1862-1934.

objetivos e escolhas de cada um dos agentes envolvidos com o Instituto Borges: seu doador, a população ituana e a Misericórdia local.

2 MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS – histórico e disseminação

Este capítulo procura apresentar o histórico das Misericórdias portuguesas a partir da sua fundação, seus regulamentos, objetivos e disseminação, além da sua importância nas relações com todos os agentes da população, desde o poder régio até os mais carentes.

As Irmandades de Misericórdias instaladas no Brasil oriundas do modelo português fomentaram a instalação não só de hospitais Santa Casa por todo território nacional como de cemitérios, educandários e institutos de artes e ofícios. E essas dependências gerenciadas pelas Irmandades de Misericórdia tinham o objetivo de dar assistência espiritual e corporal à população pobre. Para isso as Misericórdias captaram recursos de várias fontes, inclusive de imigrantes portugueses que enriqueceram no Brasil.

2.1 Fundação das Misericórdias portuguesas

Antes mesmo da fundação da primeira Misericórdia em Portugal, o poder régio sinalizava a intenção de centralizar as atividades de caridade no seu território e nos seus domínios ultramarinos. Com isso a Coroa portuguesa tentou evitar que os bens dos hospitais existentes fossem expropriados por quem deveria administrá-los. (SÁ, 1997, p. 41; SÁ, 2013, p. 31)

A primeira Misericórdia portuguesa foi fundada em 15 de agosto de 1498, “na capela de Nossa Senhora da Piedade, dita também Nossa Senhora da Terra Solta, na Sé Catedral de Lisboa”, pela rainha D. Leonor[6]. (PAIVA, 2004, p. 357) A rainha ocupou a regência da Coroa portuguesa no período de 29 de março a 10 de outubro de 1498, em função da viagem de seu irmão, o rei D. Manuel. (SÁ, 2013, p. 19) O monarca português “estava em Castela, a fim de ser jurado herdeiro daquela Coroa, tendo

[6] A rainha D. Leonor pertencia à mais alta nobreza da época: era filha dos infantes D. Fernando e D. Beatriz, neta materna do infante D. João, filho legítimo de D. João I e da infanta D. Isabel, e neta paterna do rei D. Duarte e da rainha D. Leonor de Aragão. Esteve envolvida nos jogos de poder de importantes casas senhoriais, como a de Bragança e a de Viseu. Desempenhou um papel importante no conflito que vinha desenvolvendo desde as Cortes de Évora de 1481 e que envolvia os privilégios e benefícios da nobreza. Ao longo da vida, D. Leonor foi sei se afastando cada vez mais de D. João II. Este fato acentuou-se com a morte do seu filho único, D. Afonso, em meados de 1491. Também as tentativas feitas pelo rei para legitimar o seu filho bastardo, D. Jorge, contribuíram para o afastamento da rainha. Esta opôs-se fortemente à legitimação de D. Jorge, defendendo que deveria D. Manuel, duque de Beja e seu irmão, ocupar o trono. http://www.infopedia.pt/

confiado a regência à sua irmã, a rainha D. Leonor, viúva de D. João II, e a Confraria foi instituída por sua 'permissão, consentimento e mandado'." (PAIVA, 2004, p. 357)

Segundo Sá (1997, p. 49) o rei D. Manoel escreveu às municipalidades e enviou emissários "com o propósito de estimular a criação de Misericórdias em território nacional."

O protagonismo[7] conferido a D. Leonor pela fundação da Misericórdia portuguesa foi compartilhado com seu irmão D. Manuel considerando a abundante produção legislativa assinada pelo rei português, estabelecendo privilégios que inicialmente favoreceram apenas a Confraria de Lisboa e posteriormente foram estendidos a outras homônimas. (SÁ, 2013, p. 19)

> Por detrás do interesse e da proteção do rei estava uma intenção nítida de estender as incorporações de instituições de assistência a todos os núcleos urbanos do país. Enquanto confrarias laicas de protecção régia, as Misericórdias podiam escrever ao rei, pelo que estabeleceram um diálogo constante com as chancelarias régias, passando a constituir-se em interlocutoras do poder central. Essa relação directa explica talvez que se tenham transformado nos instrumentos privilegiados das reunificações de instituições hospitalares. (SÁ, 1997, p. 58)

Uma das ações de D. Manuel foi ordenar, em 1521, a incorporação de "antigos hospitais municipais de várias cidades" às Misericórdias portuguesas, situação que as fortaleceram como instituições assistenciais. (SÁ, 1997, p. 58)

Houve também por parte do rei D. Manuel, a concessão de uma série de prerrogativas às misericórdias e também àqueles que ocupassem funções diretivas a fim de sedimentar a implantação das novas confrarias. (PAIVA, 2004, p. 12)

Segundo Paiva (2004, p. 8),

> A fundação das misericórdias não foi uma iniciativa da Igreja enquanto instituição. No entanto, deve ser sublinhado como as raízes doutrinárias que estimularam e sustentaram a actuação destas confrarias foram ditadas e definidas pela doutrina cristã. Evidentemente, conhecem-se bispos que

[7] A fundação da Misericórdia de Lisboa, segundo Nardy Filho (2012, p. 11) ocorreu por iniciativa do espanhol Frei Miguel de Conteiras, e Souza (2004, p. 15) destacou a forte influência que o religioso exerceu sobre a rainha D. Leonor. Segundo Serrão (1998, p. 10) e Sá (1997, p. 50) a figura do Frei Miguel de Contreiras como instituitor das Misericórdias portuguesas surgiu somente a partir de 1574, por interferência da sua ordem religiosa. A Ordem da Trindade solicitou à Irmandade lisboeta que nos painéis da confraria, além das representações dos reis D. Manuel e D. Leonor, figurasse o Frei Miguel, com a legenda F.M.I. – Frei Miguel Instituidor. A partir de 1627, o rei D. Filipe IV, autorizou que o mesmo se fizesse nas bandeiras das Misericórdias do reino e das de além-mar, o que levou a maior parte dos autores dos séculos XVII e XVIII a divulgar a versão que dava destaque ao Frei como fundador da Misericórdia de Lisboa (SERRÃO, 1998, p.10).

> colaboraram de modo activo na fundação de uma ou outra misericórdia nestes primeiros anos.

A Misericórdia de Lisboa funcionou inicialmente em uma capela da principal igreja da cidade. O mesmo ocorreu com outras Misericórdias fundadas em Portugal, como do Porto, Braga e Guimarães. Apesar de iniciar suas atividades nas igrejas já existentes, as Misericórdias portuguesas foram "desde o princípio, instituições régias de índole devocional leiga." (SÁ, 1997, p. 57)

Segundo Abreu (2002, p. 55),

> Havendo um consenso generalizado quanto à importância do apoio da monarquia no período da fundação das misericórdias, omite-se com frequência o contributo da Igreja. E, no entanto, directa, ou indirectamente, ela sempre esteve presente. Às vezes actuando em concertação com o poder político; outras vezes legitimando determinados comportamentos passíveis de punição à luz do Direito Canónico, nomeadamente os relacionados com a administração dos bens das almas; às vezes disponibilizando-lhes recursos para a concretização das obras de misericórdia. (ABREU, 2002, p. 55)

As Misericórdias portuguesas adotaram como principal objetivo a prática da assistência aos necessitados e menos favorecidos.

No século XV, a assistência e a caridade visavam atender pobres envergonhados[8], doentes pobres, peregrinos e mendigos, enjeitados[9], presos pobres e cativos, viúvas e donzelas pobres. (SÁ, 1997, p. 25)

Para atender ao vasto leque de carentes e excluídos, a Misericórdia de Lisboa estabeleceu quais seriam seus objetivos, agrupados em catorze obras, entre espirituais e corporais. As sete obras espirituais: ensinar aos simples; dar bom conselho a quem pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes e desconsolados; perdoar a quem errou; sofrer as injúrias com paciência; rogar a Deus pelos vivos e mortos. E as sete obras corporais: remir cativos e presos; visitar e curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber aos que tem sede; dar pousada aos peregrinos e pobres; enterrar os mortos. (SOUSA, 1996)

---

[8] "Os **pobres envergonhados** eram indivíduos que tinham descido na escala social. O respeito pela hierarquia social e a necessidade de a justificar levava a que as pessoas poderosas se sentissem na obrigação de auxiliar pessoas caídas em necessidade através de uma ajuda geralmente discreta e por vezes sigilosa. Tratava-se de evitar que os indivíduos em desgraça admitissem publicamente as suas necessidades econômicas pedindo esmola: dessa forma eram ajudadas a domicílio. Em sociedades em que o estatuto tinha primazia sobre a riqueza como critério de afirmação social, a manutenção das aparências era a pedra de toque do comportamento dos indivíduos em público." (SÁ, 1997, p. 26)

[9] Crianças enjeitadas também chamadas de "expostos" eram aquelas sem filiação conhecida. (SÁ, 2013, p. 122)

Khoury (2004, p. 9) e Paiva (2003, p.10) vincularam as obras misericordiosas ao capítulo 25, versículos 35 a 40, do Evangelho de São Mateus.

> Porque tive fome, e me destes de comer. Tive sêde, e me destes de beber. Eu era peregrino, e me acolhestes. Estava nu, e me vestistes. Enfermo, e me visitastes. Estava no cárcere, e fôstes ver-me. Então lhe responderão os justos: Senhor, quando é que te vimos com fome, e te demos de comer; com sêde, e te demos de beber? Quando é que te vimos peregrino, e te acolhemos? Ou nu, e te vestimos? Ou quando é que te vimos enfermo, ou no cárcere, e fomos visitar-te? Respondendo, o Rei lhes dirá: Na verdade eu vos digo: Sempre que isso fizestes a um só dentre os menores desses meus irmãos, a mim o fizestes. (Mt, 25, 35-40)

No referido Evangelho a ideia principal estabelecia que o cuidado aos necessitados refletiria como crédito perante Deus.

Contudo, apenas as seis primeiras obras corporais das Misericórdias se “filiam” ao capítulo 25 do Evangelho de São Mateus. (SÁ, 2013, p. 108)

2.2 Compromissos das Misericórdias

Além das sete obras espirituais e sete corporais, as Misericórdias portuguesas estabeleceram seus procedimentos, atividades, organização e funções, em regulamentos denominados de Compromissos.

Segundo Abreu (2002, p. 65),

> Um regulamento é, basicamente, um documento que codifica um conjunto de regras normativas, que estabelece preceitos de actuação, que organiza e esclarece competências. É, portanto, uma carta de intenções. O seu cumprimento depende do rigor de quem o implementa, de imprevisíveis conjunturas, das orientações emanadas dos poderes tutelares. Os compromissos das misericórdias são regulamentos. Portanto, cartas de intenções. Traves mestras de edifícios cuja sustentabilidade esteve, não raras vezes, mais dependente das circunstâncias exteriores do que de quem administrou a obra.

A Misericórdia de Lisboa elaborou o primeiro Compromisso da Irmandade, chamado por Sousa, (1996, p. 260) de “o mais importante monumento documental original: o *Compromisso* primitivo.”

Esse Compromisso primitivo foi “transmitido, a partir de 1499, por meio de comunicação régia manuelina às irmandades que se tentavam edificar nas principais cidades do reino.” (SOUSA, 1996, p. 261)

O Compromisso primitivo da Misericórdia de Lisboa, transmitido em 1500, à Misericórdia de Coimbra, espalhou-se por todo o reino português, em 1516[10]. (SOUSA, 2000, p. 93)

O texto do Compromisso da Misericórdia portuguesa para Serrão (1998, p. 10),

> obedecia ao princípio de que a assistência dava as mãos à caridade, no desvelo integral para com a pobreza, a doença e a amargura. Espalhar essa semente no coração dos homens equivalia à expressão mais funda do sentimento da caridade, traduzindo-se esta em múltiplas formas: tratar os enfermos, socorrer os pobres, amparar os órfãos e acompanhar os moribundos, sem esquecer outras formas de assistência moral em relação aos presos carecidos de uma palavra de ânimo e ainda sem garantir aos mortos um lugar de sepultura.

De acordo com Compromisso Primitivo da Misericórdia de Lisboa (SOUSA, 1996, p. 295-306), os fundadores da Irmandade deveriam reunir cem homens para serviço da Confraria possibilitando o cumprimento de seus objetivos e realização de suas obras. Tratar as arrecadações com o necessário cuidado, tanto esmolas que os defuntos ricos deixassem à Confraria, bem como, testamentos e coisas que viessem. Eleger anualmente treze oficiais da mesa da Confraria, para determinar o conjunto de responsabilidades e atividades que cada um era obrigado a cumprir, iniciando pela nomeação de duplas de conselheiros, para encargos como, visitar hospitais e pobres doentes, dar de comer a presos pobres e desamparados, visitar pobres envergonhados, organizar arrecadação de esmolas, rendas e pensões destinadas a Irmandade. O confrade da Misericórdia deveria obrigatoriamente ser pessoa de boa fama, consciência e vida honesta, temente a Deus, guardador dos seus mandamentos, manso e humilde a todo serviço de Deus e da Confraria. Os confrades trabalhariam uns pelos outros para o bem das obras misericordiosas, sempre que solicitados pelos provedores da Irmandade.

Ao longo do tempo a Misericórdia de Lisboa elaborou novos Compromissos. Em 1577, o novo Compromisso da Irmandade lisboeta impôs uma vertente mais burocrática da confraria, com a enumeração de um número crescente de cargos na sua organização interna e da ampliação de regras impostas aos irmãos. (SÁ, 1997, p. 92)

---

[10] Em 1516 foi a primeira vez que uma confraria portuguesa usou a recente invenção da imprensa para divulgar o seu regulamento, o que demonstrava a importância da Misericórdia. (SÁ, 1997, p. 58)

Posteriormente, em 1618, outro Compromisso foi elaborado pela Misericórdia de Lisboa que melhor definiu os aspectos sobre a gestão de patrimônio, “no que diz respeito à aceitação de heranças e gestão de dinheiros.” (SÁ, 1997, p. 93) Além disso, esse novo Compromisso tratava também da possibilidade das demais Misericórdias elaborarem os seus próprios Compromissos considerando as demandas locais.

As Irmandades portuguesas instaladas em localidades de menor importância política do que Lisboa procuravam manter-se alinhadas com as diretrizes lisboetas para facilitar o diálogo entre o poder local e o rei. A maioria das Misericórdias apenas aceitou os sucessivos Compromissos de Lisboa. Muitas das Misericórdias espalhadas no reino apenas “decalcavam os seus compromissos de outras pré-existentes e limitavam-se a fazer com que o conteúdo dos capítulos fosse de molde a obter a homologação das autoridades.” Para conquistar o direito de elaborar seus próprios Compromissos assim como usufruir os privilégios da Misericórdia de Lisboa, as irmandades precisavam alinhar-se com o poder régio. (SÁ, 1997, p. 59; 80; 90)

Serrão (1998, p. 10) definiu que “o espírito do *Compromisso* defendia a ideia de todos os homens serem filhos do mesmo Deus criador, portanto unidos na vivência de irmãos pelo sangue.”

Realizar qualquer uma das obras misericordiosas demandava a integração de indivíduos em condição de desigualdade, impondo aos membros das Irmandades que se relacionassem com pessoas e situações divergentes a sua realidade. (SÁ, 1997, p. 104)

De maneira geral, os cargos das Misericórdias eram destinados às famílias mais influentes e o número de irmãos era limitado considerando o tamanho da população local e reservando uma cota para letrados que poderiam conferir prestígio e defender os interesses das Irmandades. Porém havia a presença de irmãos com menor representatividade no poder local cuja participação na Irmandade garantia a execução das tarefas consideradas menos dignas que não poderiam ser executadas pelos irmãos nobres, como limpar cadeias e abastecer hospitais. (SÁ, 1997, p. 98)

A composição social das Misericórdias no território português foi descrita por Sá (2001), que apontou que a ascensão hierárquica nas confrarias trazia prestígio entre os pares e perante a sociedade lusitana. Apesar disso, sem considerar as particularidades de cada confraria, nos quadros das Irmandades existia uma distinção de categorias entre irmãos, demarcando com isso, as atividades desempenhadas e os cargos ocupados por cada um. Existia um grupo de irmãos subalternos a quem cabia

a execução de serviços considerados indignos, como a compra de gêneros e o transporte de objetos em público. Tarefas voltadas aos assistidos pela Irmandade eram realizadas em duplas de irmãos, um de primeira classe e o outro praticamente se tornava um subordinado, condição não edificante para alguns. Negociantes, mesmo ricos e respeitados, eram admitidos como irmãos de segunda classe em várias Misericórdias.

Independente dos serviços que executavam ou categoria de irmãos a que pertenciam, o que não poderia se distinguir entre os membros da Misericórdia era a servidão a Deus, única recompensa desejável a um confrade, conforme determinava o Compromisso da Irmandade. (SÁ, 2001, p. 342)

2.3 Disseminação das Misericórdias portuguesas

Muitas das Misericórdias surgiram pela vontade e empenho da população local, que se organizava para fundar a confraria e somente depois de algum tempo, enviava seu Compromisso à Coroa portuguesa e solicitava a homologação. A autorização régia era lenta, considerando que as Misericórdias solicitavam a Coroa portuguesa as mesmas prerrogativas concedidas “à sua congênere de Lisboa. Finalmente, aparecia o documento régio que confirmava esses privilégios e a partir desse momento a nova Misericórdia tinha existência oficialmente reconhecida.” (SÁ, 1997, p. 90)

Mais que a precisão da fundação, o fato relevante em relação às Irmandades, foi a convergência de interesses da Coroa e da comunidade. O poder régio não precisou impor a fundação das Irmandades, pelo contrário, a localidade reconhecia as vantagens que a Misericórdia proporcionava.

A disseminação das Misericórdias de Portugal em seu território e o exercício das suas obras de caridade estavam vinculados à tradição e comportamento da população portuguesa. Conforme Paiva (2004, p. 14),

> o impacto deste notável movimento de criação das misericórdias nos comportamentos individuais foi precoce e revelador da adesão que estas instituições, desde cedo, lograram em muitos habitantes das cidades e vilas portuguesas. Este aspecto reforça a ideia, [...], de que o exercício da caridade através da prática das catorze obras de misericórdia estava bastante difundido entre os leigos no período medieval, pelo que, deste ponto de vista, as misericórdias constituiram o prolongamento de uma tradição que as antecedia.

As Misericórdias se espalharam por todo o reino português em inúmeras localidades, como em: Santarém, Évora, Setúbal (1500); Estremoz, Arzila, Tânger, Alcácer, Ceuta, Beja e Elvas (1502); Moura e Porto (1504); Serpa (1509); Coimbra, Tomar, Covilhã, Olivença, Ponta Delgada, Castelo de Vide, Portalegre, Funchal, S. João de Rei, Montemor-o-Novo, Safim e Goa (1510). (SÁ, 2002, p. 22) A Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio foi fundada em 1560[11].

Em 1924 “havia em Portugal Continental e Ilhas Adjacentes 306 misericórdias (286 no continente e 20 nas ilhas).” (LOPES, 2002, p. 97)

2.3.1 As Misericórdias no Brasil

A solidificação e disseminação da estrutura das Misericórdias portuguesas e execução de seus Compromissos ocorreu simultaneamente no ambiente doméstico e nos seus territórios em colonização.

A caridade deveria ser acessível a todos, e os grupos dominantes das colônias teriam o controle da assistência e com isso a Coroa demonstrava sua presença, por meio da tutela constante sobre as Misericórdias, dando-lhes o protagonismo que era pretendido por outras instituições. (SÁ, 1997, p. 16)

As Irmandades instaladas no Brasil mantiveram as características das portuguesas, e entre suas dependências, além da manutenção de hospitais, instalaram cemitérios e igrejas em honra a seus padroeiros. Algumas delas, para atender necessidades de sua comunidade edificaram maternidades, creches, escolas de artes e ofícios. Várias Irmandades surgiram a partir de um hospital que receberam para gerir e em torno do qual se organizaram. (SÁ, 1997, p. 30)

As Irmandades brasileiras, oriundas da colonização portuguesa, participaram do desenvolvimento das comunidades e amenizaram as necessidades dos menos favorecidos, influenciando no comportamento da burguesia local, cujo envolvimento representava uma ascensão social.

Segundo Sá (1997, p. 73),

> muito depois de os reis estimularem a criação de novas Misericórdias, em qualquer parte do mundo, um português sabia como organizar serviços de assistência através de uma confraria ou como integrar as já existentes. Muitos dos fundadores de Misericórdias tinham já experiência como irmãos nas suas

[11] http://www.mesaofrio.com.pt/sao-nicolau/hospital-da-misericordia.html . Acesso em: 1 mar.2014

> terras de origem e mais não faziam do que utilizar uma linguagem que conheciam, com as necessárias adaptações às particularidades locais. Seria de espantar que o fizessem de outro modo, se tivermos em conta que era lógico que os impérios reproduzissem os modelos das metrópoles.

A difusão das Irmandades nas colônias portuguesas, entre elas, o Brasil, corroborava com o objetivo de organizar e ocupar o território, ainda pouco conhecido e explorado. A instalação das Misericórdias no Brasil Colônia, praticamente acompanhou a necessidade de ocupar o território, fixar os colonos e implantar a forma de organização da Coroa Portuguesa.

A cronologia da instalação das Irmandades na Colônia portuguesa indicou suposto alinhamento entre a ocupação das terras brasileiras e a integração na vida econômica local. A implantação das Misericórdias no Brasil seguiu as atividades econômicas pela costa colonial e também as culturas de cana de açúcar e café.

A primeira Irmandade criada no Brasil, em meados de 1539, foi a Santa Casa de Misericórdia de Olinda que rapidamente levantou uma igreja em louvor a Nossa Senhora da Luz e um hospital. Ambos foram construídos com esmolas recolhidas em nome do rei de Portugal e de doações. Em 1860 foi incorporada à Irmandade de Recife, pelo Presidente da Província. (KHOURY, 2004)

Posteriormente instalaram-se Misericórdias em Santos (1543); Vitória (ca.[12] 1545); Salvador (1549); São Paulo (ca. 1560); Ilhéus (ca. 1564); Rio de Janeiro (1582); João Pessoa (ca. 1585). (KHOURY, 2004, p. 825)

No interior de São Paulo, no eixo Campinas – Sorocaba, as primeiras Misericórdias instaladas foram as de Sorocaba (1803); Itu (1840); Piracicaba (1854); Campinas (ca. 1860); Amparo (1890); Tatuí (1895); Porto Feliz (1907). (KHOURY, 2004, p. 825-834)

Até 1921, 186 Irmandades Misericórdias foram instaladas no Brasil. (KHOURY, 2004, p. 825-834)

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu foi fundada em 15 de março de 1840[13] utilizando recursos testamentários do Capitão Caetano Novaes Portella e pela influência de personalidades locais[14] que também realizaram aporte financeiro.

---

[12] Pela dificuldade em precisar as datas de fundação das Misericórdias no Brasil, Khoury (2004, p. 41) adotou "a convenção 'ca.' (cerca de)."

[13] Souza; Cytrynowicz (2004, p. 11, 15) e Nardy Filho (2012, p. 15) confirmam 1840 como a data da fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu.

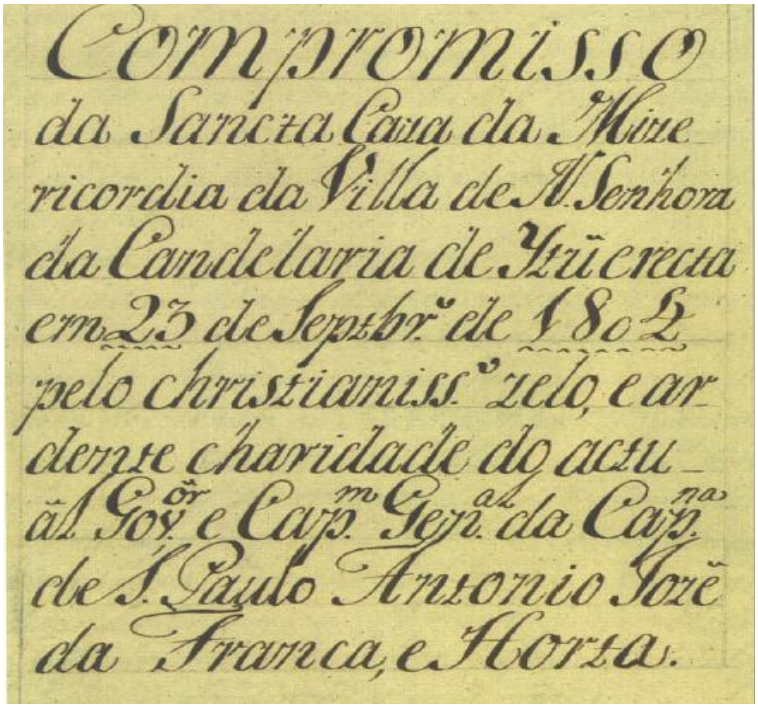
[14] O Padre Antônio Joaquim de Mello, Padre Elias do Monte Carmelo e Joaquim Manoel Pacheco da Fonseca.

Com a quantia compraram um terreno para a casa e um cemitério. (KHOURY, 2004, p. 595-597)

Esse empenho da comunidade ituana para instituir a Irmandade de Misericórdia local, conforme destacou Nardy Filho (2006b, p. 140), data de 11 de julho de 1838, quando a Câmara de Vereadores da cidade, nomeou uma comissão que pudesse manter a doação em Itu, dada as exigências temporais impostas pelo Capitão Portella em seu testamento.

Apesar de oficialmente a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu informar 1840 (mil oitocentos e quarenta), como a data de sua fundação, existe no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa (SÁ, 2000, p. 100, 133), um Compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Vila de N. Senhora da Candelária de Itu, de 1804 (mil oitocentos e quatro). (Figura 1)

Figura 1: Compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Villa de Ytu[15]


Compromisso
da Sancta Caza da Mize
ricordia da Villa de N. Senhora
da Candelaria de Ytũ erecta
em 23 de Septbr.º de 1804
pelo christianiss.º zelo, e ar
dente charidade do actu
ãl Gov.or e Cap.m Gen.al da Cap.na
de S. Paulo Antonio Jozẽ
da Franca, e Horta.

Fonte: SÁ, 2000, p. 100, 133

[15] "Anterior a 19 de Maio de 1805. Manuscrito sobre papel (34 x 22 cm). 14 fólios, com o primeiro e os últimos três em branco. Caderno cosido com fio e com fita de seda pintada; sem encadernação. O exemplar faz parte de um processo que contém documentos a solicitar tal confirmação e uma cópia deste compromisso, a qual contém as rectificações propostas posteriormente, sendo acompanhada dum ofício com a respectiva aprovação régia." (SÁ, 2000, p. 133)

Até o momento não foi possível confirmar se o Compromisso do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa apresentado por Sá (2000, p. 100, 133) refere-se a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu.[16]

Provavelmente o documento relaciona-se a Irmandade ituana, sabendo-se que, ao longo da sua história, a cidade de Itu, já foi conhecida como Nossa Senhora da Candelária de Itu[17]. (FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA, 2003, p. 157)

Segundo Sá (2000, p. 133), "este documento é a proposta elaborada pela Irmandade da Misericórdia de Itu, a qual tinha por objectivo que o texto fosse confirmado como compromisso da respectiva Confraria."

A dificuldade em precisar as datas da constituição das Irmandades no Brasil, indicou que não foram instituídas por alvará régio. Contudo recebiam proteção da Coroa e inúmeras vantagens à sua fundação, fato que levou muitas vezes a população local a tomar a iniciativa da criação. Ação que pode ter sido realizada pela comunidade formada por funcionários régios ou elite local.

As datas informadas como oficiais da fundação das Irmandades em solo brasileiro indicam que o primeiro registro oficial foi a correspondência enviada ao governo da metrópole portuguesa e para isso a Irmandade já estaria constituída.

2.4 Obras misericordiosas, beneficiados e benfeitores

Nem todas as catorze obras misericordiosas[18] oriundas do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, recebiam a mesma atenção ou até importância, dentro das

---

[16] Nenhuma outra referência ou documentação foi encontrada que pudesse relacionar o compromisso de 1804 com qualquer das Irmandades ou Confrarias religiosas conhecidas na história de Itu e relatadas por Nardy Filho (2006a, 2006b). Incluindo as que faziam referência à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Candelária, como a capela e posteriormente paróquia em seu louvor, bem como, o Asilo de Mendicidade que levava seu nome. Existia em Itu, o Hospital dos Lázaros, fundado em 1806. Em 1839, por decisão da Câmara local, o hospital passou a ser administrado pela Irmandade da Santa Casa, que aquela altura, já estava constituída para tratar da construção de suas próprias instalações. (NARDY FILHO, 2006b, p. 140)

[17] O nome de Itu, "ao longo dos anos, variou entre Maniçopa, Outuguassu, Utuguassu, Ytuguassu, até Nossa Senhora da Candelária de Itu, quando, então, ainda na condição de freguesia de Santana de Parnaíba, Itu se emanciparia como vila, em 1654. [...] não se tem quando, exatamente, Nossa Senhora da Candelária de Itu transformou-se em Itu, simplesmente." (FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA, 2003, p. 157)

[18] As sete obras espirituais: ensinar aos simples; dar bom conselho a quem pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes e desconsolados; perdoar a quem errou; sofrer as injúrias com paciência; rogar a Deus pelos vivos e mortos. E as sete obras corporais: remir cativos e presos; visitar e curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber aos que tem sede; dar pousada aos peregrinos e pobres; enterrar os mortos. (SOUSA, 1996)

atividades de assistência desempenhadas pelas Irmandades, embora fossem a sua razão de existir. As obras misericordiosas, assim como os dez mandamentos e os pecados mortais, não passavam de mero item do catecismo. (SÁ, 1997)

As Misericórdias tornaram viável o cumprimento de todas as obras corporais, considerando que cada uma delas correspondia a um serviço ou instituição específicos dentro das Irmandades. (SÁ, 1997)

As Misericórdias receberam, e, posteriormente criaram diversas instituições, principalmente hospitais santa casas e cemitérios, por meio das quais realizaram suas obras corporais.

Na primeira obra misericordiosa corporal – remir os cativos e visitar os presos – as Misericórdias atuavam em várias frentes na realização dessa obra, como arcar com as custas e acompanhar o andamento dos processos judiciais, além de alimentar, vestir e visitar os respectivos réus na prisão e providenciar degredo em função de sentença. (SÁ, 1997)

Na segunda obra misericordiosa corporal – curar os enfermos – as Misericórdias acabaram se transformando nas principais gestoras de hospitais em todo o reino português. Antes do século XIX, os hospitais locais eram destinados aos pobres e a realização de partos de mães solteiras[19]. (SÁ, 1997)

Inicialmente as Misericórdias não tinham a intenção de administrar hospitais, pois não pretendiam tratar os enfermos, e sim encaminhá-los a nosocômios. Todavia entre 1560 a 1578 a monarquia portuguesa incorporou cerca de trinta hospitais às Misericórdias. Demonstrando que houve uma clara tendência da tutela de parte dos hospitais locais e as Misericórdias passaram a se encarregar da assistência a pobres doentes. (SÁ, 2013, p. 47-48)

A maioria dos hospitais locais, tanto em Portugal, quanto no Brasil, eram administrados pelas Misericórdias. Em muitas cidades, as Misericórdias monopolizaram a rede hospitalar local[20], ou por incorporação de hospitais existentes ou pela construção de novos, além da ampliação com diversas alas hospitalares, separadas por patologia, idade e estado de saúde dos atendidos. Esses hospitais

---

[19] Os ricos recebiam assistência em casa e as suas mulheres tinham acesso aos serviços de parteiras.

[20] Os hospitais das Misericórdias eram chamados de Santas Casas. Provavelmente considerando Santa Casa no sentido de Casa de Misericórdia. Misericórdia vinculada à denominação de Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, na inauguração de 1498, pela rainha D. Leonor. “São Santas Casas aquelas Irmandades católicas que têm na Santa Casa de Lisboa sua ‘Casa Master’.” (KHOURY, 2004, p. 37)

tinham características específicas conforme as necessidades locais e época da sua instalação, ora leprosarias ou o equivalente a um hospital geral. (SÁ, 1997, p. 107)

As Misericórdias portuguesas dividiram-se em dois grupos, as que administravam hospitais e aquelas que nunca o fizeram. Gerir um hospital significava administrar seus bens, "potenciar as hipóteses de crescimento patrimonial, deter meios para a prática da assistência." Ter um hospital sob sua responsabilidade trazia à Misericórdia o apoio e reconhecimento da população. (ABREU, 2002, p. 67)

Em meados do século XVIII as Misericórdias portuguesas afundavam perante o crescente peso das despesas hospitalares. Os hospitais estavam no centro do sistema de assistência, apesar de mal aparelhados, condições sanitárias precárias e práticas médicas arcaicas, recebiam um número cada dia maior de doentes, comprometendo grande parte de suas receitas. A consequência inevitável seria a prioritária seleção dos seus assistidos. Os hospitais das Misericórdias tornaram-se pólos centrais do sistema assistencial, pois o Estado não priorizava a saúde pública. (ABREU, 2002, p. 73)

No final do século XVIII, provedores de Misericórdias relataram que os serviços dos hospitais eram utilizados majoritariamente pelos "criados de pessoas particulares", gente que abusava da generosidade da Santa Casa sabendo que o hospital cuidava de qualquer pessoa que ali chegasse enfermo. Havia quem "por malicia ou avareza", revestia a capa de pobre, para valer-se do alheio e onerar o hospital e não seus próprios recursos, afetando o tratamento aos verdadeiros necessitados. (ABREU, 2002, p. 73)

As Misericórdias foram se especializando nos serviços de saúde. As senhoras fidalgas de Lisboa, que colaboravam com a Misericórdia acabaram por construir um novo modelo em que as mulheres passaram a ser imprescindíveis na atividade de assistência. As religiosas abandonaram a clausura iniciando a sua obra de amparo aos pobres, nos serviços realizados nas Misericórdias, principalmente nos seus hospitais.

A partir das últimas décadas de 1800, as ordens religiosas femininas tomaram a frente dos serviços de enfermagem em alguns hospitais das Misericórdias, posteriormente em meados do século XX tornou-se uma prática usual, embora cada Irmandade escolhesse a Ordem religiosa que desejasse[21].

[21] Como exemplo, a administração interna da Santa Casa de Misericórdia de Itu foi delegada as irmãs de São José, a partir de 1869 (NARDY FILHO, 2006c, p. 65)

Os serviços de religiosas nos hospitais e a contratação de capelães como funcionários[22] das Misericórdias contribuiu gradualmente para a convicção de que essas Irmandades eram organismos da Igreja, embora as autoridades diocesanas não tivessem jurisdição sobre elas. (LOPES, 2002, p. 93)

Na terceira obra misericordiosa corporal – cobrir os nus – As roupas ou farrapos dos pobres que faleciam no hospital ficavam com a Misericórdia, que vendia ou distribuía para outros pobres. As peças de roupa eram sucessivamente aproveitadas e recicladas. As Irmandades também vestiam as crianças enjeitadas que acolhiam. (SÁ, 1997)

Na quarta e quinta obras misericordiosas corporais – dar de comer aos famintos e dar de beber a quem tem sede – as Misericórdias alimentavam os pobres que eram alojados nos seus hospitais e periodicamente os encarcerados, nesse caso, geralmente duas vezes por semana. (SÁ, 1997)

Na sexta obra misericordiosa corporal – dar pousada aos peregrinos e pobres – até o século XVI os hospitais hospedavam os viajantes e posteriormente asseguravam aos peregrinos, alojamento e transporte entre povoados. (SÁ, 1997)

Na sétima obra misericordiosa corporal – enterrar os mortos – as Misericórdias organizavam os enterros suntuosos para seus membros e familiares. Enterravam os pobres oriundos dos seus hospitais, das cadeias, além de cadáveres de crianças ou adultos depositados em locais públicos. (SÁ, 1997) As Misericórdias cediam espaços para sepulturas dentro das suas igrejas mediante compensação pecuniária. (SÁ, 2013, p. 121)

Além das obras corporais, as Misericórdias tinham sob sua guarda e obrigação de executar as obras espirituais.

Todavia, as obras espirituais não tinham peso nas atividades assistenciais das Misericórdias, exceto a sétima – rogar a Deus pelos vivos e mortos. (SÁ, 1997)

Poderia interpretar-se que da 3ª a 6ª obras espirituais[23] inseridas nos Compromissos das Misericórdias seriam executadas indiretamente, considerando que no atendimento aos encarcerados, os capelães das Misericórdias prestavam assistência espiritual, com missas, confissões e extrema-unção.

---

[22] Prática ainda mantida por diversas Irmandades de Misericórdia.

[23] 3ª a 6ª obras espirituais – 3ª: castigar com caridade os que erram; 4ª: consolar os tristes desconsolados; 5ª: perdoar a quem errou; 6ª: sofrer as injúrias com paciência.

O atendimento a pobres encarcerados agrupava e atendia diretamente todas as obras corporais e indiretamente as espirituais, o que justificaria a opção da Irmandade em canalizar seu trabalho de assistência a esse público. As Misericórdias visitavam os presos, davam de comer e beber, vestiam, acompanhavam os processos, providenciavam missas e enterros, o que praticamente abarcava todas as demais obras. O que justificaria o empenho da rainha D. Leonor que tomou decisões importantes para possibilitar ações da Misericórdia em favor dos encarcerados, interferindo junto aos corregedores da casa cível, pela agilidade das sentenças dos presos desamparados atendidos pela Confraria. A regente exerceu clara influência e articulou para "fazer das Misericórdias a confraria dos encarcerados", definindo a justiça como a vocação da Irmandade. (SOUSA, 1996, p. 271)

O "*Compromisso* original da Misericórdia" regulamentava maior número de atividades assistenciais e religiosas em apoio a encarcerados do que aos pobres, inclusive preparando os condenados com ritos de passagem, quando da execução de pena, sepultamento e oferecimento de missa. (SOUSA, 2000, p. 97-99)

Paiva (2003, p. 17) esclareceu que "os presos ocupavam lugar primordial na caridade praticada, na medida em que a prisão do seu corpo era entendida como uma metáfora da vida humana, na qual a alma era encarcerada pelas tentações do corpo e aguardava a libertação da morte."

2.4.1 Recursos financeiros para Obras Misericordiosas

Para executar suas obras, as Misericórdias necessitavam de recursos financeiros que pudessem suportar as diferentes demandas de assistência corporal e espiritual de seus beneficiados e de seus confrades.

A disseminação das Misericórdias tanto em Portugal como no Brasil e a sua capacidade em angariar recursos para suas obras, passou não somente pela índole caridosa dos seus habitantes como pela capacidade das Irmandades em utilizar a seu favor as necessidades dos indivíduos que possuíam recursos e sentiam-se propensos a transferí-los para as confrarias.

Executar as obras misericordiosas trazia as irmandades o reconhecimento da sua importância como entidade assistencial espalhada por todo o reino português.

> Assistir e alcançar a liberdade para presos e cativos, cuidar de doentes, de pobres e de peregrinos, satisfazer as necessidades primárias dos mais

> carenciados, enterrar os mortos e celebrar as missas estipuladas nos testamentos, eram tarefas que apelavam para outro tipo de intervenção e investimento. Investimento financeiro, em primeiríssimo lugar, já que a sua execução assentava na transacção de serviços e bens. Mas também investimento logístico. O exercício destas obras de caridade era inconcebível na ausência de estruturas materiais e recursos humanos, quer da própria irmandade, quer recrutados no exterior. Exigia, ainda, alguma burocracia e funcionários especializados. (ABREU, 2002, p. 66)

A constituição do patrimônio das Misericórdias e o levantamento de recursos para suas obras contou com a ajuda do rei D. Manuel que realizou doações em dinheiro e também em commodities, entre elas açúcar.

As contribuições régias em espécie, produtos e também por meio de uma vasta concessão de privilégios, foi por muito tempo a principal fonte para sustentar financeira e socialmente as atividades propostas pelas Misericórdias. A Irmandade de Lisboa, como precursora em Portugal, tinha a preferência da Coroa para o recebimento desses benefícios. Como por exemplo, ocorreu em 1517, quando D. Manuel doou à Misericórdia de Lisboa “dois contos de reis por ano, uma soma astronômica para a época, e a que o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1577 se referiria ainda 60 anos depois.” (SÁ, 2002, p. 24)

As Misericórdias instaladas em Portugal e no Brasil precisaram criar mecanismos para a manutenção dos seus programas assistenciais e para a constituição do seu patrimônio que, fossem além das benesses régias. Fora as doações da Coroa portuguesa, as Misericórdias foram beneficiadas por meio da aprovação de seus Compromissos principalmente quando obtiveram o alinhamento com os da de Lisboa.

Ao longo do tempo foram muitos os privilégios régios concedidos às Misericórdias autorizando que as Irmandades utilizassem várias frentes para angariar recursos e formar seu patrimônio, além das doações diretas da Coroa. As Misericórdias poderiam arrecadar junto à população, emprestar dinheiro a juros e passaram a deter o monopólio para realização de enterros[24] e aluguel de esquifes.

Nem todos esses mecanismos de arrecadação se mostraram benéficos às Irmandades, como os empréstimos a juros, pouco eficientes se considerado que grande parte não foi recebida por terem sido concedidos a membros da própria

[24] O monopólio para a realização de enterros foi instituído por lei promulgada em 1593.

confraria e cuja dívida nunca fora restituída, onerando as contas das Misericórdias. (LOPES, 2002, p. 85)

Em diferentes períodos, para enfrentar crises financeiras, as Misericórdias foram criativas e inovaram a fim de angariar receitas e obter novas formas de financiamento, por meio da realização de saraus, espetáculos, exposições e quermesses. (LOPES, 2002, p. 91)

Os privilégios mais importantes do ponto de vista econômico certamente foram a incorporação de hospitais e seus respectivos bens, e, a autorização recebida da Coroa que transformou as Misericórdias nas principais beneficiárias de legados testamentários.

Geralmente as pessoas dispunham da terça parte dos seus bens[25] cujo destino era definido unicamente pelo testador, que podia arbitrar em favor de terceiros, dos próprios parentes, ou instituir legados pios, isto é, destinar esses bens à alma do doador. O próprio doador ao lavrar seu testamento poderia instituir sua alma como herdeira universal, especificando "os serviços religiosos e as obras de caridade a prestar através dos rendimentos desses patrimónios." (SÁ, 1997, p. 69)

A doação de recursos às Misericórdias estava relacionada à ideia de que os ricos têm deveres para com os pobres e também a possibilidade de ganhar o céu por meio da prática das obras misericordiosas. A caridade "fazia parte de uma relação tripartida, que envolvia os doadores, os receptores e Deus." (SÁ, 1997, p. 16)

Havia uma reciprocidade entre pobres e ricos, cada um com uma função específica. Cabia aos pobres a tarefa de orar pelos doadores, aos ricos o dever da distribuição, e, a Deus, recompensar esses agentes. (ARAÚJO, 2007, p. 397)

Os pobres eram úteis aos olhos dos ricos e apesar de teoricamente sem poder, "eram vistos como interlocutores privilegiados junto ao Criador, facto que lhes conferia prestigio." (ARAÚJO, 2007, p. 396)

Existia uma relação entre as obras misericordiosas, os valores da população e o comportamento dos ricos e dos pobres. Tanto os ricos como os pobres eram os beneficiários e benfeitores das Misericórdias. De um lado os pobres que precisavam receber toda a sorte de ajuda e podiam dar aos ricos a oportunidade de exercer e trabalhar sua generosidade e compaixão. Do outro lado os ricos que podiam

---

[25] O mesmo direito sucessório que permitia a terça, "entendia como herdeiros "forçados" apenas os ascendentes e descendentes directos, o que possibilitava aos indivíduos deserdarem parentes colaterais e instituírem as suas almas como herdeiras universais" (SÁ, 1997, p. 69)

personificar a bondade e a caridade, trabalhando nas e pelas obras das Misericórdias em favor de vasto leque de carentes e também e principalmente se colocar como pobres aos olhos de Deus e clamar pela salvação eterna no Reino dos Céus.

Faziam isso e tornavam sua alma merecedora por meio de orações e missas pagas com suas doações. Os doadores deixavam uma parte dos "seus bens para financiar a cura das suas almas, através de missas ou da caridade aos pobres, instrumentos privilegiados para alcançar a felicidade eterna." (SÁ, 1997, p. 69)

A intenção de doar às Misericórdias para garantir a realização de missas perpétuas estava associada ao conceito do Purgatório, mencionado por D. Manuel I no final de uma cópia manuscrita do Compromisso de Lisboa, transmitido em 27 de abril de 1520 a Misericórdia de Évora. O rei português recomendou que fosse incluído no texto dos Compromissos, a devoção das almas do Purgatório. (PAIVA, 2004, p. 433)

Simbolicamente as almas do Purgatório estavam relacionadas à figura dos presos atendidos pelas Misericórdias, pois tanto as almas quanto os presos precisavam da interferência das Irmandades para conseguir sua salvação.

Segundo Le Goff (1995, p. 18) o Purgatório "é um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual – dos vivos." O Purgatório é um intervalo propriamente espacial que se insinua e se amplia entre o Paraíso e o Inferno. E se instalou na crença da cristandade ocidental, entre 1150 e 1520.

> Os sufrágios pelos mortos supõem a formação de longas solidariedades de um lado e de outro a morte, relações estreitas entre vivos e defuntos, sufrágios – como os testamentos – ou fazem deles prática obrigatória – como as confrarias. (LE GOFF, 1995, p. 26)

Araújo (2007, p. 391) definiu o Purgatório como um lugar de passagem, "apenas um sítio de expiação de pecados. A crença de que as almas podiam ser resgatadas desse lugar invisível colocava os mortos na agenda dos vivos e reforçou a vertente espiritual das Misericórdias."

A idéia vigente do Purgatório trouxe legados pios para a salvação da alma. As Irmandades utilizavam esses recursos para arcar com os custos da realização das missas perpétuas para a salvação eterna das almas para alcançar o Paraíso. (ABREU, 2002, p. 58)

Por vezes, os doadores das Misericórdias determinavam a distribuição de esmolas em dinheiro aos pobres, desde que assistissem as missas dos benfeitores.

Ato que demonstrava a prática da retribuição da caridade, ou seja, os pobres beneficiados com as doações deveriam interceder pela alma do falecido doador. (SÁ, 2013, p. 117)

A pobreza foi colocada como um valor de troca, estabelecendo uma economia da salvação, comércio vantajoso para ricos e pobres. O crescente número de testamentos favorecendo os desvalidos viabilizava a salvação dos ricos utilizando a existência da pobreza. (CASTEL, 1998)

Segundo Paiva (2002, p. 11) “a esmola mata o pecado e torna-se, por isso, instrumento para a salvação eterna.”

Doar para a salvação da alma era um comportamento aprovado e reverenciado pela sociedade[26]. Trazia não apenas alento para aqueles que buscavam mesmo após a morte manter status e reconhecimento, como possibilitava que, as Irmandades cumprissem a determinação da sua sétima obra espiritual – rogar a Deus pelos vivos e mortos.

Rogar a Deus pelos vivos e mortos, estabelecida no Compromisso das Misericórdias como sua sétima obra espiritual, foi a mais praticada por meio do objetivo imposto pelos doadores de bens e recursos das Irmandades. Os testamentos determinavam a celebração perpétua de missas pela alma do benfeitor. (SÁ, 1997, p. 106)

Deixar parte dos bens em testamento para uma Misericórdia tornou-se uma prática recorrente da sociedade que pretendia salvar sua alma. Contudo, para cumprir a imposição testamentária da realização perpétua das missas pela alma do doador, a Misericórdia tinha alto custo com capelães e a manutenção de todo o aparato necessário. Com o aumento dos testamentos destinados a impulsionar a salvação das almas por meio da realização de missas, as Misericórdias aumentaram muito suas despesas e passaram a analisar a relação custo benefício entre o montante doado e o passivo gerado e “reservavam-se o direito de recusar legados se estes estivessem onerados por muitas dívidas ou por um número de encargos de missas superior aos recursos disponibilizados.“ (SÁ, 1997, p. 106)

---

[26] Exemplo de prestígio das Misericórdias junto as principais figuras dos poderes centrais e locais coloniais: o terceiro governador do Brasil, Mem de Sá, deixou a terça parte dos seus bens a Misericórdia da Baia. (SOUSA, 2000, p. 103-104)

Para não direcionar recursos de outras atividades caridosas, as Misericórdias suspenderam a realização das missas de obrigação pelas almas doadoras, descumprindo um grande número de determinações testamentárias.

Com a redução do número de missas, as Misericórdias foram restringindo o quadro dos seus capelães e as Irmandades extinguiram a pompa de algumas cerimônias. (LOPES, 2002, p. 93)

As despesas com hospitais, com enjeitados, com as dotadas e com os presos consumiam os recursos financeiros das Misericórdias, restando pouco para a manutenção das cerimônias litúrgicas e rituais estabelecidos nos seus Compromissos. (ABREU, 2002, p. 72)

As Irmandades acumularam o passivo de milhares de missas e justificaram que isso ocorreu pela decisão de atender o sempre crescente número de doentes e com isso o aumento de suas despesas hospitalares os obrigou a utilizar as verbas destinadas às orações das almas de seus doadores. Além disso, para os administradores dos hospitais não parecia justo que as despesas com os capelães recebessem a mesma importância que as dos curativos dos enfermos. Chamado pela Igreja de "princípio da comutação dos legados pios em outras obras assistenciais" as autoridades eclesiásticas legitimaram a situação assinando as cartas de perdão e de redução, nas situações de não respeito pelas últimas vontades dos crentes e de redução drástica do número de missas instituídas, respectivamente[27]. "Curá-los é obra pia tão meritória como rezar pelas almas dos defuntos." (ABREU, 2002, p. 60)

A Igreja não detinha a tutela das Misericórdias, porém em favor da boa administração das Irmandades, somente ela poderia reduzir os encargos pios obrigatórios além de consagrar um local de culto nas dependências das Irmandades. (LOPES, 2002, p. 93)

Em 9 de setembro de 1769 uma lei estabeleceu os parâmetros e valores limites das heranças direcionadas a legados pios e seus respectivos encargos[28]. No entanto, o principal ponto da lei foi a proibição de instituir a alma por herdeira: as propriedades

---

[27] "O princípio da comutação dos legados pios em outras obras assistenciais, que aqui estava em causa, não era novo na história da Igreja. Na verdade, o próprio Concílio de Trento havia criado condições facilitadoras para a sua efectivação ao delegar nos bispos, em concílio diocesano, e nos abades e gerais das ordens, nos seus capítulos gerais, competências para o fazerem." (ABREU, 2002, p.60)

[28] Essa lei de 1769 determinava que só se poderia canalizar para legados pios a terça parte da terça das heranças que nunca poderia exceder os 400 mil réis, com excepção dos legados às misericórdias, hospitais e casas de educação que poderiam aceitar até 800 mil réis se coubessem na terça. Para quantias superiores seria necessária ordem real. (LOPES, 2002, p. 83)

de casas, os fundos de terras, e as fazendas, que foram criadas para subsistência dos vivos, de nenhuma sorte poderiam pertencer aos defuntos e nem haveria razão para que qualquer homem depois de morto,

> [...] haja de conservar até o dia do juizo o dominio dos bens, e fazendas, que tinha quando vivo: Que menos a pode haver, para que o sobredito homem pretenda tirar proveito do perpétuo incommodo de todos os seus successores até o fim do Mundo. (LOPES, 2002, p. 84)

2.4.2 Manutenção dos legados as Misericórdias: novas interpretações

As alterações realizadas nos Compromissos das Misericórdias visando atender as localidades onde foram instaladas, tanto em Portugal quanto no Brasil, bem como a supressão de diversas citações do Evangelho, inclusive as obras misericordiosas, não modificaram o sentido e o motivo da existência das Irmandades, que era praticar a caridade por meio do atendimento aos necessitados.

Para as Irmandades havia muitas situações de privação e carência que nunca foram incluídas nas suas obras misericordiosas, porém reconhecidamente precisavam de sua interferência e ajuda. (SÁ, 2013, p. 108)

As obras das Misericórdias funcionavam como intermediárias entre os ricos doadores e a possibilidade de alcançar a vida eterna financiando a assistência aos pobres carentes. Para manter esse objetivo os doadores determinavam como deveriam ser empregados os recursos deixados as Irmandades.

Ao longo do tempo as determinações dos doadores foram mudando e a utilização dos recursos variou na mesma proporção que os costumes, necessidades e valores da sociedade. Essas mudanças ocorreram como se houvesse novas interpretações do sentido e significado de cada uma das obras misericordiosas.

Os recursos necessários para a execução de qualquer obra de uma Misericórdia estava diretamente ligado a importância e valor que a sociedade da época atribuía a ela.

As crenças e os objetivos pessoais bem como a interpretação das obras misericordiosas ao longo do tempo favoreceram as Misericórdias para ampliar o seu patrimônio.

Utilizando a evolução e informações de algumas das Irmandades de Misericórdia instaladas no Brasil a partir do período colonial foi possível entender como ocorreram as mudanças dos costumes, os custos para mantê-los e as vantagens que

os benfeitores e mantenedores das confrarias buscavam. As mesmas mudanças ocorreram simultaneamente nas Misericórdias em Portugal.

No século XVI as Misericórdias providenciavam casamentos para adolescentes órfãs utilizando as doações recebidas para esse fim. As Misericórdias passaram a receber e acumular dotes para casamento e instituíram rituais para distribuí-los as órfãs e torná-las devedoras das Irmandades, uma vez que possibilitava que adquirissem uma situação social considerada digna segundo os preceitos vigentes. A distribuição dos dotes às escolhidas da Irmandade era realizada em público, cujo objetivo era divulgar, dar visibilidade à obra de caridade praticada e a generosidade das Misericórdias e de seus protagonistas. Esse tipo de doação era considerado um ato de caridade dos mais louváveis e um dos favoritos entre os testadores, pois perpetuava a memória do doador, cujo nome ficava vinculado ao dote e não raramente as recebedoras eram suas parentes, empregadas, ou órfãs das famílias dos membros da gestão das Misericórdias. (SÁ, 2013, p. 93, 94, 95, 108, 109, 124, 127)

> Praticamente todas receberam legados destinados a favorecer o casamento de mulheres pobres, e algumas Misericórdias, como a da Bahia, chegaram a desempenhar um importante papel no mercado matrimonial local contribuindo para o casamento de um assinalável número de mulheres. Entre 1710 e 1720 a Misericórdia da Bahia concedeu 833 dotes. (RUSSELL-WOOD, 1968, p. 193 apud SÁ, 1997, p. 109)

As Misericórdias mantinham recolhimentos para acolhimento as órfãs beneficiadas pelos dotes até o casamento, a fim de salvaguardá-las até a mudança de estado civil. Os recolhimentos das Misericórdias atendiam também a viúvas desamparadas. Muitas das casas de recolhimentos foram criadas pelas Misericórdias "graças à generosidade de um único doador." (SÁ, 2013, p. 127)

Algumas Misericórdias prestavam também, assistência às crianças expostas, aquelas sem filiação conhecida. Dependo da localidade, em parceria com as câmaras municipais, ou custeadas por elas[29]. (SÁ, 1997, 112-113)

[29] Apesar da responsabilidade legal das câmaras municipais portuguesas na criação de expostos, várias Misericórdias assumiram essa incumbência. Formas alternativas de captação de recursos para essa finalidade foram utilizadas. Algumas Misericórdias utilizaram rendas do hospital (Évora, Santarém), outras tinham as despesas arcadas pela câmara por meio de contratos (Lisboa, Porto, Coimbra), ou ainda legados recebidos. (SÁ, 1997, p. 112)

2.4.3 Recursos para ensinar os simples e os doadores portugueses

Ó MAR SALGADO, quanto do teu sal
São lagrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quere passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,
Mas nelle é que espelhou o céu.
Fernando Pessoa

As doações mudaram seu foco e foram direcionadas a outras atividades que indiretamente poderiam ser interpretadas como uma obra misericordiosa.

Essas novas interpretações contribuíram para que obras espirituais do primeiro Compromisso da Misericórdia de Lisboa, negligenciados pelas Irmandades, fossem finalmente executadas. Como ocorreu com a 1ª e 2ª obras misericordiosas espirituais, ensinar os simples e dar bom conselho a quem o pede, respectivamente.

As referidas obras misericordiosas estavam relacionadas ao ensino da religião e dos preceitos da doutrina cristã, aos pobres necessitados atendidos pelas irmandades e aos que eram aceitos como membros da confraria. (SÁ, 2013, p. 110)

De fato, as ordens religiosas que assumiram a gestão das santas casas das Misericórdias, iniciaram até por necessidade, a capacitação de mão-de-obra para suas inúmeras atividades, além de orientação religiosa as crianças recolhidas.

Todavia, como relatou Alves (2000, p. 47), “uma grande novidade a que iremos assistir a partir da segunda metade do século XIX é a canalização para a educação de verbas significativas, num quadro de filantropia a que não se estava habituado.“

Ocorreu um translado da motivação em doar aos pobres por meio das Misericórdias. Partiu da salvação da alma do benfeitor para desaguar na perpetuação da sua memória por meio de doações para construção de escolas.

Esclareceu Sá (2000, p. 119) que,

> se até o século XVIII o fazia sobretudo para assegurar o futuro da sua alma, a partir do século XIX valores como a preservação (ou construção) da memória do indivíduo, agora laicizados, [...], continuarão a fazer da caridade (agora denominada beneficiência ou filantropia) uma das formas de aquisição de prestígio mais eficazes.

Muitas dessas doações, destinadas à construção de estabelecimentos escolares foram feitas por imigrantes portugueses, que no Brasil acumularam fortunas, doadas sob as mais diversas condições e motivos a Irmandades instaladas em solo português e também brasileiro.

Esse imigrante português entrou em cena a partir da segunda metade de 1800, como um novo personagem social que revigorou muitas Misericórdias. Identificados em Portugal como *brasileiros*, assim definidos por Herculano (1983 apud ALVES, 1993, p. 38),

> A designação de "brasileiro" adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia, talvez, que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saíu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico.

Esses brasileiros também eram identificados como “torna-viagem, o retornado a Portugal depois de ter mourejado em terras do Brasil.” (COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES, 2000, p. 13)

> Chegar ao Brasil, fazer fortuna e voltar ao país natal, onde se instalaria na situação consolidada de proprietário, constituíam os dois tempos do projeto sociológico do emigrante. A mitologia do retorno constituiu uma condição necessária da corrente de remessas que invadiu o meio rural e urbano, principalmente entre 1870 e 1930. (PEREIRA, 2002, p. 12)

Necessário destacar que a maioria dos imigrantes portugueses que vieram ao Brasil para formar sua fortuna, não atingiu esse objetivo. Não retornaram para esconder sua vergonha pelo fracasso, ou se voltaram não eram identificados como *brasileiros*. E muitos dos que retornaram, o fizeram na “condição de ‘abrasileirado’ (o torna-viagens que volta remediado, mas não rico) e se instalou no Porto e no norte de Portugal, abrindo mercearias, estalagens e hotéis.” (MACHADO, 2005, p. 52)

> Era brasileiro de torna-viagens aquele que tinha adquirido para si parte da riqueza imaginária que se atribuía ao Brasil, que havia colhido da ‘árvore das patacas’. Tornava-se ‘brasileiro’ aquele que partilhava da substância que define no imaginário as características do Brasil: a riqueza, o exotismo e, de certa forma, a brutalidade selvagem. Trata-se de um estatuto financeiro-geográfico. Daí a discriminação contra os que voltavam pobres, que não eram considerados ‘brasileiros’. (MACHADO, 2005, p. 54)

Existiram dois tipos de imigrantes portugueses que rumaram para o Brasil no século XIX e início do XX. Aqueles para trabalhar no campo, substituindo a mão de

obra escrava, demonstrando força braçal e resistência às agruras do clima e de preferência não alfabetizados, pois assim, evitava-se o desejo de novidades e a mudança para as cidades. E de outro, o *brasileiro* de torna-viagem, que "procede das cidades, é empreendedor, sabe investir e seleccionar épocas e lugares de lazer, deseja conhecer outras gentes." (SANTOS, 2000, p. 23)

Basicamente os *brasileiros* de torna-viagem eram aqueles portugueses que deixaram sua cidade natal ainda crianças com catorze[30] anos de idade. Predominantemente homens, alfabetizados, alguns eram treinados para o ofício de caixeiro, em casas comerciais das grandes cidades, para sucesso rápido no lugar de acolhida. Havia também jovens descontentes com a autoridade paterna em busca de mais autonomia, os que visavam fugir do serviço militar, antigos seminaristas e os descontentes com partilhas desiguais. Muitos recebiam ajuda de parentes ou conhecidos que já residiam no Brasil ou ainda realizavam contatos prévios nos meios comerciais brasileiros. Era muito importante arranjar um padrinho ou chegar com uma carta de recomendação, a fim de garantir um primeiro emprego e alojamento. Na década de 1840 a emigração portuguesa concentrava-se numa pequena área junto ao Porto. (SANTOS, 2000, p. 20, 23; LEITE, 2000a, p. 27, 29, 30, 35)

Os portugueses que vinham ao Brasil, já preparados para a atividade de caixeiro eram fruto de um investimento familiar considerável para a época,

> [...] pois exigia que o candidato tivesse alguma preparação escolar - isto é, deveria alfabetizar-se e aprender as quatro operações -, além de implicar o alto preço da passagem. A emigração, nessa fase inicial do século XIX, era feita por indivíduos que dispunham de posses para pagar tais investimentos. (MACHADO, 2005, p. 50-51)

Em meados do século XIX, os portugueses ainda demonstravam preferir migrar para o Brasil, considerando a suposta facilidade de integração, por meio da "língua comum e a ilusão de uma civilização idêntica. Esta orientação preferencial pelo Brasil é evidentemente inseparável da política seguida por este país em relação à emigração." (PEREIRA, 2002, p. 25)

---

[30] "Na fase dos preparativos, os mancebos sujeitos a restrição migratória – a partir dos 15 anos, e até cumprirem o serviço militar ou ficarem isentos, – estavam numa situação específica. Se quisessem emigrar legalmente teriam que pagar uma caução pesada, ou apresentar fiador idóneo; essas condições levavam alguns mancebos a correr o risco de emigração ilegal, que encontrava a colaboração de engajadores, nem sempre bons conhecedores de circuitos clandestinos." (LEITE, 2000a, p. 34)

Esse fluxo migratório "continuou crescendo[31] durante o século XIX e atingiu números altíssimos na década de 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro no Brasil." (MACHADO, 2005, p. 52)

Alcançado o sucesso financeiro no Brasil, predominantemente em atividades comerciais, os *brasileiros* de torna-viagem, retornavam a Portugal com o principal objetivo de gozar a estabilidade e prestígio conquistados, estando ainda na faixa de 42 a 50 anos de idade. (ALVES, 2000, p. 45)

Esses *brasileiros* bem sucedidos voltaram também para usufruir suas conquistas utilizando os rendimentos acumulados para alterar seu status. Para isso mostravam-se "generosos em actos de filantropia (religiosa e secular) e interessados na vida colectiva." (CATROGA, 2000, p. 170)

Esse grupo de portugueses, nominados de *brasileiros*, ao regressar a Portugal, estavam "ávidos de protagonismo e reconhecimento." (LOPES, 2002, p. 91)

Eles se esforçavam para pertencer a variadas associações religiosas, o que consideravam adequado à sua posição financeira e social, "trata-se portanto de um universo de pertenças múltiplas, que representavam um investimento múltiplo e diversificado por parte dos indivíduos no sentido de assegurar a sua inserção social e o seu futuro póstumo." (SÁ, 2000, p. 118) Para isso era necessário se destacar como um grande doador e deixar bens suficientes para que sua memória sobressaísse no conjunto global de doadores.

Embora raramente ingressando como membro de uma Misericórdia[32], o português regressado do Brasil, via na Irmandade um interlocutor entre as necessidades locais para canalizar suas oferendas e a possibilidade de dar visibilidade ao seu sucesso e generosidade. (ALVES, 2000, p. 47)

Ao patrocinar obras de caridade, desde escolas a hospitais e estradas, os *brasileiros* de torna-viagem, buscavam a consagração pública, elogios em jornais, e alcançar contatos influentes que lhes pudessem garantir medalhas, comendas ou títulos de nobreza. Alguns desses *brasileiros* se assumiram publicamente como comendadores. Os *brasileiros* tornaram-se figuras míticas em quase todo o noroeste

---

[31] Em meados do século XIX aproximadamente 40 mil portugueses residiam no Brasil chegando a 120 mil em 1872. (LEITE, 2000b, p. 82)

[32] As Misericórdias eram inteiramente controladas pela nobreza terratenente, ou seja, pessoas com prestígio e influentes numa localidade, frequentemente proprietários de terras. (SÁ, 2000, p. 127)

português pelas benfeitorias que realizaram. (LEITE, 2000b, p. 86; MONTEIRO, 2000, p. 54; SANTOS, 2000, p.17-18; FELGUEIRAS, 2000, p. 272)

> A caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana, pelo ato concedido, e consequentemente pelo que representa. E é nesse sentido, que funciona também como forma de poder, porque é realizada para que o outro a compreenda enquanto poder. E, da mesma maneira, entidades assistenciais funcionariam como suporte para que esse tipo de ação se sobreponha constantemente. (CHAVES, 2014, p. 11)

Os imigrantes portugueses ao deixarem o Brasil levando sua experiência profissional, pessoal e inúmeras novas possibilidades por meio do patrimônio conquistado, destinaram às Misericórdias portuguesas e brasileiras seus bens, objetivando o reconhecimento e perpetuação de seu nome.

3 O LEGADO DE JOAQUIM BERNARDO BORGES

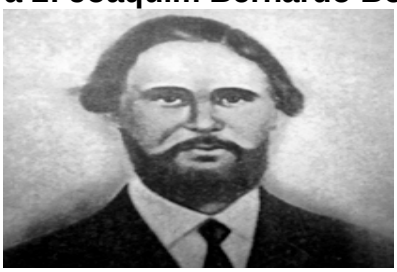
Este capítulo descreve o perfil do *brasileiro* de torna-viagem Joaquim Bernardo Borges com ênfase da sua opção de direcionar seus bens em favor da educação profissional de Itu e região. Além das características desse português retornado, destacar ainda que o Instituto Borges de Artes e Ofícios não existiria sem a sua decisão e clareza para estabelecer os critérios que viabilizariam sua construção e manutenção. Paralelamente utilizar dados sobre a imigração portuguesa para o Brasil para ratificar ou retificar os períodos e datas sobre sua chegada e estadia no interior de São Paulo.

3.1 Histórico do português Joaquim Bernardo Borges

O português Joaquim Bernardo Borges (Figura 2) nasceu em Vila Marim, Comarca de Mesão Frio, Província de Trás-os-Montes[33]. Com apenas 15 anos deixou seus pais, Antonio Borges e Anna Augusta, e veio para o Brasil rumo a Santos. (NARDY FILHO, 2012, p. 90). O desembarque de Borges na costa santista ocorreu por volta de 1850[34]. (SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 60)

Borges tinha três irmãos, José, Antonia e Maria Camilia, os dois primeiros faleceram antes dele[35]. (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 28 a 39)

Figura 2: Joaquim Bernardo Borges



Fonte: Acervo IBAO; sem autoria e data

[33] Vila Marim é a maior freguesia entre os sete concelhos de Mesão Frio. O município de Mesão Frio encontra-se a cerca de 80 Km do Porto.

[34] Essa é a única referência disponível até o momento sobre a data da chegada de Borges ao Brasil. O arquivo do Registro de Matrícula do Museu da Imigração do Estado de São Paulo disponibilizado para consulta, parte de 1888. Nada se sabe sobre o caminho que Borges percorreu para chegar ao Brasil, mas o roteiro mais comum e preferencial no período era Lisboa – Rio de Janeiro. Onde na chegada impunha-se quarentena ao imigrante.

[35] Não foi possível estabelecer a idade dos irmãos de Borges.

Encaminhou-se a Itu e, mediante carta de apresentação de um conterrâneo, foi contratado para trabalhar em uma loja de fazendas de propriedade do português João Baptista de Macedo e do brasileiro Emygdio Baptista Bueno. Permaneceu nesse trabalho até o encerramento das atividades da empresa. Posteriormente foi admitido como caixeiro na loja de fazendas e outros gêneros[36] (ANEXO B), do ituano Manoel Joaquim Antunes Russo. (NARDY FILHO, 2012, p. 90, 91, 92). As datas dessas ocorrências não foram estabelecidas por Nardy Filho (2012) e Souza; Cytrynowicz (2004). Em pouco tempo já conseguira amealhar reservas suficientes para iniciar seu patrimônio no Brasil. Em 4 de outubro de 1858[37], Borges[38] comprou um sítio em Itu. (1º CARTÓRIO DE NOTAS DE ITU, LIVRO 43, p. 14v.)

A dedicação de Borges e sua capacidade de negociar diferentes produtos despertou a confiança do seu empregador. Manoel Joaquim Antunes Russo determinou que Borges assumisse as transações nas lavouras de algodão em Porto Feliz[39], o maior centro produtor da Província de São Paulo. Paralelamente às negociações que realizou para seu contratante, Borges utilizou suas economias para investir na mesma atividade, obtendo resultados vantajosos. Apesar de ampliar seus ativos, Borges somente deixou de ser empregado, com a morte de Manoel Russo. (NARDY FILHO, 2012, p. 90-91).

Manuel Russo morreu em 10 de junho de 1872 (LIVRO DE TESTAMENTOS DO 1º CARTÓRIO DE NOTAS DE ITU, p. 95). Após seis meses, Borges formalizou sua própria empresa.

---

[36] Comércio de fazendas e outros gêneros, firma F. C. de Miranda Russo & C., capital 50:000$. (JORNAL DA TARDE, Rio de Janeiro, Ano III, n. 248, 24 out. 1871)

[37] Boa parte da produção de açúcar da Província de São Paulo na segunda metade do século XIX estava concentrada em Itu, produzindo em 1854, 159.070 arrobas em 164 engenhos. Naquele ano, a economia ituana ampliava a sua cultura do café em 60 fazendas alcançando 16.702 arrobas. (IANNI, 1996, p. 29).

[38] Borges teria 23 anos em 1858, considerando sua chegada no Brasil em 1850 com 15 anos de idade.

[39] Segundo Furtado (1982, p. 112) a cultura do algodão "conheça no século XIX nova etapa de prosperidade no Brasil" com a exclusão temporária do produto norte-americano do mercado mundial. A Inglaterra incentivou a cultura do algodão no Brasil com o objetivo de amenizar a queda das exportações norte-americanas ocasionadas pela Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865). (CANABRAVA, 1984, p. 9) Essa nova situação do mercado internacional, aliada às operações simples impostas a produção do algodão facilitaram o progresso da lavoura no Brasil. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 83) "Na estatística de 1866, organizada pela Câmara Municipal de Itu, a produção de algodão do município era calculada em 46.740 arrobas das quais 15.500 pertenciam à produção da freguesia da Água Choca, o açúcar figurava com uma produção de 49.900 arrobas, das quais 5.500 eram fabricadas naquela freguesia." (CANABRAVA, 1984, p. 61)

Em 30 de janeiro de 1873, Borges constituiu sociedade comercial para compra e venda de chá[40] nacional, com João Baptista de Macedo, seu patrício e primeiro empregador em Itu. A Borges coube integralizar o capital da sociedade e a Macedo, a gerência. Na apuração do resultado, as retiradas totais seriam divididas em três partes, duas para Borges e uma para João Macedo. (1º CARTÓRIO DE NOTAS DE ITU, LIVRO 49, p. 198)

Borges praticamente monopolizou os negócios da cultura de chá, "auferindo consideraveis lucros, que formaram o inicio de sua grande fortuna" (NARDY FILHO, 2012, p. 91).

Na sua coluna entitulada "A antiga lavoura de chá de Itu" (ANEXO C), Nardy Filho (1955, p. 8), cuja família era produtora de chá, descreveu a história dessa cultura na região, sua empregabilidade, lucro dos produtores, o reconhecimento da qualidade do produto local e apontou a conduta de Borges como o motivo da decadência desse negócio,

> Contava a antiga gente ituana, que **o causador da depreciação** do chá de Itu foi **Joaquim Bernardo Borges**, que se dedicava á compra e exportação do chá e algodão; dizia aquela gente antiga que Joaquim Borges, com o **fim de obter maior lucro** misturava chá bom com **chá inferior** e o **rotulava** como de **superior qualidade** e que ao chá preto misturava certa droga e o fazia passar como chá verde. O Relatório da Câmara dá como causa dessa depreciação e baixa do preço o monopólio. Ora, era **Joaquim Borges** quem comprava todo o chá de Itu, sendo assim quem o **monopolizava**, havendo desse modo um tanto de verdade no que dizia aquela antiga gente. (NARDY FILHO, 1955, p. 8, grifo da autora.)

Borges fez muitas viagens entre Santos e Rio de Janeiro, durante o período que esteve no Brasil. Os jornais da época[41] (ANEXO D) produziam colunas com identificação da embarcação, locais de embarque/desembarque e lista de passageiros por nacionalidade. Em algumas delas, Borges foi relacionado na lista de brasileiros,

---

[40] Em 1865, a cultura do açúcar ainda dominava a agricultura ituana e "em pequena escala figurava também a produção do café e a do chá." (CANABRAVA, 1984, p. 61)

[41] Desembarque em Santos: 25 de novembro de 1866, vapor inglês Corcovado, Borges foi incluído na lista de passageiros "brazileiros", embora houvesse a lista de passageiros portugueses (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 3154, 28 nov. 1866); 2 de janeiro de 1870, vapor Santa Maria, Borges aparece na lista de brasileiros, embora houvesse uma lista geral, identificada como "estrangeiros". (DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano V, n. 1298, 5 jan. 1870). Vapor Paulista, Borges na lista de passageiros "nacionais" e existia a lista de "estrangeiros" (DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano VII, n. 1807, 18 out. 1871). Passageiros que seguiram para a côrte no vapor Santa Maria em 16 de maio de 1874, nesse caso Borges estava relacionado na lista de passageiros "estrangeiros" (DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano IX, n. 2564, 19 mai. 1874). Entrada no dia 30 de novembro de 1874, Borges estava na lista de passageiros portugueses, embarcação Southampton, suposta entrada no Rio de Janeiro (O GLOBO, Rio de Janeiro, n. 119, 1 dez. 1874)

embora houvesse lista de portugueses. Em outras estava relacionado com os “nacionais”, apesar da lista de estrangeiros. Em viagem para a Côrte, foi relacionado entre os portugueses embarcados.

As viagens de Borges indicam uma vida bastante ativa, embora não tenha sido possível identificar o motivo de suas viagens, se profissionais ou apenas de lazer.

Em 28 de janeiro de 1876 (ANEXO E), Borges escreveu ao jornal Província de São Paulo, relatando que enquanto andava pela Rua da Palma em Itu foi abordado pela polícia e recolhido para averiguação. Indignado, pede retratação ao presidente e chefe da polícia, pela humilhação a qual foi submetido, na cidade onde era muito conhecido e questionava que a situação tinha sido orquestrada com antecedência de oito dias.

> Ytú. Para os Exmos. Srs. Drs. Presidente e Chefe de Polícia lerem. Srs. Redactores – Acabo de **passar** por um d’aquelles **vexames** que deixam na **vida do homem** impressão indelével e que **magôam** para sempre quando quem o soffre sabe alliar ao caracter o pundonor próprio das pessoas de bem. Não é que eu tenha que correr diante de qualquer acto praticado por mim; mas é que **fui victima** de um verdadeiro desacato e d’esses que fazem **revoltar** os brios e a dignidade maltratada. **Tenho vivido há longos annos na cidade de Ytú**, onde sou conhecido e onde minhas qualidades podem ser julgadas imparcialmente por todos quantos sabem prezar as pessoas honestas e que fazem do trabalho o verdadeiro brazão de honra. Direi em poucas palavras o que me aconteceu. Na noute de **21 do corrente mez** subia eu tranquillamente a **rua da Palma**. Ao chegar á esquina em que dá os fundos a casa do sr. tenente-coronel L. A. de Anhaia, fui sorprehendido por dous **policiaes** que me ordenaram de fazer alto. Parei immediatamente e disse que era de paz, na fórma do estylo. Os dous sugeitos perguntaram-me se trazia armas. Respondi-lhes que **podiam revistar-me**. Procederam elles á mais rigorosa pesquiza e **só encontraram** em mim a **chave da minha casa** que trazia commigo. [...] disseram que **me entregasse preso á ordem do sr. delegado de polícia**. **Entreguei-me**, se bem que na maior admiração por tão insólito procedimento. Entretanto perguntei o que **motivava a minha prisão**. Responderam-me que não resistisse e que me portasse como homem de bem. Não disse mais nada. D’alli **fui levado para a cadêa**. Lá chegando, houve dúvidas para saber-se se eu **iria ao xadrez** ou se ficaria n’uma das taes salas, [...] (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 307, 28 jan. 1876; grifo da autora)

No dia 30 de janeiro de 1876 (ANEXO F), o mesmo jornal publicou uma carta assinada por “um amigo do verdadeiro mérito” (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 309, 30 jan. 1876) destacando que Borges exagerou no seu relato, pois foi bem tratado pelo delegado e que toda a situação somente aconteceu em função da recusa do imigrante português em se identificar.

> Tendo o dr. delegado denuncia de que, por muitas noites, um vulto desconhecido e disfarçado rondava certa área da rua da Palma, ordenou, como lhe cumpria, à patrulha, que se o encontrasse reconhecesse. Na

> primeira noite depois desta providencia foi o vulto encontrado no logar do costume, e, apezar de excessivo calor, achava-se envolvido em amplo sobretudo, com o chapéu desabado e parte do rosto coberto por uma manta. A patrulha ordenou-lhe que fizesse alto e declarasse o seu nome. O sr. Borges (pois era elle) recusou dizel-o, e deante dessa recusa, que podia occultar as mais pérfidas intenções, os policiaes procederam a competente e legal revista para conhecerem se o vulto estava armado (até então o sr. Borges conservava o incógnito). Não estando armado o vulto, deixaram-no os policiaes em paz e seguiram seu caminho, mas encontrando o dr. delegado, que voltava de uma diligencia importante, deram-lhe parte do occorrido. Como o vulto, apezar de revistado, não tinha sido reconhecido, ordenou o dr. delegado que isso fosse feito, [...] (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 309, 30 jan. 1876)

Em 4 de fevereiro de 1876 (ANEXO G), o representante do delegado de polícia escreveu ao periódico, na tentativa de "restabelecer a verdade" e desqualificar as indagações de Joaquim Borges. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 311, 4 fev. 1876)

Borges registrou na "Secção Livre" do Jornal A Província de São Paulo (ANEXO H), publicado em 8 de fevereiro de 1876, seu inconformismo por não ter recebido uma reparação pública.

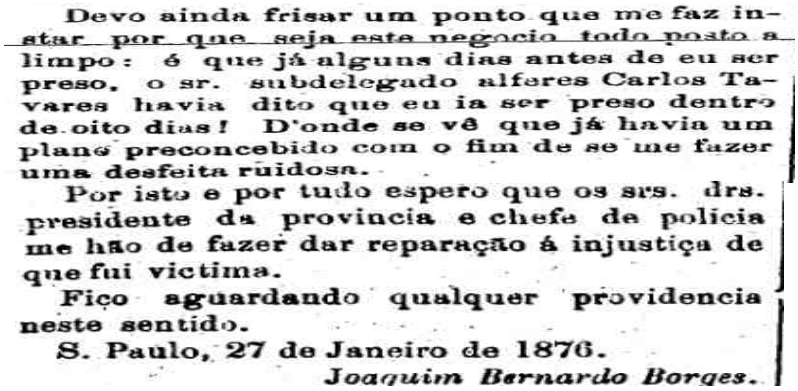
> [...] Não posso crer que ss. excs. vendo todo o meu bom **direito** e como foi elle **offendido com a prisão que soffri**, possam deixar **sem um reparo**, sem um **desaggravo**, sem uma **satisfação a minha injustiça**. Acredito, continuo a acreditar, que há de ser attendido, pois vivemos n'um paiz civillisado e onde as garantias sociaes estão acoberto de leis sabias e equitativas. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 315, 8 fev. 1876; grifo da autora)

Essas cartas indignadas enviadas por Borges ao jornal apontam que, em 1876 além dos seus negócios em Itu ele ainda mantinha e costumava ficar na sua residência na cidade.

> [...] Entretanto declaro que **continuarei a passar pela rua da Palma** todas as vezes que me aprouver em quanto o sr. delegado de polícia não declarar aquella parte do seu domínio policial em estado de sítio, o que é bem provável que possa acontecer por causa do tal vulto que tanto cuidado e attenções tem dispertado na pessoa do sr. delegado. Nessa occasião também é possível que se prohiba **em Ytú** que possa a gente andar de noite com o seu sobretudo e trajos iguaes tendo-se occupado durante o dia outras vestimentas, pois consta, não sei com que fundamento, que **uma das causas da minha prisão** foi o ter sido achado de sobretudo!! (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 307, 28 jan. 1876; grifo da autora)

Porém, nessas cartas assinadas por Borges, São Paulo aparecia como local origem da correspondência (Figura 3).

Figura 3: Carta de Borges ao jornal – 28 jan. 1876



Devo ainda frisar um ponto que me faz instar por que seja este negocio todo posto a limpo: é que já alguns dias antes de eu ser preso, o sr. subdelegado alferes Carlos Tavares havia dito que eu ia ser preso dentro de oito dias! D'onde se vê que já havia um plano preconcebido com o fim de se me fazer uma desfeita ruidosa.

Por isto e por tudo espero que os srs. drs. presidente da provincia e chefe de policia me hão de fazer dar reparação á injustiça de que fui victima.

Fiço aguardando qualquer providencia neste sentido.

S. Paulo, 27 de Janeiro de 1876.

Joaquim Bernardo Borges.

Fonte: Acervo Estadão; A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 307, 28 jan. 1876

Essas duas evidências, sua prisão em Itu em janeiro de 1876 e suas cartas com a indicação da cidade de São Paulo, levam a supor que na ocasião, Borges vivia entre Itu e São Paulo, considerando as exigências impostas a um homem de negócios e as condições de translado entre as duas localidades.

Apesar disso, Nardy Filho (2012, p. 91) e Souza; Cytrynowicz (2004, p. 60) afirmaram que em 1875, Borges liquidou seus negócios em Itu e mudou-se para São Paulo onde passou tempo suficiente para investir em prédios e ações.

Além da constatação da sua permanência em Itu, mesmo que supostamente intercalando com São Paulo, a longa narrativa de Borges sugere alguns aspectos da sua personalidade e a possibilidade de incrementar o perfil do jovem empreendedor português.

> [...] mas **fui prezo** e **conduzido** por uma escolta **à cadêa**, sendo assim **deprimido na minha reputação** e nos **meus instinctos de probidade reconhecidos**. [...] que fui victima de um **verdadeiro desacto ao meu direito**. [...] É preciso notar ainda que **o acto praticado commigo** toma todas as proporções de **um verdadeiro acinte**. Quando eu pedia que me levassem á cadêa e dizia-se-me que não podia lá ir; quando eu me resignava á sorte e entrava na cadêa, impunha-se-me a condição de ir á presença do delegado! Parece que em tudo isso **havia o desejo de se me fazer andar escoltado por ignomínia simplesmente**. [...] Outra cousa que é preciso que se esclareça: a qual queixa ou denuncia das familias do quarteirão existe deveras? Não fará parte dessas familias algum indivíduo que tem interesses particulares n'aquella rua, e a quem toda a testemunha deve ser incommodada portanto? Tenho direito de duvidar de taes queixas emquanto não for declinado o nome ou nomes dos seus auctores. [...] O que **mais me tem magoado** em tudo isto é que o facto acontecido comigo e que deixo relatado, tem dado thema nos últimos dias para todas as conversações do logar. E assim **andam o meu nome** e o do sr. delegado **na bocca e nos commentarios de todos**. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 307, 28 jan. 1876; grifo da autora.)

Nardy Filho (1943, p. 1, 3) relatou o episódio da detenção de Borges em Itu, atribuindo ao imigrante português a culpa pela ocorrência, considerando que independente das condições climáticas e horário, costumava usar sobretudo, manta e chapéu. A discussão acalorada teria sido encerrada pela intervenção de amigos comuns das partes (ANEXO I).

Não se sabe, e não foi encontrado nenhum registro que a situação e constrangimento, a que Borges foi submetido, tenha precipitado nele o desejo retornar a Portugal.

A questão tornou-se relevante também considerando que no Brasil do século XIX ocorreram várias revoltas que marcaram o antilusitanismo[42], movimento caracterizado "pelo desejo de nacionalização do comércio a varejo, completamente dominado pelos portugueses, mesmo depois da independência." (MACHADO, 2005, p. 61)

Segundo Alencastro (1988 apud Machado, 2005, p. 59), a lusofobia brasileira era principalmente motivada pelo domínio português nas atividades comerciais e na preferência em empregar em seus negócios, patrícios recém-chegados, privando os brasileiros habilitados para ocupação das vagas.

Além disso, os portugueses que dominavam alguma atividade eram acusados "de enriquecimento ilícito e desonesto". (MACHADO, 2005, p. 60)

Tanto a ocorrência da detenção para averiguação sofrida por Borges em 1876 na cidade de Itu, quanto a desaprovação pelo monopólio que detinha na cultura do chá (ANEXO C), mencionada por Nardy Filho (1955, p. 8)[43], poderiam ter motivado a opção do comerciante português em retornar à sua terra natal. Todavia não existe qualquer registro ou evidência que possam levar a essa conclusão.

Borges preparou-se para retornar a Portugal. Em 6 de setembro de 1877 lavrou procuração em cartório para o português Miguel Luiz da Silva[44] (ANEXO J). Esse documento foi utilizado para venda de um sítio (1º CARTÓRIO DE NOTAS, LIVRO 55,

---

[42] Ocorreram diversos incidentes violentos no Rio de Janeiro e Pará, inclusive com ataque a lojas. No "Pará o mal-estar torna-se tão geral que 362 caixeiros e artesãos pedem que o governo português autorize a sua instalação na África." (PEREIRA, 2002, p. 47)

[43] Nardy (1955) acusou Borges de ter utilizado métodos pouco ortodoxos para monopolizar a cultura do chá.

[44] Miguel Luiz da Silva era secretário da Companhia Ytuana (O GLOBO, Rio de Janeiro, Ano III, n. 176, 28 jun. 1876). Era membro da "Comissão de socorros as vitimas de inundações em Portugal" constituída em diversas localidades, inclusive Itu (GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano III, n. 6, 6 jan. 1877).

p. 21) e provavelmente para outros negócios. Era comum que *brasileiros* enriquecidos, ao regressar a Portugal mantivessem seus negócios no Brasil. (MAIA; PEREIRA, 2000, p. 311)

Borges embarcou para Portugal, em 15 de setembro de 1877 (GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano III, n. 233, 15 set. 1877). Seu nome estava na lista de embarque no paquete francês Níger com destino a Lisboa (ANEXO K). Essa evidência sustentaria que o retorno de Borges a Portugal de fato ocorreu em 1877. (Figura 4)

Contudo, Souza; Cytrynowicz (2004, p. 61) afirmaram que Borges retornou a Portugal em 1880 e Nardy Filho (2012, p. 91) que "regressou a Portugal, a ver os seus, fixando sua residencia na cidade do Porto, ficando assim bem perto de sua aldeia natal."

Figura 4: Embarque de Borges a Portugal em 15 set. 1877

GAZETA DE NOTICIAS — Sabbado 15 de Setembro de 1877

PASSAGEIROS

Seguem hoje no paquete francez *Niger* os seguintes:

Para a Bahia.—Luiga Nicola, Bento Rodrigues Ponces, Luigo Capra, Pietro Velisio, Giovani Lescastto, Antonio José da S. Guimarães, sua senhora e 3 filhos, Pedro Luiz, Manuel Cyriaco do Sacramento e Geraldo Honorato.

Para Pernambuco. — José I. R. Ramalho e Zeferino L. Martins.

Para Lisbôa — Frederico Augusto Rodrigues e 1 filho, João A. Alves de Carvalho e 1 criado, Paulino C. da Rocha, Antonio Teixeira de Queiroz, D. Lindolfa Soares de Brito, 3 filhos e 1 criada com 1 filho, Antonio Pereira Marques, Joaquim Bernardo Borges, José Joaquim Alves, Domingos Rodrigues, Francisco Doram y Durans, João Baptista Rodrigues, José da Rocha, Antonio F. de Carvalho, Manuel de Oliveira, Manuel Alves do Couto, Manuel F. da Silva, José Antonio Gonçalves

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional - GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano III, n. 255, 15 set. 1877

Em 1877 Borges tinha 42 anos[45] permanecendo no Brasil durante 27 anos, cumprindo o padrão médio de idade e permanência dos *brasileiros* de torna-viagem.

Segundo Machado (2005, p. 54), em geral os portugueses passavam cerca de 20 anos na emigração para juntar um capital que os fizesse influentes no regresso. A "idade média de retorno era de 42 anos."

Em Portugal, Joaquim Bernardo Borges era identificado como capitalista. Residindo na cidade do Porto, na Rua Joaquim Antonio d'Aguiar, número cento e oitenta e dois, mantinha a Quinta de São Thiago, composta de "oito prédios rurais com várias casas sobradadas e barracões", localizada nas freguesias de Santa Cristina e

[45] Borges teria 42 anos em 1877, considerando sua chegada no Brasil em 1850 com 15 anos de idade.

Vila Marim, da Comarca de Mesão Frio. (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 28; 29)

De 1883 a 1885, Borges solicitou quatro registros de Licença de Obra para construção e ampliação de suas propriedades localizadas na Rua da Formiga e na Calçada do Rego Lameiro, ambas na cidade do Porto. (ARQUIVO DA CÃMARA MUNICIPAL DO PORTO, LICENÇA DA OBRA nº 398/1883; 189/1884; 154/1885; 242/1885)

Borges foi muito atuante e não se intimidou em defender seus interesses. Em 1905, teve reconhecido seu direito de receber do município de São Paulo o pagamento de indenização pelo prejuízo que sofreu por uma obra que recuou seu terreno localizado na Rua Quinze de Novembro, 43 e 45. Todo o andamento do processo e as discussões em diferentes instâncias foram publicados nos jornais[46] (ANEXO M). A Lei Municipal nº 820 de 22 de maio de 1905 (ANEXO N), autorizava o Prefeito de São Paulo "a abrir um crédito na importância de oito contos e oitocentos e sessenta mil réis, para pagar a Joaquim Bernardo Borges a indennização pela perda de terreno."

Borges era um típico *brasileiro* de torna-viagem, considerando o perfil desse grupo de portugueses: saiu de Portugal rumo ao Brasil com quinze anos, chegou com destino certo e apadrinhado com recomendação de um compatriota, empregou-se no comércio[47] e desenvolveu habilidades que propiciaram a formação de capital. Voltou para Portugal com aproximadamente 42 anos, ainda com suas capacidades para produzir na terra natal e usufruir a vida por meio de suas conquistas. Doou relevante montante a Irmandade de Misericórdia para a edificação de importante obra que imortalizasse seu nome. Foi chamado de comendador[48] (ARCHER, 1956, p. 7) como era comum entre os imigrantes portugueses que acumularam fortuna no Brasil (ANEXO O).

---

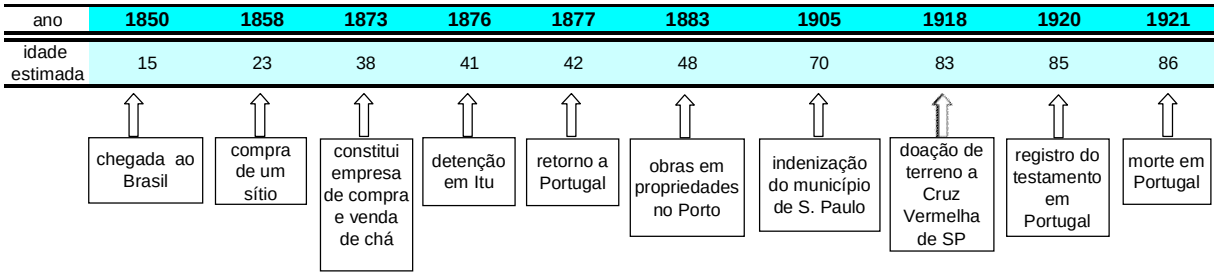
[46] CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 14590, 27 mar. 1904; n. 14956, 30 mai. 1905; n. 14971, 14 abr. 1905; n. 14.997, 12 mai. 1905; n. 15008, 23 mai. 1905; n. 15017, 1 jun. 1905; n. 19.307, 11 abr.1917; n. 19.327, 28 abr.1917; n. 19.388, 1 jul.1917; n. 19.711, 23 mai.1918; 21.112, 2 jul.1919. O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano XIII, n. 3909, 18 jan.1905; O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano XIII, n. 4352, 1 jun.1905.

[47] Provavelmente Borges foi alfabetizado e treinado para atividades comerciais, ainda enquanto vivia em Portugal, considerando que chegou ao Brasil com indicação de trabalho na área e foi imediatamente contratado por seu primeiro empregador.

[48] Não foi possível esclarecer se a comenda foi obtida enquanto Borges estava no Brasil, se após o seu retorno a Portugal, ou se ele se auto titulou assim, como faziam muitos dos torna-viagens. Na pesquisa realizada, somente Archer (1956, p. 7) fez referência a Borges, como comendador.

Joaquim Bernardo Borges faleceu em 2 de janeiro de 1921 (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 28), com prováveis 86 anos de idade[49].

Figura 5: Linha do tempo – Borges



Fonte: Elaboração da autora, baseado no levantamento bibliográfico e documental realizado.

3.2 Os legados do torna-viagem Joaquim Bernardo Borges

TRAGO DENTRO do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.
Fernando Pessoa

Joaquim Bernardo Borges elaborou dois testamentos especificando a destinação do seu patrimônio. Um dispondo dos seus haveres em Portugal e outro dos bens que mantinha no Brasil. Esses documentos datam de 10 novembro de 1920.

Em 11 de dezembro de 1920, Joaquim Bernardo Borges apresentou o Testamento Cerrado dos bens em Portugal, ao tabelião da Comarca do Porto para elaboração de Termo de Aprovação. O testamento ficou depositado com o Governador Civil que o encaminhou acompanhado de ofício para o Registro na Administração do Bairro Oriental, em 4 de janeiro de 1921, dois dias apos a morte de Borges. A Cota de Registro data de 13 de janeiro de 1921. (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 36 a 38)

Nesse testamento, Borges que não tinha herdeiros necessários[50], distribuindo seu patrimônio para sobrinhos, filhos de seus primos, além de diversos empregados. A

[49] Considerando que em 1850, Borges estava com 15 anos de idade, quando chegou ao Brasil.

testamenteira e maior beneficiária em Portugal foi sua sobrinha Camilla Borges Alvez Diniz, que além de títulos e dinheiro, herdou a Quinta de São Thiago na Comarca de Mesão Frio. (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 28; 29)

Borges determinou ainda que, se no seu falecimento ainda não possuísse um mausoléu em um dos cemitérios do Porto, antes de completar um ano da sua morte, seus testamenteiros deveriam construí-lo,

> [...] em granito de primeira qualidade em formato de capela com quatro gavetões com o qual se gastará até quantia de cinco mil escudos do meu espolio; neste mausoléu só repousarão os restos mortaes de minha irmã Maria, minha sobrinha Camilla, o seu marido José Maria da Silveira Borges Montenegro e os meus, [...] (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 33)

A fim de conservar o referido mausoléu, Joaquim Borges destinou dois mil escudos à Ordem da Santissima Trindade da cidade do Porto[51], com a "condição e obrigação" de limpá-lo e conservá-lo perpetuamente. Em caso de descumprimento, o legado deveria ser transferido a Câmara Municipal local. (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 33)

Essa atitude de Borges visando a construção e manutenção de um imponente mausoléu pode estar relacionada a um costume dos *brasileiros* de torna-viagem do Porto de demonstrar sua capacidade financeira e a legitimação em um novo grupo social. (CATROGA, 2000 apud MACHADO, 2005, p. 55).

Joaquim Borges também disponibilizou recursos à Sociedade Brasileira de Beneficência, da cidade do Porto, condicionando a obrigação de utilizar apenas os rendimentos "em esmolas pelos indigentes a sua escolha." (ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO, LIVRO DE TESTAMENTOS 175, p. 32)

---

[50] Herdeiros necessários, ou seja, filhos, netos, pais, avós, cônjuge.

[51] A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade do Porto recebeu autorização por meio da Portaria nº 2:706 do Governo da Republica Portuguesa (ANEXO L), pelo Ministério do Trabalho para aceitar o legado de 2.000$, deixado em testamento por Borges, para o encargo da conservação e limpeza do seu jazigo. (DIÁRIO DO GOVERNO, 19 de abril de 1921, I Série – n. 80)

3.2.1 Borges e os legados aos jovens pobres

Joaquim Bernardo Borges direcionou a maior parte do patrimônio que deixou no Brasil para a edificação de escolas de formação profissional, escolhendo prioritariamente beneficiar a população carente.

A escolha de Borges estava alinhada com a maioria dos *brasileiros* de torna-viagem, “sobretudo os que não possuíam descendentes directos, tornaram-se mecenas, benfeitores, pródigos para com seus conterrâneos ou para com o país: dotaram escolas, orfanatos, misericórdias.” (SANTOS, 2000, p. 23)

Segundo Araujo (2007, p. 387),

> a preparação da morte acompanhava os homens na última fase das suas vidas, levando-os a escolher os seus herdeiros de forma pensada e muito direccionada para a salvação da alma. O rumo a dar à herança era mais premente no caso dos solteiros e/ou dos viúvos e dos casados sem descendência directa.

Borges condicionou a doação dos seus bens à criação de uma instituição de ensino gratuito, que levasse seu nome, o Instituto Borges de Artes e Ofícios, na cidade de Itu, interior de São Paulo. A fundação e administração perpétua dessa escola profissional ficaria a cargo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu. (NARDY FILHO, 2012, p. 86; SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 60)

Borges determinou o nome e a finalidade da escola que doou a Itu. Conduta alinhada aos costumes seculares dos benfeitores das Misericórdias, que intencionavam perpetuar seu nome.

O testamento estabelecia que apenas os rendimentos dos títulos e papéis doados (ANEXO P) poderiam ser utilizados para edificar a escola profissional. (NARDY FILHO, 1922a, p. 1, 2006b, p. 184)

> Esse legado, porém, é com a condição da Santa Casa fundar e manter perpetuamente em lyceu de artes e officios para os **filhos do povo** desta cidade, **mas só com os rendimentos**, **sem jamais se poder retirar qualquer parcela do patrimônio**. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20.970, 20 nov. 1921; grifo da autora)

O tempo limite para a edificação da escola profissional também foi estabelecido por Borges, no seu testamento (ANEXO Q), onde “lê-se a cláusula expressa, claras e

insophismavel – de quando o lyceu deve estar funcionando dentro de 3 annos[52] a contar do dia da morte do testador.” (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 961, 13 mai. 1922)

Borges deixou seu patrimônio e exigiu apenas bom uso do seu dinheiro, no tempo que julgou suficiente para que a escola fosse erguida. Tendo o doador imposto condições e parâmetros para a irmandade ituana cumprir a demanda, não atendê-la acarretaria na perda dos benefícios testamentários. Todos os seus bens seriam transferidos para outras Misericórdias (ANEXO R). “O testamento deste bemfeitor da nossa Santa Casa é minucioso e declara que si não for cumprido á risca, o patrimônio deixado a Santa Casa desta cidade, passará para as Santas Casas de Campinas, S. Paulo e Santos.” (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20.970, 20 nov. 1921)

Borges também estabeleceu em seu testamento que “os patrimônios da Santa Casa e do Instituto não se confundissem.” (REVISTA CAMPO & CIDADE, 2004, p. 19)

Alguns dados do registro do testamento de Borges foram listados na quarta cláusula do termo de convênio de 28 de junho de 1963 (PROC. SE. 40463/63), firmado entre a Misericórdia de Itu e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

> Para os fins de cumprimento da vontade do benemérito Joaquim Bernardo Borges, doador e instituidor do atual “Instituto Borges de Artes e Ofícios”, de Itu, constante do testamento por ele deixado, processado no 6º Ofício de Justiça da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, em 13 de abril de 1921, homologado por sentença de 20 de julho de 1921, do M. Juiz da 2ª Vara de Orfãos e da Provedoria de São Paulo, pelo qual a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu se obrigou a construir e administrar perpetuamente o aludido Instituto, este será administrado por um Conselho Administrativo, instituido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, presidido pelo Provedor, e por um Diretor, cabendo ao primeiro funções deliberativas e ao último, funções executivas.” (PROC. SE. 40463/63, cláusula quarta)

Diversos jornais brasileiros da época noticiaram à exaustão, que a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Itu era a maior beneficiária de Borges. No entanto, a Irmandade informou a impossibilidade de revelar detalhes do testamento por determinação do doador.

Todavia, os mesmos periódicos detalharam as bases do testamento de Borges, com bens, beneficiados e avaliações. Entre eles, O Paiz (Rio de Janeiro, Ano XXXVII, n.13.235, 14 jan. 1921) e o Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 14, 14 jan.

---

[52] Souza; Cytrynowicz (2004, p. 60) destacaram que segundo o testador, “em um prazo máximo de três anos seria erguido o prédio e, depois, o patrimônio legado garantiria a sua manutenção."

1921) com exatamente o mesmo texto (ANEXO S), apenas alterando os títulos das matérias, respectivamente, “Um grande legado” e “Um negociante portuguez por occasião de sua morte legou a maior parte de sua fortuna á santa casa de Itu”, com as seguintes especificações,

> Entre a relação dos bens deixados em benefício dessa instituição de caridade, figuram: três prédios nesta capital, sendo dois na rua 15 de Novembro, ns. 43 e 45, avaliados em 1.850:000$, e um na rua Direita n. 45, avaliado em 500:000$: 300 apólices de 1:000$ cada uma, sendo 200 federaes e 100 estaduaes; 1.300 acções da Companhia Mogyana, avaliadas em 270:000$, ao par; mais o remanescente de outros legados, calculados em 200 contos; 300 apólices federaes e estaduaes, de 1:000$, deixados em uso-fruto á D. Catharina Alves Diniz; 1.500 letras da Camara da Capital, estimadas em 150 contos, valor nominal, ao Hospital dos Lázaros, annexo à Santa Casa de Itu. Assim, os immoveis e títulos legados pelo generoso e nobre coração do Sr. Bernardo Borges, estão avaliados em 3.560:000$, sendo apenas estabelecida a condição da Santa Casa de Itu fundar um Lyceu de Artes e Offícios, annexo á esse estabelecimento. (O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XXXVII, n.13.235, 14 jan. 1921; JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 14, 14 jan. 1921)

De maneira geral, os bens listados nos jornais[53] poderiam ser considerados os recebidos pela irmandade ituana, com pequenas divergências, como por exemplo, a localização dos imóveis. Ora identificados como localizados na capital paulista[54] e em outras notícias, em Itu[55] (ANEXO T). Estavam localizados de fato na cidade de São Paulo.

As avaliações sobre o montante total referente aos bens destinados a Misericórdia de Itu, também variaram nas notícias veiculadas, entre 3.560 contos em 1921 a 4.455 contos em 1922 (ANEXO T). (A NOITE, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 3627, 10 jan. 1922).

---

[53] Os bens destinados a Misericórdia de Itu, também foram listados por Souza; Cytrynowicz (2004, p. 61) “concluído o inventário, este incluía três casas e seus respectivos terrenos: duas na Rua Quinze de Novembro, números 43 e 45, uma na Rua Direita, nº 45; 286 apólices estaduais de 1 conto de réis cada; 1.300 ações da Companhia Mogyana de Vias Férreas e Fluviais, de 200 mil réis cada; 1.500 letras da Câmara Municipal da Capital; 64 apólices federais e outras 69 apólices estaduais. Mais um montante de apólices foi legado à instituição, mas com usufruto em vida a uma sobrinha do falecido.” (SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 61)

[54] “[...] constantes de 3 prédios, situados na Rua 15 de novembro e rua Direita, na capital.” (O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXXVIII, n. 18274, 17 jun. 1967)

[55] Dois prédios na rua 15 de Novembro, um na rua Direita, ambos em Itu, 1.300 ações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, apólices da dívida pública, 1500 letras da Camara Municipal de S. Paulo, conversíveis em apólices da dívida estadual a metade remanescente dos seus bens. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20796, 26 mai. 1921)

Nardy Filho (1922b, p.1, 2012, p. 86) e Souza; Cytrynowicz (2004, p. 60) também divergiram quanto ao montante apurado pelos bens deixados a Misericórdia de Itu, totalizando 4.455:024$000 (Anexo T) e 4.181:774$000[56], respectivamente.

A Santa Casa de Misericórdia de Itu obteve junto à Secretaria da Fazenda Estadual, isenção do imposto de transmissão causa mortis[57] (ANEXO T) sobre os bens que recebeu de Borges. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20796, 26 mai. 1921)

Além de direcionar seus bens para uma escola profissional gratuita, Borges determinou que outras obras assistenciais fossem edificadas por meio do seu patrimônio.

No seu testamento Borges impôs que se a metade do remanescente dos seus bens deixados no Brasil atingisse mais de duzentos contos de réis, a Misericórdia de Itu ficaria obrigada a "fundar e manter uma maternidade, em seu hospital, para as mulheres pobres", com o nome de Maternidade Borges. (SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 62) A Maternidade Borges foi inaugurada em 12 de março de 1939 (ANEXO T). (O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXXVIII, n. 18274, 17 jun. 1967; NARDY FILHO, 2012, p. 93)

O direcionamento de Borges para a construção de uma maternidade para mulheres pobres estava alinhado ao costume português do século XIX, de acolher apenas parturientes carentes em instituições hospitalares.

Joaquim Borges deixou ainda, recursos para a manutenção do Hospital dos Lázaros na cidade de Itu (ANEXO R). (SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 62; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20.970, 20 nov. 1921)

Além das doações a educação e saúde de Itu, Borges também beneficiou a Cruz Vermelha Brasileira no Estado de São Paulo[58].

Para a Cruz Vermelha, Borges havia doado ainda em vida, um terreno[59] (ANEXO O) na capital paulista,

---

[56] Em contos de réis.

[57] O Governo do Estado atendeu ao "pedido de isenção de pagamento dos impostos de transmissão, que se elevaram a mais de 700 contos e o dr. Gastão Vidigal, official do registro geral da 1ª circumscripção de S. Paulo, recusou o recolhimento dos emolumentos a que tinha direito." (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 711, 17 nov. 1921)

[58] Misericórdia de Itu e Cruz Vermelha de São Paulo foram nomeadas inventariantes e testamenteiras. (SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 62)

[59] "A doação consistia num terreno vago, sito á rua Libero Badaró, tendo de frente 37 metros e de fundo 35, onde tinham existido 6 casas com numeração de 18 a 30, demolidas pela Prefeitura para

> [...] foi em janeiro de 1918 que a Cruz Vermelha ficou agradavelmente surprehendida com uma carta do Sr. Joaquim Bernardo Borges, domiciliado no Porto, em Portugal, portadora da doação de um terreno, na rua Libero Badaró, nesta capital, afim de nelle ser construído um prédio que formasse um patrimônio para o Hospital da Criança. A escriptura da doação do terreno foi passada pelo tabelião Gabriel da Veiga em 4 de julho. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out. 1922)

Para que a Cruz Vermelha pudesse iniciar prontamente a construção do prédio, Borges também ofereceu um empréstimo de 600 contos de réis (ANEXO U), em condições bem favoráveis[60]. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out. 1922)

Para essa doação, Borges fixou, como posteriormente fez no seu testamento (ANEXO O), "pelas clausulas da doação o predio ou predios que se construíssem nesse chão formariam com ele "perpetuamente um patrimonio do hospital para crianças." (O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXVII, n. 24931, 11 ago. 1956)

Já no seu testamento[61] (ANEXO U), Borges "legou à Cruz Vermelha a importância de 600 contos que tinha emprestado para a construcção do predio e mais a metade do remanescente de 89 contos. Deixou também consignado que o predio se chamasse "Palacete Cruz Vermelha". (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out. 1922)

Em 15 de outubro de 1922, a Cruz Vermelha de São Paulo inaugurou sua Escola de Enfermagem no Largo do Arouche e o busto[62] (ANEXO U) em homenagem a Joaquim Bernardo Borges na sua sede na rua Libero Badaró. A escola foi equipada para a formação de enfermeiras profissionais e voluntárias. Borges foi chamado de "maior benfeitor da Cruz Vermelha" (ANEXO T) pela doação do valioso terreno da rua

---

alargamento da rua. Valia 500 contos, isto é, 500 milhões de reais. Usando de creditos bancarios e outros auxílios, a Cruz Vermelha fez construir nesse terreno um edifício de 10 andares, o que tem hoje o numero 594, monumento urbano nessa epoca." (O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXVII, n. 24931, 11 ago. 1956)

[60] "[...] podendo assim, a exma. sra. d. Antonia de Sousa Queiroz iniciar as obras do edifício que foi construído pelo engenheiro, dr. Alberto de Oliveira Coutinho, sendo, gratuitamente fiscalizado pelo Sr. dr. Ramos de Azevedo, que sempre tem sido um benfeitor da Cruz Vermelha." (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out. 1922)

[61] Antonio Monteiro Santos, que se apresentou como primo e amigo de Borges, enviou carta a presidente da Cruz Vermelha de São Paulo, Adilia Mercado, agradecendo a confiança que a instituição filantrópica, nele depositara durante o espólio de seu parente português, que doou terreno a rua Liberó Badaró. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20893, 2 set. 1921)

[62] "O busto do dr. Joaquim Borges, que a associação mandou fazer em homenagem ao seu grande bemfeitor. O trabalho foi executado pelo escultor sr. Roque de Mingo." (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out. 1922)

Libero Badaró, além de capital suficiente para a construção de edifício da sua sede. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, Ano LXVII, n. 20796, 16 nov. 1922)

Além de direcionar seu patrimônio para a criação e manutenção de escolas profissionais e hospitais, Borges (ANEXO S) “deixou ainda 40 apólices de 1:000$, cada uma, ao seu amigo de infância, Sr. José Falcato, que ainda reside na cidade de Itu.” (O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XXXVII, n.13.235, 14 jan. 1921; JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 14, 14 jan. 1921)

Para sua sobrinha Camilla Borges Alvez Diniz, residente no Porto, Borges legou (ANEXO OO) o usufruto vitalício de “100 apolices do Estado, de 1:000$ cada uma e 200 apolices federaes, também de 1:000$ cada uma.” (A CIDADE, Itu, Ano VII, n. 807, 17 fev. 1929)

Borges fez da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu sua maior beneficiária impondo para isso condições, sob pena de que seu patrimônio fosse remanejado e entregue a outras Misericórdias que pudessem realizar sua obra de edificar e manter perpetuamente uma escola profissional gratuita no prazo de três anos. Com isso, Borges deixou claro que os verdadeiros beneficiados com sua doação deveriam ser os pobres e não as Irmandades, cujo papel deveria ser de tutora, cuidadora dos seus bens para alcançar o objetivo bem definido pelo benfeitor português.

3.2.2 Decisão pela educação de Itu

“Um imigrante tem dois amores: seu pais de origem e o pais que o acolheu”
Gerd Wenzel

Inúmeras hipóteses poderiam ser levantadas para justificar a escolha de Borges, um *brasileiro* de torna-viagem, em direcionar a maior parte do seu patrimônio à edificação de um instituto de artes e ofícios a população pobre de Itu.

Uma delas, o padrão de comportamento dos que enriqueceram no final do século XIX, início do XX, e buscavam perpetuar seu nome e consequentemente usufruir da contrapartida da vida eterna, por intermédio das Misericórdias.

Se essa fosse a mais convincente resposta, poderia se argumentar que a escola poderia ser levantada em Mesão Frio ou no Porto, principalmente levando em conta, que a maior parte de sua vida, Borges passou em Portugal.

Segundo Felgueiras (2000, p. 272),

> [...] participação muito significativa da iniciativa particular, liderada pelos *brasileiros*, na constituição do parque escolar público, da região Norte de Portugal. A acção destes em favor da instrução popular prolongou-se no tempo e pode ser rastreada até a década de 60 do século XX. O seu apogeu, porém, situar-se-á na segunda metade do século XIX até o advento da 1ª Republica. [...] Os edifícios escolares existentes dão ainda testemunho dessas iniciativas quer no ensino das primeiras letras quer na promoção de asilos-escolas de ensino profissional agrícola e industrial ou ainda cegos e surdos. (FELGUEIRAS, 2000, p. 272)

A Santa Casa de Misericórdia do Porto, cidade de retorno de Borges, recebeu inúmeros legados, destinados à construção de hospitais, escolas-oficinas, asilo de cegos. Segundo Albuquerque (2000, p. 333) “são conhecidas as múltiplas doações dos *brasileiros* a Ordens Terceiras, Misericórdias e Igrejas.”

Como destacou Alves (2000, p. 46), os *brasileiros* de torna-viagem procuraram imprimir um sentido filantrópico para sua riqueza, doando grandes somas na construção de escolas primárias. E vários deles foram determinantes para a edificação do parque escolar público no norte de Portugal.

Talvez a existência dessa rede de instituições caritativas sob a guarda da Misericórdia do Porto, possa ter contribuído com a escolha de Borges pela doação para Itu, desprovida de escolas profissionais, e, carente de serviços médicos voltados especificamente para gestantes.

O fato de Borges não ter deixado seus bens para as Misericórdias portuense, mesão-friense ou quaisquer outras de Portugal, apesar dos quarenta anos do seu retorno, poderia suscitar a hipótese de que não estreitou relações com essas confrarias ou com seus membros.

Em Itu, Borges supostamente teria alimentado simpatia pelas obras da Misericórdia da cidade, participando da festa de inauguração do hospital santa casa da irmandade, em 16 de junho de 1867, descrita assim por Nardy Filho (2012, p. 92),

> [...] jamais se esquecera elle dessa bella festa que assistirá em Itu por occasião da inauguração da Santa Casa; **quem sabe si foi assistindo esse acto** que em seu coração generoso se **formou a vontade de contribuir** também para o engrandecimento dessa casa de caridade, fructo da generosa semente lançado por um outro filho da luzitana terra que, igualmente, deixára seus patrios lares e em Itu se fizera homem e adquiria fortuna. (NARDY FILHO, 2012, p. 92; grifo da autora)

Silva (2000, p. 142) destacou que muitos dos *brasileiros* foram excelentes elos entre Portugal e Brasil, considerando que “muitos deles no seu testamento não

esquecem as Instituições de Caridade e Assistência das cidades brasileiras onde haviam angariado a sua fortuna ou parte dela." (SILVA, 2000, p. 142)

Talvez Borges tenha direcionado a maior parte do seu patrimônio para Itu onde passou sua adolescência e desenvolveu sua capacidade empreendedora, e o motivo pode também ter sido puramente afetivo.

Nardy Filho (2012, p. 91-92) escreveu sobre a relação de Borges com Itu,

> embora distante, residindo de novo em sua pátria, bem próximo de sua alldeia natal, revendo sempre os lugares onde passára a sua infância, jamais se esqueceu elle da hospitalileira terra ytuana, onde grangeára sinceras amizades e adquirira o inicio de sua fortuna, e onde passára os **dias** mais trabalhosos, é certo, porém os **mais felizes da sua vida**, pois alli passára elle a **sua mocidade, convivendo com os jovens ytuanos**, tomando parte em seus folguedos; **jamais se esquecera, assim cremos**, das noitadas do velho Theatro S. Domingos onde elle, quer como amador, quer como assistente, tanto se divertira. (NARDY FILHO, 2012, p. 91-92; grifo da autora)

O elo afetivo e a gratidão pela cidade de Itu foram obviamente, com frequência considerados os motivos de Borges para direcionar seu patrimônio a cidade (ANEXO S).

> Há mais de 40 annos, partiu para Portugal, terra de seu nascimento, Joaquim Bernardo Borges, levando uma grande fortuna feita a força de muito e honesto trabalho, como negociante da praça de Itú. **Sem que jamais voltasse a S. Paulo**. O Sr. Bernardo Borges **mantinha ainda assim as vastas relações aqui conquistadas**, através do correio, até que veiu a fallecer, em avançada idade, na cidade do Porto, onde passára a residir. Aberto o seu testamento, verificou-se que o Sr. Bernardo Borges havia legado a **maior parte** de seus grandes **haveres à Santa Casa de Itu**, naturalmente em signal de **gratidão à cidade** em que vivera e prosperára, durante a sua vida de negociante laborioso e honrado. (O PAIZ, RJ, Ano XXXVII, n.13.235, 14 jan. 1921; JORNAL DO BRASIL, RJ, Ano XXXI, n. 14, 14 jan. 1921; grifo da autora)

A ligação dos *brasileiros* de torna-viagem com a cidade ou região brasileira onde viveram até formar sua fortuna, eram registrados nos seus jazigos juntamente com sua atividade.[63]

> Cidades como Baía, o Rio de Janeiro, Iguassú e Porto Alegre, ou regiões como Pernambuco e Pará, viram o seu nome registrado pelo desejo de perenizar a ligação destes homens ao local além-Atlântico que lhes possibilitou o sucesso e a riqueza. (SOUSA V., 2000, p. 338)

---

[63] No testamento disponibilizando os bens que possuía em Portugal, Joaquim Bernardo Borges direcionou recursos para a construção e manutenção de um imponente mausoléu para abrigar os seus restos mortais e de mais três familiares. Todavia, não fez nenhuma referência a sua ligação com a cidade de Itu ou São Paulo, como era costume dos torna-viagem.

Como assim justificou a publicação de 15 de outubro de 1922 (ANEXO U), “elle quiz beneficiar uma instituição brasileira em reconhecimento ao Brasil, pois aqui passou grande parte de sua existencia e adquiriu a fortuna da qual tão bom emprego fez.” (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out. 1922) Ou ainda (ANEXO V), que Borges lembrou-se “de Itu para proteger a pobreza desamparada.” (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921)

Nardy Filho (1955, p. 8) estabeleceu ainda outra justificativa, afirmando que Borges ao doar para Itu estaria se redimindo por ter monopolizado a cultura de chá na cidade (ANEXO C), conduta que apontou como a origem de sua fortuna,

> [...] todavia, se Joaquim Borges foi culpado, dessa culpa ele se redimiu magnificamente; no seu testamento constituiu a cidade de Itu a herdeira de sua grande fortuna, para que ali fossem fundados um liceu de artes e ofícios e uma maternidade, fundações essas que ali se encontram funcionando em belos edifícios e prestando grandes benefícios á população ituana. (NARDY FILHO, 1955, p. 8)

Indiscutivelmente, ainda não existe nenhum registro efetivo sobre os motivos que levaram Borges a escolher Itu e não sua terra natal. Contudo, ficando no campo da suposição utilizada em todos os trabalhos apresentados sobre Borges e recorrendo a Alves (2000, p. 54),

> o *brasileiro* típico de finais de oitocentos e das primeiras décadas do século XX que, longe de pertencer aos números do analfabetismo [...], vê na instrução um papel essencial para aproximar o país dos padrões da cultura e civilização que ele já pôde constatar em muitas outras nações que teve a oportunidade de visitar.

A motivação para a escolha de Borges poderia estar relacionada com a possibilidade de reconstrução da sua história. De qualquer forma, sua decisão embora não reverenciada o suficiente, proporcionou para muitos a única alternativa de formação e para outros o impulso necessário para a mudança de patamar econômico e social.

Em geral, os torna-viagens, por ostentação, devoção, saudades ou gratidão estabeleceram uma nova caridade, voltada “a prevenção do ócio, do vício, e para a colocação dos pobres no mercado de trabalho” (GÉRANDO, 1820 apud SÁ, 2013, p. 114)

Com seu ato caridoso, Borges cumpriu perfeitamente o padrão de comportamento de um *brasileiro* de torna-viagem, transformando-se em benemérito, no seu caso, colocando seu nome perpetuamente a serviço da educação ituana.

Adaptando o que Alves (2000, p. 54) escreveu sobre os imigrantes retornados que beneficiaram a educação de Portugal, Borges devolveu sua riqueza a Itu, permitindo criar "pela instrução/formação, as potencialidades para uma vida."

Não existe registro sobre a real contribuição de Borges para o crescimento econômico das pessoas atendidas de Itu e região. O seu investimento em uma escola profissional simultaneamente propiciou o desenvolvimento pessoal e local. O objetivo da formação para o trabalho, para a dignificação da pessoa e para transformação do indivíduo colaborando e influenciando a economia local foi alcançado na medida que ofereceu uma oportunidade gratuita e por muito tempo a única disponível na cidade.

Se Borges não tivesse deixado recursos para a construção dessa escola profissional, gratuita e particular não haveria outra possibilidade de formação para a população local, ao longo de todo o período.

Considerando a definição de Godelier (2001, p. 23) talvez fosse possível definir a relação entre o cidadão Borges, a cidade de Itu, as Irmandades de Misericórdia e a formação profissional dos pobres,

> Dar parece instituir simultaneamente uma *relação dupla* entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de *solidariedade*, pois quem dá partilha o que tem, quiçá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de *superioridade*, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir "restituir" o que lhe foi dado. (GODELIER, 2001, p. 23)

Assim como Borges, outros doadores das Misericórdias determinaram a edificação de escolas. Muitos dos torna-viagem doaram para as irmandades do local de retorno, todavia, há os que eram brasileiros de nascimento e mobilizados pelas particularidades de sua própria história, determinaram em testamento que seus bens fossem utilizados para a construção de escolas.

Como fez o santista João Octávio dos Santos (1830 –1900), filho de ex-escrava e protegido pelo empregador de sua mãe, João Octávio Nébias, que lhe garantiu boa educação. João Santos enriqueceu negociando gêneros alimentícios. Constantemente contribuía com obras para a caridade da cidade. Militou na política partidária chegando

a presidência da Câmara e por vários anos foi provedor da Misericórdia da cidade de Santos. (SILVA, 2010, p. 20)

Não tendo herdeiros, em homenagem a sua mãe firmou em testamento a criação do Instituto D. Escholastica Rosa, para a educação de crianças pobres. Determinou a Misericórdia da cidade de Santos a gestão de seus bens e a escola. “Alem do ensino primário, é ministrado aos alumnos o ensino de artes e officios, tendo o instituto officinas de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, marceneiro, typografia e aulas de musica e uma bibliotheca.” (ALMANAK LAEMMERT, Ano 70º, 3º volume, Estado de S. Paulo, 1914)

As obras iniciaram em 1904 e a escola foi inaugurada em 1907. Um monumento em bronze com a estátua do fundador, o benemérito santista João Octavio dos Santos, foi instalado no Instituto, localizado na sua antiga residência na Ponta da Praia. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 15852, 1 out. 1907; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 14575, 12 mar.1904)

Joaquim Bernardo Borges, João Octávio dos Santos e tantos outros benfeitores[64] da educação brasileira e portuguesa, poderiam aparecer na galeria de pessoas extraordinárias descritas por Hobsbawm (1998), aquelas que deveriam ser retiradas do anonimato/esquecimento pelo importante papel que desempenharam em favor do coletivo.

[64] Manoel Antonio da Silva Coelho de Castro: português; em testamento deixou parte de seus bens para a construção da Escola Industrial e Comercial na freguesia de Fiães, entregando direção e fiscalização a Junta local. Determinou inclusive as disciplinas que deveriam fazer parte da grade da escola. Outros herdeiros dificultaram a realização do desejo de Manoel. (FARIA, 2012)

4 INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFÍCIOS

Este capítulo resgata a inauguração do Instituto Borges de Artes e Ofícios e as instalações disponibilizadas na escola para o início das primeiras turmas dos cursos profissionais, à luz da legislação vigente que organizava o ensino profissional e apresenta o perfil dos alunos formados no período de 1921 a 1966, nos cursos de Marcenaria, Corte e Confecções e Auxiliar de Comércio e destacar a formação do currículo de cada um deles. Além disso destaca as condições da parceria entre o IBAO e o SENAI. Verifica se, os objetivos do doador português em beneficiar a população ituana foi alcançado, considerando as escolhas e práticas da Misericórdia local frente as imposições testamentárias de Joaquim Bernardo Borges.

4.1 A legislação das escolas profissionais: 1921 – 1966

Algumas iniciativas dos governos federal e estaduais demonstravam a intenção de habilitar a força de trabalho disponível considerando as perspectivas de crescimento industrial no pais.

Todavia os primeiros instrumentos legais da década de 1900 referendaram as tentativas de formatar o ensino profissional menos voltado à produção e mais para o controle da população pobre por meio da “regeneração pelo trabalho”. (NAGLE, 1974, p. 164)

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro, criou as escolas de aprendizes artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito para a crescente população das cidades, visando facilitar,

> [...] ás classes proletarias os **meios de vencer as difficuldades** sempre crescentes da lucta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo techinico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os **afastará da ociosidade ignorante**, escola do **vicio** e do **crime**; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica **formar cidadãos uteis á Nação**. (DECRETO nº 7.566, de 23 de setembro de 1909; grifo da autora)

Cabia à União por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio manter nas capitais dos estados essas escolas, cuja finalidade era,

> [...] **formar operarios e contra-mestres**, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem **aprender um officio**, havendo para isso, até o numero de cinco[65], as officinas de trabalho manual ou mecanica que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funccionar a escola, consultadas, quanto possivel, as **especialidades das industrias locaes**. (art. 2º, DECRETO nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909; grifo da autora)

As Escolas de Aprendizes Artífices impunham-se mais como um objetivo assistencialista do que técnico. Segundo Nagle (1974, p. 165) o ensino era "ministrado por professores normalistas – e nisso não se diferenciava muito do ensino ministrado nas escolas primárias." Os professores não possuíam base teórica, conhecimento técnico e formação pedagógica. (NAGLE, 1974, p. 165)

Segundo Gomes (2013, p. 63) "a criação de escolas de ofício foi o primeiro ensaio para se formalizar o ensino profissional. Direcionadas à classe mais pobre da sociedade, elas demonstraram, em sua fundação, um preconceito social para com esse nível de ensino."

No Estado de São Paulo, a Lei n. 1.709, de 27 de dezembro de 1919, criou as escolas profissionais paulistas. Na mesma data, foi sancionada a Lei n. 1.711, que visava organizar as escolas profissionais paulistas, destinadas ao ensino de artes e ofícios a alunos de ambos os sexos maiores de 12 anos.

> O ensino profissional será ministrado em escolas masculinas, femininas e mixtas, cabendo ao governo resolver sobre o numero e as especies de officinas a installar em cada uma dellas, de accôrdo com as necessidades da vida operaria e o desenvolvimento do meio industrial. (LEI 1.711, 27 dez.1919)

A legislação do Estado de São Paulo estabelecia leque de cursos profissionais, tanto para as escolas femininas, como masculinas e mistas, todos com duração de três anos,

> I - PARA AS ESCOLAS FEMININAS: a) confecções; b) roupas brancas; c) rendas e bordados; d) flôres, ornamentação de chapéus e trabalhos artisticos; e) dactylographia e stenographia; f) desenho profissional; g) desenho artístico e pintura; h) economia domestica ; i) luvaria, meias e espartilhos ; j) arte, culinaria em todos os seus ramos. (LEI n. 1.709, de 27 de dezembro de 1919)
>
> II - PARA AS ESCOLAS MASCULINAS: a) ajustagem e torneados; b) fundição; c) ferraria; d) marcenaria; e) torneado em madeira;

[65] O Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911, deixou de limitar o número de oficinas, que poderiam ser "installadas á medida que a capacidade do predio escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem, a juizo do Governo."

> f) entalhação; g) pintura, decoração, letras taboletas; h) electrotechnica e funilaria; i) chauffeurs mechanicos; j) esculptura e plastica; h) fiação e tecelagem; l) desenho profissional e artistico; m) tapeçaria; n) clichagem; o) relojoaria e ourivesaria; p) sellaria e trançagem; q) segeiros; r) gravadores e zincographos; s) lynotipistas; t) chimica industrial e agrícola; u) pesca. salga e construcção de apparelhos de pesca; v) pedreiros, frentistas e marmoristas; w) douração, nickelagem, oxydação e applicações analogas; x) altaiataria; y) sapataria: z) dactylographia e stenographia. (LEI n. 1.709, de 27 de dezembro de 1919)
>
> III - PARA ESCOLAS FEMININAS E MASCULINAS: a) lacticinios e noçoes de veterinaria: b) photographia: c) escripturação mercantil; d) horticultura e jardinagem; e) avicultura e apicultura; f) barbeiros, cabelleireiros, massagistas, pedicuros e manicuros. (LEI n. 1.709, de 27 de dezembro de 1919)

Em 8 de dezembro de 1920 foi sancionada no Estado de São Paulo a Lei n. 1.750, regulamentada pelo Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921, estabelecendo a Reforma da Instrução Pública do Estado, mantendo o ensino profissional que deveria ser ministrado em escolas especializadas.

No ano de 1942, foram estabelecidas as reformas para o ensino no Brasil. Denominadas de Lei Orgânicas do Ensino foram conduzidas por Gustavo Capanema[66], a frente do Ministério da Educação e Saúde, no governo de Getúlio Vargas. O Estado Novo expediu, em 22 de janeiro de 1942, Decreto-lei n. 4.048, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; 30 de janeiro, o Decreto-lei 4.073, reconhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial; 9 de abril, Decreto-lei n. 4.244, Lei Orgânica do Ensino Secundário. No ano seguinte, em 28 de dezembro de 1943, o Decreto-lei n. 6.141, Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Respondendo pela Presidência da República, após a queda de Vargas, o Governo Provisório, além de expedir as Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal (Decretos-lei 8.529 e 8.530, 2 jan. 1946), criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Decretos-lei 8.621 e 8.622, 10 jan. 1946) e também a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613, 20 ago. 1946)

A estruturação do ensino técnico profissional no Brasil valeu-se das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Ensino Comercial e do Ensino Agrícola (Decretos-lei 4.073/1942, 6.141/1943, 9.613/1946). Com isso, as três áreas da economia passariam a organizar a formação de mão-de-obra, divididas em ciclo fundamental

---

[66] Em notícia sobre a educação nacional (ANEXO QQ) em “Súmula apresentada ao Ministro Capanema pelo INEP, consta o “reconhecimento pelo governo de São Paulo, dos cursos do Instituto Borges de Artes e Ofícios de Itu.” (A MANHÃ, Rio de Janeiro, Ano I, n. 67, 26 out 1941) Não foi encontrada nenhuma outra informação sobre o fato.

com duração de quatro anos e técnico de três a quatro anos. Além dos cursos de formação, estavam previstos os cursos de artesanais de treinamento rápido e os de aprendizagem para à qualificação de aprendizes industriais (ROMANELLI, 2012, p. 157-158).

Essa legislação visava que as indústrias qualificassem a mão-de-obra necessária para atender e viabilizar a ampliação da produção e o parque fabril nacional, e suprir a incapacidade do Estado de alocar recursos suficientes no sistema de ensino de formação profissional.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial estabelecia que o currículo de formação profissional deveria incluir “disciplinas de cultura geral e práticas educativas, que concorram para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador.” (art. 5º DECRETO-LEI 4.073/1942)

A Lei Orgânica do Ensino Comercial pretendia “formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.“ (DECRETO-LEI 6.141/1943)

4.2 A edificação da escola profissional

Tomando ciência do testamento do português Joaquim Bernardo Borges, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, precisava elaborar um planejamento visando cumprir todas as exigências testamentárias, com destaque, o tempo imposto para a inauguração do Instituto Borges de Artes e Ofícios – IBAO.

No dia 14 de novembro de 1921, a Misericórdia de Itu reuniu seus membros para a leitura do testamento que contemplou a Irmandade da cidade com importante legado (ANEXO X). Foi exposta “a situação financeira da Santa Casa, antes e depois de entrar na posse do legado Borges e a história de todos os passos dados para a conclusão em bons termos desse negocio.” (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 711, 17 nov. 1921)

Na ocasião, a Misericórdia ituana nomeou uma comissão interna[67] com a incumbência de encontrar um terreno para a edificação do Instituto Borges de Artes e

[67] Aclamada “uma commissão de quatro irmãos para se encarregar da escolha do terreno para a construcção do edificio do Lyceu, recaida essa escolha aos irmãos Graciano Geribello, João de Almeida Camargo, Francisco de Paula Leite e Alberto de Almeida Gomes, sob a presidência do dr. provedor.“ (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 711, 17 nov. 1921)

Ofícios. (NARDY FILHO, 2006b, p. 183) Todavia, os nomeados colocaram em pauta, a possibilidade de adquirir a chácara do sr. Angelo Bordini (ANEXO X), localizada no Largo da Caixa D'Água. (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 711, 17 nov. 1921)

> A commissão nomeada para proceder á escolha do terreno onde deve ser construído o edifício, mandou o engenheiro Sr. Gastão Machado levantar os croquis de diversos terrenos existentes na parte alta da cidade, croquis esses que serão apresentados ao ilustre engenheiro dr. Ramos de Azevedo, o qual gentilmente se offereceu para fazer gratuitamente a planta desse edifício, para que elle escolha o que julgar melhor. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20970, 20 nov. 1921)

Ramos de Azevedo[68] além de um dos mais importantes profissionais da sua área e com outros projetos na cidade de Itu, foi diretor-geral do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o que o fazia o arquiteto mais indicado para desenvolver o projeto do prédio da escola profissional de Itu.

Em reunião de 4 de janeiro de 1922 (ANEXO Y), a comissão nomeada apresentou relação de diversos terrenos para que, a mesa administrativa da Misericórdia de Itu definisse o mais apropriado para a construção da escola profissional. Ficou decidido que o provedor da irmandade ituana teria plenos poderes nos assuntos referentes à edificação da escola profissional e, que a Chácara Bordini[69] era a melhor opção para a sua construção. A escritura foi lavrada, e, o valor da aquisição foi de 30 contos de réis. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVII, n. 943, 7 jan. 1922)

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu foi criticada pela maneira como conduziu a aquisição do terreno (ANEXO Q),

---

[68] Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), entre inúmeras obras, destaca-se seu primeiro projeto público na capital paulista, o Tesouro em S. Paulo (1886) e também o Quartel da Polícia, no bairro da Luz (1888); a Escola Normal (1890-94) e o Jardim da Infância (1896); da Secretaria de Agricultura (1896), no Páteo do Colégio; a Escola Prudente de Moraes (1893-95); a Escola Politécnica (1895); o Liceu de Artes e Ofícios (1897-1900) e o Teatro Municipal (1903-11). "Também são dele as obras do Mercado Municipal, Casa das Rosas, Palácio das Indústrias e Palácio da Justiça." Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,ramos-de-azevedo,1044,0.htm Acesso em 20 dez. 2014. Em Itu, o prédio do Mercado Municipal, inaugurado em 14 de maio de 1905 foi construído com projeto do escritório técnico de Ramos de Azevedo. http://www.itu.sp.gov.br/turismo/?area=98 Acesso em 20 dez. 2014.

[69] O terreno escolhido era de propriedade do sr. Angelo Bordini, situado no largo da Caixa d'Agua, como era popularmente conhecida a Praça José Bonifácio. (NARDY FILHO, 2006b, p. 184) Mais precisamente na rua do Commercio, número 181. (NARDY FILHO, 2012, p. 87) Por considerarem que possuía a melhor localização e dimensões necessárias, a finalidade que se impunha, ocupando todo um quarteirão, ladeado por travessas e fundos para a rua Santa Rita. (NARDY FILHO, 2006b, p. 184)

> Cumpre notar-se que se trata de uma verdadeira *fundação*[70], que para ter personalidade jurídica, deve ser constituída de accôrdo com o que a esse respeito dispõe o Código Civil, organisando-se os seus estatutos, que serão publicados e registrados, e satisfazendo-se a outras formalidades. Entretanto, que saibamos, não consta que se tenham organisado os estatutos do futuro lyceu, e, muito menos que tenham elles sido publicados e registrados. Assim sendo, o futuro Lyceu de Artes e Offícios ainda não é pessoa jurídica[71], e por isso nem podia ter comprado o terreno que se adquiriu par nelle construir-se o seu edificio. Consta que essa compra foi feita em nome da Santa Casa[72], que nos termos do testamento, não é mais que uma simples administradora do referido legado, o qual pertence ao futuro lyceu, em cujo nome devia ter sido feita a compra do mencionado terreno. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 961, 13 mai. 1922)

Segundo o jornal República (Itu, Ano XXII, n. 779, 16 jul. 1922), a planta elaborada para nova escola não era adequada para o terreno já comprado, considerando que o arquiteto contratado não recebeu informações específicas do local adquirido para a execução da obra. A publicação questionava ainda, os interesses e discussões que envolviam a colocação da fachada principal da escola, se voltada para a Rua do Comércio ou a Rua Santa Rita, dando destaque que, todas essas demandas consumiram muito tempo, restando apenas 18 meses para completar o prazo determinado em testamento (ANEXO Z).

O provedor da Misericórdia de Itu ao apresentar a planta (Figura 6) do IBAO, pleiteou à Câmara Municipal permuta entre o terreno da Chácara Bordini pelo Largo da Caixa d'Agua, "onde o edificio faria outra vista e teria outra beleza." (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 970, 15 jul. 1922) Sem a anuência da Câmara, e sem outra alternativa dentro do perímetro urbano, a escola seria construída na referida Chácara. A nota deu

---

[70] Em 13 de março de 1933, foi marcada uma Assembléia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu para discutir projeto de "organização da Fundação 'Instituto Borges' e seus Estatutos para cuja resolução definitiva será convocada uma assembléia geral extraordinária".(O POVO, Itu, Ano II, n. 69, 12 mar. 1933) (ANEXO OO)

[71] De acordo com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, disponível na Receita Federal do Brasil, em 30 de agosto de 1966, a Misericórdia ituana constitui-se como associação privada com o nome empresarial de Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, utilizando o Instituto Borges de Artes e Ofícios, como título do estabelecimento, ou seja, nome fantasia da empresa. No referido Cadastro Nacional, a empresa Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu tem como atividade econômica principal, a educação profissional de nível técnico (código 85.41-4-00) e atividades econômicas secundárias (código 86.10-1-01), as de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências. Empresa localizada na Praça Conde de Parnaíba, 83, Itu – SP. Disponível em http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp Acesso em: 17 dez. 2014

[72] Em 8 de fevereiro de 1929, a cúpula da Irmandade da Santa Casa de Itu, relacionou os bens de Borges disponíveis e incorporados no seu patrimônio, além de destacar que a existência de apólices "cujo usufruto ainda não pertence a essa instituição". (A CIDADE, Itu, Ano VII, n. 607, 17 fev. 1929) Em 12 de março de 1944, a Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu se reuniu para "estudar qual a melhor solução a ser dada aos prédios do legado de Joaquim Bernardo Borges, notadamente quanto aos prédios da rua 15 de Novembro, na Capital do Estado." (A CIDADE, Itu, Ano XXIII, n. 1174, 30 abr. 1944). (ANEXO OO)

destaque ao exíguo tempo para a conclusão das obras, ainda não iniciadas (ANEXO AA).

> [...] o doador não designou nem rua, nem praça; quis que em Itu, se fundasse o Instituto. O que porem exigiu, e com certo rigor, foi o praso e esse já está consumido pela metade... em discussões fúteis, byzantinas, cujo unico effeito será a perda de opulento legado. (REPÚBLICA, Itu, Ano XXII, n. 779, 16 jul. 1922; ANEXO Z)

Figura 6: Fachada das oficinas do Instituto Borges de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo IBAO; projeto Ramos de Azevedo

A demora para iniciar as obras do prédio para instalar o Instituto Borges de Artes e Ofícios gerava grande preocupação em Itu e a possibilidade do não cumprimento do prazo imposto no testamento de Borges, era constantemente abordado pela imprensa local, bem como, o tempo que seria necessário para comprar e instalar as máquinas e equipamentos necessários para que se pudesse oferecer cursos de formação de mão-de-obra (ANEXO BB; ANEXO Q).

> [,,,] até agora não se deu começo ás respectivas obras, apezar de estar correndo já o segundo anno da morte do máximo bemfeitor da nossa Santa Casa! Já temos ouvido muitas reclamações a esse respeito, [,,,] (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVII, n. 948, 11 fev. 1922)

> Entretanto, tendo Joaquim B. Borges fallecido em 2 de Janeiro de 1921, restam apenas 20 mezes para se dar cumprimento ao seu testamento na parte referente ao lyceu. Ora, nesse tão curto espaço de tempo é muito difficil que se possa construir esse grande edificio, comprar os moveis necessários para guarnecel-o, adquerir os machinismos e outros objectos que são precisos para o ensino das artes mechanicas, contractar os mestres, que as ensinem aos aprendizes etc; [,,,] (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 961, 13 mai. 1922)

> Não é sem razão o grito de alarme da imprensa local. Numa cidade do interior como Ytú, onde há falta de materiaes para as grandes construcções e em pouco mais de um anno hão de ter materiaes sufficientes para a construcção d'um grande edificio com acommodações para todas as officinas e hão de inaugural-as em tempo; do medo que se possa dizer com todo o rigor do

> direito o Lyceu está funccionando; está cumprida a cláusula do testador? (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 963, 27 mai. 1922)
>
> Tenho ouvido dizerem-se taes coisas a respeito do futuro “Instituto Borges de Artes e Officios”, que já começo a temer que o mesmo dê em nada, passando o riquíssimo legado do benemérito Joaquim Borges a outras mãos, de accôrdo com o seu testamento, [,,,]. Emquanto nós ituanos dormimos confiando nisto ou n’aquillo, [,,,]. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 980, 23 set. 1922)

Entre tantas dúvidas e questionamentos, A Federação, jornal representante de órgãos católicos da cidade de Itu, defendeu que a direção do Instituto Borges fosse entregue a uma “congregação religiosa”;

> afim de que os alumnos tivessem uma educação completa, isto é, profissional e catholica. Mas esta ideia não foi aceita; parece que por justo castigo da Divina Providencia não teremos nem Lyceu catholico e nem leigo; não teremos nada. A causa de tudo isto é que não há um só ituano da tempera dos antigos ituanos. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 963, 27 mai. 1922)

Por outro lado, ciente de que, para construir a escola deveria apenas utilizar os rendimentos dos bens recebidos pelo testamento, e que necessitava de muito capital para realizar obra tão grandiosa, a Misericórdia de Itu adiou o início da construção, a fim de capitalizar o suficiente para esse fim. Levantado o montante, a Irmandade contratou por 461:655$000, o escritório de arquitetura Geribello & Quevedo, para a construção do prédio do Instituto. (NARDY FILHO, 2006b, p. 184)

A contratação da construtora de Affonso Geribello (ANEXO CC) foi comemorada na imprensa local (A CIDADE, Itu, Ano I, n. 55, 7 set. 1922), com ênfase ao tempo ainda disponível para a execução e conclusão das obras, 16 meses. Segundo o contrato, em 12 meses as obras seriam concluídas.

Em outubro de 1922, finalmente começaram as obras do Instituto Borges (ANEXO DD), porém, permanecia a preocupação pelo cumprimento do prazo testamentário para a conclusão e inauguração da escola profissional, que deveria ocorrer até 2 de janeiro de 1924. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 982, 7 out. 1922)

As obras começaram a avançar (ANEXO EE), em dezembro de 1922, com chegada de materiais para a construção, a contratação de vinte funcionários e a previsão da conclusão dos alicerces do prédio. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 990, 2 dez. 1922)

Porém, a apreensão com o andamento das obras era permanente (ANEXO EE),

> [...] mas infelizmente o avanço das obras teve a **duração de um fogo de palhas**, que logo se apagou. Pois o **serviço** ali está quase de todo **parado**, e

> disseram que por **falta de materiaes**. Mas que faltem materiaes em obras feitas de esmola e com pouco dinheiro, não é de estranhar: porém causa **grande estanhesa** que, sendo o legado de quase 5 mil contos, **não haja dinheiro** para se comprarem os materiaes necessários para essa construcção. Em S. Paulo uma construcção como essa se faz em 4 ou 5 mezes, quando não falta o dinheiro, que é a única condição para o andamento das obras, porque com o dinheiro não faltam materiaes nem operários. Sr. Redactor, e preciso dizer com franqueza, se a Mesa Administrativa da Santa Casa não sahir dos seus commodos para **obrigar o andamento dessas obras**, não teremos lyceu em Ytú, e o legado do benemerito portugues irremediavelmente passará a outras mãos. É essa **á voz publica**, e o que todos estão vendo, e só os cegos voluntarios poderão não ver. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 991, 9 dez. 1922, grifo da autora)

Parte da obra foi concluída em meados de 1924 (ANEXO FF), o prédio central com salas claras e arejadas, e “separado desse edificio, levanta-se um vasto pavilhão destinado ao ensino de carpintaria e marcenaria.” (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XX, n. 1073, 5 jul. 1924)

O prédio da oficina concluída foi equipada com maquinário,

> [...] que se compõe de numerosas machinas das mais modernas e aperfeiçoadas, importando em muitas dezenas de contos de réis. Essas machinas serão movidas á electricidade, para o que se fez a ligação da força e lus. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XX, n. 1073, 5 jul. 1924)

Mesmo após a inauguração, a gestão do edifício do IBAO foi questionada sobre a falta de adequação das obras do entorno do prédio, que destoavam dos serviços de pavimentação que a administração municipal executava no Largo da Caixa d’ Água (ANEXO FF). A situação foi assim descrita,

> [...] que sejam modificados os muros que rodeiam e que enfeiam o seu sumptuoso edificio. Aquillo parece muro de quintal de gente pobre e desmazelada. Veja-se aquella taipa da rua de Santa Rita pertencente ao Lyceu. É uma vergonha para não dizer uma indecência. Entretanto, o proprietário do quintal é o Instituto Borges que possúe um patrimonio de milhares de contos de réis. O serviço da prefeitura nunca poderá realçar enquanto o Lyceu não transformar em coisa que possa ver as dependencias que cercam a sua velha chacara. Tenho certeza de que com duas palavras apenas o largo da Caixa d’Agua será o que todos desejam – uma das mais bellas praças da cidade. Não será o Lyceu que vá empanar essa belleza com os seus muros enegrecidos. (REPÚBLICA, Itu, Ano XXVI, n. 1050, 20 jun. 1926)

De acordo com dados contidos no Termo de Retificação e Ratificação de Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu (PROC. DETEC. nº 1093/73), “o prédio do IBAO, construído

especialmente para ensino profissional, ocupa uma área construída de 5.670 m² num terreno de 10.600 m². As áreas destinadas às oficinas medem 1.764 m².”

4.2.1 O Liceu de Itu

Durante todo o processo do inventário de Borges e das tratativas realizadas pela Misericórdia de Itu para a compra do terreno e construção do prédio escolar, o Instituto Borges de Artes e Ofícios recebeu a alcunha de Liceu de Itu.

Notícias identificavam a escola profissional (ANEXO GG), como “Lyceu Ituano” e relatavam a ansiedade da população para a construção do edifício. (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21158, 3 jun. 1922; O PAIZ, RJ, Ano XXXVIII, n.13.741, 4 jun. 1922)

A esperança pela instalação de um Liceu de Artes e Ofícios em Itu era antiga. Na década de 1890 já se cogitava transformar o Instituto Ytuano do Novo Mundo[73] (ANEXO HH) em um liceu de artes e ofícios. (A CIDADE DE YTÚ, Itu, Ano II, n. 170, 27 jan. 1895) “Esse Instituto acabou por extinguir-se, não se sabendo o fim que levou o seu patrimonio.” (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921)

Em outra oportunidade, noticiou-se que o pintor ituano Almeida Junior deixou em testamento recursos para que fosse fundado um liceu de artes e ofícios na cidade de Itu (ANEXO GG). Porém, houve resistência dos seus herdeiros de 1º e 2º graus. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano IX, n. 441, 20 set. 1913)

Provavelmente a expectativa da população estava atrelada ao reconhecimento e importância atribuídos aos Liceus de Artes e Ofícios.

Na década de 1920, o conceito de Liceu de Artes e Ofícios estava sedimentado como “uma escola modelar, prática e dirigida para o jovem trabalhador e, consequentemente, para o progresso das artes industriais no país.” (CONSELHO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1994, p. 24)

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo inaugurado em 1º de setembro de 1882 oferecia cursos profissionalizantes para “formar artesãos e trabalhadores para as

---

[73] O Instituto Ytuano do Novo Mundo foi criado em 1876 pelo Dr. Jose Carlos Arruda para “ministrar gratuitamente os conhecimentos necessários à vida social e industrial.” (IMPRENSA YTUANA, Itu, Ano IV, n. 152, 1 fev. 1879; IMPRENSA YTUANA, Itu, Ano II, n. 96, 30 dez. 1877) O “patrimonio foi depois augmentado pelo Barão de Piracicaba, tendo attingido á vultuosa quantia.” (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921)

oficinas, o comércio e a lavoura." (CONSELHO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1994, p. 16)

A criação do Liceu de São Paulo foi resultado do empenho da Sociedade Propagadora da Instrução Popular instituída em 14 de dezembro de 1873 por "131 eminentes cidadãos paulistas." (GORDINHO; MONTEIRO, 2000, p. 21)

A Sociedade Propagadora da Instrução Popular "visava criar uma escola profissionalizante para atender às necessidades de mão-de-obra especializada do crescente centro industrial paulista." (CONSELHO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO, 1994, p. 12)

Segundo Cunha (2005, p. 71),

> Parece que, em São Paulo, as condições do crescimento da produção industrial, aliadas à emolução do Liceu de Artes e Ofícios, levaram a um maior esforço de adaptação das oficinas às exigências fabris. Assim é que, desde os primeiros anos de sua existência, a escola de aprendizes artífices de São Paulo foi uma das poucas que oferecia ensino de ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade. Como as demais, mantinha oficinas voltadas para o artesanato, como a carpintaria e as artes decorativas, mas era das poucas que não ensinavam os ofícios de sapateiro e alfaiate, existentes na grande maioria das escolas (CUNHA, p. 2005, p. 71)

Souza; Cytrynowicz (2004, p. 63) supunham que, Joaquim Bernardo Borges, como comerciante,

> [...] certamente compartilhava da opinião das elites paulistas que, no último terço do século 19, voltaram a sua atenção para a questão do ensino profissional, fundando, em 1873, a Sociedade Propagadora de Instrução Popular e, dez anos depois, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. (SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 63)

Saindo do campo da suposição, partindo para o da afirmação, por intermédio de Borges, Itu finalmente conseguiu ensino gratuito voltado a formação profissional de jovens pobres da comunidade. Seu objetivo estava alinhado aos da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, que "foi a primeira instituição de ensino que se propôs a oferecer educação popular gratuita, com objetivos mais amplos que os da simples ação assistencialista," (GORDINHO; MONTEIRO, 2000, p. 24)

Em 1921, quando a escola profissional foi deixada em testamento por *brasileiro* de torna-viagem, Itu possuía duas escolas[74] públicas, Grupo Escolar Dr. Cesário Mota

---

[74] Grupo Escolar Dr. Cesário Mota instalado em 15 out. 1894, inicialmente para turmas femininas. A partir de 1901, passou para turmas mistas, quando recebeu os alunos do extinto Grupo Queiroz Telles

e Grupo Escolar Convenção de Itu, que ofereciam cursos primários à população local. Havia também o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio direcionado para a instrução de meninas oriundas de famílias abastadas de diversas regiões do pais.

Por esse motivo, se acreditava que a instalação de um Liceu de Artes e Ofícios em Itu contribuiria para o crescimento da cidade (ANEXO V), por meio da educação e formação da população jovem. (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921)

4.2.2 A inauguração do Liceu de Itu

O prédio do Instituto Borges de Artes e Ofícios foi inaugurado em 28 de outubro de 1924, com todos os ritos e honras de praxe. Com o benzimento do prédio por autoridade religiosa e discurso do provedor da Misericórdia de Itu.

Solenemente foi apresentado o busto[75] (Figura 7) em homenagem ao "benemerito fundador" Joaquim Bernardo Borges, além de um medalhão a Ramos de Azevedo. Na sequência, autoridades e convidados tomaram o salão de honra no pavimento superior do prédio e o representante máximo da irmandade ituana discursou manifestando a gratidão a Borges. (NARDY FILHO, 2006b, p. 184-185)

Figura 7: Entrada principal da escola

Fonte: Acervo IBAO; sem autoria e data

(antigo Liceu de Instrução Primária). Grupo Escolar Convenção de Itu fundado em 25 set. 1916; Colégio Nossa Senhora do Patrocínio fundado em 1859.

[75] O busto de Borges localizado no primeiro lance de escada para o piso superior foi removido para a frente das colunas do hall de acesso da escola

Detalhes da cerimônia de inauguração foram publicados no jornal Correio Paulistano (São Paulo, n. 22012, 7 nov. 1924), "[...] desceraram as bandeiras brasileira e portugueza, que cobriam os retratos do benemérito doador e cidadão portuguez Joaquim Bernardo Borges."

Na ata lavrada na inauguração, transcrita por Nardy Filho (2012, p. 87-89), os motivos e ocorrências que levaram ao atraso nas obras do prédio do Liceu de Itu, não foram explicitadas.

> [...] pelo senhor Doutor Provedor foi lida uma exposição dos trabalhos preliminares sobre a construcção do edificio, referindo-se as difficuldades que appareceram ao atacar o serviço, justificando-se plenamente da demora que houve. (NARDY FILHO, 2012, p. 88)

Na referida ata, segundo Nardy Filho (2012, p. 87-89) constavam cento e oitenta assinaturas, entre elas, membros da Misericórdia de Itu, autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário, clero, personalidades locais. Além dos diretores dos grupos escolares Convenção de Itu e Cesário Motta, respectivamente, os professores Firmino Teixeira e Accacio Vasconcellos Camargo[76].

Notícias sobre a inauguração da nova escola ituana destacaram detalhes da construção (ANEXO II), "há o prédio central com grande hall, em dois andares. Aos lados os pavilhões para trabalho." (CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 22012, 7 nov. 1924)

Nardy Filho (2006b, p. 185) assim descreveu o edifício do instituto,

> é de construcção moderna e elegante; consta elle de **dois pavimentos**, providos de salas amplas e claras; logo a entrada, no vestibulo, se encontra uma placa comemorativa da fundação do Lyceu e um artistico medalhão, em bronze, com o busto do Dr. Ramos de Azevedo. Ao lado direito do edifício se encontra **um grande e claro galpão** onde se encontram installadas as **officinas** de marcenaria, carpintaria e entalhe; ao lado esquerdo **está sendo construído um outro galpão,** egual ao primeiro, e onde serão, dentro em breve, installadas as **officinas** de mechanica. (NARDY FILHO, 2006b, p. 185; grifo da autora)

[76] Também relacionados os "professores Gastão da Silveira Machado, Felício Marmo, José Rodrigues Leite, dd. Sita Vera Cruz, Noemi Fonseca, Felisbina Ribeiro da Silva, Luiza de Almeida Sampaio, Cleobulina de Freitas, Ermelinda Silveira, Anna Cândida de Almeida, Lydia Lobo, Celina Toledo Amaral, Maria Alzira Lobo, adjuntas do grupo escolar "Cesário Motta", Nestor Freire, dd. Avia Maria Lobo, Maria Luiza Pereira da Silva, Thereza Marques, Ruth Amorim, Iracema Cardoso, Anathalia Silveira Camargo, Nair Faria Lemos, Esther Machado Teixeira, Francisca Toledo, Maria Elisa Saes Pompe, Marietta Fonseca Martins, adjuntas do grupo escolar "Convenção de Itu". (NARDY FILHO, 2012, p. 88)

As escolas provenientes de doação de *brasileiros* de torna-viagem tinham em comum o tipo de construção que na sua maioria eram imponentes e apalaçadas, com identificação do seu benfeitor, utilizando a instalação de busto e lápide para reverenciar seu nome e memória. (FELGUEIRAS, 2000, p. 273)

Figura 8: Fachada do Instituto Borges de Artes e Ofícios

Fonte: Acervo: http://www.energiaesaneamento.org.br/boletim_2012/edicao_01/imagens2.html Acesso em: 16 jan. 2014 - sem autoria e data

O prédio do IBAO tinha todas essas características e também o estilo que marcou os projetos de Ramos de Azevedo, espalhados por todo o Estado de São Paulo.

4.2.3 A continuidade das obras e o início das atividades escolares

O prédio do IBAO foi inaugurado no final de 1924, com a liberação das dependências para as aulas teóricas e das oficinas de marcenaria. Apesar disso, a escola profissional não funcionava de maneira a atender as expectativas da população ituana, carente e ansiosa em beneficiar-se dos ensinamentos e formação que um Instituto de Artes e Ofícios poderia oferecer.

Segundo as fontes apresentadas (NARDY FILHO, 2006b, p. 185; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 22012, 7 nov. 1924), no ato da inauguração estavam concluídos o prédio central com grande hall, dois andares com salas amplas e salão

nobre, além do galpão para oficinas de marcenaria, carpintaria e entalhe a direita da entrada principal. Ainda estava em construção o galpão que abrigaria a oficina de mecânica, localizado do lado esquerdo do imóvel.

Essas instalações entregues na inauguração viabilizavam o início das aulas teóricas e práticas dos cursos de marcenaria, carpintaria e entalhe, já em 1925.

Nardy Filho (2012, p. 89-90) em uma das suas descrições do prédio do Instituto destacou as dependências (Figura 9) relacionado-as com as disciplinas dos cursos,

> [...] de solida construcção, é de estylo moderno e elegante; consta o mesmo de dois pavimentos, com **salas amplas**, claras e ventiladas; nelle, além da sala da Directoria, da Secretaria, Portaria e salão nobre das sessões, funccionam as aulas de **desenho**, **escripturação mercantil**, **portuguez** e **arithmetica**; aos **fundos**, em outro lanço, ligando por um passadiço ao edificio principal. estão as aulas de **corte e costura**, de **bordado** e de **economia domestica**, um amplo salão destinado ás reuniões dos alumnos e outras dependencias. Aos lados do edificio, mais ao fundo, encontram-se dois **grandes galpões**, onde estão instaladas as **officinas** de **marcenaria**, **carpintaria** e **entalhe**, providas das mais aperfeiçoadas machinas e onde são confeccionados modernos e solidos moveis. Em breve serão installadas as officinas de fundição e serralharia. (NARDY FILHO, 2012, p. 89-90, grifo da autora)

Figura 9: Vista posterior do prédio central da escola

Fonte: Acervo IBAO; sem autoria e data

Na ata da inauguração em 28 de outubro de 1924, transcrita por Nardy Filho (2012, p. 88) constava “funcionando a primeira secção de marcenaria e carpintaria, sob a direcção do technico senhor João Carlos Caldeira e cujos machinismos já se acham montados” (NARDY FILHO, 2012, p. 88)

Souza; Cytrynowicz (2004, p. 65) afirmaram que “primeira seção de marcenaria e carpintaria” funcionaram imediatamente após a entrega do prédio.

Todavia, chamava a atenção o desinteresse e baixa adesão aos cursos oferecidos,

> [...] parece que os nossos meninos e jovens estão com pouca ou nenhuma vontade de aprender as artes mechanicas, pois há muitos mezes que o Lyceu abriu a sua matricula, e muito poucos são os matriculados; apenas alguns rapazes estão ali aprendendo algum officio, e não há muita esperança de que o seu número cresça consideravelmente. (A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XX, n. 1102, 24 jan. 1925)

Assim como a demora para o início das obras do Instituto Borges de Artes e Ofícios mobilizou a imprensa local, e, preocupou a população ituana, a subutilização das dependências inauguradas, também levantou diversos questionamentos sobre a maneira como a Misericórdia de Itu estava gerenciando as obras, e, principalmente organizando a escola profissional e seus cursos, que pouco despertavam interesse nos jovens da cidade.

Em 1925, a imprensa local destacou (ANEXO JJ),

> Toda gente sabe o que foi o negocio do Lyceu; todo mundo discutiu os jornaes da terra escreveram; houve demora e até inventaram que Campinas já nos estava olhando de esguelha e que terminaria o prazo; **todos endeusavam o Lyceu**. Ter um estabelecimento desses em Itu era o **sonho dourado**; mil castellos foram feitos; apromptou-se o predio inaugurou-se, **meia dúzia** de homens **estão alli e ... mais nada**. **Onde está o Lyceu?** Onde està a sua **organisacão**, a sua **direcção**, os seus **alumnos** e o seu **movimento**; **nada**, tudo nada. Apoiamos sempre o Dr. Paula Leite de Barros; sempre estivemos ao seu lado mas a verdade vem de Deus e deve ser proclamada; o serviço de **organisação do Lyceu parou no começo**; ficou apenas no principio e está **incompleto**. (A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 381, 14 mai. 1925; grifo da autora)

Ao completar um ano da inauguração, no IBAO (ANEXO JJ),

> [...] funcciona ao lado do predio principal [...] uma carpintaria ou marcenaria. E **funcciona sem regulamento**, [...]. Parece-nos que o testamento de Bernardo Borges pede um instituto ou lyceu, com fins educativos, para formar profissionaes, mestres de mechanica, de marcenaria, de ferraria e de tudo que é derivativo de um estabelecimento de tal gênero. Passam-se os mezes, os annos, e tudo **dorme** o **somno lethargico do esquecimento**, do **abandono**, do **cruel** e avassalador **indifferentismo**.. (A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 435, 26 nov. 1925; grifo da autora)

Os questionamentos sobre o precário funcionamento do IBAO se estenderam e suscitaram o surgimento de alternativas, desde a indicação de professores que pudessem reorganizar o Instituto de Artes e Ofícios (A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 435, 26 nov. 1925), até a utilização do prédio da escola profissional para conseguir do Estado a instalação de um Ginásio[77] em Itu. (ANEXO KK)

---

[77] Sobre a intenção de instalar um Ginásio em Itu, ver: A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XX, n. 1102, 24 jan. 1925; A Cidade, Itu, Ano III, n. 356, 8 fev. 1925; A CIDADE, Itu, Ano III, n. 357, 12 fev. 1925; A CIDADE,

> De facto **não está funccionando nem instituto, nem Lyceu**, de accordo com o que preceitua o legado de Joaquim Bernardo Borges. O que está funcionando no pavilhão ora prompto, é apenas uma das muitas secções que devem constituir um Lyceu, no verdadeiro significado do termo. [...] **Há, na Capital**, **vários directores de escolas profissionaes**. [...], em disponibilidade. [...] **poderia vir organisar o Lyceu ou Instituto "Borges" de Artes e Offícios**. [...], não poderia ser, então, designado **um profissional competente para tal fim**, ficando aqui commissionado? O que é incontrastável – e perdoem nos os distinctos mesários a franqueza – é que há um pouco de inércia geral ou indifferentismo. [...] **Queremos ver o Instituto "Borges**" **funcionnando com regulamento**, com **várias secções**, obedecendo a uma direcção. É mister uma acção comum, por parte da mesa administrativa e do digno provedor. [...] É indispensável agirmos sem mais delongas. (CAMARGO, 1925, p. 1; grifo da autora)

A Misericórdia de Itu era favorável a ideia de disponibilizar as dependências do IBAO para a instalação de um Ginásio na cidade e demonstrou a "melhor boa vontade que a respeito manifestou o dr. José de Paula Leite de Barros, digno Provedor da Santa Casa, e a cujo cargo se encontra a direcção e administração do Lyceu." (A CIDADE, Itu, Ano V, n. 460, 7 mar. 1926) Segundo a publicação o governo do Estado arcaria com as despesas com professores, além de providenciar o mobiliário necessário.

A receptividade da Irmandade ituana à cessão das salas do Instituto Borges de Artes e Ofícios para a instalação de um Ginásio estava relacionada à possibilidade de finalmente ocupar o prédio, organizar e transferir as responsabilidades financeiras da escola já inaugurada, ou até de contribuir para a vinda da instrução secundária a Itu, porém, não cumpria as determinações de Borges, de oferecer formação profissional a população pobre ituana, que a Misericórdia tinha a incumbência de fazer.

A concordância da Irmandade da Santa Casa de Itu não foi suficiente para dispor o prédio do IBAO a um Ginásio. Com isso, a Irmandade tinha que tomar medidas efetivas para que o Instituto Borges de Artes e Ofícios começasse a funcionar como deveria.

Cinco anos após a inauguração do prédio do Instituto Borges de Artes e Ofícios, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu realizou uma reunião da sua mesa administrativa, em 2 de outubro de 1929 (ANEXO LL), e decidiu sobre o prosseguimento das obras do IBAO, com o objetivo de concluí-las até março de 1930,

---

Itu, Ano IV, n. 363, 8 mar. 1925; A CIDADE, Itu, Ano V, n. 460, 7 mar. 1926; A Cidade, Itu, Ano V, n. 471, 18 abr 1926; A Cidade, Itu, Ano V, n. 472, 25 abr 1926; A CIDADE, Itu, Ano VIII, n. 627, 7 jul. 1929; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XXV, n. 1341, 6 jul. 1929.

para inaugurar os “novos pavilhões, destinados as officinas de mechanica e serralheria e á outras dependencias necessarias para o completo funccionamento” do estabelecimento. (A CIDADE, Itu, Ano VIII, n. 639, 6 out. 1929)

Apesar da escassez de informações oficiais da Irmandade, os dados constantes no controle dos operários (livro ponto) reafirmam que as obras nos galpões das oficinas, ainda estavam em andamento no ano de 1931.

O Livro Ponto – “Officinas”, de março de 1929 a março de 1931, relaciona os operários, com apontamento das horas trabalhadas e valores correspondentes. No encerramento do referido livro consta a “Folha de feria dos operários que trabalham na construção dos novos pavilhões durante o mez de junho de 1928”, com os nomes dos funcionários, horas, salários, importâncias e assinaturas dos trabalhadores. Há ainda no final da respectiva folha, relação de materiais, valores, fornecedores e total geral despendido.

A partir daí, mantido o projeto original, o curso de Mecânica somente poderia iniciar em 1932 com a conclusão das obras da sua oficina.

Depois de inaugurar o IBAO, com parte das obras concluídas, de funcionar sem procedimentos e estrutura dos cursos bem definidos e atrativos para o público alvo, finalmente a gestora do patrimônio de Borges, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, rendeu-se à necessidade de estruturar o Instituto de Artes e Ofícios, e entregar aos verdadeiros legatários de Borges, a população pobre de Itu, condições de aprendizado e formação profissional.

Para esse fim, a mesa administrativa da Irmandade ituana aprovou em maio de 1932 (ANEXO MM),

> [...] o plano **definitivo de reorganisação** do ‘Instituto Borges’, desta cidade, apresentado pelo professor Horacio Silveira, director da Escola Profissional da Capital, vae o referido Instituto, **finalmente**, entrar na **verdadeira** phase do seu **desenvolvimento**, prehenchendo os **grandes e utilíssimos bens** para que foi creado. Terá elle a mesma **organisação** das **escolas profissionaes** mixtas **officiaes**. (A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 3, 15 mai. 1932; grifo da autora)

Na pauta da reunião de 1932, também ficou estabelecido que,

> [...] possivelmente em **Junho do corrente anno**, serão **abertas** as **matriculas** para os **cursos** de **marcinaria** e **tornearia**, curso **commercial**, **com dactylografi**a e **tachygrafia**, pintura artística e commercial, musica, **córtes e confecções** e economia domestica, estando sendo estudados os cursos de puericultura, tecelagem e **mechanica**, que se **instalarão no anno vindouro**. (A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 3, 15 mai. 1932; grifo da autora)

O livro de “Registro dos títulos de nomeação e demissão de funcionários e empregados dos estabelecimentos mantidos pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu” de maio de 1932 a setembro de 1938, relacionam a contratação de funcionários para o Instituto Borges de Artes e Ofícios, incluindo o diretor da escola, funcionários administrativos e professores para os cursos de marcenaria, corte e confecções e auxiliar de comércio. As anotações indicavam data de admissão e exoneração, nome do contratado, cargo e vencimentos mensais.

Também na imprensa de Itu foi noticiado em 1932, a realização de solenidade de inauguração (Figura 10) do Instituto Borges de Artes e Ofícios. (A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 8, 19 jun. 1932) E também, reproduzido o telegrama com votos de congratulações pelo primeiro ano de funcionamento da escola profissional, recebido pelo prefeito local em 1933. (PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 3, 1 jan. 1933)

Quase oito anos[78] depois da inauguração oficial do Instituto Borges de Artes e Ofícios (28 de outubro de 1924), em 18 de junho de 1932 foi realizada uma reinauguração da escola profissional. Talvez um pretenso divisor entre o amadorismo e desconhecimento na área da educação para o início do reconhecimento da Irmandade da necessidade de buscar profissionais da educação para conduzir a gestão do IBAO.

Figura 10: Nova inauguração do IBAO – 1932

Instituto Borges

Procedeu-se, hontem, á inauguração do Instituto Borges O acto revestiu-se de solennidade, tendo o reverendissimo Vigario desta Parochia, Padre José Maria Monteiro, dado a benção ao predio. Devido ao adeantamento do expediente, não podemos dar noticia mais circumstanciada, o que faremos no proximo numero.

Do Dr. Soares Hungria, operoso ex-deputado pelo 4.° districto e grande amigo de Itu, recebeu o sr. Prefeito Municipal o seguinte telegrama:

«Felicito amigo primeiro anno funcionamento Escola Profissional antevendo resultado promissor felizes filhos ituanos. Saudações. (a) Soares Hungria»

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 8, 19 jun. 1932; PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 3, 1 jan. 1933

[78] 7 anos e 9 meses ou 2.790 dias.

Foram veiculados anúncios sobre os cursos disponíveis no IBAO, para o ano letivo de 1933 (Figura 11), e as condições e requisitos para a matrícula. No aviso não estavam relacionados os cursos em oferecimento, apenas destaque para as habilidades necessárias aqueles interessados no curso de Auxiliar de Comércio, que precisavam comprovar conhecimentos de português e aritmética. Aos demais, exame de admissão para os “não diplomados por grupos escolares”. (PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 6, 22 jan. 1933)

Figura 11: Aviso de matrícula – 1933

INSTITUTO BORGES DE ARTES E OFICIOS

AVISO

MATRICULA

Comunico ás pessoas interessadas que do dia 23 a 28 do corrente acha-se aberta a matricula para as vagas nos diversos cursos deste estabelecimento de ensino.

A matricula é inteiramente gratuita.

Os exames de admissão para com os candidatos não diplomados por grupos escolares realisar-se-ão no dia 30 do corrente ás 12 horas.

Para o curso de auxiliares de comercio, os candidatos á matricula precisam revelar conhecimentos mais desenvolvidos de português e aritmética.

Os candidatos serão atendidos no gabinete do Diretor, diariamente, das 9 ás 12 e das 13 ás 18 horas.

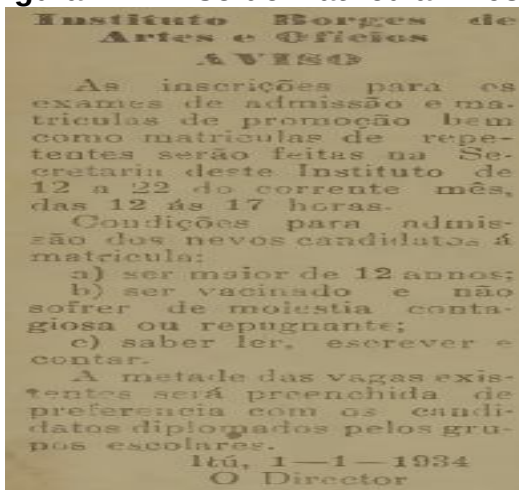
Itú, 19 de Janeiro de 1933.

JOB AIRES DIAS
Diretor

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 6, 22 jan. 1933

Para o ano de 1934 (Figura 12), os alunos ingressantes deveriam ter no mínimo 12 anos de idade, comprovar sua condição de saúde e “saber ler, escrever e contar.” (O POVO, Itu, Ano III, n. 110, 7 jan. 1934)

Figura 12: Aviso de matrícula – 1934



Instituto Borges de Artes e Officios

AVISO

As inscrições para os exames de admissão e matriculas de promoção bem como matriculas de repetentes serão feitas na Secretaria deste Instituto de 12 a 22 do corrente mês, das 12 ás 17 horas.

Condições para admissão dos novos candidatos á matricula:

a) ser maior de 12 annos;

b) ser vacinado e não sofrer de molestia contagiosa ou repugnante;

c) saber ler, escrever e contar.

A metade das vagas existentes será preenchida de preferencia com os candidatos diplomados pelos grupos escolares.

Itú, 1—1—1934

O Director

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; O POVO, Itu, Ano III, n. 110, 7 jan. 1934

Em 1936 (Figura 13), as exigências para a inscrição nos cursos oferecidos eram a idade mínima de 12 anos e certificação do grupo escolar ou aprovação no exame de admissão. Além dos requisitos necessários para a efetivação da matrícula, também foram divulgados os cursos disponíveis por período e público alvo: Auxiliar de Comércio para turmas mistas noturnas, Marcenaria e Corte e Confecções, turmas diurnas masculinas e femininas respectivamente. Os cursos de Desenho e Pintura (diurno) e Música (noturno) oferecidos para turmas mistas, não formaram nenhum aluno, conforme Registro de Diplomas do IBAO de 1934 a 1966. Observa-se que no anúncio consta a data de 1926, porém, foi publicada no jornal de 1936. (A CIDADE, Itu, Ano X, n. 754, 5 jan. 1936)

Figura 13: Divulgação do período de matrículas – 1936

Instituto Borges de Artes e Officios

ITU'

Matricula:— As matriculas para os varios cursos em funccionamento estarão abertas de 11 do corrente a 22 do mesmo mez, (unica época de matricula, tanto para os alumnos como para os novos candidatos)

Cursos profissiaes

Secção Masculina

a) Commercio (nocturno);
b) Marcenaria (diurno);

Secção Feminina

a) Corte e Confecções (diurno);

Secção Mixta

a) Commercio (diurno);
b) Desenho e Pintura (diurno);
c) Musica (nocturno).

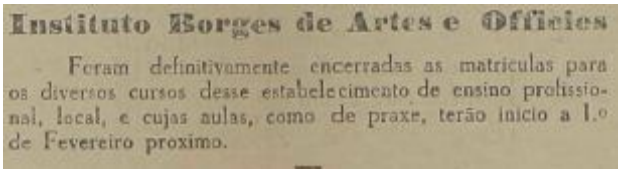
Condicções para admissão dos Candidatos a Matricula:

a) 12 annos completos.
b) Metade das vagas será preenchida por alumnos diplomados por grupos escolares, e metade mediante exame de admissão feito em grupo escolar mediante requerimento á Superintendencia da Educação Profissional e Domestica (programma de 4.o anno de grupo escolar).

Itú, 5 de Janeiro de 1926
José de Toledo Pizza
Director

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano X, n. 754, 5 jan. 1936

Figura 14: Informações do encerramento das matrículas – 1937



Instituto Borges de Artes e Officios

Foram definitivamente encerradas as matriculas para os diversos cursos desse estabelecimento de ensino profissional, local, e cujas aulas, como de praxe, terão inicio a 1.o de Fevereiro proximo.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano XI, n. 803, 24 jan. 1937

As exigências estabelecidas aos candidatos para a matrícula nos cursos do Instituto Borges de Artes e Ofícios foram questionadas e classificadas como fatores que determinaram o afastamento dos ituanos que mais precisavam receber instrução e formação. E também apontavam que os requisitos impostos para a admissão trouxeram alunos que tinham condições privilegiadas e que o critério deveria estar vinculada a classe social do candidato. (ANEXO PP).

> [...] Constitue grande erro antepar-lhes o ingresso, com a exigência de formalidades inúteis, como diplomas, exames de admissão, etc. Se as escolas profissionaes tem cunho eminentemente popular, como instituir exames de admissão para candidatos em desegualdade de condições intellectuaes? Deveria predominar o critério de classe, isto é, o da selecção, conforme o grau de necessidade. Versamos emfim, estas considerações, em vista dos **exames de admissão** ultimamente realizados no **lyceu desta cidade**. Muitos candidatos, reconhecidamente desprovidos de recursos, pelo que, justamente, pretendiam cursar as aulas do Instituto Borges, **não lograram admissão aos cursos** de corte e costura, commercial, etc. Em opposição, porém, conseguiram ingresso outros que, estão em condições econômicas mais favoráveis, e, por conseguinte, com maiores possibilidades de assegurar um futuro mais estável. Antes de tudo, instrucção para os que a não possuem e que della necessitam. (A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 8, 19 jun. 1932; grifo da autora)

Baseado nos livros disponíveis na escola e nos periódicos de Itu, em 1931 as obras do IBAO ainda estavam em andamento, seus docentes e funcionários foram contratados em 1932 e os primeiros diplomas expedidos datam de 1934, apontando que a organização e regulamentação das atividades escolares iniciaram em 1932, oito anos após a inauguração oficial do prédio do Instituto de Artes e Ofícios.

O ano de 1932 marcou uma nova fase do Instituto Borges de Artes e Ofícios, partindo de uma reinauguração do prédio, ato que simbolizava o início da utilização da escola profissional da maneira mais alinhada com as determinações do seu benfeitor.

4.3 Os cursos oferecidos

De acordo com o livro de registros de diplomas, no Instituto Borges de Artes e Ofícios de Itu, existiam turmas diurnas de Marcenaria e Corte e Confecções, e classes mistas e noturnas, do curso de Auxiliar de Comércio.

As opções de cursos escolhidas pelo IBAO, Marcenaria, Corte e Confecções, Mecânica e Auxiliar de Comércio, acompanhavam os implantados em outras escolas profissionais inclusive as não particulares. Embora, mesmo antes da inauguração, houvesse expectativa que fosse oferecido curso de formação voltada a indústria de fiação e tecelagem (ANEXO GG).

> Estando Itu situado num centro manufactureiro, entre Jundiahy, Piracicaba, Salto e Sorocaba, que possuem as maiores fabricas de fiação e tecidos do Estado de São Paulo, não seria descabido no Lyceu Joaquim Borges, como já existe na escola profissional de S. Paulo, em curso de teoria e pratica de fiação e tecelagem, principalmente para a formação de contra-mestres, mas que servisse também para o ensino dos operários, como se dá em todos os

> paizes manufactureiros do mundo. (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 713, 24 nov. 1921)

Os livros de emissão de diplomas registraram de 1934 a 1966, total de 684 certificados de habilitação expedidos: 195 para as estudantes do curso de Corte e Confecções, 88 para alunos de Marcenaria, 1 de Lustrador, 17 de Mecânica e 383 de Auxiliar de Comércio (Quadro 1).

Quadro 1: Diplomas emitidos – 1934 a 1966

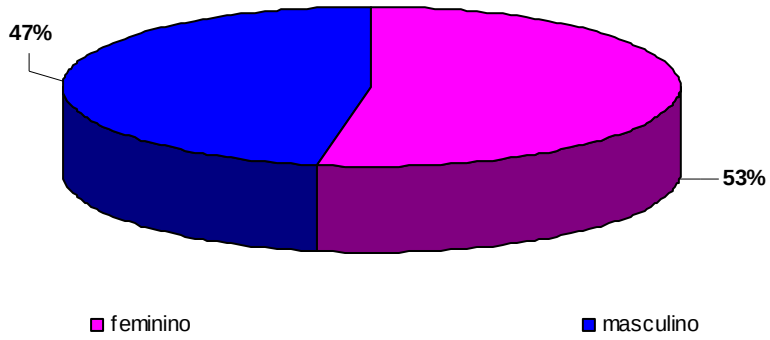
ano/curso	Corte e Confecções	Marcenaria	Lustrador	Mecânica (Torneiro)	Auxiliar de Comércio	total
1934	24	10	1		17	52
1935	12	4			26	42
1936	6	4			11	21
1937	11	3			10	24
1938	10	0			7	17
1939	6	3			4	13
1940	0	0			23	23
1941	9	7			14	30
1942	0	0			5	5
1943	0	0			15	15
1944	2	3		3	10	18
1945	7	5		9	8	29
1946	2	3		5	8	18
1947	15	2			15	32
1948	7	5			9	21
1949	5	5			18	28
1950	5	0			10	15
1951	11	1			13	25
1952	8	2			13	23
1953	4	3			28	35
1954	2	0			15	17
1955	5	0			9	14
1956	7	1			16	24
1957	7	1			7	15
1958	1	3			9	13
1959	7	5			6	18
1960	4	4			9	17
1961	5	4			5	14
1962	9	3			3	15
1963	4	7			9	20
1964					17	17
1965					3	3
1966					11	11
total	195	88	1	17	383	684

Fonte: elaborado pela autora a partir dos Registros de Diplomas do IBAO

Do total de 684 diplomados do período 1934-1966, mais da metade (52,78%) eram mulheres (361) (Gráfico 1). Nesse total, 195 das alunas concluíram o curso diurno de Corte e Confecções, e representavam 28,51% do total de diplomados do IBAO.

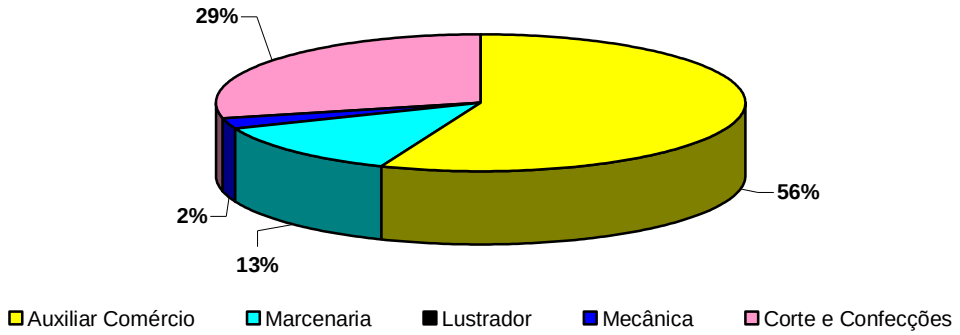
Entre os 383 formandos do curso noturno de Auxiliar de Comércio, 166 eram mulheres, 43,34% do total dessa formação. (Gráfico 2).

Gráfico 1: Diplomados por gênero – 1934 a 1966



Fonte: elaborado pela autora a partir dos Registros de Diplomas do IBAO

Gráfico 2: Diplomados por curso – 1934 a 1966



Fonte: elaborado pela autora a partir dos Registros de Diplomas do IBAO

Destaque para o grande número de mulheres trabalhadoras que buscavam melhor colocação no mercado de trabalho, freqüentando o curso noturno de Auxiliar de Comércio do IBAO.

Esses números fazem um contraponto com o que normalmente se definia como perspectiva de instrução e formação da mulher no Liceu de Itu. (ANEXO V)

> As meninas depois de terminados os seus estudos nos grupos escolares e as moças que o quizerem poderão entrar para o Lyceu, afim de estudarem ou se aperfeiçoarem na musica, no desenho, na pintura, no bordado, na costura e, si quizerem ampliar o programa, poderão ser estabelecidos cursos de economia domestica até de arte culinária. Esse será um programa de verdadeira utilidade, que certamente não deixará de attrahir muitas alumnas ao Lyceu, porque em Itu não temos um externato de ensino secundário. Assim, pois, além dos cursos de ensino geral secundário e de bellas artes para ambos os sexos e de estudo de diversas profissões para o sexo masculino [...] (REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921)

4.3.1 Corte e Confecções

Entre os anos de 1934 a 1963, foram emitidos 195 certificados para as formandas do curso de Corte e Confecções (APÊNDICE A). Nos dez primeiros anos do período, 1934 – 1943, 78 mullheres concluíram o curso, totalizando 40% dos diplomas nessa habilitação. A última turma diplomada contava com apenas quatro alunas.

As diplomadas do ano de 1934 tinham a maior média de idade, de toda a duração do curso no IBAO, aproximadamente 19 anos, com 25, como idade máxima. Essa média caiu com o passar dos anos, tendo como idade máxima 18 anos. A idade mínima na conclusão do curso era de 14 anos.

O curso diurno voltado ao público feminino tinha duração de três anos e em todos eles oferecia matérias de formação geral e específica. Português e Matemática ao longo de todo o curso, Geografia nas duas primeiras séries e História nas segundas e terceiras. As matérias específicas Desenho, Tecnologia, Corte, Bordado, Higiene durante todo o curso e Arte Culinária no último ano.

Nas escolas profissionais do Estado de São Paulo foi estabelecido pela Lei n. 1.711, de 27 de dezembro de 1919, que deveriam ser ministrados em conjunto com o conteúdo específico de cada especialização, “noções elementares das seguintes materias **a)** lingua materna e educação moral e civica; **b)** calculo arithmetico e geometrico; **c)** geographia e historia do Brasil.” (art. **3.º** LEI n. 1.711, de 27 de dezembro de 1919)

4.3.2 Curso de Marcenaria

De 1934 a 1963, o IBAO emitiu 88 certificados em habilitação no curso de Marcenaria (APÊNDICE B), o que representou 12,87% do total expedido. A escola registrou 31, 29 e 28 diplomas entre os anos 1934-1943, 1944-1953 e 1954-1963 respectivamente. A última turma contava com apenas sete alunos.

Os diplomados do ano de 1934 tinham a maior média de idade, de toda a duração do curso no IBAO, 20 anos, com 23, como idade máxima. Essa média caiu com o passar dos anos, tendo como idade mínima 14 anos na conclusão do curso.

O curso diurno voltado ao público masculino tinha duração de três anos e em todos eles oferecia matérias de formação geral e específica. Português e Matemática

ao longo de todo o curso, Geografia nas duas primeiras séries e História nas segundas e terceiras. E matérias específicas durante todo o curso, Desenho, Marcenaria e Tecnologia.

No ano de 1957, a disciplina Tecnologia do curso de Marcenaria foi ministrada pelo professor Lourenço Carmignani[79]. O mesmo livro de chamada foi utilizado para o acompanhamento das três séries, com anotações da freqüência dos alunos e o conteúdo ministrado nas aulas.

Para a 1ª série do curso de Marcenaria, a disciplina de Tecnologia, abordava o seguinte conteúdo: histórico da marcenaria e matéria prima; matérias primas subsidiárias; verniz, goma-laca – procedência e aplicação; cola de gelatina animal e cola fria; cola a frio; substância que entra nos vernizes; madeiras usadas nas oficinas e peso específico; histórico de madeiras – pais de origem; madeiras do Estado de São Paulo; corte e transporte; materiais de polimento; ferramentas e acessórios.

Na 2ª série: secagem natural; classificação das espécies e seus pesos específicos; madeira compensada; madeira – parte botânica, conhecimentos de fitogeografia; desenho de móveis; máquinas; crescimento das plantas; folhas, partes e composição do tronco. E na 3ª série: ferragens usadas nos móveis; cubagem de madeira; desenho de móveis; estilos; arquitetura – estilo; orçamento.

O IBAO emitiu apenas um certificado com habilitação de Lustrador (APÊNDICE C), no ano de 1934.

4.3.3 Curso de Auxiliar de Comércio

O curso noturno de Auxiliar de Comércio oferecido pelo IBAO para turmas mistas habilitou 383 alunos entre 1934 e 1966 (APÊNDICE E), o que representou 55,99% do total de certificados emitidos no período. Desse montante, 217 homens (56,66%) e 166 mulheres (43,34%). Em 1966, a última turma do curso formou onze alunos.

O curso noturno tinha duração de dois anos e em todo o período oferecia as disciplinas, Português e Matemática, bem como as matérias específicas, Escrituração Mercantil, Correspondência Comercial, Datilografia e Taquigrafia. No segundo ano, a matéria Organização Comercial era incorporada a grade curricular.

---

[79] Desde 1987, o Prof. Lourenço Carmignani dá nome a escola de ensino médio na cidade de Itu.

Nos anos de 1952 e 1953, as aulas teóricas eram realizadas nas salas do piso superior do prédio principal. Para as aulas de datilografia, os alunos se deslocavam para uma pequena sala no mesmo pavimento, onde ficavam as máquinas de escrever (informação da ex-aluna Srª Maria Geralda). Provavelmente, todas as turmas formadas nesse curso ocuparam as mesmas salas.

O curso noturno de Auxiliar de Comércio era a única opção de qualificação oferecida para os trabalhadores que desejavam migrar da função de operário da indústria de fiação local para uma colocação no comércio. Conforme relatou a ex-aluna Srª Maria Geralda, formada em 1953,

> Não havia outra alternativa de estudo na cidade para quem trabalhava na fábrica, o nosso desejo era alcançar uma melhor colocação, um serviço menos pesado dentro da própria empresa, ou uma função administrativa em um escritório. Na minha turma, apenas um dos meus colegas não trabalhava em uma das fiações[80] da cidade.

4.3.4 Curso de Mecânica

O curso de mecânica do IBAO iniciou sua primeira turma no mesmo ano que o Governo Federal criou o SENAI (1942). Formando apenas três turmas no período analisado, diplomando 3 alunos em 1944, 9 em 1945, e 5 em 1946 (APÊNDICE D). Destacando que as obras do galpão que o abrigaria estavam em andamento no momento da inauguração da escola. Na bibliografia oficial disponibilizada, não existe referência da data exata da conclusão das obras.

A partir do ano de 1946, o curso de Mecânica passou a ser oferecido pelo SENAI, que ocupou as dependências e oficinas do IBAO.

4.4 Parceria IBAO-SENAI

O Governo Federal criou um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, o Serviço Social de Aprendizagem Industrial – SENAI, por meio do Decreto-lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria. (ROMANELLI, 2012, p. 171)

---

[80] Fiações Redenção, Maria Cândida e São Luiz e Fiação e Tecelagem São Pedro.

O SENAI foi instituído para que escolas de aprendizagem para industriários fossem organizadas e gerenciadas em todo o Brasil. Essas escolas deveriam "ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem." (art. 2º, DECRETO-LEI nº 4.048, 22 jan. 1942)

No mesmo ano, 1942, o provedor da Misericórdia de Itu, colocou as oficinas e outras dependências do IBAO, à disposição do SENAI, para que ministrasse seus cursos. Em 1945, a irmandade ituana chegou a oferecer a administração técnica do IBAO à entidade, que enviou representante para avaliação da escola profissional. A Misericórdia de Itu pretendia transferir os elevados gastos com a manutenção do Instituto Borges, repassar a responsabilidade dos reparos que o estabelecimento precisava, e por fim, aprimorar os métodos utilizados nos cursos oferecidos. O IBAO passava por problemas financeiros, considerando que as receitas geradas pela venda dos itens fabricados nas oficinas, não eram suficientes para cobrir as despesas. Mais que isso, os cursos oferecidos eram cada vez menos atrativos, pela falta de condições oferecidas nas oficinas, com a escassez de insumos que inviabilizavam o aprendizado prático dos alunos. (SOUZA; CYTRYNOWIZ, 2004, p. 68; 70)

Em 26 de janeiro de 1946 foi assinado acordo entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Itu e a Divisão Regional de São Paulo do SENAI. Ficou determinado que a irmandade ituana continuaria administrando o Instituto Borges de Artes e Ofícios e mantendo seus cursos, exceto os de mecânica e fundição[81] que ficariam a cargo do SENAI, que passaria a ocupar as instalações preparadas para esses cursos. A partir de julho de 1946, o SENAI deveria oferecer cursos de formação em eletricidade e trabalhos de metal e madeira. Também ficou acordado, que o SENAI manteria cursos de preparação profissional (vocacional) para alunos de 12 a 14 anos, sem vínculos com a indústria, e, o de aspirante à indústria, para os de idade entre 14 a 16 anos. Quarenta vagas seriam reservadas a alunos encaminhados pela Misericórdia ituana nos cursos, vocacional e no de aspirante à indústria, sendo que os últimos receberiam ajuda financeira do SENAI. O SENAI poderia oferecer outros cursos no período noturno, para formação de mão de obra masculina e se houvesse interesse, cursos para mulheres. (SOUZA; CYTRYNOWIZ, 2004, p. 71)

---

[81] O IBAO não formou nenhum aluno no curso de fundição no período de 1934 a 1966.

O SENAI ocupou as dependências do IBAO em janeiro de 1947 e recebeu sua primeira turma de aprendizes. Funcionou ali, “por 25 anos ministrando as ocupações de Ajustagem, Tornearia e Marcenaria.”[82]

Firmado para vigência de quatro anos, o acordo da Irmandade Santa Casa de Itu e SENAI, por meio de renovações, vigorou até 1972[83], com algumas alterações nas bases iniciais. (SOUZA; CYTRYNOWIZ, 2004, p. 71)

A despeito das imposições testamentárias e do desejo do doador Joaquim Bernardo Borges, o convênio firmado desonerou a Misericórdia de Itu da obrigação de arcar com as despesas para manter os cursos funcionando de maneira minimamente atrativa e de investir em novos cursos considerando as demandas do mercado.

Apesar de tudo, com o convênio firmado com o SENAI, as dependências do Instituto Borges de Artes e Ofícios foram ocupadas, minimizando as críticas pela subutilização do prédio e a precariedade com as oficinas eram mantidas, causando desinteresse pelos seus cursos.

4.5 Venda da produção da escola

O Decreto nº 7.566, de 26 de setembro de 1909, que definiu a criação de escolas de aprendizes artífices nas capitais, para o ensino profissional primário e gratuito, estabeleceu em seus artigos 10 a 13,

> Art. 10. Constituirá **renda** da escola o **producto** dos artefactos que **sahirem** de suas **officinas**.
> § 1° Esta **renda** será arrecadada pelo director da escola, que com ella satisfará a **compra de materiaes necessarios para os trabalhos das officinas**.
> § 2° Semestralmente o director dará balaço na **receita** e **despeza** das **officinas** e recolherá o saldo á Caixa Economica ou Colectoria Federal, para o destino consignado no artigo seguinte.
> Art. 11. A **renda liquida** de cada **officina** será **repartida** em 15 quotas iguaes, das quaes uma pertencerá ao **director**, quatro ao respectivo **mestre** e 10 serão distribuidas por todos os **alumnos da officina**, em premios, conforme o grão de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.
> Art. 12. Haverá **annualmente** uma **exposição** dos **artefactos** das **officinas** na escola, para o julgamento do gráo de adeantamento dos alumnos e distribuição dos premios aos mesmos.
> Art. 13. A commissão julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12 será pelo director da escola, o mestre da respectiva

---

[82] Disponível em: http://itu.sp.senai.br/institucional/2871/0/historico Acesso em: 18 dez. 2014
[83] Em 1973 foi inaugurada a sede própria do SENAI Italo Bologna, localizada na Avenida Goiás, 139, Bairro Brasil, em Itu.

> officina e o inspector agricola do districto. (DECRETO nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909; grifo da autora)

Em 25 de outubro de 1911, o Decreto n. 9.070, que dava novo regulamento às escolas de aprendizes, tratava a venda da produção das oficinas como parte da renda das escolas utilizada para aquisição de insumos.

> Art. 20. Constituirão **renda da escola** o producto dos **artefactos** que sahirem de suas **officinas** e o das **obras** e **concertos** por ellas realizados.
> § 1º Esta **renda** será arrecadada pelo director da escola, que com ella **adquirirá** os **materiaes necessarios** para os **trabalhos** das **officinas.**
> § 2º No fim do anno, a renda liquida será recolhida á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional depois de reduzida a importancia correspondente a 15 %, sendo 10 % para serem **distribuidos** por todos os **alumnos das officinas**, em **premios**, conforme o gráo de **aproveitamento** obtido e respectiva aptidão, e 5 % para a Caixa de Mutualidade.
> Art. 21. Haverá annualmente uma **exposição de artefactos das officinas** da escola, para o julgamento do gráo de adeantamento dos alumnos e distribuição dos premios aos mesmos.
> Paragrapho unico. A commissão julgadora para a distribuição dos premios a que se refere este artigo será formada pelo director da escola e pelos mestres das officinas. (DECRETO nº 9.070, de 25 de outubro de 1911; grifo da autora)

O Estado de São Paulo tratou do assunto na Lei n. 1.709, que criou diversas escolas profissionais na capital e no interior do estado e também na Lei n. 1.711, que organizou as escolas profissionais do estado, ambas de 27 de dezembro de 1919 e o mesmo artigo 18. “Como auxilio ao desenvolvimento das escolas profissionaes, poderá ser installada uma “Secção Industrial”, especialmente destinada ás encommendas particulares.” (LEI n. 1.709, de 27 de Dezembro de 1919; LEI n. 1.711, de 27 de dezembro de 1919)

A venda da produção das oficinas além de custear as próprias despesas com insumos, também possibilitava a divulgação das habilidades, conhecimento e perspectivas que os cursos tinham condições de oferecer tanto aos consumidores de seus produtos, como principalmente, atrair novos alunos, com vistas a manter as atividades escolares, quadro docente e administrativo e equilibrar suas contas.

No Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, os aprendizes do ensino industrial,

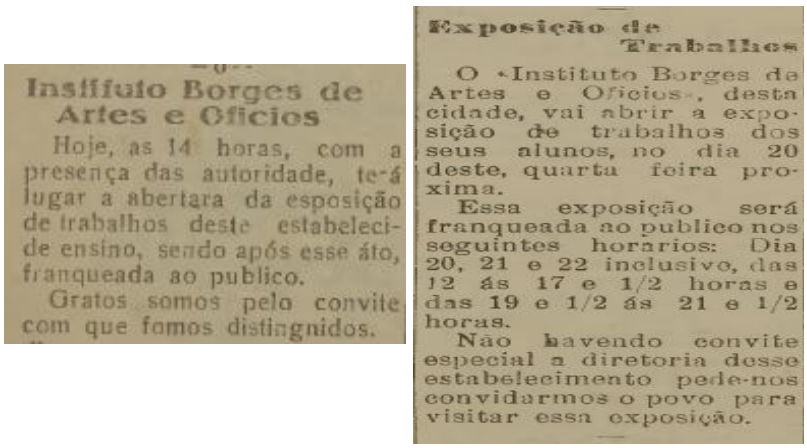
> eram remunerados com o produto da venda das peças produzidas. No período noturno funcionavam oficinas de carpintaria, marcenaria, ebanisteria[84], escultura ornamentista, forja, caldeiraria, serralheria, fundição de bronze e metais finos. Progressivamente, os recursos obtidos com a venda dos

[84] Ebanisteria é a prática da marcenaria em ébano e outras madeiras de lei.

> produtos das oficinas passaram a custear a maior parte das despesas de manutenção da escola. (GORDINHO; MONTEIRO, 2000, p. 31)

Os jornais de Itu costumavam convidar a população, para participar das visitações abertas nas escolas. (Figura 15)

Figura 15: Anúncio da exposição de trabalhos



Instituto Borges de Artes e Ofícios

Hoje, as 14 horas, com a presença das autoridade, terá lugar a abertara da esposição de trabalhos deste estabelecide ensino, sendo após esse áto, franqueada ao publico.

Gratos somos pelo convite com que fomos distingnidos.

Exposição de Trabalhos

O «Instituto Borges de Artes e Oficios», desta cidade, vai abrir a exposição de trabalhos dos seus alunos, no dia 20 deste, quarta feira proxima.

Essa exposição será franqueada ao publico nos seguintes horarios: Dia 20, 21 e 22 inclusivo, das 12 ás 17 e 1/2 horas e das 19 e 1/2 ás 21 e 1/2 horas.

Não havendo convite especial a diretoria desse estabelecimento pede-nos convidarmos o povo para visitar essa exposição.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; O PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 2, 25 dez. 1932; O PROGRESSO, Itu, Ano II, n. 53, 17 dez. 1933

Em janeiro de 1933, trabalhos realizados no ano anterior impressionaram os visitantes (ANEXO NN),

> Percorremos todas as salas do nosso instituto onde estavam espostos trabalhos dos seus alunos. A secção de desenho estava irrepreensivel. Não há trabalhos para serem destacados. Todos estavam corretamente confeccionados. Admiramos muito a secção de marcenaria. Viam-se nela ricos porta-chapeos, mesas de diversos estilos, elegantes guarda-roupas, argolas de madeira para guardanapos, farinheiras, porta-retratos, jogos de xadrez, bengalas, etc. São dignas de nota umas bandeijas feitas pelos alunos Santo Pasqual, Mario Nello, Ernesto Roberti, Antonio Trabaquini e um porta-casaco todo de imbuia feito por José E. Dias. Secção de costura: professoras Elisa Migliaci e Nativa Lobo. Grande quantidade de vestidos, blusas para senhoras e vestidinhos para creanças figuravam nesta secção. Elogiamos com justiça, os finos lavores da educanda Ana Blackman. Chamava a atenção de todos os visitantes da esposição um vestido verde-malta. Era godê; a manga fofa e a barra levemente pregueada. De georgete. Bêlo vestido. Secção industrial – Riquíssima em obras de arte. Uma admirável sala de jantar estava nessa secção. Estilo futurista. De imbuia. Secção de arte culinária. Dirigida pela esforçada educadora d. Celina de Passos. Exibiam-se nela finíssimos e apetitosos doces. A esposição muito agradou a todos quantos a visitaram. Parabens efusivos ao diretor do Instituto Borges de Artes e Ofícios, prof. Job Aires Dias, pela linda esposição de trabalhos dos seus alunos apresentada ao laborioso, honesto e inteligente povo ituano. (O PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 3, 1 jan. 1933)

Destaca-se que, a organização do evento e a qualidade alcançada na produção dos cursos poderia ser considerada mais uma evidência da nova fase do IBAO, após sua reinauguração em 1932.

Foi possível confirmar a prática da venda da produção do IBAO, por meio de livros do seu acervo. O Registro de venda à vista – livro nº 6 de julho de 1942, com relação diária das vendas realizadas, sem descrição e detalhamento, apenas valores diários, total mensal e total imposto mês. No encerramento do livro, carimbo da "Coletoria Federal de Itu, 19 de setembro de 1942", valor total de "quatorze mil réis". Outro livro sem identificação, relaciona móveis de diversos tipos e também serviços de reforma. Muitos dos móveis produzidos eram para a Maternidade e o Hospital Santa Casa mantidos pela Misericórdia de Itu.

Toalhas e guardanapos bordados para o Restaurante Steiner[85] entre outros itens e clientes foram produzidos pelas alunas do curso de Corte e Confecções, conforme anotações do Livro de 1955 da "Secção de Bordados", que relaciona o número de peças, modelo, professora, aluna, valores da matéria prima e mão de obra, preço de venda, data de entrada e saída e nome do comprador.

Os produtos da oficinas do IBAO eram oferecidos à população local e as encomendas eram estimuladas utilizando inclusive a imprensa local para essa divulgação.

> [...] modelar estabelecimento profissional que dispõe de pessoal habilitado, aceita encomenda nas seguintes seções: marcenaria – móveis em geral, tornearia, entalhação marcenaria – torno e plaina, vitraux, grades de ferro e outros corte e confecções – vestidos de senhoras, roupas de crianças, bordados, enxovais economia domestica – doces para festas e demais serviços de arte culinária Encomendas com perfeição e no menor prazo. (A FEDERAÇÃO, 6 abr.1947 apud SOUZA; CYTRYNOWICZ, 2004, p. 72)

Apesar das novas encomendas, a queda no número de alunos, inviabilizava a produção, criando um círculo vicioso com a redução do número de alunos e a impossibilidade de atender a demanda por produtos. Nos livros disponíveis no acervo da escola, observou-se que, a organização e detalhamento das anotações pioraram com a mesma intensidade com que diminuiu a quantidade de produtos vendidos.

---

[85] Restaurante Steiner mais conhecido como Bar do Alemão de Itu, iniciou suas atividades em 1902.

4.6 Reorganização dos cursos

Em 1963 foram certificadas as últimas turmas dos cursos diurnos de Marcenaria e Corte e Confecções. Já o curso noturno de Auxiliar de Comércio foi extinto, com a conclusão da última turma em 1966.

A partir de 1964, as dependências da escola no período diurno passaram a ser utilizadas para acolher os alunos do curso Ginásio Industrial. Para isso, um termo de convênio foi firmado em 28 de junho de 1963, entre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu e o governo do Estado de São Paulo, na Secretaria de Estados e Negócios da Educação – Proc. SE. 40463/63,

> [...] objetivando a reorganização dos cursos mantidos pelo "Instituto Borges de Artes e Ofícios" de Itu, de maneira a melhor atender às suas finalidades de estabelecimento de ensino destinado à educação profissional, gratuita, em nível de primeiro ciclo de ensino médio. (PROC. SE. 40463/63)

Essa reorganização estabelecida entre as partes, definiu que inicialmente seriam ministrados os,

> [...] cursos médios ordinários do 1º ciclo, gratuitos, de ensino industrial e do ensino de economia doméstica e de artes aplicadas, equiparadas aos mantidos pelo Estado: 1 – Ginásio Industrial; 2 – Cursos de Aprendizagem Industrial: a) Industrial, de Marcenaria, b) Industrial, de Serralheria, c) de Artes Domesticas. (PROC. SE. 40463/63, cláusula primeira)

Ficou estabelecido na ocasião do convênio que a escola manteria a sua "denominação de "Instituto Borges de Artes e Ofícios", acompanhada dos dizeres: "Cursos mantidos: ginásio industrial – cursos de aprendizagem profissional." (PROC. SE. 40463/63, cláusula terceira)

Acertado ainda que, "os alunos atualmente matriculados concluíram os seus cursos de acordo com a organização anterior existente, antes dêste Convênio, a mesmo que possam, consoante a legislação vigente, ajustar-se à nova situação." (PROC. SE. 40463/63, cláusula segunda)

Em 1967, pelo Termo de retificação e ratificação SE 73520/67, foi acrescentado ao convênio até então vigente, algumas disposições transitórias,

> 1ª – A transformação dos cursos mantidos pelo Instituto Borges de Artes e Ofícios, do 1º para 2º grau, será progressiva; 2ª – a partir de 1973, serão instaladas classes de 1ª séries, do 2º grau; 3ª – em 1974, não serão instaladas classes de 5ª séries, do 1º grau. (TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO SE 73520/67)

Apesar das possibilidades de cursos firmados no convênio, o IBAO até 1974[86] formou apenas turmas do Ginásio Industrial, com duração de quatro anos.

Por meio de repasses financeiros obtidos de convênios com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o Instituto Borges de Artes e Ofícios continua oferecendo cursos profissionalizantes a população de Itu e região.

[86] Em 1 de agosto de 1973 o IBAO solicitou autorização do funcionamento de uma série do 2º grau, para formação de técnicos em mecânica, auxiliares técnicos de mecânica e desenhista mecânico. “Como estabelecimento de ensino profissional livre, terá os seus cursos reorganizados passando a ministrar ensino de 2º grau equiparados aos mantidos pelo Estado, As habilitações profissionais serão desenvolvidas serão autorizadas pela coordenadoria do ensino técnico” (PROC. DETEC. nº 1093/73)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Borges de Artes e Ofícios é uma escola profissional gratuita deixada em testamento pelo *brasileiro* de torna-viagem Joaquim Bernardo Borges.

Sua edificação e manutenção sofreu influência das imposições testamentárias de Joaquim Borges, das expectativas e objetivos da população e imprensa de Itu e da Irmandade de Misericórdia local. Esse trabalho buscou identificar e compreender o papel de cada um desses agentes.

Inicialmente foi necessário conhecer o funcionamento das Irmandades de Misericórdia, a relação com a sociedade e os aspectos que levaram a formação de capital por meio do recebimento de fortunas direcionadas a obras de assistência.

As Irmandades de Misericórdia portuguesas criaram uma rede de arrecadação para a manutenção de sua estrutura, seus rituais e suas obras classificadas como misericordiosas corporais e espirituais. Todas elas com objetivos de atender pobres, com as mais diversas carências e necessidades. As Misericórdias chegaram ao Brasil e rapidamente implantaram os seus dogmas e se espalharam por todo o território.

Tanto em Portugal, como no Brasil, as Misericórdias eram custeadas pelo poder régio português ou por arrecadações realizadas em nome dele. Para expandir seu patrimônio e possibilidades de realização, as Misericórdias estabeleceram em seus Compromissos a devoção as almas do Purgatório. Isso atraiu inúmeros legados pios, para a salvação da alma do doador, por intermédio das missas perpétuas providenciadas pelas Irmandades. A partir do século XIX as doações foram direcionadas a preservação da memória do indivíduo e a caridade utilizada como forma de prestígio.

Muitas dessas doações foram realizadas pelos *brasileiros* de torna-viagem, aqueles imigrantes portugueses, que após enriquecer no Brasil retornaram a Portugal para usufruir suas conquistas. Os torna-viagens que buscavam notoriedade e reconhecimento muitas vezes doaram as Misericórdias de Portugal para que fossem construídas escolas que levassem o seu nome.

O torna-viagem Joaquim Bernardo Borges, que viveu em Itu-SP por aproximadamente 27 anos, entre 1850-1877, deixou em testamento os seus bens para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, na condição de que se construísse e mantivesse perpetuamente o Instituto Borges de Artes e Ofícios, para a educação

profissional gratuita a jovens pobres. Impôs que a edificação deveria ocorrer em até três anos, a partir da sua morte, que ocorreu em 2 de janeiro de 1921.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu recebeu muitas críticas da população e imprensa ituana, pela maneira como conduziu todo o processo, destacando a demora na decisão da compra do terreno, a tentativa de permutar o terreno adquirido, a morosidade das obras, e a inauguração do prédio inacabado, em 28 de outubro de 1924.

No período descrito, 1921-1966, por duas vezes a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Itu buscou alternativas para a manutenção do Instituto Borges de Artes e Ofícios, transferindo a gestão escolar e suas despesas, desde mobiliário até a contratação de professores, compra de materiais e pessoal de apoio. Talvez pela total falta de conhecimento na área de educação, a Irmandade ituana procurou outras vias para manter o legado de Borges, lembrando que o patrimônio do imigrante português foi incorporado ao da Misericórdia.

Já na segunda metade da década de 1920, imediatamente após a inauguração, problemas como falta de material nas oficinas, a opção pelos cursos oferecidos que não estavam alinhados com a oferta de empregos da cidade, na sua maioria no setor têxtil, resultaram na baixa demanda de interessados em freqüentar a escola profissional ituana e decepcionaram a população ansiosa pela instalação do Liceu de Itu. Nessa ocasião a Irmandade local considerou a hipótese levantada por parte da comunidade e imprensa ituana em usar as dependências do IBAO para instalar um Ginásio na cidade, com o aval do Governo Estadual, que arcaria com todos os custos gerados. Essa opção não avançou, todavia, caso o Instituto Borges de Artes e Ofícios fosse transformado em Ginásio, as determinações do seu doador estariam sendo desconsideradas pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, tutora de seus bens.

Em um segundo momento, logo após o Governo Federal instituir o Serviço Social de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), a Irmandade de Misericórdia de Itu, ofereceu as dependências do IBAO para que a recém criada escola de aprendizagem fosse instalada em Itu, com a contrapartida de repassar os custos ao Estado, contudo, permanecendo a frente da administração da escola. Depois de anos de negociação, o acordo foi assinado e cursos profissionalizantes passaram a ser oferecidos sob a tutela e conhecimento especializado do SENAI. Apesar de ser obrigação testamentária da Irmandade local de manter perpetuamente a escola profissional, o convênio com o

Governo Federal de 1947 a 1973, parece que trouxe um aprendizado na área da educação profissional que a Misericórdia não tinha. A partir daí, para manter o Instituto Borges de Artes e Ofícios, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Itu, tem firmado inúmeros convênios com o Governo do Estado de São Paulo, com o recebimento de repasses financeiros para custear os cursos oferecidos.

Joaquim Bernardo Borges escolheu Itu para a instalação de uma escola profissional para pobres. A partir da sua decisão e, passando por problemas de toda a ordem, como tempo, indefinições, burocracia, despreparo, de quem deveria executar sua determinação, não se poderia perder de vista, a quem, e, para que foi destinado seu patrimônio. Os verdadeiros legatários de Borges deveriam ser os pobres, para que saíssem dessa condição por meio da educação e formação profissional.

Apesar dos percalços, deslizes, atrasos e contornos realizados pela Misericórdia ituana, passados noventa anos da inauguração do Instituto Borges de Artes e Ofícios constata-se que mesmo com diversos erros cometidos e objetivos postergados, o legado de Borges foi cumprido considerando o importante papel que ocupa na educação profissional da região de Itu.

O legado de Borges alcançou seu objetivo na medida que a escola profissional continua ativa oferecendo alternativa de formação profissional gratuita, como era a vontade do imigrante português.

Talvez a cobertura da obra de Borges pudesse ter sido ampliada, caso profissionais de educação fossem chamados a conduzir ou orientar os tutores de sua fortuna, já nos primeiros anos dos trabalhos na implantação e gestão do Instituto Borges de Artes e Ofícios.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. In: PAIVA, José Pedro (Org.). **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. vol. 1. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. p. 47-77. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8630>. Acesso em: 3 abril.2014.

ALBUQUERQUE, Ana Silvia. Os *Brasileiros* e a Santa Casa da Misericórdia do Porto. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 333-334.

ALVES, Jorge Fernandes. Os *Brasileiros*, Emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto, PT, 1993. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id135&sum=sim> Acesso em: 10 abril.2014

ALVES, Luís Alberto Marques. O *Brasileiro*: Ausência e Presença no Portugal Oitocentista. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 41-59.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias e a salvação da alma: os ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI – XVIII). In: FARIA, Ana Leal de; BRAGA, Isabel Drumond (coords). **Problematizar a História: estudos de história moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata**. Lisboa : Caleidoscópio, 2007. p. 383-402. Disponível em: < http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9254 >. Acesso em: 3 abril.2014.

ARCHER, Maria. A Cruz Vermelha em S. Paulo e no Mundo. O Hospital de crianças em Indianópolis. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Ano LXXVII, n. 24931, 11 ago. 1956, p. 7.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 23-79

CAMARGO, Accacio de V. “Instituto ‘Borges”. **A cidade**, Itu, Ano IV, n. 435, 26 nov. 1925, p. 1

CANABRAVA, Alice Piffer. **O algodão em São Paulo: 1861-1875**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984

CARVALHO, C. H.; ARAUJO, J. C. S.; GONÇALVES, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998

CATROGA, Fernando. A Monumentalidade Funerária como Símbolo de Distinção Social. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 167-179.

CHAVES, Larissa Patron. Pintura e Sociedade: Retratos de Beneméritos das Sociedades Portuguesas de Beneficiência e o Patrimônio Cultural no sul do Brasil. **Revista Memória em**

Rede, Pelotas, v. 4, n. 10, jan./jun.2014. Disponível em: < www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede>. Acesso em: 3 abril.2014

CONSELHO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. **111 anos de Liceu: Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo**. São Paulo: Editora Pini, 1994
CUNHA, Luis Antonio. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FARIA, Maria Amélia Vasconcelos. Escola Técnica Coelho e Castro: do testamento à realidade (1924-1971). In: **IX CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.** 2012, Porto, PT.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Os *Brasileiros* e a Instrução Popular. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 271-279.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM. Imprensa Oficial de São Paulo. **A origem dos nomes dos municípios paulistas**, organizado por Enio Squeff. São Paulo.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GOMES, Helio Silva Carmo. Os modos de organização e produção do trabalhoe a educação profissional no Brasil. Uma história de dualismos e racionalidade técnica. In: BATISTA, Eraldo Leme; MULLER, Meire Terezinha. **A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Editora Alínea, 2013

GORDINHO, Margarida Cintra; MONTEIRO, Silvia. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: missão excelência**. São Paulo: Marca D'Água, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IANNI, Octavio. **Uma cidade antiga**. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

KHOURY, Yara Aun. **Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900)**, Volumes 1 e 2. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, PUC-SP/CEDIC, FAPESP, 2004

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. 2ª. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 7ª ed. 2013.

LEITE, Joaquim da Costa. A Viagem. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000a. p. 27-39.

_____. Actividades Económicas. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**.

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000b. p. 81-89.

LOPES, Antónia Maria. As Misericórdias de D. José ao final do século XX. In: PAIVA, José Pedro (Org.). **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. vol. 1. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. p. 79-117. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8630>. Acesso em: 3 abril.2014.

MACHADO, Igor José de Reno. O "brasileiro de torna-viagens" e o lugar do Brasil em Portugal. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 35, janeiro-junho de 2005, p. 47-67. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2236/1375> Acesso em: 9 abril.de 2014

MAIA, Fernanda Paula Sousa; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Os *Brasileiros* Empresários e Investidores. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 311-317.

MATEUS. In: O Santo Evangelho de N. S. Jesus Cristo. Português. **Santo Evangelho**. Tradução do Padre José Dias Goulart. [São Paulo]: Edições Paulinas, 1970.

MONTEIRO, Miguel. Marcas Arquitectónicas do *Brasileiro* na Paisagem do Minho. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 60-79.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NARDY FILHO, Francisco. Monumentos da minha Terra – XXI: Santa Casa de Misericórdia. **A Federação**, Itu, Ano XVIII, n. 973, 8 ago, 1922a, p. 1

_____. Monumentos da minha Terra – XXII: Santa Casa de Misericórdia. **A Federação**, Itu, Ano XVIII, n. 974, 12 ago, 1922b, p. 1

_____. Uma crônica antiga. **A Cidade**, Itu, Ano XXII, n. 1138, 22 ago. 1943, p. 1, 3.

_____. A antiga lavoura de chá de Itu. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Ano LXXVI, 2 abr. 1955, p. 8.

_____. **A Cidade de Ytu:** histórico da sua fundação e dos seus principais monumentos. 3. ed. Itu, SP: Ottoni, 2006a. (A cidade de Ytu;1)

_____. **A Cidade de Itu:** crônicas históricas. 3. ed. Itu, SP: Ottoni, 2006b. (A cidade de Ytu;3)

_____; LEPSCH, Inaldo C. S. **A Cidade de Itu:** crônicas históricas. 2. ed. Itu, SP: Ottoni, 2006c. (A cidade de Ytu; 5)

_____. **A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu – Primeiro Centenário da sua Fundação – 1840 – 1940.** – Edição Fac-Similar. Itu. SP: Editora Ottoni, 2012.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

PAIVA, José Pedro. Antes da Fundação das Misericórdias. In: _____ (Org.). **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. vol. 2. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. p. 7-542. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8630>. Acesso em: 3 abril.2014.

_____. A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I. In: _____ (Org.). **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. vol. 3. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004. p. 7-582. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8630>. Acesso em: 3 abril.2014

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru. SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

PESSOA, Fernando; GALHOZ, Maria Aliete (org). **Fernando Pessoa Obra Poética – série Portuguesa.** 4 ed. Rio de Janeiro. GB: Companhia José Aguilar Editora, 1972.

PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REVISTA CAMPO & CIDADE. A arte de ensinar. Edição nº 33. outubro/novembro 2004.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlandia, v. 13, n. 1 – jan/jun. 2014, p. 219-231. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28175/15550 >. Acesso em: 30 nov.2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 37ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o Rico se faz pobre. Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4311/1/isabel_sa.pdf>. Acesso em: 3 abril.2014.

_____. Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 35, p. 43-50, jul./set.1998.

. As Misericórdias no Império Português (1500-1800). In: **500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração**. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000. p. 101-133. Disponível em: < http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4343 >. Acesso em: 3 abril.2014.

_____. As Misericórdias nas sociedades portuguesas do Período Moderno. **Cadernos do Noroeste**. *Série História* 15, 1-2: 2001, p. 337 - 358. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3352/1/miseric%C3%B3rdias.pdf>. Acesso em: 3 abril.2014.

_____. As Misericórdias da fundação à União Dinástica. In: PAIVA, José Pedro (Org.). **Portugaliae Monumenta Misericordiarum**. vol. 1. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. p. 19-45. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8630>. Acesso em: 3 abril.2014.

_____. **As Misericórdias Portuguesas, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SANTOS, Eugénio dos. Os *Brasileiros* de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 15-25.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso da Historia. **Revista Oceanos**, Lisboa, n. 35, p. 8-23, jul./set.1998.

SILVA, Francisco Ribeiro da. Brasil, *Brasileiros* e Irmandades/Ordens Terceiras Portuenses. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 135-147.

SILVA, Wilson Dias da. **O Instituto D. Escolástica Rosa: a gestão de Pedro Crescenti no período Getulista (1934 a 1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos, 2010. Disponível em: http://biblioteca.unisantos.com.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=267 Acesso em 31 mar.2014

SOUSA, Ivo Carneiro de. O Compromisso Primitivo das Misericórdias Portuguesas (1498-1500). **Revista da Faculdade de Letras – série História**, Porto, 1996, p. 259-306. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2164.pdf>. Acesso em: 3 abril.2014.

_____. Da fundação das Misericórdias aos *Brasileiros* nas Misericórdias Portuguesas. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 91-115

SOUSA V., Gonçalo de. Monumentos à Saudade: Jazigos de *Brasileiros* em Cemitérios Portuenses. In: Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os *Brasileiros* de Torna-Viagem**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: 2000. p. 335-339.

SOUZA, Jonas de; CYTRYNOWICZ, Roney. **História da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu, 1940-1990**. São Paulo: Narrativa Um, 2004.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de. SKALINSKI Junior, Oriomar A Imprensa periódica como fonte para a História da Educação: Teoria e Método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.48, p. 255-268, Dez.2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/9/1909, p. 6975 (Publicação Original) Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 mar.2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Decreto nº 9.070, de 25 de Outubro de 1911**. Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes artifices. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/10/1911, p. 13927 (Publicação Original) Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html >. Acesso em: 19 mar.2014.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/1/1942, p. 1231 (Publicação Original) Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm >. Acesso em: 19 mar.2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do ensino industrial. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/2/1942, p. 1997 (Publicação Original) Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-133697-pe.html >. Acesso em: 18 dez.2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial da União - Seção 1 - 31/12/1943, p. 19217 (Publicação Original) Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html >. Acesso em: 18 dez.2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior. **Lei n. 1.709, de 27 de dezembro de 1919**. Cria diversas escolas profissionaes, nesta Capital e no interior do Estado . DO 01/01/1920, p. 29. Disponível em: < http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1919/lei-1711-27.12.1919.html >. Acesso em: 19 mar.2014

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior. **Lei n. 1.711, de 27 de dezembro de 1919**. Organisa as Escolas Profissionaes do Estado . DO 04/01/1920, p. 105. Disponível em: < http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1919/lei-1711-27.12.1919.html >. Acesso em: 19 mar.2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior. **Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920**. Reforma a Instrucção Publica do Estado. DO 11/12/1920, p. 7657. Disponível em: < http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html >. Acesso em: 19 mar.2014

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior. **Decreto nº 3.356, de 31 de Maio de 1921**. Regulamenta a Lei n.1750, de 8 de Dezembro de 1920, que refôrma a Instrucção Publica. Disponível em: < http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html >. Acesso em: 19 mar.2014.

SÃO PAULO. Secretaria Geral a Prefeitura do Município de São Paulo. **Lei Municipal nº 820, 22 de maio de 1905.** Auctoriza o Prefeito a Abrir um crédito de 8:860$000 para pagamento da indemnização devida a Joaquim Bernardo Borges. Disponível em: < http://leismunicipa.is/osqrm >. Acesso em: 20 fev.2014.

Livro de Testamentos do 1º Cartório de Notas de Itu

1º Cartório de Notas de Itu, Livro 43

1º Cartório de Notas de Itu, Livro 49

1º Cartório de Notas de Itu, Livro 55

Arquivo da Câmara Municipal do Porto, Licença da Obra nº 398/1883; 189/1884; 154/1885; 242/1885.

Arquivo Municipal do Porto, Livro de Testamentos nº. 175, f. 28-39, Cota/Localização: A-PUB/5209. Disponível em: < http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/18233/ >. Acesso em: 20 fev.2015.

ALMANACH DA PROVÌNCIA DE SÃO PAULO, II parte secção V 1887

ALMANAK LAEMMERT, Estado de São Paulo, Anno 70º, 3º volume, 1914

A CIDADE, Itu, Ano I, n. 55, 7 set. 1922

_____, Itu, Ano II, n. 159, 21 out. 1923

_____ , Itu, Ano I, n. 356, 8 fev. 1925

_____ , Itu, Ano III, n. 357, 12 fev. 1925

_____ , Itu, Ano IV, n. 363, 8 mar. 1925

_____ , Itu, Ano IV, n. 381, 14 mai. 1925

_____ , Itu, Ano IV, n. 435, 26 nov. 1925

_____, Itu, Ano V, n. 460, 7 mar. 1926

_____, Itu, Ano V, n. 471, 18 abr. 1926

_____, Itu, Ano V, n. 472, 25 abr. 1926

_____, Itu, Ano VII, n. 598, 23 dez. 1928

_____, Itu, Ano VII, n. 607, 17 fev. 1929

_____, Itu, Ano VIII, n. 627, 7 jul. 1929

_____, Itu, Ano VIII, n. 639, 6 out. 1929

_____, Itu, Ano X, n. 754, 5 jan. 1936

_____, Itu, Ano XI, n. 803, 24 jan. 1937

_____, Itu, Ano XXII, n. 1125, 23 mai. 1943

_____, Itu, Ano XXII, n. 1138, 22 ago. 1943

_____, Itu, Ano XXIII, n. 1174, 30 abri. 1944

A CIDADE DE YTÚ, Itu, Ano II, n. 170, 27 jan. 1895

A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 3, 15 mai. 1932

_____, Itu, Ano I, n. 8, 19 jun. 1932

A FEDERAÇÃO, Itu, Ano IX, n. 441, 20 set. 1913

_____, Itu, Ano XVII, n. 943, 7 jan. 1922

_____, Itu, Ano XVII, n. 948, 11 fev. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 961, 13 mai. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 963, 27 mai. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 970, 15 jul. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 973, 8 ago. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 974, 12 ago. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 980, 23 set. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 982, 7 out. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 990, 2 dez. 1922

_____, Itu, Ano XVIII, n. 991, 9 dez. 1922

_____, Itu, Ano XX, n. 1073, 5 jul. 1924

_____, Itu, Ano XX, n. 1102, 24 jan. 1925

_____, Itu, Ano XXV, n. 1341, 6 jul. 1929

_____, Itu, Ano XXIII, n. 1259, 10 dez. 1927

A MANHÃ, Rio de Janeiro, Ano I, n. 67, 26 out. 1941

A NOITE, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 3627, 10 jan1922

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 307, 28 jan.1876

_____ , São Paulo, Ano II, n. 309, 30 jan.1876

_____ , São Paulo, Ano II, n. 311, 4 fev. 1876

_____ , São Paulo, Ano II, n. 315, 8 fev. 1876

CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 3154, 28 nov. 1866

_____, São Paulo, n. 14575, 12 mar. 1904

_____, São Paulo, n. 14590, 27 mar. 1904

_____, São Paulo, n. 14971, 14 abr. 1905

_____, São Paulo, n. 14956, 30 mai. 1905

_____, São Paulo, n. 14997,12 mai. 1905

_____, São Paulo, n. 15008, 23 mai. 1905

_____, São Paulo, n. 15017, 1 jun. 1905

_____, São Paulo, n. 15852, 1 out. 1907

_____, São Paulo, n. 19307, 11 abr. 1917

_____, São Paulo, n. 19327, 28 abr. 1917

_____, São Paulo, n. 19388, 1 jul. 1917

_____, São Paulo, n. 19711, 23 mai. 1918

_____, São Paulo, n. 20796, 26 mai. 1921

_____, São Paulo, n. 20893, 2 set. 1921

_____, São Paulo, n. 20970, 20 nov. 1921

_____, São Paulo, n. 21112, 2 jul. 1919

_____, São Paulo, n. 21158, 3 jun. 1922

_____, São Paulo, n. 21291, 14 out. 1922

_____, São Paulo, n. 21292, 15 out.1922

_____, São Paulo, n. 21293, 18 out. 1922

_____, São Paulo, n. 22012, 7 nov. 1924

_____, São Paulo, n. 23056, 8 out. 1927

DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano V, n. 1298, 5 jan. 1870

_____, São Paulo, Ano VII, n. 1807, 18 out. 1871

_____, São Paulo, Ano IX, n. 2564, 19 mai. 1874

DIÁRIO DO GOVERNO, Portugal, I Série , n. 80, 19 abr. 1921

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano III, n. 255, 15 set. 1877

IMPRENSA YTUANA, Itu, Ano II, n. 96, 30 dez. 1877

_____, Itu, Ano IV, n. 152, 1 fev. 1879

JORNAL DA TARDE, Rio de Janeiro, Ano III, n. 248, 24 out. 1871

JORNAL DE NOTÍCIAS, São Paulo, Ano III, n. 813, 15 dez. 1948

JORNAL DO BRASIL, Rio de janeiro, Ano XXXI, n. 14, 14 jan. 1921

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano XIII, n. 3909, 18 jan.1905

_____, São Paulo, Ano XIII, n. 4352, 1 jun.1905

O ESTADO DE S. PAULO, Ano LXXVI, n. 24.510, 2 abr. 1955

_____, Ano LXXVII, n. 24931, 11 ago. 1956

_____, Ano LXXXVIII, n. 18274, 17 jun. 1967

O GLOBO, Rio de Janeiro, n. 119, 1 dez. 1874

_____, Rio de Janeiro, Ano III, n. 176, 28 jun. 1876

O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XXXVII, n.13.235, 14 jan. 1921

_____, Rio de Janeiro, Ano XXXVIII, n.13.741, 4 jun. 1922

O POVO, Itu, Ano II, n. 69, 12 mar. 1933

_____, Itu, Ano III, n. 110, 7 jan. 1934

O PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 2, 25 dez. 1932

_____, Itu, Ano I, n. 3, 1 jan. 1933

_____, Itu, Ano I, n. 6, 22 jan. 1933

_____, Itu, Ano II, n. 53, 17 dez. 1933

REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 711, 17 nov. 1921

_____, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921

_____, Itu, Ano XXI, n. 713, 24 nov. 1921

_____, Itu, Ano XXII, n. 776, 6 jul. 1922

_____, Itu, Ano XXII, n. 779, 16 jul. 1922

_____, Itu, Ano XXVI, n. 1050, 20 jun. 1926

APÊNDICE A – Corte e Confecção: diplomadas 1934 a 1963

1934

1 Alexandrina Di Ciero
2 Anna Barbosa Backman
3 Benedicta Camargo
4 Benedicta Borsari
5 Benedicta Lais
6 Ercilia de Assis
7 Eunice Seiffert
8 Guinesa Pereira Guimarães
9 Helena Scavassin
10 Iraides Mendes do Prado
11 Izabel Vinhola
12 Laurinda de Francesco
13 Maria de Lourdes Nobrega
14 Maria Clelia de Oliveira
15 Lucia Ferraz de Toledo
16 Maria Antonietta Ruggieri
17 Maria de Lourdes Moraes
18 Olympia Fonseca Ferraz
19 Paschoalina Barbieri
20 Rosa Maria do Espirito Santo
21 Ruth de Arruda
22 Suzana Cherzarian
23 Zilda Melchior
24 Zoraide de Moraes

1935

1 Anna Baptista de Oliveira Sampaio
2 Benedicta Rodrigues Vieira
3 Gessia Arruda Galvão
4 Herminia Salvadori
5 Leonilda Barreto
6 Leonor Boni
7 Lourdes de Moura Leite
8 Maria Martini
9 Maria Stella de Arruda Mello
10 Maria Thereza Luporini Sampaio
11 Martha Borsari
12 Rosa Simon

1936

1 Benedicta dos Santos
2 Florentina Pecchio
3 Iraides Martini
4 Mathilde Barretos
5 Olga Cardinalli
6 Rosalia Esteves

1937

1 Clelia de Assis
2 Cecilia Silveira Camargo
3 Esther Martins Prado
4 Esther Maria Scavacini
5 Guiomar Arruda
6 Maria Rita Emmmanoelli
7 Maria do Carmo Moraes
8 Maria de Lourdes Baraldi
9 Miranda Merlini
10 Rosa Adolpho
11 Sylvia Ferraz dos Santos

1938

1 Alice Barreto
2 Aracy Benedetti
3 Alzira Bernardini
4 Adelina Gianini
5 Maria do Rosario Moreira
6 Maria do carmo Siqueira Branco
7 Maria Candida Siqeuira Branco
8 Maria de Lourdes Bueno
9 Nair Marchi
10 Vitoria Chemizarian

1939

1 Alaide Lobo Sales
2 Marina Engler da Fonseca
3 Margarida Rosa de Toledo
4 Ilze Steffer
5 Dolores Steffer
6 Dolores Marmo

1941

1 Ermelinda Pascoal
2 Izabel Chemizarian
3 Josefina de Bertoli
4 Marian Reatto Piunti
5 Marytza Panossian
6 Maria Amalia Paschoal
7 Maria Antonia de Barros
8 Maria das Dores Pacheco
9 Nilza da Silveira

1944

1 Iracema de Almeida
2 Tercilia Bernabé

1945

1 Maria de Lourdes Oliveira
2 Ana Duarte
3 Erminda Acunha
4 Esmeralda Rigoni
5 Ignes Bruni
6 Izaura Magnani
7 Rosa Longhi

1946

1 Sydnéa di Santi
2 Elza Maria Bordini

1947

1 Antonia Tereza Backman Xavier
2 Benedita Del Rio Rizzi
3 Élia Barnabé
4 Carolina Aparecida Camargo
5 Dercy maria Bruni
6 Ely Closen
7 Maria luiza Batisti Leme
8 Maria Celeste Marchi
9 Maria Amelia Rigoni
10 Nilza Rizzi
11 Nilza Garcia Zaparoli
12 Ondina de Oliveira
13 Ruth Ferraz Galvão
14 Rosa Bruni
15 Maria Aparecida Silva

1948

1 Ana Rodrigues da Silveira
2 Irma Montovani
3 Maria Del Rio Rizzi
4 Izolina Francisca Bruni
5 Esmeralda Alves
6 Benedita Zelia Alves
7 Nerina Bianchi

1949

1 Aparecida Xavier
2 Maria Benedita Salustiano Martins
3 Nair Francato
4 Osvaldina Mariano Assis
5 Zilma Del Grassi

1950

1 Almira de Carvalho
2 Aurora Cerchiaro
3 Maria Estela Feglie
4 Ruth Caetano
5 Maria Erly Martini

1951

1 Carminha Bianchi
2 Glaucia Tanfer
3 Iracema Marmesso de Oliveira
4 Maria Rosa Binoto
5 Elide Clara Polo
6 Maria Marta Rodrigues
7 Maria Madalena Benedeti
8 Odila Andreazza
9 Elza Mercedes Galvão
10 Diva Togni
11 Isaura Piunti Augusto

1952

1 Teresinha de Jesus Rossi
2 Terezinha Domingas Bruni
3 Maria Candelaria Rodrigues
4 Célia Bruni
5 Soledade Lázaro
6 Maria Pascoalina Alexandre
7 Maria Ascensão Mazzulo
8 Maria Vieira de Morais

1953

1 Maria Ignacia Corrêa
2 Justina Aparecida Bergamo
3 Irene de Oliveira
4 Maria Aparecida Dias Alves

1954

1 Clairy Maria de Oliveira
2 Isaira Soares de Barros

1955

1 Beatriz de Oliveira
2 Maria Aparecida Rodrigues
3 Eide Rodrigues
4 Maria Benedita de Almeida
5 Eunice Silva

1956

1 Nilza José Del Rio
2 Josidelma Schritzmeyer
3 Ilza Maria de Bortoli
4 Aparecida Sei
5 Rute Zorzão
6 Maria Claudete Camargo
7 Mercedes de Barros Luigi

1957

1 Mitie Kihana
2 Marlene Luzia Batista
3 Eglê Terezinha Vacilotto
4 Maria Aparecida Almeida
5 Maria Benedita Marchi
6 Laura de Bortoli
7 Maria Lazara de Moraes

1958

1 Leonor Fernandes Nunes

1959

1 Benedita Lui
2 Sonia Venturini
3 Maria Estela Sbrissa
4 Maria de Lourdes Rosati
5 Olinda de Oliveira
6 Angelina Gomez Jimenez
7 Heleuza Iraides Bianchi

1960

1 Eglê Terezinha Savi
2 Fumi Katahira
3 Benedita Aguida Demarchi
4 Kioko Katahira

1961

1 Maria do Carmo Vieira
2 Terezinha de Jesus Almeida
3 Maria Cleide da Silva
4 Terezinha de Jesus Cristofoletti
5 Euduvirges Garrido Sanches

1962

1 Leonor Rosati
2 Maria Aparecida Antonio
3 Diva Della Paschoa
4 Maria Aparecida Ribeiro
5 Jesuina Demarchi
6 Maria do Carmo Savioli
7 Maria Ercilia Pereira
8 Maria Izabel Santiago
9 Leda Maria Franco

1963

1 Dirce Carrara
2 Neusa Maria Ribeiro
3 Silvia da Silveira
4 Ruth Silveira Moraes

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Registro de Diplomas do IBAO.

APÊNDICE B – Marcenaria: diplomados 1934 a 1963

1934

1 Antonio Paschoal
2 Antonio Trabachini
3 Durval Ribeiro
4 Jose Walter Robusti
5 Jose Elias Dias
6 Jose Magnani
7 Luiz Gonzaga Gil
8 Primo Sebastião Gardini
9 Pedro Elcio Robusti
10 Santo Paschoal

1935

1 Benedicto Teixeira
2 Francisco Pacheco
3 Leopoldo Piazzi
4 Paulo Correa de Moraes

1936

1 Jose Maria dos Santos
2 João Baptista Tavares
3 João Rosa de Toledo
4 Luiz Rodrigues

1937

1 Arcilio Scalet
2 Nelson Rodrigues da Costa
3 Vicente Domingos da Silva

1939

1 Flavio Gardiman
2 Lazaro de Camargo
3 Mario Rodrigues

1941

1 José Walter Luglio
2 Luiz Toledo
3 Placido Fonseca
4 Rubens Piunti
5 Evandro Boncompgno
6 Lazaro Ferreira
7 Lizias Cruz

1944

1 Humberto Nizzola
2 Pedro Carvalho
3 Izaltino Pires da Silva

1945

1 Darcy Volponi
2 Geraldo de Barros
3 Nelson Besar Bruni
4 Dante Nizzola Neto
5 Joaquim Miguel Leite

1946

1 Orlando Silveira
2 Wilson Julio Daldon
3 Sergio Boncompgno

1947

1 Benedito Silveira
2 João Pereira de Góes

1948

1 Antonio Ailton Volponi
2 Antono Belucci
3 PauloLuiz Julião
4 Orivaldo Bernabé
5 Fernando Antonio Bernabé

1949

1 Luiz Gonzaga de Almeida Leite
2 Laercio Branco
3 João Paulo Duarte
4 José Bersan
5 Luiz Figlie

1951

1 Milton de Almeida Pinto

1952

1 Rubens Fruet
2 Nicola Fioravanti

1953

1 Nelson Belon
2 José Carlos Higel
3 Ary Guimarães

1956

1 Osmar José Vaciloto

1957

1 Ailton Ovidio Rizzi

1958

1 Olavo Volpato
2 Moacyr Zucatti
3 Joshitaka Kihama

1959

1 Benedito Luiz do Amaral
2 Camilo Cristofoletti
3 Olivio Membrive dos Santos
4 Benedito José Pedroso
5 José Benedito Pedroso

1960

1 Antonio Carlos Moraes Lima
2 Luiz Fernandes Filho
3 José Pereira da Motta Netto
4 João de Deus do Valle

1961

1 José Lino Fruet
2 Geraldo Giacomini
3 Luiz Carlos Ribeiro
4 Antonio Soares Cassiano

1962

1 João Batista Parreiras
2 Atsushi Tashiro
3 Flávio Faccioli

1963

1 Benedito Tavernaro
2 Erivaldo Antonio Gavioli
3 José Pascoal Romansini
4 Luiz Helio Boff
5 Edson Antonio Barbosa
6 Anderson Romio
7 Antonio Corazza Munhoz

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Registro de Diplomas do IBAO.

APÊNDICE C – Lustrador: diplomado 1934

1 Luiz Gonzaga Gil

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Registro de Diplomas do IBAO.

APÊNDICE D – Mecânica: diplomados 1944 a 1946

1944	1945	1946
1 Cid Rocha	1 Alcides Almeida	1 Benedito Guido
2 Domingos Bernardini	2 Alipio de Toledo	2 Rubens Ramos
3 Odemar Rocha	3 Domingos Pecchio	3 José Brossi
	4 Geraldo Barreto	4 Amority Ramos
	5 José Bonifacio de Oliveira	5 Otavio Formigoni
	6 Carlos de Souza	
	7 José Ramos	
	8 José Maria Correa	
	9 João Martins Luna	

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Registro de Diplomas do IBAO.

APÊNDICE E – Auxiliar de Comércio: diplomados 1934 a 1966

1934

1 Abilio Savi
2 Aracy Xavier
3 Circe Taborda
4 Elza de Oliveira Ortiz
5 Lazaro de Moraes
6 Laudiceia Zanini
7 Laura Xavier
8 Maria Joanna Simoni
9 Maria do Carmo Pereira Guimarães
10 Maria Benedicta Lais
11 Margarida da Silveira Araujo
12 Maria José de Arruda
13 Noemia de Francisco
14 Odette Paganini
15 Olga Mazzucco
16 Paulo Brenka Ribeiro
17 Zoraide de Almeida Prado

1935

1 Benedicta Bauer
2 Carlos Ourias de Arruda
3 Genny de Oliveira
4 Clementina Pecchio
5 Maria de Lourdes Silveira
6 Osvaldo Raier Rabisa
7 Osvaldo Scavassin
8 Adonaldo Ignacio dos Santos
9 Antenor Carreri
10 Antonio Carreri
11 Armando Cardinali
12 Benedicto Bueno de Camargo
13 Boctolo Simon
14 Ignacio de Almeida Sampaio
15 Ignacio de Souza Ferraz
16 Joaquim Luiz Rodrigues
17 Jose Piunti
18 Luiz Robusti
19 Luiz Gonzaga Nardy
20 Mario de Jesus Costa
21 Octacilio Menezes
22 Oscar Serra
23 Paulo Piunti
24 Raymundo Bernardes
25 Églio Salvadori
26 Elmir Alves da Silva

1936

1 Alvia Oliiveira Bresciani
2 Alcebiades do Amaral
3 Benedicto Geraldo de Oliveira
4 Jose de Camargo
5 Lazaro Bicudo de Almeida
6 Maria Conceição Neuppmann
7 Nympha Macedo
8 Rosa Bueno de Camargo
9 Santim Spinoso
10 Moacir Marins
11 Waldemar Bigatti

1937

1 Agar Lobo Sales
2 Euclydes Ferreira
3 Iracema Boni
4 Julia Paganini
5 Maria do Carmo Montovani
6 Rubens Arruda Galvão
7 Tatiana Merlini
8 Romario Cardinalli
9 José Fratini
10 Dionisio Trettel

1938

1 Alcina Siqueira Branco
2 Acacio Mesquita Moraes
3 Agenor Bernardini
4 Elza Durias Arruda
5 Jacyra Turrini
6 Muxeque Chinzarian
7 Pedro Bernardini

1939

1 Celina Gardiman
2 Luiz Conte
3 Dalva Lyra
4 Victorio Martini

1940

1 Maria Benedita Gil Raymundo
2 Antenor Scalet
3 Anesia Steffen
4 Francisca Castanho Toledo
5 Josefina Pompeu Toledo
6 João Freire
7 José Augusto Monteiro
8 Augusto Trettel
9 Regian Pioto
10 Sebastião Lopes Campus
11 Zulmira Tachinardi
12 Afif Jorge Izar
13 Haydeé Leasl Nunes
14 Ivone Battisti Leme
15 José Maria Servilha
16 João Palazzi
17 Alcides Bordini
18 Elvira Maffei
19 Julieta Telessi
20 Norma Miori
21 Adel Izar
22 Filomena Ramirez Esteves
23 Mariana Coimbra Galvão

1941

1 Ana Serra Nalecio
2 Flavio Bettinelli
3 Helena Prieto
4 Jovira Paganini
5 Leonildo Vendramini
6 Luci Cersósimo
7 Laura Pioto
8 Maria de Lourdes Prieto
9 Maria José Clauss
10 Orlando Bruni
11 Paschoal Cazorla
12 Pedro Polo Persona
13 Terezinha Melo Camargo
14 Benedito Toscano

1942

1 Arlindo Domingues de Carvalho
2 Horacio Lucas
3 Loris Pantano
4 Leticia Rigoni
5 Betty Liner Hass

1943

1 Cora Ferraz Galvão
2 Geraldo de Oliveira
3 Carmem Balbuena
4 Expedito Bueno Camargo
5 Tereza Ruggieri
6 Ana Conte
7 Silvio Martins Rodrigues
8 Zuleica Soave
9 Helio Toscano
10 Renê Hernani Toccheton
11 Maria Luiza Bruni
12 Abigail Pinto
13 Iolanda Paganini
14 Nemir Rocha
15 Paulo Martini

1944

1 Dagoberto Leme Camargo
2 Aldo Carlini
3 Anastacio Romero
4 Lupercio Bordini
5 Gilberto Gardiman
6 Jose Gonzaga de Camargo
7 Ordalia Mariano
8 Waldomiro Bruni
9 Eleonor Germigniani
10 João Pimpinato

1945

1 Maria da Conceição Costa
2 Ermelinda Condoléo
3 Nair Menabó
4 Diney Wanderley
5 Natalia Grandi
6 Geraldo de Francisco
7 Antonio Pinto Marinho Neto
8 Moacyr Bicudo de Almeida

1946

1 Joaquim Freitas dos Santos
2 Elza Maria Bordini
3 Claudina Muzzi
4 Elvira Bergamo
5 Rosa Longhi
6 Nelson Franceschinelli
7 Ivete Batisti Leme
8 Odemar Rocha

1947

1 Artur Vicente Ferreira
2 José Augusto Camargo
3 Diomedes Italiani
4 Erminda Acunha
5 José Joarez Muzzi
6 Leontino Francato
7 Lia Chagas de almeida
8 Maria Aparecida da Silva
9 Maria de Lourdes de Oliveira
10 Leonel Jorand de Camargo
11 Nilson Leis
12 Plinia Coan
13 Rosa Bruni
14 Rene de Francisco
15 Wanda Luglio

1948

1 Atilio Ramio
2 Augusto Roldão
3 Beendito Marrachini
4 Flavio Roveri Papaleo
5 Herculano Francato
6 Judite Montalvão
7 Miquel Báckman
8 Terezinha Renê de Oliveira
9 Eneide Ribeiro de Moraes

1949

1 Antonio Pinto de Oliveira
2 Edgard Soliani
3 Nair Francato
4 Maria Luiza Battisti Leme
5 Lucila Zaparolli
6 Marizete Silverio
7 Ariovaldo Augusto Brandão
8 Ely Clasen
9 Maria Celeeste Marchi
10 Erasmo Caetano
11 Nerina Bianchi
12 Primo Menabó
13 Ilza Persona
14 Nilza Garcia
15 José Luiz Barreto
16 Francisco Waldemar Bruni
17 Walter Silveira Moraes
18 Antonio Lau Filho

1950

1 Maria Vera Savioli
2 Wilson Pinto Marques
3 Orivaldo Bernabé
4 Sebastião Oderbal Italiani
5 Cynira Nizola
6 Roberto Jurandi Andreazza
7 João Bovolon
8 José Benigno Xavier
9 Elba Cabraitz
10 Nair Medeiros Fernandes

1951

1 José Fernandes Nunes
2 Isolina Francisca Bruni
3 Leonor Zaparolli
4 Paulo de Tarso Bordini
5 João Batista de Araujo Moraes
6 Maria Benedita Salustiano
7 Therinha de Jesus Savioli
8 Fernado Antonio Barnabé
9 Ivanda Menabó
10 Waldemir Novelli
11 Alcides Peres Rodrigues
12 Robison Vaz
13 Miguel Martin salustiano

1952

1 Daci Belon
2 José Ricardo Garcia Zaparoli
3 Ademar Clemente
4 Henrique Jamil Perez Clemente
5 Valdir Marchi
6 Maria Magdalena Benedetti
7 Maria Aparecida Silveira
8 José Padovani
9 Waldomiro Scavacini
10 Henriqueta Lopes Navarro Dias
11 Antonio Dias Affonso
12 Benedito Antonio Pinto
13 Zeneida Bolognesi

1953

1 José Mauricio Gardini
2 Jurandyr Mariano
3 Maria Geralda Portes de Almeida
4 Claudinor Carlini
5 José dos Anjos Meirinho Azevedo
6 Plinio Savi
7 Nelson Belon
8 Waldomiro Antonio Savioli
9 Helena Fernades Nuñes
10 Celina Izabel Arruda Leite
11 Durvalina Borsari
12 Pedro Martins Salustiano
13 Beatriz Giacomelli
14 Benedito Guido Bruni
15 Elly Fontoura
16 José Carlos Savioli
17 Roberto Palermo
18 Ercilia da Silveira
19 Lydia Del Rio Rizzi
20 Amary Martins do Prado
21 Maria do Carmo Camargo
22 Braz Antonio Limongi
23 Danilio José Barbieri
24 José Darcy de Souza
25 Waldemar José Savioli
26 José Carlos Higel
27 Jacinto Rubens de Oliveira
28 Cleonice Costa

1954

1 Rubens Fruet
2 Sidnei Di Santi
3 Moisés Ramires Brahim
4 Ivone Maria Cassú
5 Milton Otoni da Silveira
6 Laerte Cesar Bruni
7 Valdemar Marchi
8 Maria Carmem Cristofoletti
9 Helena Lelli
10 Leonor Higel
11 Terezinha Bordini
12 Ayrton Gardiman
13 Demetrio Gelesoglo
14 Leonilde Moss
15 Luiz Bordini Filho

1955

1 Francisco Barbieri
2 Celia Bruni
3 Laura Bruno
4 Terezinha de Jesus Guido
5 Francisco Delfino Campregher
6 Flavio Antunes
7 Inês Portes de Almeida
8 Isaira Soares de Barros
9 Maria Ignacia Corrêa

1956

1 Loir Novelli
2 Waldemar de Oliveira
3 Doralice Daniel
4 Dacy Duarte Barros Luigi
5 Ema Rosa Bruni
6 Iolnada Bruni
7 Duarte Leopoldo Cristofoletti
8 Maria Guido
9 Rosa Etelvina Camargo
10 Ivan Ribeiro dos Santos
11 Laura Maria Liberatore
12 Hermenegildo Boff
13 Luiz Francisco de Camargo
14 Almir Leis
15 Rubens da Silva
16 Claire Maria de Oliveira

1957

1 Antonio Carlos Galvão
2 Maria Conceição Aparecida Soliani
3 Darci Inês Marchi
4 José Jair Italiani
5 Antonio Carvalho
6 Marta Alves Galvão
7 Antonio Luiz Leite de Souza

1958

1 Benedita Aparecida Benedito
2 Idacy Pinto Rocha
3 Ignez de Jesus Barbieri
4 Benedito Angelo Sbrissa
5 Roque Murback
6 Benedito Waldomiro Gavioli
7 Eneide de Oliveira
8 Helio Mariano de Moraes
9 Claudete Missassi

1959

1 Dario Previde
2 Paulo Cristofoletti
3 José Maria Benedito
4 Wilson Silveira Leite
5 Alan de Almeida Sampaio
6 Juanita Inês Francischinelli

1960

1 João Manoel Pereira Machado
2 Geraldo Benedeti
3 José Pereira Machado
4 Eunice Rodrigues de Campos
5 Ariovaldo Tavernaro
6 Marcelina Lima
7 Maria Aparecida Grobleckner
8 Waldemir Ribeiro
9 Cleide Virginia Missacci

1961

1 Nelson Pires Ferreira
2 Carlos Inacio Teixeira
3 Lindomar de Souza
4 Mario Luiz de Almeida
5 José Luiz dos Santos

1962

1 Antonio de Padua Costa
2 Paulo Clementino Benedetti
3 Paulo Bonini

1963

1 Odair Benedito Ribeiro
2 Sergio Wagner Silveira
3 Elzira Maria Correa de Faria
4 Benedito Vaz Domingues
5 José Camargo Andrade Filho
6 Jose Carlos da Cunha
7 Zuleica Maria Barcelli
8 Francisco Renato do Valle
9 João Batista do Valle

1964

1 Luiz Antonio de Almeida
2 Ruth da Silveira Moraes
3 Maria da Gloria de Almeida
4 José Maria de Almeida Filho
5 Terezinha de Jesus Almeida
6 Neusa Maria Ribeiro
7 Paulo Roberto Missaci
8 Antonio Celso Pires de Almeida
9 Elena Balsan Previde
10 Sonia Maria Pires
11 Antonio Benedito Barbieri
12 José Carlos Bonatto
13 Maria Candelaria Pires
14 Jose´Carlos Rossatti
15 José Francisco Lovatto
16 Valdomiro Balsan Previde
17 João Leite Pereira

1965

1 Odete Fertrina de Bortoli
2 Waldemar Alves de Oliveira
3 Antonio Branco

1966

1 Ana Maria Rodrigues
2 Assunta Maria Galero
3 Celia Maria Zenaro
4 Fernando Luis Rosati
5 João Luz Filho
6 Lidia Gonçales Garcia
7 Lourdes Sampaio
8 Luiz Robero Neumeister
9 Maria José Francischinelli
10 Maria Zelinda Pavani
11 Rita de Cassia Rodrigues

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Registro de Diplomas do IBAO.

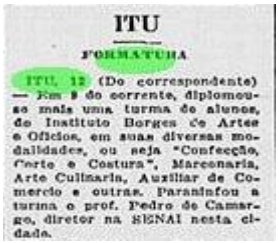
APÊNDICE F – Rituais e solenidades da escola

Os alunos do Instituto Borges de Artes e Ofícios, como todos os das demais escolas participavam de atividades em datas comemorativas e cívicas organizadas na escola.

As formaturas do IBAO cumpriam todos os ritos, com missa de ação de graças e cerimônia solene nas dependências da escola para a entrega dos certificados.

Convites a comunidade (Figura 16) eram publicados nos jornais locais e da capital. (JORNAL DE NOTÍCIAS, São Paulo, Ano III, n. 813, 15 dez. 1948)

Figura 16: Convite de formatura



ITU

FORMATURA

ITU, 12 (Do correspondente) — Em 9 do corrente, diplomou-se mais uma turma de alunos, do Instituto Borges de Artes e Officios, em suas diversas modalidades, ou seja "Confecção, Corte e Costura", Marcenaria, Arte Culinaria, Auxiliar de Comercio e outras. Paraninfou a turma o prof. Pedro de Camargo, diretor na SENAI nesta cidade.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; JORNAL DE NOTÍCIAS, São Paulo, Ano III, n. 813, 15 dez. 1948

Tal procedimento demonstrava a importância que as solenidades de conclusão de curso ocupavam, mobilizando formandos e suas famílias, professores, corpo diretivo da escola, autoridades e a comunidade. Além disso, interessava a Misericórdia de Itu, administradora do legado de Borges, demonstrar os resultados alcançados pela sua interferência. As primeiras turmas formadas no IBAO foram homenageadas pela escola com a exposição permanente de quadros de fotografias dos diplomados, professores homenageados e diretor. (Figura 17)

Figura 17: Mural dos primeiros formandos do IBAO

Fonte: Acervo IBAO; Pery G. Blabkman; Photo Egner

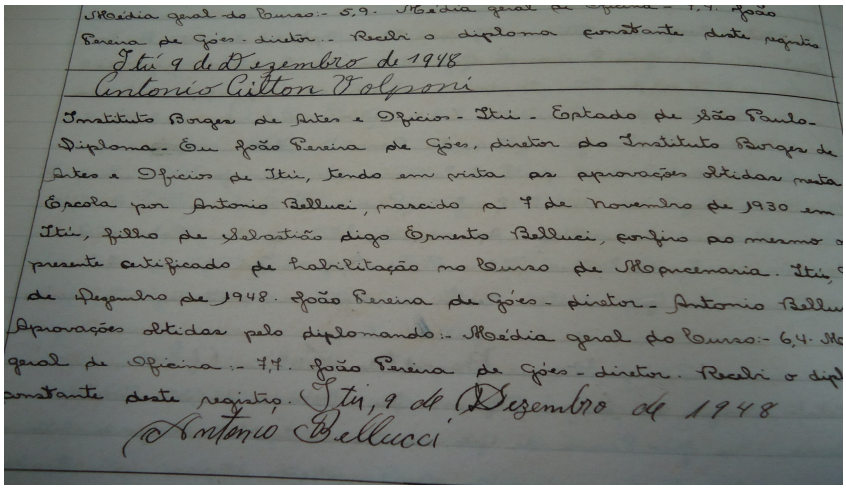
Além das fotografias oficiais que o IBAO transformava em murais comemorativos, outras fotos eram posadas nas dependências de escola. A mais tradicional era na escadaria da entrada principal.

Figura 18: Formatura Auxiliar de Comércio - 1953

Fonte: Acervo família Belucci

O registro de emissão de diplomas era manuscrito em livro próprio, e basicamente constavam os dados do aluno, data de nascimento, nome do pai, notas médias gerais do curso e da oficina e nomes do diretor e secretário da escola. Em cada ano de conclusão e turma, os alunos eram listados em ordem decrescente de notas obtidas.

Figura 19: Registro de diplomas



Fonte: Acervo IBAO; Livro de Registro de Diplomas

Figura 20: Diploma

Fonte: Acervo família Belucci

Em 10 de novembro de 1953, para comemorar o aniversário do IBAO, os alunos desfilaram nas proximidades da escola usando roupas brancas (Figura 21) vendidas por sua secretaria (informação ex-aluna Srª Maria Geralda).

Figura 21: Desfile comemorativo – 1953

Fonte: Acervo família Belucci

As fotos do desfile mostram o pátio interno da escola e também vista de uma das oficinas. Os familiares dos estudantes eram convidados para assistir as festividades e acolhidos pela direção da escola e professores. No ano de 1953, o diretor do IBAO era o Prof. Joaquim Luiz Bispo. (Figura 22)

Figura 22: Corpo docente, alunos e familiares – 1953

Fonte: Acervo família Belucci

APÊNDICE G – Entrevista ex-aluna de Auxiliar de Comércio

Entrevistada: Srª Maria Geralda Portes Belucci

Data de nascimento: 8 de setembro de 1933

Assunto: Lembranças do Instituto Borges de Artes e Ofícios

Fui estudar no IBAO em 1952 porque era a única escola noturna da cidade. Oferecia somente o curso de Auxiliar de Comércio e as turmas eram mistas, atendendo a homens e mulheres que trabalhavam. Quem trabalhava de dia só tinha essa alternativa. Cursávamos até a 4ª série, somente quem podia ir para São Paulo ou outra cidade maior poderia seguir estudando. Isso não era possível para quem precisava trabalhar. Não tinha outra escola com curso noturno, apenas posteriormente a escola Regente Feijó iniciou suas atividades e instalou o Ginásio. Não havia outra alternativa de estudo na cidade para quem trabalhava na fábrica, o nosso desejo era alcançar uma melhor colocação, um serviço menos pesado dentro da própria empresa, ou uma função administrativa em um escritório. Na minha turma, apenas um dos meus colegas não trabalhava em uma das fiações da cidade, e sim em um escritório. A maioria das pessoas trabalhava nas Fiações Redenção, Maria Cândida e São Luiz e Fiação ou ainda na Tecelagem São Pedro.

A convivência era muito boa entre os alunos e também com os professores, todo mundo se conhecia. Os professores eram bons e amigos dos alunos. O Diretor do noturno era o Sr. Benedito e o Diretor do IBAO era o provedor da Santa Casa. Não havia nenhum contato com a Irmandade, os alunos apenas sabiam que ela tomava conta da escola. E que a escola foi doada pelo Borges. Tinha duas classes de Auxiliar de Comércio no período que estudei. As salas de aula ficavam no piso superior. Todas as aulas eram lá, inclusive as de datilografia, porém era uma sala separada para essa aula prática. Uma salinha pequena do lado oposto do corredor. Tinha uma cozinha no fundo da escola que sabíamos que era usada pelas alunas da manhã.

Os alunos não precisavam pagar nada para estudar no IBAO, nem matrícula, nem uniforme. Não tinha uniforme, cada um usava o que tinha, ia com qualquer roupa. Não tínhamos muito. O professor de Português pedia livro para leitura, porém apenas alguns alunos adquiriram. Na disciplina de Escrituração Comercial era necessário comprar um Livro Diário. Os alunos não recebiam ajuda de custo ou qualquer outro benefício material. A única vez que tivemos que pagar alguma coisa, foi para participar do desfile comemorativo do aniversário da escola, que foi comemorado em 10 de

dezembro de 1953. Para essa ocasião, os alunos providenciaram seus trajes. A secretaria do IBAO vendia aos alunos, tecido de fustão branco e camisetas de mesma cor com o nome da escola bordado em azul. As alunas tinham que providenciar a confecção de saias plissadas e os alunos calças compridas. Apesar do gasto tínhamos interesse em participar, aliás essa foi a única festa que tivemos. Teve o desfile e não teve aula. Como estávamos bem ensaiados e tínhamos providenciado roupas novas, a escola organizou um novo desfile, desta vez em 15 de novembro, para comemorar a Proclamação da República. Éramos treinados por um sargento do Exército. Não me lembro o percurso dos desfiles.

Não tinha conhecimento das exposições de trabalhos realizados pelos alunos de Marcenaria e de Corte e Confecções, nunca vi nada, os alunos nunca sabiam de nada. Nunca ficamos sabendo de nenhuma exposição.

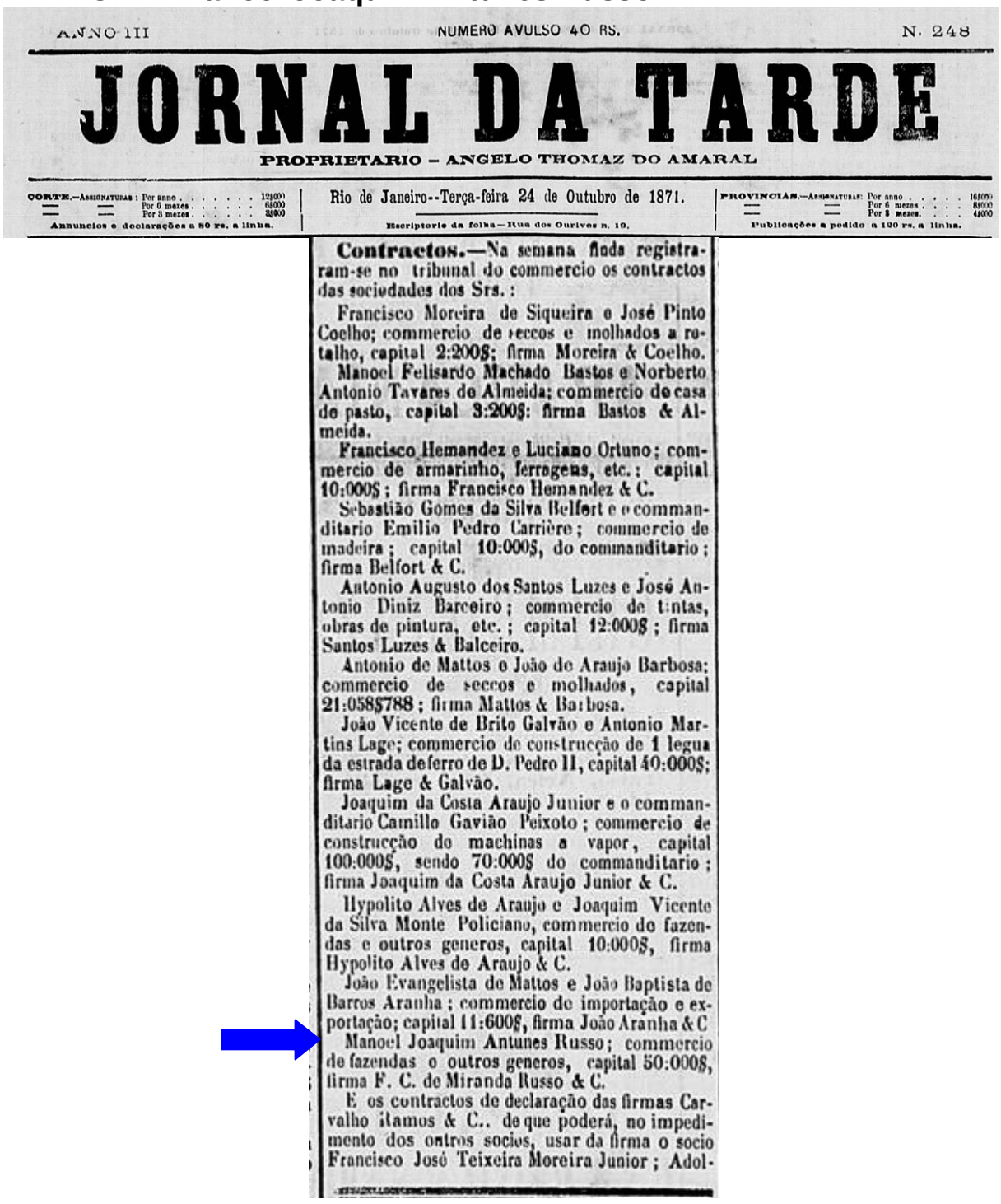
Na formatura, cada um providenciou sua roupa. No salão do IBAO teve a entrega dos certificados e depois um baile de formatura. Na ocasião tiramos fotos na escada principal da escola, em turma e separados. Depois da formatura os alunos foram a um bar para um jantar de confraternização, fizemos uma vaquinha para custear as despesas. Convidamos os professores.

As famílias compareceram na formatura, assim como fizeram no desfile comemorativo. As crianças das fotos são familiares nesse caso meus irmãos mais novos.

ANEXO A – Carteira de estudante - IBAO

Fonte: Acervo família Belucci

ANEXO B – Manoel Joaquim Antunes Russo



ANNO III — NUMERO AVULSO 40 RS. — N. 248

JORNAL DA TARDE

PROPRIETARIO – ANGELO THOMAZ DO AMARAL

CORTE.—Assignaturas: Por anno . . . . . 12$000
— — Por 6 mezes . . . . . 6$000
— — Por 3 mezes . . . . . 3$000
Annuncios e declarações a 80 rs. a linha.

Rio de Janeiro--Terça-feira 24 de Outubro de 1871.

Escriptorio da folha—Rua dos Ourives n. 10.

PROVINCIAS.—Assignaturas: Por anno . . . . . 16$000
— — Por 6 mezes . . . . . 8$000
— — Por 3 mezes . . . . . 4$000
Publicações a pedido a 120 rs. a linha.

Contractos.—Na semana finda registraram-se no tribunal do commercio os contractos das sociedades dos Srs.:

Francisco Moreira de Siqueira e José Pinto Coelho; commercio de seccos e molhados a retalho, capital 2:200$; firma Moreira & Coelho.

Manoel Felisardo Machado Bastos e Norberto Antonio Tavares de Almeida; commercio de casa de pasto, capital 3:200$: firma Bastos & Almeida.

Francisco Hemandez e Luciano Ortuno; commercio de armarinho, ferragens, etc.; capital 10:000$; firma Francisco Hemandez & C.

Sebastião Gomes da Silva Belfort e o commanditario Emilio Pedro Carrière; commercio de madeira; capital 10:000$, do commanditario; firma Belfort & C.

Antonio Augusto dos Santos Luzes e José Antonio Diniz Barceiro; commercio de tintas, obras de pintura, etc.; capital 12:000$; firma Santos Luzes & Balceiro.

Antonio de Mattos e João de Araujo Barbosa; commercio de seccos e molhados, capital 21:058$788; firma Mattos & Barbosa.

João Vicente de Brito Galvão e Antonio Martins Lage; commercio de construcção de 1 legua da estrada de ferro de D. Pedro II, capital 40:000$; firma Lage & Galvão.

Joaquim da Costa Araujo Junior e o commanditario Camillo Gavião Peixoto; commercio de construcção de machinas a vapor, capital 100:000$, sendo 70:000$ do commanditario; firma Joaquim da Costa Araujo Junior & C.

Hypolito Alves de Araujo e Joaquim Vicente da Silva Monte Policiano, commercio de fazendas e outros generos, capital 10:000$, firma Hypolito Alves de Araujo & C.

João Evangelista de Mattos e João Baptista de Barros Aranha; commercio de importação e exportação; capital 11:600$, firma João Aranha & C

Manoel Joaquim Antunes Russo; commercio de fazendas e outros generos, capital 50:000$, firma F. C. de Miranda Russo & C.

E os contractos de declaração das firmas Carvalho Ramos & C., de que poderá, no impedimento dos outros socios, usar da firma o socio Francisco José Teixeira Moreira Junior; Adol-

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; JORNAL DA TARDE, Rio de Janeiro, Ano III, n. 248, 24 out.1871

ANEXO C – A antiga lavoura de chá em Itu

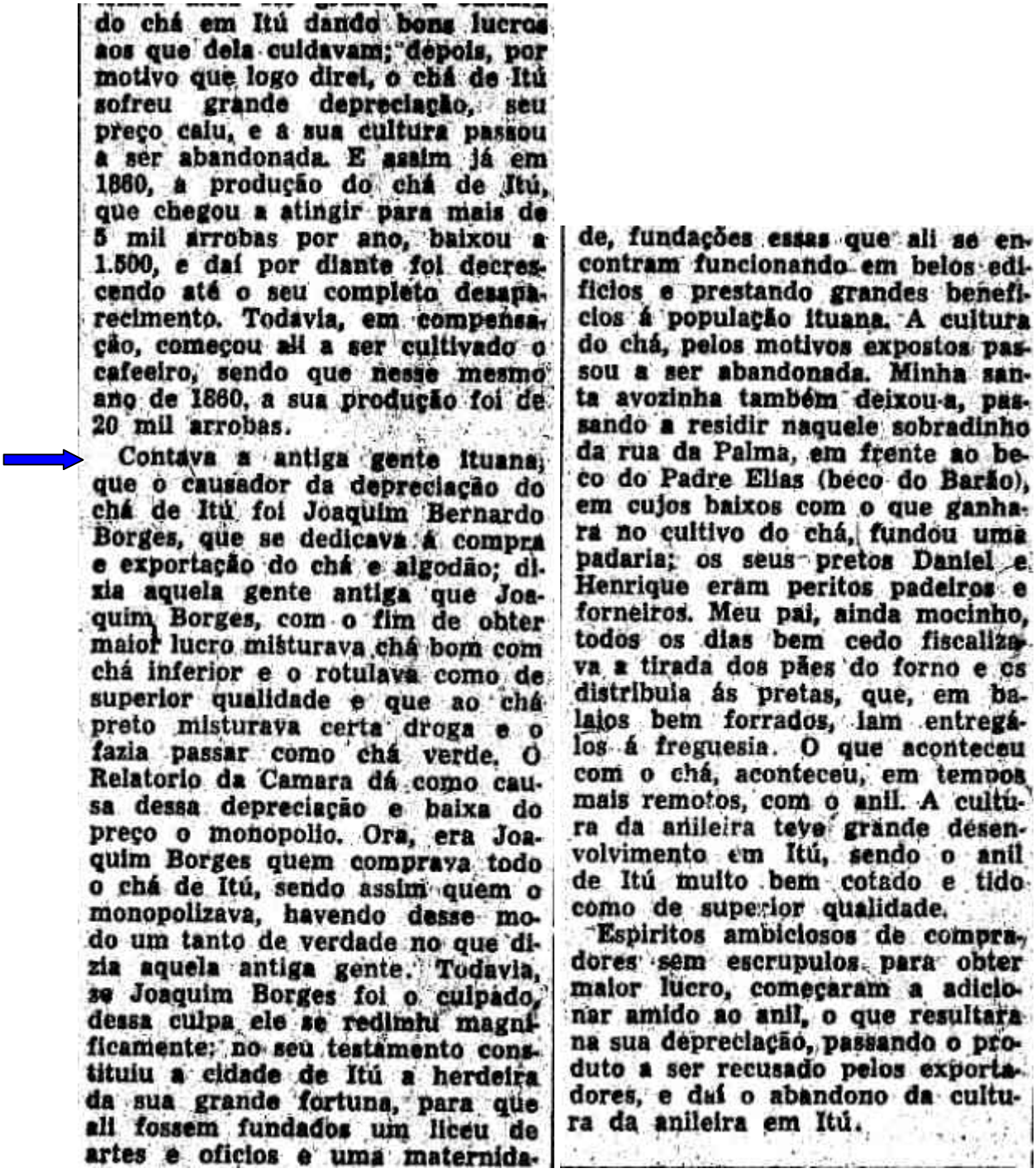
O ESTADO DE S. PAULO — SABADO, 2 DE ABRIL DE 1955

A ANTIGA LAVOURA DO CHÁ EM ITU

F. NARDY FILHO

SEGUNDO o Relatorio da Camara de Itú, apresentado ao presidente da Provincia em data de 12 de janeiro de 1868, a cultura do chá foi introduzida em Itú pelo Padre Feijó, quando este para lá se mudou, mais ou menos em 1818. Assim nos diz esse Relatorio: "O chá foi introduzido neste municipio ao mesmo tempo em que se plantou em S. Paulo: o benemerito cidadão Padre Diogo Antonio Feijó passa por ser aqui o seu introdutor". Conta-nos ainda esse citado Relatorio: "Por muitos anos jazeu o seu cultivo em abandono apenas conservando-se algumas plantas como curiosidade em alguns jardins e quintais até que finalmente seu alto preço, a facilidade da sua cultura e a descoberta por assim dizer da sua manipulação após o definhamento de outros ramos da industria agricola, veio dar vasto incremento á sua cultura. Em breve o espaço quase faltara á sua cultura, nenhum quintal nenhum terreno por pobre e miserrimo que fosse, deixou de ter sua plantação de chá: foi tal a preocupação e predileção pelo cultivo dessa planta que terrenos magrissimos, reputados inuteis, foram vendidos por preços fabulosos".

Bem remuneradora era a cultura do chá — facil, pouco dispendiosa, dependendo de pouco pessoal e este mesmo quase só de mulheres; aos dois anos já começava o pé de chá dar colheita, sendo que mil pés davam duas arrobas de bom chá, e quando os pés se apresentaram com frondoso folheamento cada mil pés chegava a dar quatro arrobas. Além disso o terreno da plantação de chá era aproveitado para o plantio de feijão. A cultura do chá em Itú deu bons lucros aos seus cultivadores, como também auxiliou a população pobre que vivia sem trabalho, a qual, segundo o citado Relatorio, nessa cultura encontrou trabalho, ganhando o necessario para a sua manutenção. As mulheres encontraram nessa cultura trabalho remunerado, pois eram mais expeditas para o serviço da colheita das folhas e do forno. Grande foi a cultura do chá em Itú. Todo aquele que possuia terras proximas á cidade ou meio de arrendá-las dedicava-se a essa cultura; até em pontos distantes do municipio era o chá cultivado; recordo-me de ter visto no sitio Gramado, já nas divisas com Porto Feliz, em uma capoeira junto ao pasto, frondosos pés de chá. Os meus também se dedicaram a essa cultura; enquanto o meu avô Antonio Nardy se entregava á sua pequena lavoura de cana e algodão em terras do sitio Pirapitingui, a minha santa avozinha, auxiliada pelos meus tios mais velhos, bem moços e solteiros, se dedicava á cultura e manipulação do chá, em terras da chacara, hoje conhecida pelo nome de — chacara do Manequinho Pecado, que, por esse tempo, fazia parte da chacara do Curtidor, pertencente ao tenente Manoel de Mesquita, tio do meu avô e padrinho de meu pai. O chá de Itú era considerado de otima qualidade; as amostras desse chá, tanto do preto como do verde, enviadas á Exposição Universal de Londres, obtiveram ali as mais honrosas referencias, sendo ambas premiadas e classificadas como de superior qualidade, sendo o verde classificado como igual ao da China e designado com o nome de — chá odorifico de S. Paulo — Itú. O mesmo aconteceu na Exposição de Filadelfia. Durante mais de trinta anos foi grande a cultura



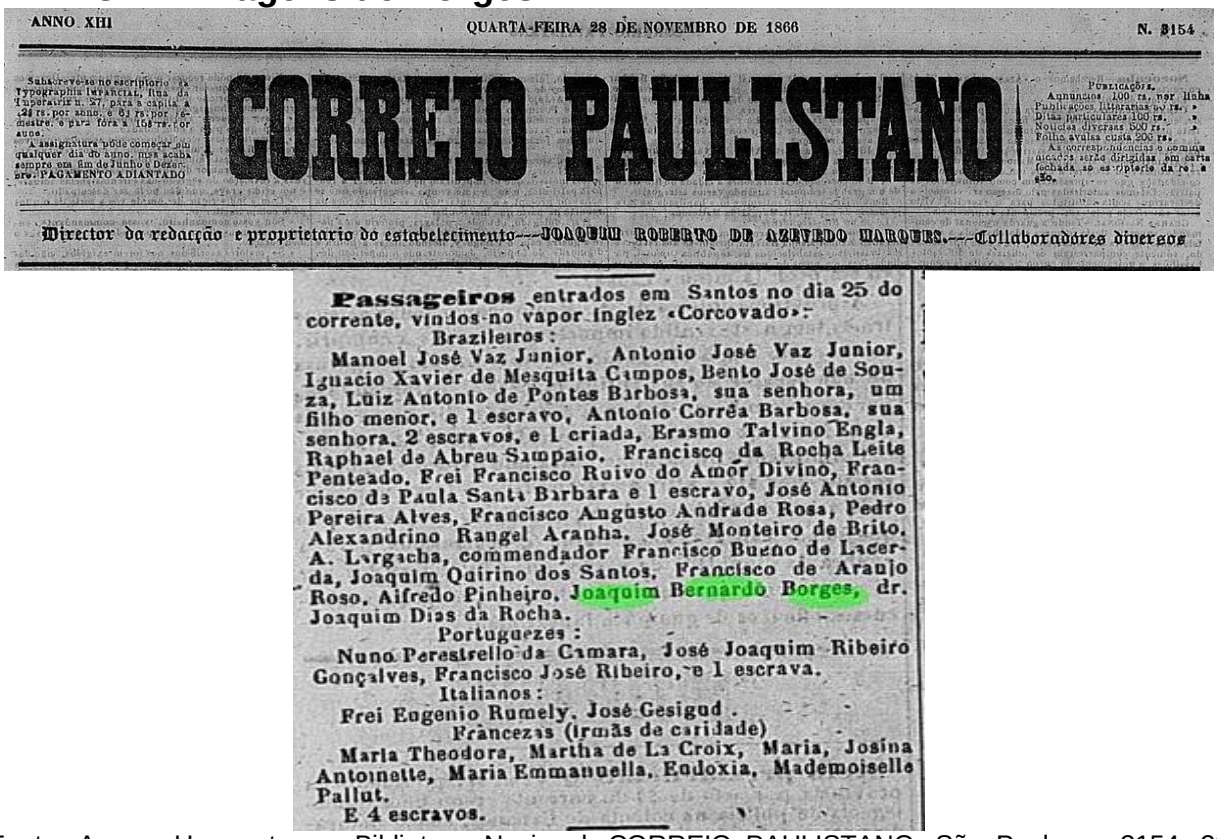
do chá em Itú dando bons lucros aos que dela cuidavam; depois, por motivo que logo direi, o chá de Itú sofreu grande depreciação, seu preço caiu, e a sua cultura passou a ser abandonada. E assim já em 1860, a produção do chá de Itú, que chegou a atingir para mais de 5 mil arrobas por ano, baixou a 1.500, e daí por diante foi decrescendo até o seu completo desaparecimento. Todavia, em compensação, começou ali a ser cultivado o cafeeiro, sendo que nesse mesmo ano de 1860, a sua produção foi de 20 mil arrobas.

Contava a antiga gente ituana, que o causador da depreciação do chá de Itú foi Joaquim Bernardo Borges, que se dedicava á compra e exportação do chá e algodão; dizia aquela gente antiga que Joaquim Borges, com o fim de obter maior lucro misturava chá bom com chá inferior e o rotulava como de superior qualidade e que ao chá preto misturava certa droga e o fazia passar como chá verde. O Relatorio da Camara dá como causa dessa depreciação e baixa do preço o monopolio. Ora, era Joaquim Borges quem comprava todo o chá de Itú, sendo assim quem o monopolizava, havendo desse modo um tanto de verdade no que dizia aquela antiga gente. Todavia, se Joaquim Borges foi o culpado, dessa culpa ele se redimiu magnificamente; no seu testamento constituiu a cidade de Itú a herdeira da sua grande fortuna, para que ali fossem fundados um liceu de artes e oficios e uma maternidade, fundações essas que ali se encontram funcionando em belos edificios e prestando grandes beneficios á população ituana. A cultura do chá, pelos motivos expostos passou a ser abandonada. Minha santa avozinha também deixou-a, passando a residir naquele sobradinho da rua da Palma, em frente ao beco do Padre Elias (beco do Barão), em cujos baixos com o que ganhara no cultivo do chá, fundou uma padaria; os seus pretos Daniel e Henrique eram peritos padeiros e forneiros. Meu pai, ainda mocinho, todos os dias bem cedo fiscalizava a tirada dos pães do forno e os distribuia ás pretas, que, em balaios bem forrados, iam entregá-los á freguesia. O que aconteceu com o chá, aconteceu, em tempos mais remotos, com o anil. A cultura da anileira teve grande desenvolvimento em Itú, sendo o anil de Itú muito bem cotado e tido como de superior qualidade.

Espiritos ambiciosos de compradores sem escrupulos para obter maior lucro, começaram a adicionar amido ao anil, o que resultara na sua depreciação, passando o produto a ser recusado pelos exportadores, e daí o abandono da cultura da anileira em Itú.

Fonte: Acervo Estadão; O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXVI, n. 24.510, 2 abr.1955

ANEXO D – Viagens de Borges



ANNO XIII — QUARTA-FEIRA 28 DE NOVEMBRO DE 1866 — N. 3154

CORREIO PAULISTANO

Director da redacção e proprietario do estabelecimento---JOAQUIM ROBERTO DE AZEVEDO MARQUES.---Collaboradores diversos

Passageiros entrados em Santos no dia 25 do corrente, vindos no vapor inglez «Corcovado»:

Brazileiros:

Manoel José Vaz Junior, Antonio José Vaz Junior, Ignacio Xavier de Mesquita Campos, Bento José de Souza, Luiz Antonio de Pontes Barbosa, sua senhora, um filho menor, e 1 escravo, Antonio Corrêa Barbosa, sua senhora, 2 escravos, e 1 criada, Erasmo Talvino Engla, Raphael de Abreu Sampaio, Francisco da Rocha Leite Penteado, Frei Francisco Ruivo do Amor Divino, Francisco de Paula Santa Barbara e 1 escravo, José Antonio Pereira Alves, Francisco Augusto Andrade Rosa, Pedro Alexandrino Rangel Aranha, José Monteiro de Brito, A. Largacha, commendador Francisco Bueno de Lacerda, Joaquim Quirino dos Santos, Francisco de Araujo Roso, Alfredo Pinheiro, Joaquim Bernardo Borges, dr. Joaquim Dias da Rocha.

Portuguezes:

Nuno Peresirello da Camara, José Joaquim Ribeiro Gonçalves, Francisco José Ribeiro, e 1 escrava.

Italianos:

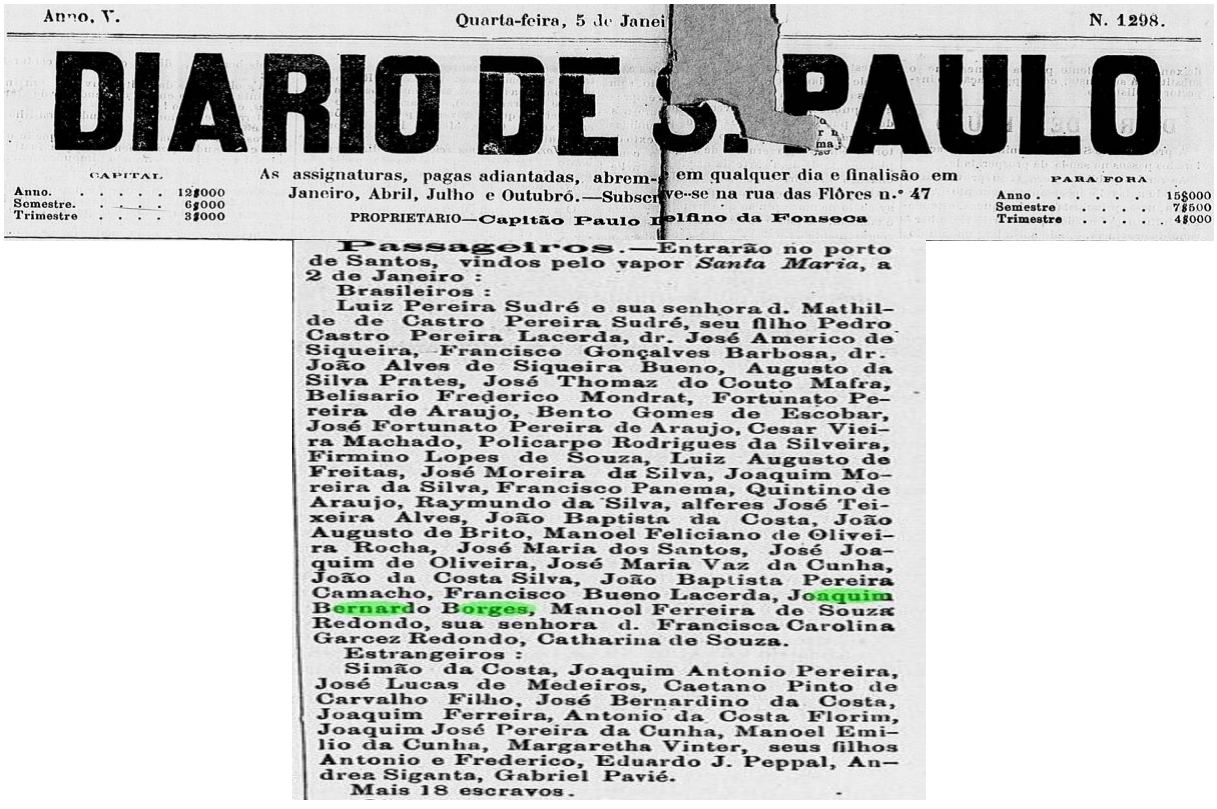
Frei Eugenio Rumely, José Gesigud.

Francezas (irmãs de caridade)

Maria Theodora, Martha de La Croix, Maria, Josina Antoinette, Maria Emmanuella, Eudoxia, Mademoiselle Pallut.

E 4 escravos.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 3154, 28 nov.1866



Anno. V. — Quarta-feira, 5 de Janei — N. 1298.

DIARIO DE S. PAULO

CAPITAL
Anno. . . . . 12$000
Semestre. . . . . 6$000
Trimestre . . . . 3$000

As assignaturas, pagas adiantadas, abrem-se em qualquer dia e finalisão em Janeiro, Abril, Julho e Outubró.—Subscreve-se na rua das Flôres n.º 47

PROPRIETARIO—Capitão Paulo Delfino da Fonseca

PARA FORA
Anno . . . . . 15$000
Semestre . . . . 7$500
Trimestre . . . . . 4$000

Passageiros.—Entrarão no porto de Santos, vindos pelo vapor *Santa Maria*, a 2 de Janeiro:

Brasileiros:

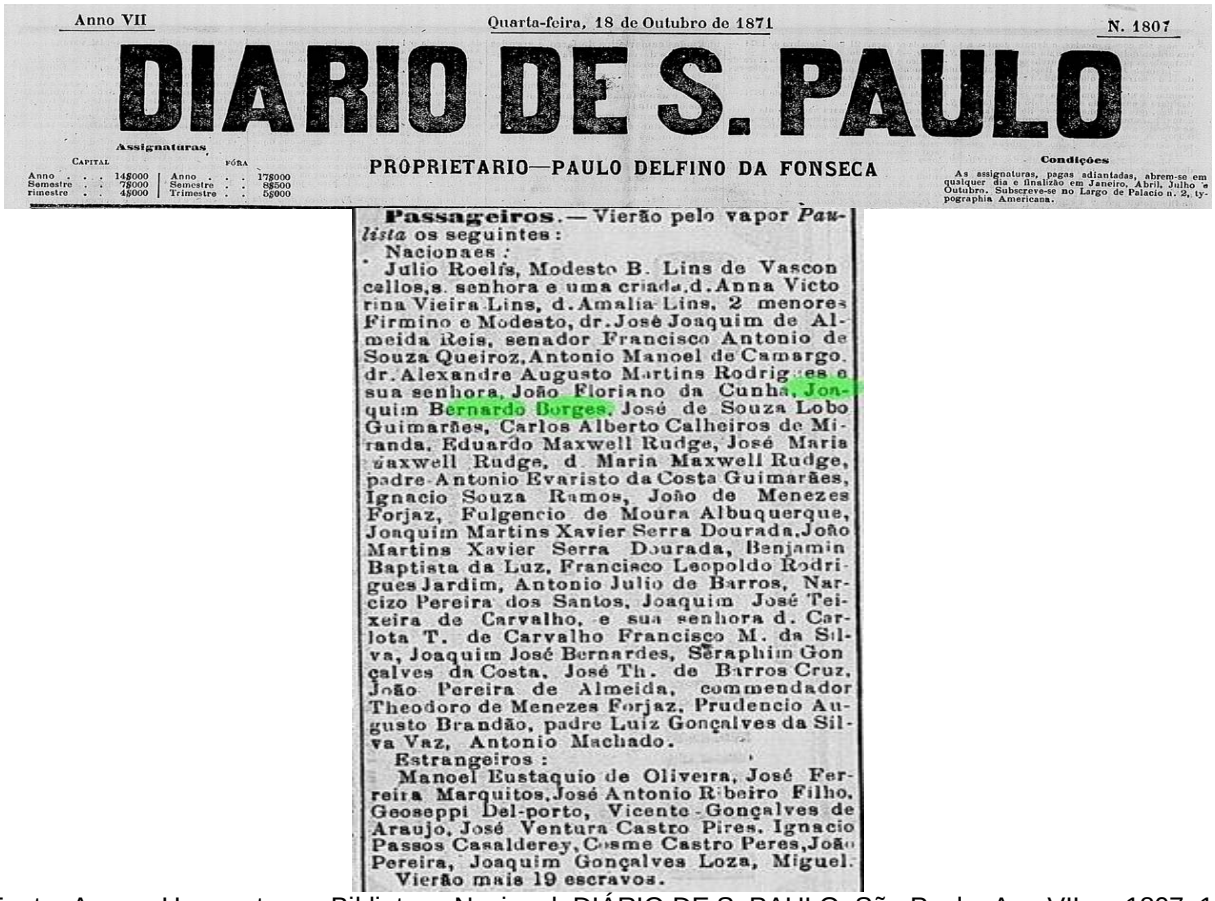
Luiz Pereira Sudré e sua senhora d. Mathilde de Castro Pereira Sudré, seu filho Pedro Castro Pereira Lacerda, dr. José Americo de Siqueira, Francisco Gonçalves Barbosa, dr. João Alves de Siqueira Bueno, Augusto da Silva Prates, José Thomaz do Couto Mafra, Belisario Frederico Mondrat, Fortunato Pereira de Araujo, Bento Gomes de Escobar, José Fortunato Pereira de Araujo, Cesar Vieira Machado, Policarpo Rodrigues da Silveira, Firmino Lopes de Souza, Luiz Augusto de Freitas, José Moreira da Silva, Joaquim Moreira da Silva, Francisco Panema, Quintino de Araujo, Raymundo da Silva, alferes José Teixeira Alves, João Baptista da Costa, João Augusto de Brito, Manoel Feliciano de Oliveira Rocha, José Maria dos Santos, José Joaquim de Oliveira, José Maria Vaz da Cunha, João da Costa Silva, João Baptista Pereira Camacho, Francisco Bueno Lacerda, Joaquim Bernardo Borges, Manoel Ferreira de Souza Redondo, sua senhora d. Francisca Carolina Garcez Redondo, Catharina de Souza.

Estrangeiros:

Simão da Costa, Joaquim Antonio Pereira, José Lucas de Medeiros, Caetano Pinto de Carvalho Filho, José Bernardino da Costa, Joaquim Ferreira, Antonio da Costa Florim, Joaquim José Pereira da Cunha, Manoel Emilio da Cunha, Margaretha Vinter, seus filhos Antonio e Frederico, Eduardo J. Peppal, Andrea Siganta, Gabriel Pavié.

Mais 18 escravos.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano V, n. 1298, 5 jan.1870



Anno VII — Quarta-feira, 18 de Outubro de 1871 — N. 1807

DIARIO DE S. PAULO

Assignaturas
CAPITAL: Anno 14$000, Semestre 7$000, Trimestre 4$000 | FÓRA: Anno 17$000, Semestre 8$500, Trimestre 5$000

PROPRIETARIO—PAULO DELFINO DA FONSECA

Condições
As assignaturas, pagas adiantadas, abrem-se em qualquer dia e finalizão em Janeiro, Abril, Julho e Outubro. Subscreve-se no Largo de Palacio n. 2, typographia Americana.

Passageiros.— Vierão pelo vapor *Paulista* os seguintes:

Nacionaes:

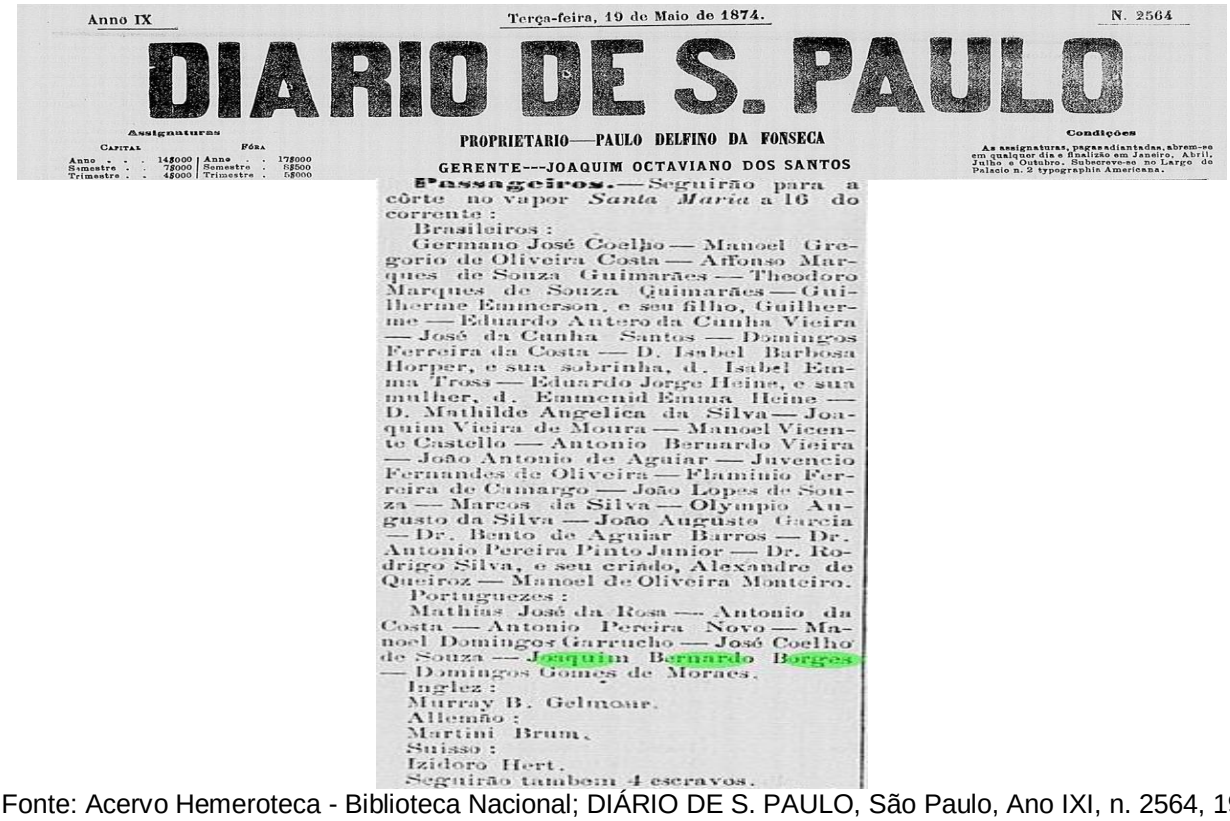
Julio Roelfs, Modesto B. Lins de Vasconcellos, s. senhora e uma criada, d. Anna Victorina Vieira Lins, d. Amalia Lins, 2 menores Firmino e Modesto, dr. José Joaquim de Almeida Reis, senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, Antonio Manoel de Camargo, dr. Alexandre Augusto Martins Rodrigues e sua senhora, João Floriano da Cunha, Joaquim Bernardo Borges, José de Souza Lobo Guimarães, Carlos Alberto Calheiros de Miranda, Eduardo Maxwell Rudge, José Maria Maxwell Rudge, d. Maria Maxwell Rudge, padre Antonio Evaristo da Costa Guimarães, Ignacio Souza Ramos, João de Menezes Forjaz, Fulgencio de Moura Albuquerque, Joaquim Martins Xavier Serra Dourada, João Martins Xavier Serra Dourada, Benjamin Baptista da Luz, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, Antonio Julio de Barros, Narcizo Pereira dos Santos, Joaquim José Teixeira de Carvalho, e sua senhora d. Carlota T. de Carvalho Francisco M. da Silva, Joaquim José Bernardes, Seraphim Gonçalves da Costa, José Th. de Barros Cruz, João Pereira de Almeida, commendador Theodoro de Menezes Forjaz, Prudencio Augusto Brandão, padre Luiz Gonçalves da Silva Vaz, Antonio Machado.

Estrangeiros:

Manoel Eustaquio de Oliveira, José Ferreira Marquitos, José Antonio Ribeiro Filho, Geoseppi Del-porto, Vicente Gonçalves de Araujo, José Ventura Castro Pires, Ignacio Passos Casalderey, Cosme Castro Peres, João Pereira, Joaquim Gonçalves Loza, Miguel.

Vierão mais 19 escravos.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano VII, n. 1807, 18 out.1871



Anno IX — Terça-feira, 19 de Maio de 1874. — N. 2564

DIARIO DE S. PAULO

Assignaturas
CAPITAL: Anno 14$000, Semestre 7$000, Trimestre 4$000 | FÓRA: Anno 17$000, Semestre 8$500, Trimestre 5$000

PROPRIETARIO—PAULO DELFINO DA FONSECA

GERENTE---JOAQUIM OCTAVIANO DOS SANTOS

Condições
As assignaturas, pagas adiantadas, abrem-se em qualquer dia e finalizão em Janeiro, Abril, Julho e Outubro. Subscreve-se no Largo do Palacio n. 2 typographia Americana.

Passageiros.— Seguirão para a côrte no vapor *Santa Maria* a 16 do corrente:

Brasileiros:

Germano José Coelho — Manoel Gregorio de Oliveira Costa — Affonso Marques de Souza Guimarães — Theodoro Marques de Souza Guimarães — Guilherme Emmerson, e seu filho, Guilherme — Eduardo Autero da Cunha Vieira — José da Cunha Santos — Domingos Ferreira da Costa — D. Isabel Barbosa Horper, e sua sobrinha, d. Isabel Emma Tross — Eduardo Jorge Heine, e sua mulher, d. Emmenid Emma Heine — D. Mathilde Angelica da Silva — Joaquim Vieira de Moura — Manoel Vicente Castello — Antonio Bernardo Vieira — João Antonio de Aguiar — Juvencio Fernandes de Oliveira — Flaminio Ferreira de Camargo — João Lopes de Souza — Marcos da Silva — Olympio Augusto da Silva — João Augusto Garcia — Dr. Bento de Aguiar Barros — Dr. Antonio Pereira Pinto Junior — Dr. Rodrigo Silva, e seu criado, Alexandre de Queiroz — Manoel de Oliveira Monteiro.

Portuguezes:

Mathias José da Rosa — Antonio da Costa — Antonio Pereira Novo — Manoel Domingos Garrucho — José Coelho de Souza — Joaquim Bernardo Borges — Domingos Gomes de Moraes.

Inglez:

Murray B. Gelmour.

Allemão:

Martini Brum.

Suisso:

Izidoro Hert.

Seguirão tambem 4 escravos.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; DIÁRIO DE S. PAULO, São Paulo, Ano IXI, n. 2564, 19 mai.1874

RIO DE JANEIRO — ANNO — N. 119

ASSIGNATURAS

Por anno..... 20$000
Por seis mezes..... 12$000

A assignatura é paga adiantada; póde principiar em qualquer dia, mas terminará em Janeiro e Julho. Subscreve-se na typographia do Globo, á rua dos Ourives n. 51.

O GLOBO

Orgão dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria

PROPRIEDADE DE GOMES DE OLIVEIRA & C.

TERÇA-FEIRA 1 DE DEZEMBRO DE 1874

ASSIGNATURAS

Por anno..... 24$000
Por seis mezes..... 14$000

A assignatura é paga adiantada; póde principiar em qualquer dia, mas terminará em Janeiro e Julho. Subscreve-se na typographia do Globo, á rua dos Ourives n. 51.

COMPLETA NEUTRALIDADE NA LUTA DOS PARTIDOS POLITICOS

OFFERTA GRATUITA DAS SUAS COLUMNAS A TODAS AS INTELLIGENCIAS QUE QUIZEREM COLLABORAR EM ASSUMPTOS DE UTILIDADE PUBLICA.

MOVIMENTO DO PORTO

ENTRADAS NO DIA 30

SOUTHAMPTON e escalas — 21 ds. (3 ds. do ultimo), paq. ing. *Neva*, comm. W. W. Herbert: passagg. Ignacia Aguiar do Carmo, Pedro José Ferreira, Clara Candida Alves de Figueiredo, Antonio Francisco Chaves, Eufrazio L. de A. Junior, Brites Eulalia Carneiro Guerra e 1 irmã, Antonio de Oliveira Ferraz, José de Oliveira Ferraz, Julia Augusta do Monte Pacheco, 3 filhos e 3 escravos; Herminio Deocleciano de Loyola, João Teixeira de Araujo Ozorio, José Antonio Pessoa de Barros, sua mulher, 1 filho e 2 escravos; Dr. Victor de Oliveira, conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas e 1 escravo, Rodolfo de Souza Dantas e 1 criado, José Xavier de Souza Menezes Junior, Dr. Manoel José Saraiva, Godofredo Leão Velloso e 1 escravo, Dr. João Baptista M. M. Ribeiro, sua mulher e 1 filha, Marcellino Francisco da Rosa, Maximo Laborde, Francisco de Almeida, Antonio Martins Teixeira e sua mulher, Franquelino J. de Sant'Anna, F. Duarte de Oliveira Figueirôa, Sebastião Antonio dos Santos, Carolina e Maria; os inglezes Gertrudes Lawson, W. Morring e sua mulher, H. Kimber, Gregory, H. Beghie, sua mulher, 1 filha e 1 criado, H. Robertson, E. J. Ridsdale, W. Potter, D. Camser; o americano F. A. Laphan, a franceza Caroline Doyen; os allemães F. W. von Schwarts, G. A. Winter, A. Kremer, sua mulher e 1 filho, F. W. Kremer, W. Kremer; o suisso E. Kohler; as argentinas Delfina Lee e Maria de la Encarnacion Lee; os allemães A. Koslowky, sua mulher e 6 filhos; os portuguezes Manoel Antonio Gonçalves Bastos, Jeronimo G. Teixeira, Joaquim Nicoláo Fraga, Guilherme Ferreira, Herminio Ferreira, Antonio José Moreira; Manoel R. da Silva, padre Joaquim Rodrigues da Fonseca Leitão, Antonio Borges Delgado e sua mulher, Paulino de Souza Lima, Antonio Leite de Souza Coelho, Julio Alberto Machado, Antonio José da Costa, Raymundo Manoel, Joaquim de Lima, José de Almeida Ribeiro, Manoel J. da Costa Deveza, José Luiz da Costa Nogueira e sua mulher, Ignacio José de Souza, Antonio Joaquim Alberto do Almeida, Julia Rosa Ferreira, Joaquim de Souza Maia, José Bento Villela Bastos, José Maria Alves Pinheiro, João da Silva Marques, Francisco Caetano de Souza Louzada, Antonio Simões de Faria, Umbelina Rosa de Amorim e 1 filho, Joaquim Pereira da Motta, Alvares Nunes de Carvalho, Joaquim Bernardo Borges, Pedro José da Silva Lima, M. José Vieira, Francisco J. Moniz, Leonardo R. de Freitas, João Duarte de Abrantes, Francisco Pereira, Mathildes; o hespanhol Manoel Figueirôa Rodrigues e sua mulher, mais 160 trabalhadores portuguezes e hespanhoes, 1 africano livre, 2 escravos a entregar e 37 passageiros em transito.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; O GLOBO, Rio Janeiro, n. 119, 1 dez.1874

ANEXO E – Prisão de Borges em Itu - 1876

Anno II

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

N. 307

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO COMMANDITARIA

REDACTORES: AMERICO DE CAMPOS E F. RANGEL PESTANA.

ASSIGNATURAS — ANNO MARIA LISBOA

Ytú

PARA OS EXMS. SRS. DRS. PRESIDENTE E CHEFE DE POLICIA LÉREM

Srs. Redactores.—Acabo de passar por um d'aquelles vexames que deixam na vida do homem impressão indelevel e que o magôam para sempre quando quem o soffre sabe alliar ao caracter o pundonor proprio das pessoas de bem.

Não é que eu tenha de correr diante de qualquer acto praticado por mim; mas é que fui victima de um verdadeiro desacato e d'esses que fazem revoltar os brios e a dignidade maltratada.

Tenho vivido ha longos annos na cidade de Ytú, onde sou conhecido e onde as minhas qualidades podem ser julgadas imparcialmente por todos quantos sabem prezar as pessoas honestas e que fazem do trabalho o verdadeiro brazão de honra.

Direi em poucas palavras o que me aconteceu.

Na noute de 21 do corrente mez subia eu tranquillamente a rua da Palma. Ao chegar á esquina em que dá os fundos a casa do sr. tenente-coronel L. A. de Anhaia, fui sorprehendido por dous policiaes que me ordenaram de fazer alto. Parei immediatamente e disse que era de paz, na fórma do estylo.

Os dous sugeitos perguntaram-me se trazia armas. Respondi-lhes que podiam revistar-me. Procederam elles á mais rigorosa pesquiza e só encontraram em mim a chave da minha casa que trazia commigo.

Deixaram-me ir embora.

Quando, porém, já eu chegava quasi em frente á casa da exma. sra. d. Francisca Emilia, os dous soldados aproximaram-se de novo a mim e disseram que me entregasse preso á ordem do sr. delegado de policia.

Entreguei-me, se bem que na maior admiração por tão insolito procedimento. Entretanto perguntei o que motivava a minha prisão. Responderam-me que não resistisse e que me portasse como homem de bem.

Não disse mais nada.

D'alli fui levado para a cadêa.

Lá chegando, houve duvidas para saber-se se eu iria ao xadrez ou se ficaria n'uma das salas superiores. Decidiu-se que ficava n'uma das taes salas, porque só o carcereiro podia eu era um homem conhecido, morador no logar desde muitos annos, e que além disso, tinha sido bruscamente revistado, reconhecendo-se que não era em nada suspeito ás vistas policiaes.

E como eu dissesse que as ordens de s. s. tinham sido muito terminantes, retrucou-me que não me dava satisfações e que podia metter-me no xadrez e a qualquer outro. Eu reconheci desde logo que esta jactancia de poder não era um mero aparato ou ostentação para intimidar-me, pois sei de mais o que vale o bastão da policia pelo centro das nossas terras.

Calei-me, portanto, para não sugeitar-me ás eventualidades que os desabafos da innocencia opprimida podiam acarretar-me. E todavia continuei a pensar que a simples queixa ou denuncia dos moradores do quarteirão não auctorisava, nem auctorisa a prisão de qualquer transeunte.

Se isto fosse possivel, ai dos cidadãos innumeros que por alli passam ou podem passar.

Mas fui prezo e conduzido por uma escolta á cadêa, sendo assim deprimido na minha reputação e nos meus instinctos de probidade reconhecidos.

Disto é que quero uma reparação publica e solemne.

Tenho a certeza de que vivo n'um paiz civilisado e onde os estrangeiros, como eu, não só gosam da mais generosa hospitalidade, como vivem ao abrigo de leis justas e inspiradas no verdadeiro espirito de humanidade.

As auctoridades superiores a quem recorro não hão de deixar impune o desacato que soffri.

E venho pela imprensa para servir-me deste meio que ainda resta impoluto, como

decidir afinal.

D'ahi a pouco veiu um recado do sr. delegado de policia que é o dr. Virgilio Augusto de Araujo, ordenando que eu fosse levado á sua prezença.

Conduziram-me para a casa d'aquella auctoridade.

Disse-me então o sr. dr. Virgilio que tinha queixas e denuncias de varias pessoas e familias moradoras no quarteirão onde me encontrou a primeira vez a patrulha, acêrca de um vulto que alli passava á noute e que punha em sobresalto aos cidadãos. Fiz-lhe ver que quando assim fosse, todavia para isso auctorisava a minha prisão, uma vez que deste meio que ainda resta impoluto, como garantia de todos os direitos e consagração de todos os deveres.

A lei é muito expressa. Ninguem póde ser preso sem culpa formada, salvo em flagrante delicto, ou quando já tenham deposto duas testemunhas no processo, ou se dê confissão da parte ou prova documental do crime, e haja necessidade urgente que auctorise similhante procedimento. Isto é o que vem terminantemente preceituado no art. 13 § 2º da Lei de 20 de Setembro de 1871.

Ora nenhum destes casos se deu commigo; e por isso não resta a menor duvida que fui victima de um verdadeiro desacato ao meu direito.

Ainda, ha pouco, pelo caso havido com o cabo José Luiz, em Campinas, moveu-se a classe militar quasi em pezo, e, o que se chamou offensa feita a esse cabo, teve a mais completa reparação.

Eu sou estrangeiro pobre e desprotegido das dependencias officiaes ou do amparo que vem do espirito de corporação. Por isso mesmo creio com toda a firmeza que se não ha de olhar com pouco caso para este negocio.

E' preciso notar ainda que o acto praticado commigo toma todas as proporções de um verdadeiro acinte.

Quando eu pedia que me levassem á presença do delegado, era eu conduzido á cadêa e dizia-se-me que não podia lá ir; quando eu me resignava á sorte e entrava na cadêa, impunha-se-me a condição de ir á presença do delegado! Parece que em tudo isso havia o desejo de se me fazer andar escoltado por ignominia simplesmente.

Outra cousa que é preciso que se esclareça: a tal queixa ou denuncia das familias do quarteirão existe deveras? Não fará parte dessas familias algum individuo que tem interesses particulares n'aquella rua, e a quem toda a testemunha deve ser incommoda portanto?

Tenho o direito de duvidar de taes queixas emquanto não fôr declinado o nome ou nomes dos seus auctores.

Familias a queixarem-se de vultos!

E' singular!

Ora, se o sr. delegado não se importa em dar assumpto com a sua pessoa ás palestras das ruas, eu pela minha parte incommodo-me e não desejo servir de materia para diversão dos outros, ainda mesmo não vendo o ridiculo do meu lado.

Por hoje fico aqui a espera de que as duas auctoridades superiores, a quem recorro, dêm-me um desaggravo á desfeita de que fui alvo e que não póde ficar impune.

Entretanto declaro que continuarei a passar pela rua da Palma todas as vezes que me aprouver em quanto o sr. delegado de policia não declarar aquella parte do seu dominio policial em estado de sitio, o que é bem provavel que póssa acontecer por causa do tal *vulto* que tanto cuidado e attenções tem dispertado na pessoa do sr. delegado.

Nessa occasião tambem é possivel que se prohiba em Ytú que possa a gente andar de noite com o seu sobretudo e trajos iguaes tendo-se occupado durante o dia outras vestimentas, pois consta, não sei com que fundamento, que uma das causas da minha prisão foi o ter eu sido achado de sobretudo!!

Até o que!!!

Emfim tudo póde acontecer.

E não será muito que aconteça, uma vez que estamos no reinado de uma auctoridade que me fez passar pelo vexame que deixo

Se é algum homem casado, como é que, homem casado póde andar perdendo a sua noite a ver vultos?

Se é viuvo, ou solteiro, está nas mesmas condições!

Não se deve suppor que haja uma moça ou uma senhora honesta que apresente ou faça apresentar taes queixas.

E, pois, é uma cousa inexplicavel este negocio de queixas das familias, é tanto mais inexplicavel quanto é certo que tenho as cartas que abaixo publico, de pessoas muito respeitaveis, moradoras no quarteirão e que declaram nada saber a tal respeito.

O que mais me tem magoado em tudo isto é que o facto acontecido comigo e que deixo relatado, tem dado thema nos ultimos dias para todas as conversações do logar. E assim andam o meu nome e o do sr. delegado na bocca e nos commentarios de todos.

referido e que, não sendo eu criminoso, tratou-me com a maior arrogancia, sobranceria e desprezo que é possivel imaginar-se, não havendo lei ou principio algum que se saiba a sanccionar o procedimento irascivel dos juizes ou agentes do poder publico para com as partes.

Devo ainda frisar um ponto que me faz instar por que seja este negocio todo posto a limpo: é que já alguns dias antes de eu ser preso, o sr. subdelegado alferes Carlos Tavares havia dito que eu ia ser preso dentro de oito dias! D'onde se vê que já havia um plano preconcebido com o fim de se me fazer uma desfeita ruidosa.

Por isto e por tudo espero que os srs. drs. presidente da provincia e chefe de policia me hão de fazer dar reparação á injustiça de que fui victima.

Fico aguardando qualquer providencia neste sentido.

S. Paulo, 27 de Janeiro de 1876.

Joaquim Bernardo Borges.

Illm. sr. Joaquim Bernardo Borges

Para satisfazer a s. s. respondo as perguntas que me dirige e das quaes poderá fazer o uso que lhe convier.

Nunca vi e nem soube que andasse vulto algum a rondar o meu quarteirão e á assustar as familias. Sei que o sr. é uma pessoa que vive em Ytú ha muitos annos e que sempre o conheci como moço pacato e de bons costumes.

Dr. Ignacio de Mesquita.

Illm. sr. Joaquim Bernardo Borges

Em resposta, ao que acima me diz, tenho a dizer-lhe, que costumo a recolher-me de 8 a 9 horas, e nem uma vez encontrei com vulto algum, e nem tão pouco minha familia fosse perturbada; é tudo que tenho a dizer-lhe.

Antonio Pires Guimarães.

Ytú, 23 de Janeiro de 1876.

Fonte: Acervo Estadão; A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 307, 28 jan. 1876

ANEXO F – Relato de suposta testemunha

Anno II — A PROVINCIA DE SÃO PAULO — N. 309
PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO COMMANDITARIA
REDACTORES: AMERICO DE CAMPOS E F. RANGEL PESTANA
Domingo 30 de Janeiro de 1870

Itú

Srs. redactores.—Em um estirado artigo, publicado na «Secção livre» do seu conceituado jornal de dia 28, apresentou-se o cidadão portuguez Joaquim Bernardo Borges, chamando a attenção dos exms. drs. presidente da provincia e chefe de policia, para um grave desacato de que foi victima por parte da policia da cidade de Itú.

Da simples leitura d'aquella palavrosa accusação, resalta para um espirito desprevenido a sem-razão do desabafo, originado por mal disfarçado despeito.

Para evidenciar a injustiça do signatario do artigo a que alludimos, faremos uma singela exposição do occorrido, e as auctoridades superiores, cuja intervenção se invocou contra o dr. delegado, reconhecerão que este não só não incorreu na minima culpabilidade, como pelo contrario é merecedor de elogios pelo zelo com que procedêu a bem da publica tranquillidade, e pela delicadeza e prudencia com que se houve relativamente ao proprio queixoso.

As informações que a esta servem de base, foram ministradas por pessoa fidedigna e testemunha presencial das occurrencias da noite de 21, na cidade de Itú.

Tendo o dr. delegado denuncia de que, por muitas noites, um vulto desconhecido e disfarçado rondava certa área da rua da Palma, ordenou, como lhe cumpria, á patrulha, que se o encontrasse reconhecesse.

Na primeira noite depois desta providencia foi o vulto encontrado no logar do costume, e, apezar de excessivo calor, achava-se envolvido em amplo sobretudo, com o chapéu desabado e parte do resto coberto por uma manta.

A patrulha ordenou-lhe que fizesse alto e declarasse o seu nome. O sr. Borges (pois era elle) recusou dizel-o, e deante dessa recusa, que podia occultar as mais perfidas intenções, os policiaes procederam a competente e legal revista para conhecerem se o vulto estava armado (até então o sr. Borges conservava o incognito).

Não estando armado o vulto, deixaram-no os policiaes em paz e seguiram seu caminho, mas encontrando o dr. delegado, que voltava de uma diligencia importante, deram-lhe parte do occorrido.

Como o vulto, apezar de revistado, não tinha sido reconhecido, ordenou o dr. delegado que isso fosse feito, visto como para a pratica de certos crimes não é indispensavel o uso de armas.

Sendo novamente *abordado* e recusando-se declarar quem era, foi o sr. Borges conduzido á cadêa onde ficou conservado em uma sala, que nunca foi prisão, emquanto o sargento da guarda foi á casa do delegado fazer a competente participação.

O dr. Virgilio immediatamente mandou o sr. Borges á sua presença e depois de admoestal-o pela inconveniencia do seu procedimento o pôz em liberdade, declarando que lamentava haver o mesmo sr. Borges soffrido aquelle desagradavel contrangimento, devido unicamente á imprudente insistencia em não querer dizer quem era, até chegar á cadêa.

Estou certo que o exm. dr. chefe de policia em identicas circumstancias, querendo cumprir com os seus deveres, não poderia ter um procedimento avêsso ao que teve o digno dr. delegado.

Seja-me agora permittido apreciar algumas das considerações emittidas na publicação assignada pelo sr. Borges e tendente a provar a illegalidade do acto que tanto *vexame* lhe causou.

Diz o queixoso que a simples denuncia dos moradores d'um quarteirão não autorisava a prisão de qualquer transeunte.

D'accordo. O que, porém, não poderá contestar o sr. Borges é que á policia incumbe reconhecer e revistar os vultos que, alta noite, forem encontrados, procurando evitar serem conhecidos.

E não será suspeito o individuo que, em noite calmosa, veste pesado sobretudo, occulta o rosto debaixo d'uma manta, conservando o chapeu desabado?

Observa o sr. Borges que o acto praticado comsigo tomou proporções de verdadeiro acinte, porque, quando queria ir á presença do delegado, o conduziram á cadêa, e quando se resignara á sua sorte, era levado á casa do delegado!!..

Per Dio sr. Borges! Da parte de quem o acinte? Dos policiaes que o detiveram em seu *passeio nocturno*? Por certo que não, visto que o não conheciam.

Naturalmente foi do delegado que malevolamente conjecturava dever estar s. s.

muito contente na espaçosa sala a que fôra recolhido ; e, para contrarial-o, logo que teve conhecimento do facto, mandou pôl-o em liberdade.

Facto semelhante se deu com um *sapo* a quem, por acinte, os inimigos atiravam n'agua quando elle pedia que o arremessassem a um brasido.

Acha o sr. Borges *singular* que familias se queixassem da presença de vultos desconhecidos, estacionados alta noite nas proximidades de suas casas ! Singular e suspeita seria a indifferença que por ventura houvesse.

Estamos convencidos que o sr. Borges não encontrará uma pessôa de bom senso que o acompanhe no seu original modo de pensar.

Para melhor produzir effeito continua s. s. dizendo que é um estrangeiro pobre, e desprotegido, que tem como unico brazão o trabalho honrado ! E' excessiva modestia.

Lembre-se, sr. Borges, que uma das auctoridades a quem s. s. se dirige, o conhece perfeitamente, visto ter nascido na cidade em que o senhor reside e ter de lá se ausentado ha poucos annos,—não podendo ignorar que s. s. pela sua reconhecida actividade, acha-se bem apatacado, tanto que, segundo consta, promette gastar contos de reis na gloriosa tarefa que emprehendeu

das 8 á 9 horas, não encontrou vulto algum.

O facto de ignorar o dr. Mesquita que certo individuo recreava-se em passeios nas taes dés horas pelo seu quarteirão, sob tal disfarce, de modo algum prova contra a existencia do facto, de cabal notoriedade para outras pessoas ; quanto ao sr. Guimarães recolhendo-se das 8 ás 9 horas, difficilmente poderia encontrar quem só apparecia depois das 10.

Por que não publicou o sr. Borges a resposta que verbalmente lhe dêu o sr. Elias Lobo, quando a este foi fazer igual pergunta á que fez aos dous cavalheiros que por escripto lhe responderam ?

Nada mais diremos por

Augusto de Araujo, uma autoridade intelligente, independente, activa e severa no cumprimento de seus deveres.

de desgostar o dr. Virgilio do cargo de delegado.

Para fechar com chave de ouro o seu arranzel, declara o sr. Borges haver contra si um plano preconcebido, visto que o sr. alferes Carlos Tavares declarara que, d'entro de 8 dias s. s. seria preso ! A' quem fez o sr. alferes esta declaração ?

Como o sr. Borges não diz, será conveniente que o exm. dr chefe de policia mande ouvir aquelle alferes que tambem é auctoridade policial.

Pretendendo mostrar que não éra verdadeira a denuncia que teve o delegado, andou o sr. Borges pedindo declarações á diversos moradores do quarteirão em que s. s. foi encontrado na noite de 21 e conseguiu as duas cartas, de que fez acompanhar o seu artigo—uma do dr. Mesquita, que declara não ter visto nem ouvido fallar na existencia do vulto e outro do sr. Antonio Pires Guimarães, que, habituado a recolher-se

A nomeação do dr. Virgilio, podemos assegurar, foi tão acertada que satisfez completamente os dous grupos que por questões de estrada de ferro, se hostilisam naquella cidade.

S. s. tem sabido collocar-se no terreno da imparcialidade, continuando a merecer de todas as pessoas importantes a maior consideração, se bem que tenha incorrido no desagrado dos que nada apreciam a actual vigilancia da policia.

Se alguma duvida pairar no animo do exm. dr. chefe de policia sobre a veracidade do que fica dito, póde sua exc. ouvir o illustrado dr. juiz do commercio da comarca ; aos drs. juiz municipal e promotor publico. Estou serto que não poderão deixar de corroborar o que em abono do digno dr. delegado de Ytú acabamos de dizer.

São Paulo 29 de Janeiro de 1876.

Um amigo do verdadeiro merito.

Fonte: Acervo Estadão; A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 309, 30 jan. 1876

ANEXO G – A resposta do representante do delegado

Anno II

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO COMMANDITARIA

Redactores Americo de Campos e F. Rangel Pestana

Administrador — José Maria Lisboa

Rua do Palacio N. 14

Ytú

Para que o publico ajuize das asseverações do sr. Joaquim Bernardo Borges, sobre os factos que se deram por occasião da *sua lamentada prisão* na noite de 21 do mez passado, e só com o fim de restabelecer a verdade sobre os pontos em que se refere á minha pessôa, publico os documentos abaixo transcriptos que provam o contrario do que diz em seus artigos de 27 e 31 do mesmo mez.

Ytú, 1º de Fevereiro de 1876.

Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.

Illm. sr. José Antonio Apparicio de Almeida Garrett.—Ytú, 31 de Janeiro de 1876.—Queira responder-me ao pé desta e com licença para fazer o uso que quizer.

Se eu disse que o sr. Borges seria preso no fim de 8 dias como diz a *Provincia* de 28 do do passado, peço de dizer-me o que foi que eu disse no bilhar do sr. Guimarães.—De seu amigo.—*Carlos Tavares.*

Illm. sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.—Em abono da verdade sobre o pedido supra, podendo desta declaração fazer o uso que lhe convier, declaro que o que ouvi de v. s. foi que se estivesse com a vara de delegado de policia, se encontrasse com vulto que se dizia existir fóra de horas na rua da Palma, o mandaria prender; e que em relação ao sr. Borges, que lhe informaram ser o que por alli andava, procederia da mesma maneira; quanto á prisão que se faria a 21 do mez, não ouvi v. s. nada dizer.

Ytú, era ut supra.

De v. s. amigo muito obrigado e criado.—*Josè Antonio Apparicio de Almeida Garret.*

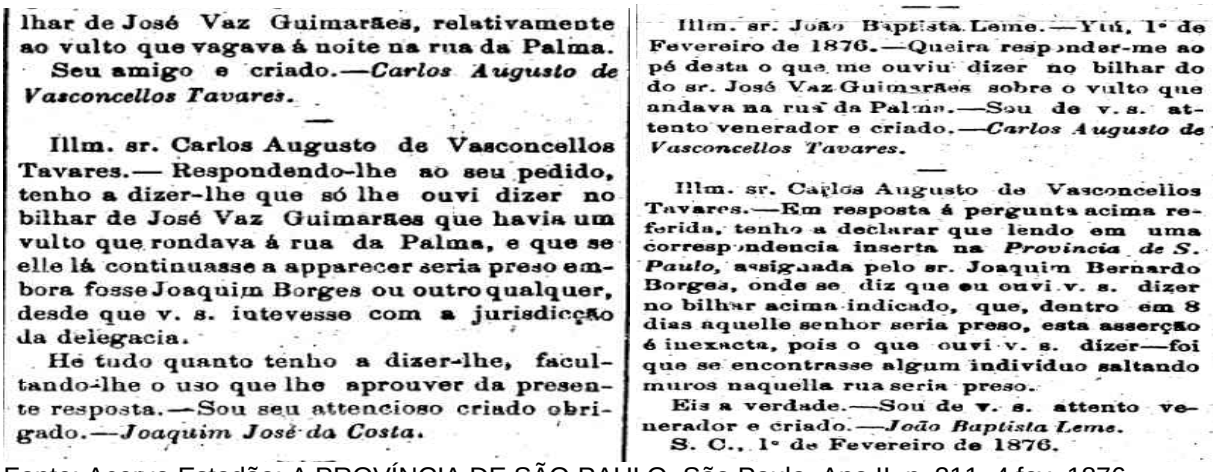
Illm. sr. Joaquim José da Costa.—Itú, 31 de Janeiro de 1876.—Queira responder-me ao pé desta e com licença para fazer o uso que me convier, o que ouviu-me dizer no bi-

---

Illm. sr. José Vaz Guimarães.—Ytú, 1º de Fevereiro de 1876.—Encontrando na *Provincia de S. Paulo* de 28 do passado um artigo do sr. Joaquim Bernardo Borges, em que diz que eu disséra em sua casa de bilhares que elle Borges seria preso no fim de oito dias, queira, pois, responder-me o que foi que eu disse sobre o vulto que andava na rua da Palma, bem como se ouviu só de minha pessoa fallar desse vulto, e quem eram os individuos que estavam em nossa roda quando disso se tratava.—Sou seu criado obrigado.—*Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.*

Illm. sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.—O que eu vi dizer é que existia um vulto na rua da Palma, e o sr. disséra que estando com a vara prenderia se o encontrasse, e que o vulto existia, ouvi fallar por diversas pessoas.—Seu amigo.—*José Vaz Guimarães.*

Illm. sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.—S. c., 31 de Janeiro de 1876.—Respondendo a sua carta de hoje tenho a dizer-lhe que ha dias achando-me no bilhar de José Vaz Guimarães, em companhia de Joaquim José da Costa, João Baptista Leme, José A. A. de Almeida Garret e do mesmo Guimarães, ouvi v. s. dizer que se estivesse com a jurisdicção da delegacia, e se encontrasse qualquer vulto desconhecido á dez horas o mandaria prender, quer fosse Joaquim Borges, ou outro qualquer. E' o que lhe posso responder, auctorisando-o a fazer o uso que lhe convier desta.—Sou de v. s. amigo obrigado e criado.—*Frederico José de Moraes.*



lhar de José Vaz Guimarães, relativamente ao vulto que vagava á noite na rua da Palma.

Seu amigo e criado.—*Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.*

—

Illm. sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.— Respondendo-lhe ao seu pedido, tenho a dizer-lhe que só lhe ouvi dizer no bilhar de José Vaz Guimarães que havia um vulto que rondava á rua da Palma, e que se elle lá continuasse a apparecer seria preso embora fosse Joaquim Borges ou outro qualquer, desde que v. s. intevesse com a jurisdicção da delegacia.

Hé tudo quanto tenho a dizer-lhe, facultando-lhe o uso que lhe aprouver da presente resposta.—Sou seu attencioso criado obrigado.—*Joaquim José da Costa.*

Illm. sr. João Baptista Leme.—Yuí, 1º de Fevereiro de 1876.—Queira responder-me ao pé desta o que me ouviu dizer no bilhar do do sr. José Vaz Guimarães sobre o vulto que andava na rua da Palma.—Sou de v. s. attento venerador e criado.—*Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.*

—

Illm. sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.—Em resposta á pergunta acima referida, tenho a declarar que lendo em uma correspondencia inserta na *Provincia de S. Paulo,* assignada pelo sr. Joaquim Bernardo Borges, onde se diz que eu ouvi v. s. dizer no bilhar acima indicado, que, dentro em 8 dias aquelle senhor seria preso, esta asserção é inexacta, pois o que ouvi v. s. dizer—foi que se encontrasse algum individuo saltando muros naquella rua seria preso.

Eis a verdade.—Sou de v. s. attento venerador e criado.—*João Baptista Leme.*

S. C., 1º de Fevereiro de 1876.

Fonte: Acervo Estadão; A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 311, 4 fev. 1876

ANEXO H – A indignação de Borges

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO COMMANDITARIA

REDACTORES AMERICO DE CAMPOS E F. RANGEL PESTANA

SECÇÃO LIVRE

Ytú

PARA OS SRS. DRS. PRESIDENTE DA PROVINCIA E CHEFE DE POLICIA LEREM

Para que ss. excs. e o publico avaliem do que escreveu o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares em a *Provincia de S. Paulo* de 4 do corrente mez, passo a dizer duas palavras,

Não era meu intuito, fique isto bem sabido, travar polemica ou discussão nem com o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, nem com o sr. João Baptista Leme, a proposito da minha prisão. O meu negocio é todo com o sr. delegado de policia dr. Virgilio Augusto de Araujo, pela violencia que soffri na noite de 21 de Janeiro ultimo, e que incontestavelmente foi um desacato ao meu direito. Mas o sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares quiz vir em meu auxilio para melhor aclarar-se este caso, e eu por isso só tenho parabens a dar á minha fortuna neste momento. O sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares quiz vir somente restabelecer a verdade; e, de facto, é impossivel que ella fique melhor restabelecida do que vai ficar.

Antes de fallar na resposta do sr. João Baptista Leme ao sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, é bom averiguar certos pontos. Se eu quizesse me deffender sem apresentar documentos, bastava pedir a attenção dos leitores para os documentos, isto é, para as cartas que o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares publicou antes das cartas do sr. João Baptista Leme, que por um excesso de apreço ficou para a ultima.

Vejamos.

Tanto tractava-se da minha prisão com antecedencia de dias, que os srs. José A. A. de Almeida Garrett, Joaquim José da Costa, e Frederico José de Moraes, pessôas consultadas em cartas pelo sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, lhe respondem que ouviram s. s. dizer que prenderia o *vulto* que andava pela rua da Palma, *quer fosse Joaquim Borges*, quer fosse *outro qualquer;* devendo notar-se que o segundo daquelles senhores usa de phrase mais expressiva:—*embora fosse Joaquim Borges;* o primeiro diz: *ue que em relação ao sr. Borges que lhe informaram ser o que por alli andava, procederia da mesma maneira.*

Daqui collige-se perfeitamente que já com premeditação tratava-se de minha prisão. Collige-se mais ainda que o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, se estivesse com a vara, visto que é supplente do delegado do policia, estava disposto a prender um vulto que passava pela rua da Palma, quer esse vulto fosse eu, quer fosse outrem.

Antes de tudo seja licito perguntar-se ao sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares com que jus, ou debaixo de que principio juridico, podia o sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares prender um vulto qualquer que passe por uma rua dada, nesta ou naquella cidade, uma vez que esse vulto não está commettendo crime, nem se acha armado, circumstancia unica que poderia tornal-o suspeito, ou quando mesmo não ha contra elle uma denuncia ou queixa em fórma legal, que possa autorisar a attenção da policia a seu respeito??!!! Pois o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares não sabe que só a pronuncia ou a pratica do crime em acção actual autorisa o prisão de qualquer individuo? Eis ahi a sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares concorrendo para corroborar o que eu disse, com relação ao acto do sr. dr. Virgilio Augusto de Araujo, isto é que eu fui preso sem causa legal e como que por um caso pensado para passar pelo vexame por que passei, andando conduzido pela patrulha da rua para a cadêa e da cadêa para a casa do sr. dr. Virgilio Augusto de Araujo.

E isto está provado até á evidencia, pois do que fica exposto se vê que tratava-se da prisão de um *vulto*, ainda que fosse eu tal *vulto*, ao passo que n'uma correspondencia que já contestei, se dizia que eu fui preso por não me dar a conhecer! Veja-se por aqui de que calibre são as defezas do acto do sr. dr. Virgilio Augusto de Araujo.

O que admira é que ainda assim o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares ponha em *gripho* as palavras—*sua lamentada prisão*. Sim senhor, lamentada sim; mas lamentada no sentido de um protesto energico que todo o homem de brios deve oppôr ás injustas aggressões feitas á sua individualidade, quer ellas venham dos simples particulares, quer dos agentes da

autoridade publica. Não comprehendo que outro qualquer nas minhas circumstancias se podesse calar diante de tal procedimento.

Mas é tempo de tocarmos na carta do sr. João Baptista Leme.

O sr. Leme escreve o seguinte ao sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares:

« Illm. sr. Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares.— Em resposta á pergunta acima referida, tenho a declarar que lendo em uma correspondencia inserta na *Provincia de São Paulo*, assignada pelo sr. Joaquim Bernardo Borges, onde se diz que eu ouvi v. s. dizer no bilhar acima indicado, que, dentro em 8 dias aquelle senhor seria preso, esta asserção é inexacta, pois o que ouvi v. s. dizer — foi que se encontrasse algum individuo saltando muros n'aquella rua seria preso.

Eis a verdade.— Sou de v. s. attento venerador e criado.— *João Baptista Leme.*

S. C., 1º de Fevereiro de 1876. »

E' admiravel! E' pasmoso isto!

Começa o sr. Leme por dizer que na minha correspondencia se referia ter elle ouvido NO BILHAR a asserção a que alludi, do sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares. Entretanto nas minhas correspondencias nem por sombra se toca na palavra BILHAR!! Não é isto, porém, o galante. O que ha de interessante neste incidente do sr. Leme, é que este senhor quando escreveu a carta acima transcripta ao sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, não se lembrou que existiam em Ytú os distinctos cavalheiros srs. Antonio Augusto Corrêa, José Pompêo de Campos Pisa e Miguel Luiz da Silva, e que estes senhores me poderiam escrever as cartas que em seguida dou por documentos sob ns. 1º, 2º e 3º. Não preciso fazer commentarios entre a carta do sr. Leme, que de proposito acima transcrevi, e as tres cartas destes conceituados cavalheiros respeitaveis por todos os titulos e muitissimo conhecidos por suas qualidades e posições sociaes. O publico que avalie esta questão, e bem assim os srs. presidente da provincia e chefe de policia.

Agora que o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares disse que eu ia ser preso dentro de 8 dias, além de verificar-se pelo que ouviu o sr. Leme, conforme attestam os tres cavalheiros supra-referidos, fica fóra de toda a duvida diante do documento sob n. 4 que em seguida faço estampar e que é uma carta do sr. J. A. S. Pinheiro na qual este senhor me declara ter ouvido do sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares ter eu de ser preso dentro de 8 dias.

Depois do tudo isto, ainda se poderá duvidar que a minha prisão foi verdadeiramente acintosa e premeditada como um facto que devia ser levado a effeito com o puro fim de ser eu magoado de proposito?

Eu disse no principio deste artigo que dava parabens á minha fortuna por ter o sr. alferes Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares vindo em meu auxilio para melhor esclarecimento da verdade; o certamente não podia eu ser mais feliz do que foi encontrando s. s. no meu caminho, pois s. s. veio dar-me ensejo para apresentar as irrecusaveis provas que apresento do acinte com que foram desacatados os meus direitos.

E agora, visto que as cousas estão assim patentes, visto que o acto do sr. dr. Virgilio Augusto de Araujuo fica manifestamente posto em termos de ser bem avaliado, seja-me ainda licito chamar de novo a attenção dos srs. drs. presidente da provincia e chefe de policia para este negocio. Não posso crêr que ss. excs. vendo todo o meu bom direitoe como foi elle offendido com a prisão que soffri, possam deixar sem um reparo, sem um desaggravo, sem uma satisfação-a minha justiça.

Acredito, continúo a acreditar, que ha de ser attendido, pois vivemos n'um paiz civilisado e onde as garantias sociaes estão acoberto de leis sabias e equitativas.

S. Paulo, 6 de Fevereiro de 1876.

Joaquim Bernardo Borges.

Illm. sr. J. Bernardo Borges—Dando resposta a seu pedido acima, cumpre-me de-

posta a seu pedido acima, cumpre-me declarar o seguinte: estando em uma reunião de pessoas, onde se achava o sr. Carlos Tavarés, e contestando o mesmo sr. ter dito que o sr. Joaquim Borges seria preso n'aquelles oito dias, em seguida, ouvi o sr. João Leme dizer que era exacto, tanto que elle era testemunha por ter ouvido a referida frase.

E' o que sei.—Seu amigo obrigado.—*Antonio Augusto Corrêa.*

Illm. sr. J. Bernardo Borges.—Satisfazendo o seu pedido tenho a dizer-lhe que, estando em uma reunião, onde se achava os srs. alferes Carlos Tavares, e João Baptista Leme, e fallando-se na sua prisão, disseram ao sr. Tavares que elle tinha dito 6 ou oito dias antes, que o senhor havia de ser preso, o que negou; disse-lhe então o sr. João Baptista Leme que não podia negar, que tinha ouvido no bilhar diser isto ao sr. Tavares. E' o que tenho a dizer-lhe, que jurarei se preciso fôr, e póde fazer o uso que quizer.

Sou com estima de v. s. amigo obrigado —*José Pompeo de Campos Piza.*

Illm. sr. J. Bernardo Borges.—Em resposta ao que me me diz cumpre-me declarar o seguinte: estando em uma reunião de alguns amigos, estava o sr. Carlos Tavares, contestando ter dito que o sr. Joaquim Borges, seria preso no prazo de oito dias, no correr da conversação ouvi o sr. João Leme, declarar que era exacto, tanto que era testemunha, por ter ouvido o mesmo sr. Tavares, fallar.

E' o que ouvi e jurarei se preciso fôr.

Itú, 4 de Fevereiro de 1876.—*Miguel Luiz da Silva.*

Illm. sr. J. Bernardo Borges.—Itú, 4 de Fevereiro de 1876.

Respondo a esta sua carta e satisfaço o seu pedido, relativamente ao sr. alferes Carlos Tavares, porque a consciencia me abriga a dizer a verdade. E' exacto que ouvi o mesmo sr. Carlos Tavares dizer que v. m. havia de ser preso por estes dias; isto dias antes de v. m. ser preso. Póde v. s. fazer d'esta o uso que lhe convié.

Sem mais sou de v. m. venerador e creado—*José A. S. Pinheiro.*

Fonte: Acervo Estadão; A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano II, n. 315, 8 fev. 1876

ANEXO I – A prisão de Borges – história recontada – 1943

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS
Registrado no D. I. P.

A CIDADE

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO

Diretor-Proprietário: SÍLVIO CURI — ÓRGÃO SEMANÁRIO INDEPENDENTE — COLABORADORES DIVERSOS

ANO XXII | Oficinas: R. 7 de Setembro, 14 - Fone 157 | Itú (E. S. Paulo) domingo, 22 de Agosto de 1943 | Administração e Redação: R. 7 de Setembro, 19 - Fone, 157 | NUM. 1.138

Uma Cronica Antiga

F. NARDY FILHO

O sr. Joaquim Bernardo Borges publica uma carta aberta, dirigida ao Presidente da Provincia e ao Chefe de Policia, narrando o fato, e reclamando da violencia de que foi vitima, acusa o Delegado de arbitrario e se declara vitima de violenta perseguição, visto como a sua prisão já estava deliberada, tanto que o sub-delegado alferes Carlos Augusto de Vasconcelos Tavares, declarava, no bilhar de José Vaz Guimarães, que, antes de oito dias, ele, Joaquim Bernardo Borges, seria preso, e que essa questão de vulto misterioso fôra pura invenção da policia, e publica duas cartas que lhe dirigiram o dr. Inacio Mesquita e Antonio Pires Guimarães, ambos moradores nesse citado trecho da rua da Palma e nas quais declaram «que costumam a se recolherem às suas casas às 9 horas da noite e jamais viram esse tal vulto misterioso».

Vem, depois, **Um Ituano**, defendendo o Delegado; declara que tudo o que aconteceu ao sr. Bernardo Borges, foi por culpa dele proprio. «Onde se viu, diz, em uma noite de tão grande calor, uma pessoa sair assim, envolta em pesado e amplo sobretudo, com o rosto tapado por uma grossa manta e chapeo desabado?! E porque se negou ele a se dar a conhecer? Que tudo isso fazia supôr se tratar de algum malfeitor, e que, assim sendo, a autoridade nada mais fez que cumprir o seu dever»; e que as declarações do dr. Mesquita e do sr. Pires Guimarães nada valem, visto como eles se recolhem às suas casas às 9 haras e o vulto só aparece depois das 10, e assim não podiam mesmo haver visto-o.»

O alferes Tavares vem declarando que jamais disséra em parte alguma que o sr. Joaquim Bernardo Borges ia ser preso.

Volta de novo o sr. Ber-

(Cont. na 3.a pág.)

(Conclusão da 1.a pág.)

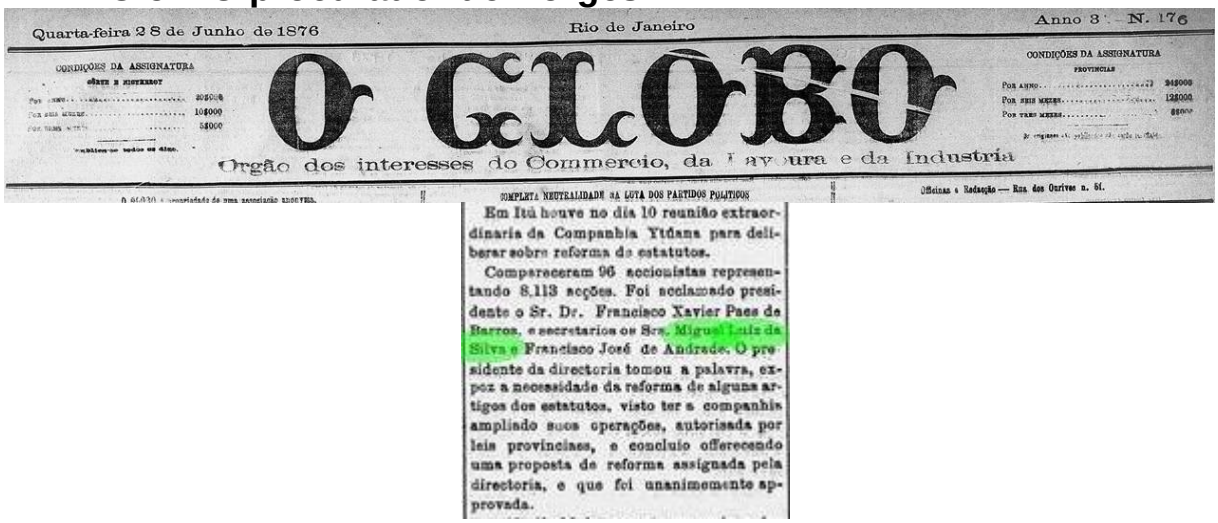
nardo Borges; declara que a policia não tem autoridade para proibir que, em dias e noites de verão, ande alguem de sobretudo, embora faça calor, nem tão pouco o direito de lhe vedar o andar pelas ruas que quizer, e assim, queira ou não queira o Delegado, ele, Joaquim Bernardo Borges, continuará a passar pela rua da Palma, quantas vezes quizer, durante o dia e à noite, com ou sem sobretudo. E, rebatendo a afirmativa do alferes Tavares, publica cartas dos srs. José Aparicio de Almeida Garret, José Antonio da Silva Pinheiro, Miguel Luiz da Silva, Antonio Augusto Correa, Joaquim José da Costa, João Batista Leme, Frederico José de Moraes e José Pompeo de Campos Piza, os quais, em suas cartas, declaram terem ouvido, no bilhar de José Vaz Guimarães, o alferes Tavares dizer que, «si ele estivesse com a vara esse vulto seria preso, mesmo que fosse Joaquim Bernardo Borges.

Graças a intervenção de amigos de ambas as partes, foi pôsto fim a essa discussão; e daí a um mês, isto é, em Março, deixa o dr. Virgilio o cargo de Delegado e transfere sua residencia para Jundiaí.

(Conclusão do n. precedente)

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano XXII, n. 1138, 22 ago. 1943

ANEXO J – O procurador de Borges



Quarta-feira 2 8 de Junho de 1876 — Rio de Janeiro — Anno 3 — N. 176

O GLOBO

Orgão dos interesses do Commercio, da [illegible]ura e da Industria

COMPLETA NEUTRALIDADE NA LUTA DOS PARTIDOS POLITICOS

Em Itú houve no dia 10 reunião extraordinaria da Companhia Ytuana para deliberar sobre reforma de estatutos.

Compareceram 96 accionistas representando 8.113 acções. Foi acclamado presidente o Sr. Dr. Francisco Xavier Paes de Barros, e secretarios os Srs. Miguel Luiz da Silva e Francisco José de Andrade. O presidente da directoria tomou a palavra, expoz a necessidade da reforma de alguns artigos dos estatutos, visto ter a companhia amplindo suas operações, autorisada por leis provinciaes, e concluio offerecendo uma proposta de reforma assignada pela directoria, e que foi unanimemente approvada.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; O GLOBO, Rio de Janeiro, Ano III, n. 176, 28 jun. 1876

GAZETA DE NOTICIAS

ANNO III--N. 6
Sabbado, 6 de Janeiro de 1877
ESCRIPTORIO : RUA DO OUVIDOR, 70
Rio de Janeiro

ASSIGNATURAS
CORTE E NICTHEROY — Trimestre 3$000 — Anno 12$000
PROVINCIAS — Semestre 6$000 — Anno 10$000
Numero avulso 40 rs.

ANNO III--N. 6
Sabbado, 6 de Janeiro de 1877
TYPOGRAPHIA : SETE DE SETEMBRO, 72
Rio de Janeiro

Commissão de soccorros ás victimas das inundações em Portugal

(Continuação)

COMMISSÕES AUXILIARES

Santos

Manuel Alves Ferreira da Silva.
Antonio Nicolau de Sá.
José de Azurem Costa.
João Antonio Teixeira.
Augusto da Silva Prates.
Rodolpho Wursten.
Antonio Ferreira da Silva Sobrinho.

S. Paulo

Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto.
Dr. Pedro Vicente de Azevedo.
Tenente-coronel Bento José Alves Pereira.
Major Sebastião José Rodrigues de Azevedo.
Antonio Teixeira de Carvalho.
Miguel da Silva Ferreira.

Campinas

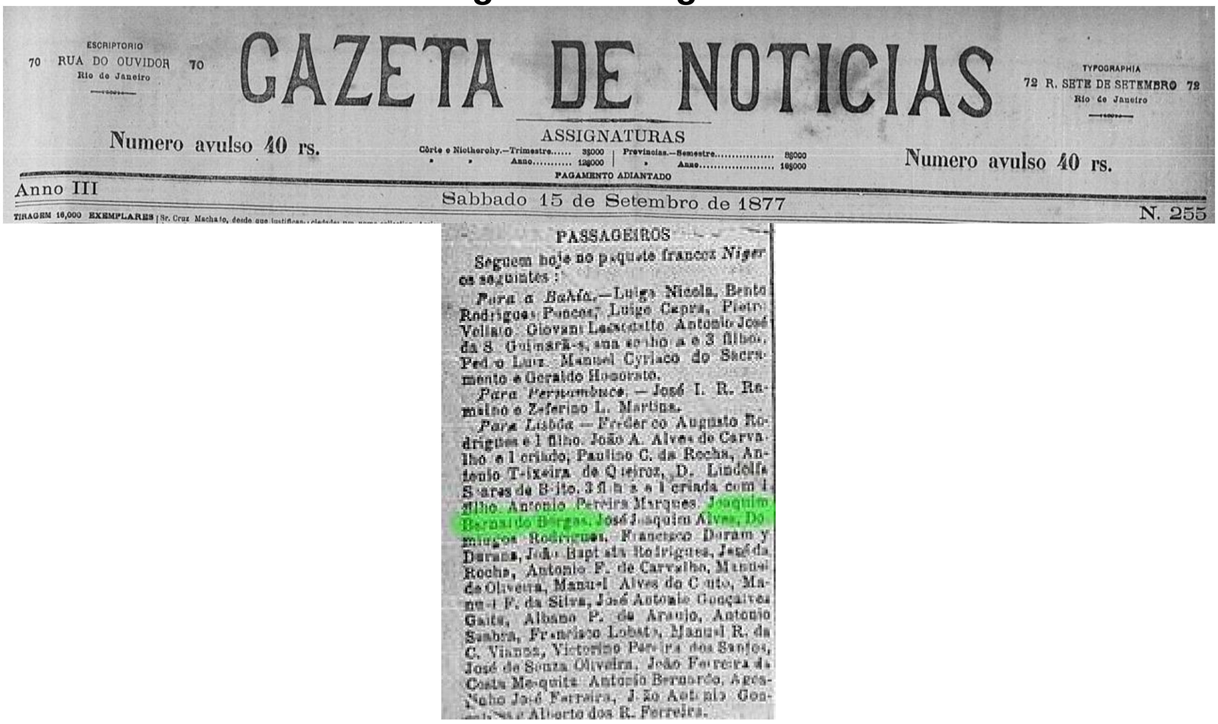
Coronel Joaquim Quirino dos Santos.
Barão de Indaiatuba.
Joaquim Teixeira de Queiroz.
Francisco Gonçalves Ferreira Novo.
José Francisco Ferreira Jorge.

Itú

Antonio Carlos de Camargo Teixeira.
João Tibiriçá Piratininga.
Miguel Luiz da Silva.
José de Souza Lobo Guimarães.
José Guibello.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano III, n. 6, 6 jan. 1877

ANEXO K – Retorno de Borges a Portugal – 15 set. 1877



ESCRIPTORIO 70 RUA DO OUVIDOR 70 Rio de Janeiro

GAZETA DE NOTICIAS

TYPOGRAPHIA 72 R. SETE DE SETEMBRO 72 Rio de Janeiro

Numero avulso 40 rs.

ASSIGNATURAS

Côrte e Nictheroy.—Trimestre...... 3$000 | Provincias.—Semestre.................. 8$000

» » Anno........... 12$000 | » Anno...................... 16$000

PAGAMENTO ADIANTADO

Numero avulso 40 rs.

Anno III — Sabbado 15 de Setembro de 1877 — N. 255

TIRAGEM 10,000 EXEMPLARES

PASSAGEIROS

Seguem hoje no paquete francez *Niger* os seguintes:

Para a Bahia.—Luiga Nicola, Bento Rodrigues Pences, Luige Capra, Pietro Vellato, Giovani Lancatelto, Antonio José da S. Guimarães, sua senhora e 3 filhos, Pedro Luiz, Manuel Cyriaco do Sacramento e Geraldo Honorato.

Para Pernambuco. — José I. R. Remaino e Zeferino L. Martins.

Para Lisbôa — Frederico Augusto Rodrigues e 1 filho, João A. Alves de Carvalho e 1 criado, Paulino C. da Rocha, Antonio Teixeira de Queiroz, D. Lindolfa Soares de Brito, 3 filhas e 1 criada com 1 filho, Antonio Pereira Marques, Joaquim Bernardo Borges, José Joaquim Alves, Domingos Rodrigues, Francisco Duram y Durana, João Baptista Rodrigues, José da Rocha, Antonio F. de Carvalho, Manuel de Oliveira, Manuel Alves do Couto, Manuel F. da Silva, José Antonio Gonçalves Gaita, Albano P. de Araujo, Antonio Seabra, Francisco Lobato, Manuel R. da C. Vianna, Victorino Pereira dos Santos, José de Souza Oliveira, João Ferreira da Costa Mesquita, Antonio Bernardo, Agostinho José Ferreira, João Antonio Gonçalves e Alberto dos R. Ferreira.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano III, n. 255, 15 set. 1877

ANEXO L – Imprensa Nacional de Lisboa, 19 abr. 1921

Têrça-feira 19 de Abril de 1921 — I Série — Número 80

DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — $15

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Govêrno*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS

As 3 séries	Ano 55$	Semestre	28$00
A 1.ª série	» 30$	»	18$00
A 2.ª série	» 20$	»	14$00
A 3.ª série	» 15$	»	10$00

Avulso: Número de duas páginas $15; de mais de duas páginas $03 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado), é de $60 a linha, acrescido de $01(5) do sêlo por cada um. Exceptuam-se os casos previstos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º da lei n.º 1:043, publicada no *Diário do Govêrno* n.º 169, 1.ª série, 31-VIII-1920.

SUMÁRIO

Ministério do Trabalho:

Portaria n.º 2:706, autorizando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, do Pôrto, a aceitar uns legados.

Portaria n.º 2:707, autorizando o Montepio Comercial e Industrial (associação de socorros mútuos), com sede em Lisboa, a adquirir o prédio onde tem instalada a sua sede social.

Portaria n.º 2:708, autorizando o Montepio do Clero Secular Português (associação de socorros mútuos), com sede em Lisboa, a aceitar um legado.

Ministério da Agricultura:

Rectificações ao mapa da distribuïção das verbas para o custeio das exposições e concursos pecuários, anexo ao decreto n.º 7:443, de 13 de Abril de 1921.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos da Assistência Pública e Beneficência Privada

Portaria n.º 2:706

Atendendo ao que representou a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, do Pôrto, pedindo autorização para aceitar os legados de 1.000$ e 2.000$, deixados em testamento, respectivamente, por D. Delfina Augusta Vieira Machado e Joaquim Bernardo Borges, aquele com o encargo de conservação do jazigo da testadora e de três missas anuais, e êste com o encargo também da conservação e limpeza do seu jazigo;

Vistas as informações oficiais e o voto favorável da sua assemblea geral:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministério do Trabalho, conceder a autorização solicitada, nos termos acima designados.

Paços do Govêrno da República, 19 de Abril de 1921. — O Ministro do Trabalho, *José Domingues dos Santos*.

7.ª Direcção de Serviços

(Mutualidade livre e associações profissionais)

Portaria n.º 2:707

Tendo o Montepio Comercial e Industrial (associação de socorros mutuos), com séde em Lisboa, requerido autorização para adquirir por compra o prédio onde tem instalada a sua séde social;

Determinando o n.º 2.º do artigo 13.º do decreto de 2 de Outubro de 1896 que as associações de socorros mútuos podem, com prévia autorização do Govêrno, possuir os prédios urbanos necessários para os seus escritórios, administração e dependências:

Manda o Govêrno da República, pelo Ministério do Trabalho, que o Montepio Comercial e Industrial (associação de socorros mútuos) seja autorizado a adquirir o prédio onde tem instalada a sua séde social.

Paços do Govêrno da República, 19 de Abril de 1921. — O Ministro do Trabalho, *José Domingues dos Santos*.

Portaria n.º 2:708

Tendo o Montepio do Clero Secular Português (associação de socorros mútuos), com sede em Lisboa, requerido autorização para aceitar sete inscrições de assentamento da Junta do Crédito Público, do valor nominal de 100$ cada uma, que lhe deseja doar o cidadão Daniel Gelário Dalgado;

Tendo em vista o disposto no n.º 4.º do artigo 13.º do decreto de 2 de Outubro de 1896:

Manda o Govêrno da República, pelo Ministério do Trabalho, que o Montepio do Clero Secular Português (associação de socorros mútuos) seja autorizado a receber sete inscrições de assentamento da Junta do Crédito Público, que lhe deseja doar o cidadão Daniel Gelário Dalgado.

Paços do Govêrno da República, 19 de Abril de 1921. — O Ministro do Trabalho, *José Domingues dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Pecuários

Rectificação

Por ter sido publicado no *Diário do Govêrno* n.º 76, 1.ª série, de 13 de Abril do corrente ano, com inexactidão o mapa anexo ao decreto n.º 7:443, datado de 31 de Março último, faz-se a seguinte rectificação:

Na p. 586, 1.ª col., onde se lê a epígrafe: «Subsídios da instalação», deve ler-se: «Prémios a expositores»; onde se lê a epígrafe: «Prémios a expositores», deve ler-se: «Subsídios de instalação».

Direcção Geral dos Serviços Pecuários, 14 de Abril de 1921. — O Director Geral, *A. Roque da Silveira*.

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

Fonte: www.legislacao.org/.../ficha-tecnica-de-diario-da-**republica**-80-21-serie-i-d... Acesso em: 23 jan. 2014

ANEXO M – Borges contra a Prefeitura de São Paulo

Correio Paulistano

FUNDADO EM 1854 — NUMERO 14.590

ASSIGNATURAS — Anno 28$000 — Semestre 15$000 — Orgam do Partido Republicano — SÃO PAULO — Domingo, 27 de Março de 1904

Camara Municipal

Presidencia do sr. Getulio Monteiro; secretario, o sr. Gomes Cardim.

SESSÃO ORDINARIA EM 26 DE MARÇO

Entram em discussão os pareceres ns. 27 e 40, das Commissões de Justiça e Finanças, aquelle favoravel e este contrario, sobre um requerimento de Joaquim Bernardo Borges, em que solicita indemnização por uma facha de terreno que perdeu por occasião da reconstrucção de seu predio, á rua Quinze de Novembro n. 43.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 14.590, 27 mar.1904

O COMMERCIO DE SÃO PAULO

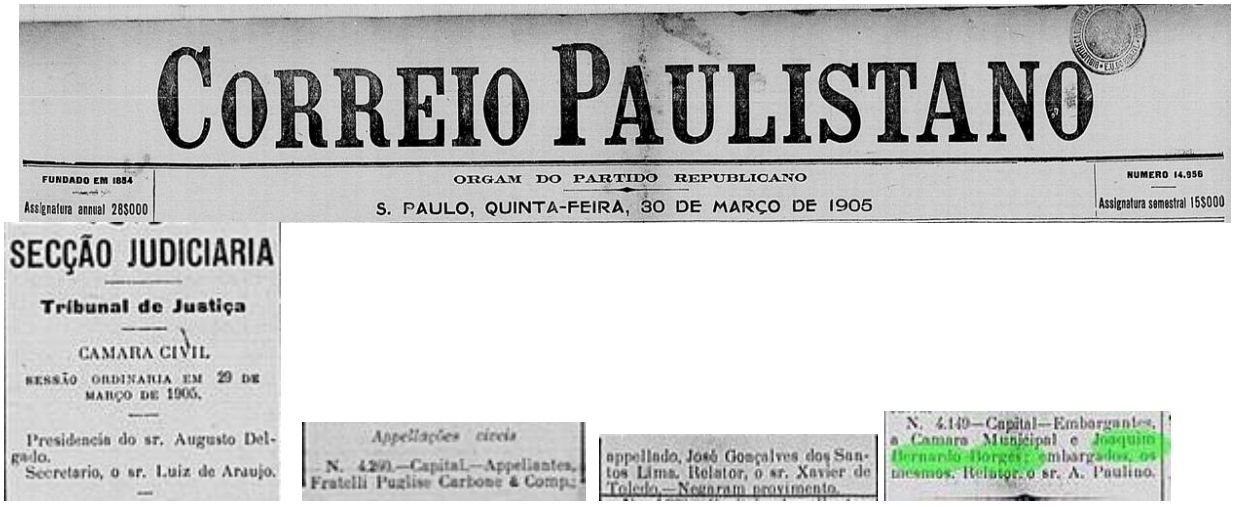
ANNO XIII — SÃO PAULO—Quarta-feira, 18 de janeiro de 1905 — NUMERO 3909

MOVIMENTO JUDICIARIO

Tribunal de Justiça

N. 4.119. Capital—A Camara Municipal e Joaquim Bernardo Borges. Ao dr. Antonio Paulino.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano XIII, n. 3909, 18 jan.1905



CORREIO PAULISTANO

FUNDADO EM 1854 — Assignatura annual 28$000 — ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO — S. PAULO, QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1905 — NUMERO 14.956 — Assignatura semestral 15$000

SECÇÃO JUDICIARIA

Tribunal de Justiça

CAMARA CIVIL

SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE MARÇO DE 1905.

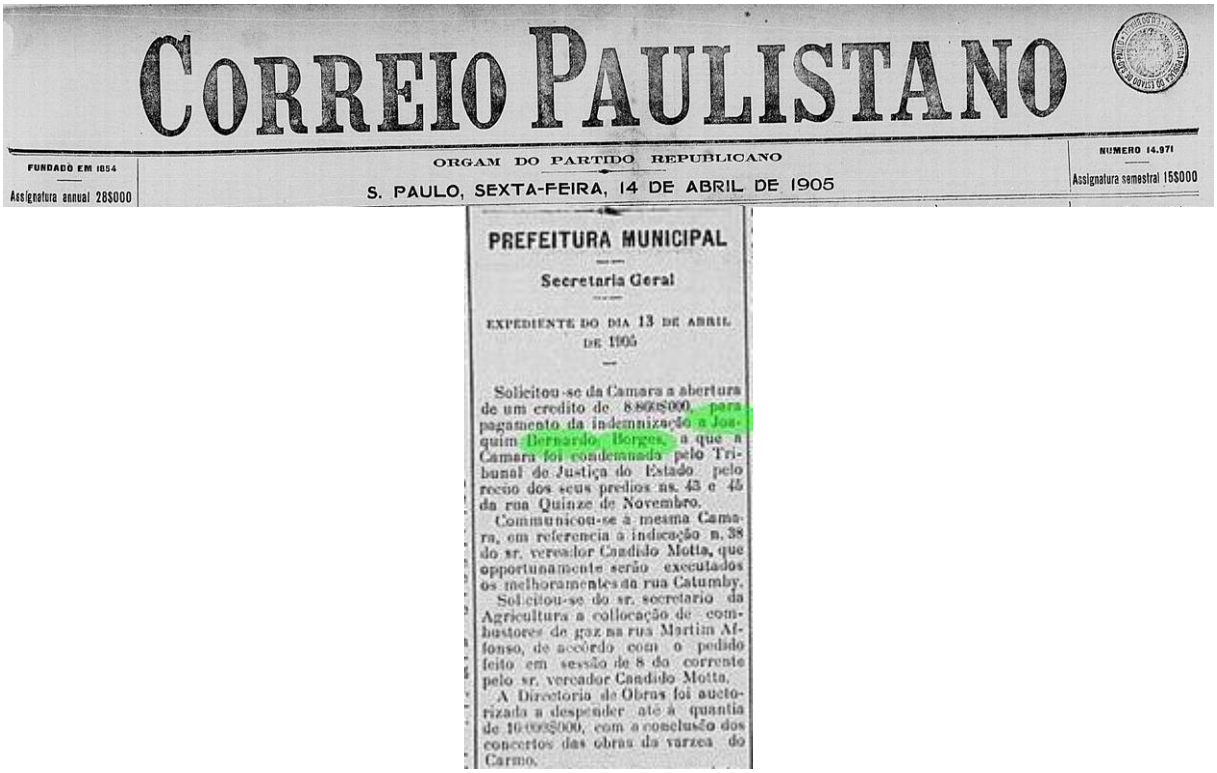
Presidencia do sr. Augusto Delgado.
Secretario, o sr. Luiz de Araujo.

Appellações civeis

N. 420.—Capital—Appellantes, Fratelli Puzlise Carbone & Comp.; appellado, José Gonçalves dos Santos Lima. Relator, o sr. Xavier de Toledo.—Negaram provimento.

N. 4.149—Capital—Embargantes, a Camara Municipal e Joaquim Bernardo Borges; embargados, os mesmos. Relator, o sr. A. Paulino.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 14.956, 30 mar.1905



CORREIO PAULISTANO

FUNDADO EM 1854 — Assignatura annual 28$000

ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO

S. PAULO, SEXTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1905

NUMERO 14.971 — Assignatura semestral 15$000

PREFEITURA MUNICIPAL

Secretaria Geral

EXPEDIENTE DO DIA 13 DE ABRIL DE 1905

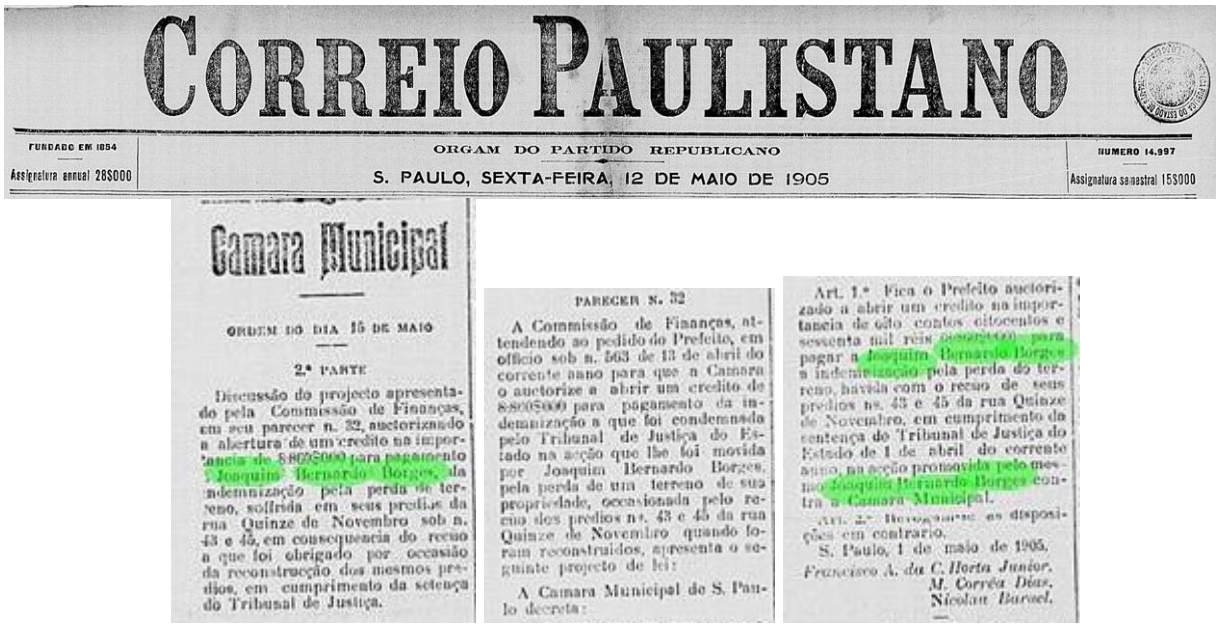
Solicitou-se da Camara a abertura de um credito de 8:860$000, para pagamento da indemnização a Joaquim Bernardo Borges, a que a Camara foi condemnada pelo Tribunal de Justiça do Estado pelo recuo dos seus predios ns. 43 e 45 da rua Quinze de Novembro.

Communicou-se á mesma Camara, em referencia á indicação n. 38 do sr. vereador Candido Motta, que opportunamente serão executados os melhoramentes da rua Catumby.

Solicitou-se do sr. secretario da Agricultura a collocação de combustores de gaz na rua Martim Affonso, de accôrdo com o pedido feito em sessão de 8 do corrente pelo sr. vereador Candido Motta.

A Directoria de Obras foi auctorizada a despender até a quantia de 10:000$000, com a conclusão dos concertos das obras da varzea do Carmo.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 14.971, 14 abr.1905



CORREIO PAULISTANO

FUNDADO EM 1854 — Assignatura annual 28$000

ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO

S. PAULO, SEXTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1905

NUMERO 14.997 — Assignatura semestral 15$000

Camara Municipal

ORDEM DO DIA 15 DE MAIO

2ª PARTE

Discussão do projecto apresentado pela Commissão de Finanças, em seu parecer n. 32, auctorizando a abertura de um credito na importancia de 8:860$000 para pagamento da indemnização a que foi condemnada Joaquim Bernardo Borges, da indemnização pela perda de terreno, soffrida em seus predios da rua Quinze de Novembro sob ns. 43 e 45, em consequencia do recuo a que foi obrigado por occasião da reconstrucção dos mesmos predios, em cumprimento da sentença do Tribunal de Justiça.

PARECER N. 32

A Commissão de Finanças, attendendo ao pedido do Prefeito, em officio sob n. 563 de 13 de abril do corrente anno para que a Camara o auctorize a abrir um credito de 8:860$000 para pagamento da indemnização a que foi condemnada pelo Tribunal de Justiça do Estado na acção que lhe foi movida por Joaquim Bernardo Borges, pela perda de um terreno de sua propriedade, occasionada pelo recuo dos predios ns. 43 e 45 da rua Quinze de Novembro quando foram reconstruidos, apresenta o seguinte projecto de lei:

A Camara Municipal de S. Paulo decreta:

Art. 1.º Fica o Prefeito auctorizado a abrir um credito na importancia de oito contos oitocentos e sessenta mil réis (8:860$000) para pagar a Joaquim Bernardo Borges a indemnização pela perda de terreno, havida com o recuo de seus predios ns. 43 e 45 da rua Quinze de Novembro, em cumprimento da sentença do Tribunal de Justiça do Estado de 1 de abril do corrente anno, na acção promovida pelo mesmo Joaquim Bernardo Borges contra a Camara Municipal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

S. Paulo, 1 de maio de 1905.

Francisco A. da C. Horta Junior.
M. Corrêa Dias.
Nicolau Barael.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 14.997, 12 mai.1905

CORREIO PAULISTANO

FUNDADO EM 1854 — ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO — NUMERO 15.008

Assignatura annual 28$000 — S. PAULO, TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1905 — Assignatura semestral 15$000

CAMARA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei n. 820, de 22 de maio de 1905

Auctoriza o Prefeito a abrir um credito de 8:860$000 para pagamento da indemnização devida a Joaquim Bernardo Borges.

O dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Municipio de S. Paulo, faz saber que a Camara, em sessão de 15 do corrente mez, decretou a lei seguinte:

Art. 1.º—Fica o Prefeito auctorizado a abrir um credito na importancia de oito contos oitocentos e sessenta mil réis (8:860$000), para pagar a Joaquim Bernardo Borges a indemnização pela perda de terreno havida com o recúo dos predios ns. 43 e 45 da rua Quinze de Novembro, em cumprimento da sentença do Tribunal de Justiça, de 1.º do mez findo, na acção promovida pelo mesmo Joaquim Bernardo Borges contra a Camara Municipal, podendo fazer as operações de credito que forem necessarias.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario.

O Director da Secretaria Geral da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura do Municipio de S. Paulo, 22 de maio de 1905.

O Prefeito,
Antonio Prado.

O Director,
Alcaro Ramos.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 15.008, 23 mai.1905

CORREIO PAULISTANO

FUNDADO EM 1854 — ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO — NUMERO 15.017

Assignatura annual 28$000 — S. PAULO, QUINTA-FEIRA, 1 DE JUNHO DE 1905 — Assignatura semestral 15$000

PREFEITURA MUNICIPAL

Secretaria Geral

EXPEDIENTE DO DIA 31 DE MAIO DE 1905

A Directoria de Obras foi auctorizada a despender até á quantia de 5:986$034 com a construcção de passeios, mureta de arrimo e gradil de ferro no largo dos Guayanazes, ao longo da travessa do mesmo nome; 1:974$000 com a substituição do calçamento da rua dos Tymbiras e 221$100 com a canalização de agua para o abrigo em construcção no cemiterio do Araçá.

Mandou-se entregar 8:860$000 ao dr. Procurador Judicial da Camara, para pagamento ao sr. Joaquim Bernardo Borges da indemnização que lhe é devida pelo recúo de seu predio á rua Quinze de Novembro, 43 e 45.

Ordenou-se o pagamento de.... 173$500, a João Braz Ribeiro, pela construcção de um reservatorio de agua junto á egreja da freguezia do O' e concerto de um muro, no corrente mez.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 15.017, 1 jun.1905

O COMMERCIO DE SÃO PAULO

Propriedade de FRANCISCO COUTINHO

ANNO XIII | SÃO PAULO—Quinta-feira, 1 de junho de 1905 | NUMERO 4352

Prefeitura

À Directoria de Obras foi auctorisada a despender até a quantia de [illegible] com a construcção de passeios, mureta de arrimo e gradil de ferro no largo dos Guayanazes, ao longo da travessa do mesmo nome; 1:87[illegible] com a substituição do calçamento da rua dos Tymbiras, e 2[illegible]100 com a canalisação de agua para o abrigo em construcção no cemiterio do Araçá.

—Mandou-se entregar [illegible] ao dr. procurador judicial da Camara, para pagamento ao sr. Joaquim Bernardo Borges da indemnisação que lhe é devida pelo recuo de seus predios á rua Quinze de Novembro, 43 e 45.

—Ordenou-se o pagamento de...... 173$500 a João Braz Ribeiro, pela construcção de um reservatorio de agua junto á egreja da freguezia do O' e concerto de um muro, no corrente mez.

—Acham-se approvadas na Directoria de Obras, á rua do Commercio, n. 10, as plantas apresentadas pelos srs. Luiz Pinto de Moraes, Antonio J. Machado, Carmello Marzeo, Carlos Browne e Florindo Gracello e pela sra. d. Victorina Pedroso.

—Devem comparecer á mesma repartição, para esclarecimentos, os srs. Miguel Romano, Germano Müller, Ed. Mendes Gonçalves, Joaquim Moraes, Antonio Carvalho da Silva, Francisco Correia Pereira de Moraes, Felice Bucci e José Talarico.

—Requerimentos despachados:

De Angelo Ambrosio, sobre imposto —Sim, em termos;

de José Augusto Dias, pedindo relevamento de multa—Deferido;

de Desiré Costes, pedindo para ser feita a sua contagem de tempo como empregado municipal—Sim.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, Ano XIII, n. 4352, 1 jun.1905

Orgam do Partido Republicano

Agente no Rio: VIRIATO MEDEIROS RUA DO OUVIDOR, N. 32 (1.º ANDAR) João Barbosa-Redacção d'O PAIZ

CORREIO PAULISTANO

PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONYMA

FUNDADO EM 1854 — N. 19.307 — NUMERO DO DIA 100 REIS — NUMERO ATRASADO 200 REIS

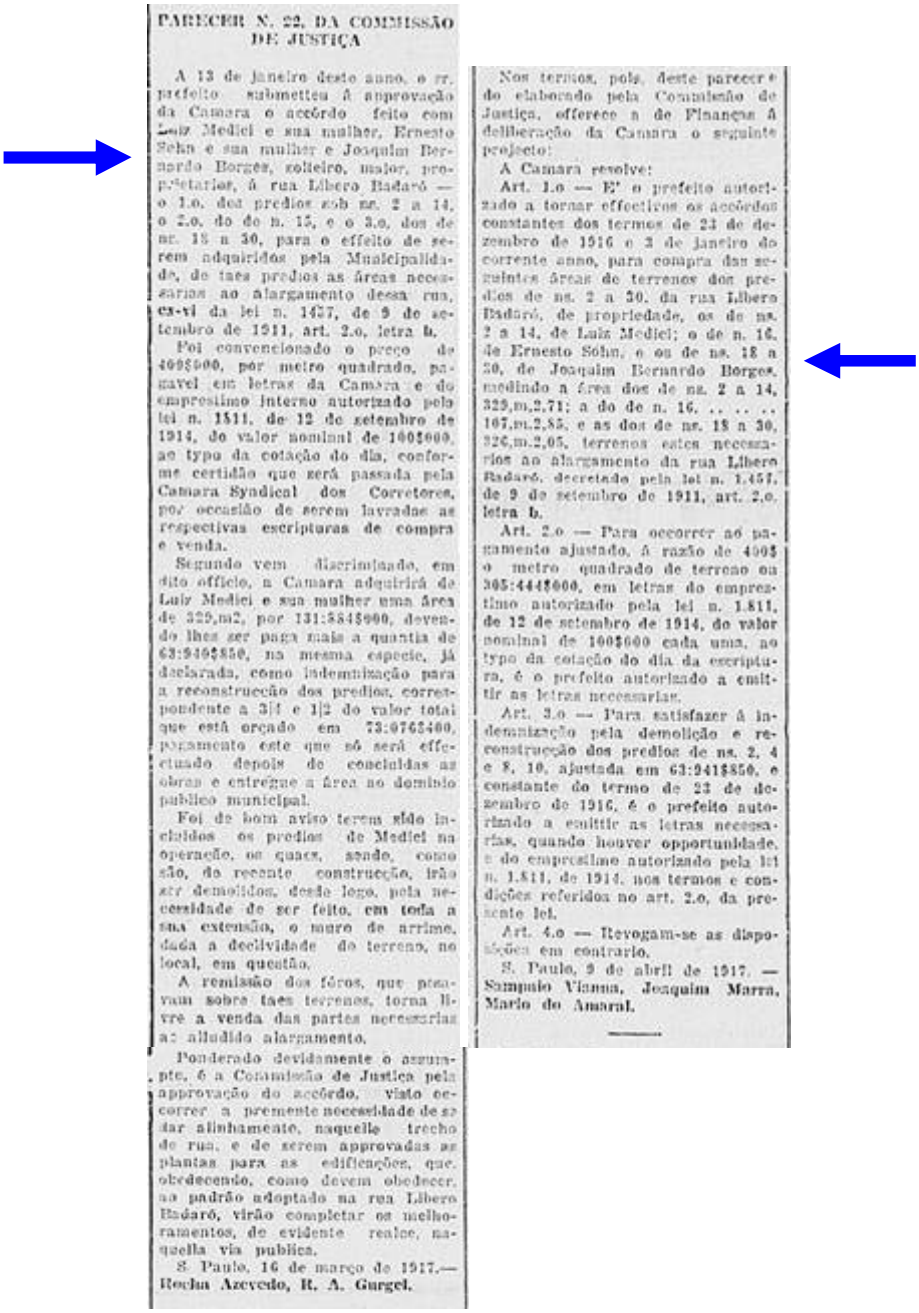
S. Paulo — Quarta-feira, 11 de abril de 1917

Camara Municipal

1.º ANNO DA 9.ª LEGISLATURA

Ordem do dia 14 de abril de 1917

(15.ª sessão ordinaria de 1917)



PARECER N. 22, DA COMMISSÃO DE JUSTIÇA

A 13 de janeiro deste anno, o sr. prefeito submetteu á approvação da Camara o accôrdo feito com Luiz Medici e sua mulher, Ernesto Sohn e sua mulher e Joaquim Bernardo Borges, solteiro, maior, proprietarios, á rua Libero Badaró — o 1.o, dos predios sob ns. 2 a 14, o 2.o, do de n. 15, e o 3.o, dos de ns. 18 a 30, para o effeito de serem adquiridos pela Municipalidade, de taes predios as áreas necessarias ao alargamento dessa rua, ex-vi da lei n. 1457, de 9 de setembro de 1911, art. 2.o, letra b.

Foi convencionado o preço de 400$000, por metro quadrado, pagavel em letras da Camara e do emprestimo interno autorizado pela lei n. 1511, de 12 de setembro de 1914, do valor nominal de 100$000, ao typo da cotação do dia, conforme certidão que será passada pela Camara Syndical dos Corretores, por occasião de serem lavradas as respectivas escripturas de compra e venda.

Segundo vem discriminado, em dito officio, a Camara adquirirá de Luiz Medici e sua mulher uma área de 329,m2, por 131:584$000, devendo lhes ser paga mais a quantia de 63:946$850, na mesma especie, já declarada, como indemnização para a reconstrucção dos predios, correspondente a 3|4 e 1|2 do valor total que está orçado em 73:076$400, pagamento este que só será effectuado depois de concluidas as obras e entregue a área ao dominio publico municipal.

Foi de bom aviso terem sido incluidos os predios de Medici na operação, os quaes, sendo, como são, de recente construcção, irão ser demolidos, desde logo, pela necessidade de ser feito, em toda a sua extensão, o muro de arrimo, dada a declividade do terreno, no local, em questão.

A remissão dos fóros, que pesavam sobre taes terrenos, torna livre a venda das partes necessarias ao alludido alargamento.

Ponderado devidamente o assumpto, é a Commissão de Justiça pela approvação do accôrdo, visto occorrer a premente necessidade de se dar alinhamento, naquelle trecho de rua, e de serem approvadas as plantas para as edificações, que, obedecendo, como devem obedecer, ao padrão adoptado na rua Libero Badaró, virão completar os melhoramentos, de evidente realce, naquella via publica.

S. Paulo, 16 de março de 1917.— Rocha Azevedo, R. A. Gurgel.

Nos termos, pois, deste parecer e do elaborado pela Commissão de Justiça, offerece a de Finanças á deliberação da Camara o seguinte projecto:

A Camara resolve:

Art. 1.o — E' o prefeito autorizado a tornar effectivos os accôrdos constantes dos termos de 23 de dezembro de 1916 e 3 de janeiro do corrente anno, para compra das seguintes áreas de terrenos dos predios de ns. 2 a 30, da rua Libero Badaró, de propriedade, os de ns. 2 a 14, de Luiz Medici; o de n. 16, de Ernesto Sohn, e os de ns. 18 a 30, de Joaquim Bernardo Borges, medindo a área dos de ns. 2 a 14, 329,m.2,71; a do de n. 16, ... 107,m.2,35, e as dos de ns. 18 a 30, 326,m.2,05, terrenos estes necessarios ao alargamento da rua Libero Badaró, decretado pela lei n. 1.457, de 9 de setembro de 1911, art. 2.o, letra b.

Art. 2.o — Para occorrer ao pagamento ajustado, á razão de 400$ o metro quadrado de terreno ou 305:444$000, em letras do emprestimo autorizado pela lei n. 1.511, de 12 de setembro de 1914, do valor nominal de 100$000 cada uma, ao typo da cotação do dia da escriptura, é o prefeito autorizado a emittir as letras necessarias.

Art. 3.o — Para satisfazer á indemnização pela demolição e reconstrucção dos predios de ns. 2, 4 e 8, 10, ajustada em 63:941$850, e constante do termo de 23 de dezembro de 1916, é o prefeito autorizado a emittir as letras necessarias, quando houver opportunidade, e do emprestimo autorizado pela lei n. 1.511, de 1914, nos termos e condições referidos no art. 2.o, da presente lei.

Art. 4.o — Revogam-se as disposições em contrario.

S. Paulo, 9 de abril de 1917. — Sampaio Vianna, Joaquim Marra, Mario do Amaral.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 19.307, 11 abr.1917

Orgam do Partido Republicano

CORREIO PAULISTANO

PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONYMA

FUNDADO EM 1854 — N. 19.324

S. Paulo — Sabbado, 28 de abril de 1917

Prefeitura do Municipio

Directoria Geral

EXPEDIENTE DO DIA 27 DE ABRIL DE 1917

RESOLUÇÃO N. 98

Approva os accôrdos celebrados pelo Prefeito com os proprietarios dos predios ns. 2 a 14 e ns. 18 a 30, da rua Libero Badaró, para adquirir as partes dos referidos predios, necessarias ao alargamento daquella rua.

Washington Luis Pereira de Sousa, Prefeito do Municipio de S. Paulo:

Faço saber que a Camara, em sessão de 23 de abril do corrente anno, decretou e eu promulgo a resolução seguinte:

Art. 1.o — Fica o Prefeito autorizado a tornar effectivos os accôrdos constantes dos termos de 23 de dezembro de 1916 e 3 de janeiro do corrente anno, para compra das seguintes áreas de terrenos dos predios de ns. 2 a 30, da rua Libero Badaró, de propriedade, os de ns. 2 a 14, de Luiz Medici; o de n. 16, de Ernesto Sohn, e os de ns. 18 a 30, de Joaquim Bernardo Borges, medindo a área dos de ns. 2 a 14, 325m2,71; a do de n. 16, 105m2,85, e as dos de ns. 18 a 30, 326m2,05, terrenos estes necessarios no alargamento da rua Libero Badaró, decretado pela lei n. 1.457, de 9 de setembro de 1911, art. 2.o, lettra b.

Art. 2.o — Para occorrer ao pagamento ajustado, á razão de 400$ o metro quadrado de terreno ou 306:244$000, em lettras do emprestimo autorizado pela lei n. 1.811, de 12 de setembro de 1914, do valor nominal de 100$000 cada uma, ao typo da cotação do dia da escriptura, fica o Prefeito autorizado a emittir as lettras necessarias.

Art. 3.o — Para satisfazer a indemnização pela demolição e reconstrucção dos predios de ns. 2, 4 e 8-10, ajustada em 63:941$350, e constante do termo de 23 de dezembro de 1916, fica o Prefeito autorizado a emittir as lettras necessarias, quando houver opportunidade, e do emprestimo autorizado pela lei n. 1.811, de 1914, nos termos e condições referidos no art. 2.o, da presente resolução.

Art. 4.o — Revogam-se as disposições em contrario.

O Director Geral da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura do Municipio de S. Paulo, 27 de abril de 1917, 364.o da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,

Washington Luis P. de Sousa

O Director Geral,

Arnaldo Cintra

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 19.327, 28 abr.1917

Orgam do Partido Republicano

CORREIO PAULISTANO

PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONYMA

FUNDADO EM 1854 — N. 19.388

S. Paulo — Domingo, 1 de julho de 1917

Prefeitura do Municipio

Directoria Geral

EXPEDIENTE DO DIA 30 DE JUNHO DE 1917

Officiou-se á Camara sobre a necessidade de augmento da área do cemiterio da freguezia do O'.

— Pediu-se ao dr. juiz de direito presidente do Tribunal do Jury a dispensa do sr. Julio Augusto de Azevedo Gouvêa, director da Directoria do Patrimonio, Estatistica e Archivo da Prefeitura, sorteado para servir como jurado na sessão do mez de julho proximo.

— Requerimentos despachados:

Da Companhia Mechanica e Importadora de S. Paulo, Francisco de Sousa Pereira, Augusto Schneider, Cabarolle Armando, Antonio Brito Monteiro e dr. Custodio Guimarães, pedindo approvação da plantas. — A' Directoria de Obras e Viação, para os devidos fins;

de Elvira Setembro Mantalla, pedindo relevamento de multa. — Sins;

de Angelo Sapienza, pedindo cancellamento de imposto; Joaquim Bernardo Borges, pedindo licença para construir tapume á rua Libero Badaró, e Walter Brune, pedindo licença para reconstrucção de muro á travessa Olinda, n. 7. — Como requerem;

de Abud Atiahy, pedindo reducção de imposto. — Indeferido;

de Octacilio Camará da Silveira, pedindo licença para construir garage á rua Sabará. — Indeferido, á vista do paragrapho 4.o do art. 10, e dos arts. 70 e 72 do acto 849;

de Roberto Eppler, pedindo licença para construir garage á rua Alagôas, n. 11. — Indeferido, á vista dos arts. 10, paragraphos 4.o e 7.o, e 11 do acto 849;

de José Fernandes Vicente, pedindo licença para construcção de um segundo pavimento á avenida Luiz Antonio, 106. — Indeferido, á vista dos arts. 10, paragrapho 4.o, e 11 do acto 849;

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 19.388, 1 jul.1917

Orgam do Partido Republicano

AGENTES NO RIO
VIRIATO MEDEIROS
RUA DO OUVIDOR N. 32
(1.o ANDAR)
João Barbosa - Redacção d'O PAIZ

CORREIO PAULISTANO

PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONYMA

FUNDADO EM 1854
N. 19.711

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Praça Dr. Antonio Prado — (Palacete Bricciola)
CAIXA DO CORREIO, D
NUMERO DO DIA — 100 RÉIS

S. Paulo - Quinta-feira, 23 de maio de 1918

ASSIGNATURAS
Brasil - Anno . . 24$ | Exterior - Anno . . 60$
Brasil - Semestre 14$ | Exterior - Semestre 35$
NUMERO ATRASADO — 200 RÉIS

Prefeitura do Municipio

Directoria Geral

EXPEDIENTE DO DIA 22 DE MAIO DE 1918

Requerimentos despachados:

De Guilhermina Jesus Ribeiro, pedindo transferencia; Tharcisio Soares, Arjauli Heder, Clara Fernandes da Silva, Caetano Bizomba, Egydio Gianini, Italo Paschoal, José de Mattos Guimarães, Maria Ventura, Miguel Dabud, Izaura de Mattos, pedindo licença; Carlos Monteverde e Eduardo Spiller, Benedicto Paulino de Jesus, pedindo relevamento de multa; Calil Habude e Irmão, D. Damiani Culaseppa, Maria Rosa Giglio, Meroll Leany, pedindo licença para caçar. — Sim, em termos;

de Assumpta de Oliverio, D. Rachel Dupré, pedindo certidão. — Certifique-se o que constar;

de Antonio Marone, pedindo relevamento de fóros atrasados. Sim, nos termos da informação do Thesouro;

de Joaquim Bernardo Borges, pedindo restituição. — Como requer;

de José Augusto Meirelles, pedindo abono de faltas; Benedicto Paulino de Jesus, sobre fóros em atraso. — Indeferido;

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 19.711, 23 mai.1918

CORREIO PAULISTANO

Redacção e Administração
Praça Dr. Antonio Prado - Caixa do Correio D

S. Paulo - Quarta-feira, 2 de julho de 1919

N. 20.112
FUNDADO EM 1854

Prefeitura do Municipio

DIRECTORIA GERAL

Expediente do dia 1 de julho de 1919

— Pagamentos determinados:

15:116$818, a Ferrara & Longo; 30$400, a Baington & Cia.; ..... 30$400, a Byington & Cia.; ..... 400$000, a Caetano Barbetta & F.°; 2:880$000, a Sezefredo Fagundes; 300$000, a Ernesto de Castro & Cia.; 100$000, a Joaquim Maria Pires; 1:140$000, a Joaquim Bernardo Borges; 2:916$300, a Anselmo Cerello & Cia.; 100$000, a Manoel Joaquim Aguida; 200$000, a Light and Power; 500$800, a Manoel Ferreira Guimarães.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21.112, 2 jul.1919

ANEXO N – Lei nº 820 de 22 de maio de 1905, Município de São Paulo

LEI N.º 820 DE 22 DE MAIO DE 1905

Auctoriza o Prefeito a abrir um credito de 8:860$000 para pagamento da indemnização devida a Joaquim Bernardo Borges.

O Dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Municipio de S. Paulo, faz saber que a Camara, em sessão de 15 do corrente mez, decretou a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica o Prefeito auctorizado a abrir um credito na importancia de oito contos oitocentos e sessenta mil réis (8:860$000), para pagar a Joaquim Bernardo Borges a indemnização pela perda de terreno havida com o recúo dos predios ns. 43 e 45 da rua Quinze de Novembro, em cumprimento da sentença do Tribunal de Justiça, de 1.º do mez findo, na acção promovida pelo mesmo Joaquim Bernardo Borges contra a Camara Municipal, podendo fazer as operações de credito, que forem necessarias.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Director da Secretaria Geral da Prefeitura a faça publicar. Prefeitura do Municipio de S. Paulo, 22 de maio de 1905

O Prefeito,
Antonio Prado.

O Director,
Alvaro Ramos.

Fonte: http://leismunicipa.is/osqrm >. Acesso em: 20 fev.2014.

ANEXO O – Comendador Joaquim B. Borges e a Cruz Vermelha

A Cruz Vermelha em S. Paulo e no Mundo

O Hospital de Crianças em Indianopolis

MARIA ARCHER

III

Como já disse em artigo anterior, a filial paulista da Cruz Vermelha fundou-se em 5-10-1912.

Os seus recursos economicos iniciais foram obtidos por dadivas e cotizações. Instalou-se num apartamento modesto e a sua primeira diretoria iniciou logo a benemerita campanha de inscrições para socios e benfeitores. Talvez Deus conserve ainda no múndo as senhoras d. Antonia de Sousa Queiroz, d. Rosina Nogueira Soares, d. Eleonora Silveira Cintra, d. Anna Vieira de Carvalho, que, nesses tempos tão proximos da epoca "em que ainda era doce viver", formaram uma diretoria da Cruz Vermelha paulista celebrada pelo esforço dispendido na fundação e organização. Os ramos do seu sangue que as continuam podem sentir-se ufanos do sangue que delas receberam.

Um dos primeiros haveres que a graça de Deus enviou á Cruz Vermelha de São Paulo teve por mensageiro a doação de um comendador português, Joaquim Bernardo Borges, um destes emigrantes de rija tempera provenientes da velha cépa portuguesa que, de inicio, comem na terra do Brasil o pão que o diabo amassou e, quando enriquecem, esquecem o tempo amargo e transbordam de gratidão pelo País onde sentiram que o triunfo é dos mais saborosos gostos da vida.

A escritura de doação tem a data de 3-7-1918. Nessa epoca já o comendador Joaquim Bernardo Borges saira de São Paulo, num regresso definitivo a Portugal. Habitava Vilamarim, um povoado idilico da comarca de Mesão Frio, terras medievais de Trás-os-Montes, nesse jardim da Europa á beira-mar plantado que há oito seculos tem o nome de Portugal. O seu procurador, Antonio Monteiro dos Santos, e em harmonia com o desejo do doador, justificou, perante o tabelião, o motivo do principesco presente.

E' que o comendador Joaquim Bernardo Borges residira por muitos anos em São Paulo. "Conservava desta Capital e dos seus habitantes as mais gratas recordações" — são exatamente os têrmos expressos na doação. Por isso, e para manifestar esses sentimentos "de livre e espontanea vontade, sem pedido nem induzimento algum" (sic) queria contribuir para uma obra beneficente de São Paulo, sobretudo para aliviar o sofrimento das crianças pobres. Sabia que a Cruz Vermelha paulista já então iniciara a construção de um hospital para crianças, em Indianopolis, e por isso lhe doava uma propriedade cujos rendimentos seriam aplicados "exclusivamente na manutenção do hospital para crianças indicado" como se diz na escritura notarial.

A doação consistia num terreno vago, sito á rua Libero Badaró, tendo de frente 37 metros e de fundo 35, onde tinham existido 6 casas com numeração de 18 a 30, demolidas pela Prefeitura para alargamento da rua. Valia 500 contos, isto é, 500 milhões de reis. Usando de creditos bancarios e outros auxilios, a Cruz Vermelha fez construir nesse terreno um edificio de 10 andares, o que tem hoje o numero 594, monumento urbano nessa epoca. Pelas clausulas da doação o predio ou predios que se construissem nesse chão formariam com ele "perpetuamente um patrimonio do hospital para crianças".

Passaram 30 anos e agora é no predio numero 594, da rua Libero Badaró, que estão instalados os serviços administrativos da Cruz Vermelha em São Paulo, a sua Escola de Enfermagem, a secção de

Escrita Braille, a Secretaria. O resto do edificio foi destinado a rendimento e alugado para escritorios e lojas. Na epoca em que as rendas foram fixadas esse rendimento era compensador mas depois, com a crescente desvalorização do cruzeiro e a alta do custo da vida, acentuou-se a desatualização das rendas nas propriedades da Cruz Vermelha.

O rendimento do edificio construido no terreno doado pelo comendador Joaquim Bernardo Borges foi, durante anos, o unico esteio economico da associação benemerita. Com ele se mantinha o Hospital de Crianças. Mais tarde, a Cruz Vermelha recebeu outra doação de propriedade, esta em condominio com a "Liga Paulista contra a Tuberculose". A nova graça de Deus veio também por intermedio de um português, o comendador Coelho da Rocha, e constava de varios predios na avenida da Liberdade, residenciais, tendo lojas e sobrado, dos numeros 1.001 a 1.021.

Não é a primeira vez que falo, desta vasta tribuna do "Estado de S. Paulo", sobre as generosas doações de portugueses ás associações locais beneficentes. Esta disposição sentimental faz parte do seu fundo psiquico. Não é por vaidade de nacionalista, mas por justiça, que relato o fato de serem os bens de raiz da Cruz Vermelha paulista doados por portugueses — os comendadores Joaquim Bernardo Borges e Coelho da Rocha. Repeti-lo, não é demasia na homenagem, mas requerer, para eles, o louvor merecido. Resgataram, por essas dadivas, mais que a sua divida pessoal á terra brasileira — ergueram uma alegoria da fraternidade humana que é paradigma dos fins basicos da Cruz Vermelha e digna de exaltação tanto como de continuidade.

Uns meses passados sobre a fundação da Cruz Vermelha paulista já a sua diretoria, sob proposta da dra. Maria Renotte, se ocupava da criação do hospital infantil. Formou-se uma Comissão presidida por d. Anna Vieira de Carvalho para apresentar ao secretario do Interior, dr. Altino Arantes, esse projeto da Cruz Vermelha, o qual foi muito bem recebido pelo Governo dessa epoca.

Espalharam-se então pela cidade, nas casas comerciais e de diversões, escritorios, escolas, industrias etc., pequenos cofres para recolha de donativos. Manifestou-se mais uma vez a generosidade paulista. No dia 1.o de janeiro fez-se o "Dia do Tostão Nacional", também muito proveitoso. Houve donativos importantes, como o da Camara Municipal, de 10 contos, quantia forte para esse tempo.

Quase todas as casas de espetaculos contribuiram com festivais, ou participações, dando os cinemas "Odeon" e "Rio Branco" o total da receita de um espetaculo. Clubes esportivos também realizaram beneficios em prol do futuro hospital. Foi uma autentica cruzada paulista. A Cruz Vermelha pode orgulhar-se de ter desencadeado um movimento coletivo do povo paulista, unanime, e de que foi o pendão condutor.

Todo o movimento era dirigido pela comissão de senhoras e eram elas também as doadoras mais generosas. A viscondessa de Porto Martim, por exemplo, além dum donativo em dinheiro de 2 contos, contribuiu com as despesas da construção dum pavilhão completo, no hospital.

Mas houve também, e magnificentes, ofertas de terrenos, areas capazes de abrigar as novas edificações. Dentre as ofertas foi escolhida a da Companhia Territorial Paulista, doadora de 46 mil metros quadrados de terreno, postos á disposição do novo hospital pelo dr. Fernando Ahrens. Então iniciaram-se sem demora as obras, e com entusiasmo, sempre sob a egide da comissão de senhoras mas com o concurso de nomes masculinos de grande valor. O atual diretor da Escola Politecnica, dr. Ramos de Azevedo, assumiu voluntariamente o encargo de dirigir as obras. O lançamento da pedra fundamental fez-se em 30-6-1916, na presença das ilustres paulistas d. Anna de Queiroz Teles Tibiriçá, d. Rosina Nogueira Soares, d. Felicidade Perpetua de Macedo, d. Anna Vieira de Carvalho, d. Antonia de Sousa Queiroz, dra. Maria Renotte, além de muitas mais personalidades. Num alveolo do primeiro sóclo, incrustado no corpo principal do edificio, foi encerrado um cofre de cobre contendo moedas correntes na epoca, uma copia da ata da cerimonia, e exemplares dos jornais paulistas com a data desse dia. O discurso da solenidade foi pronunciado por d. Anna de Queiroz Telles Tiribiçá.

O hospital concluiu-se em setembro de 1918. Os paulistas podem vê-lo em Indianopolis, quando seguem a caminho do Aeroporto. Nessa fase inicial era pequeno, abrigava apenas 30 leitos, mas estava provido dos mais modernos e eficazes meios para o tratamento das crianças. Poucos anos depois, e ainda como resultado da generosidade paulista e auxilio do Governo do Estado, a obra magnifica da Cruz Vermelha foi ampliada com mais 200 leitos, pavilhões de isolamento e cirurgia etc., tornada assim numa fortaleza munida do vario arsenal com que a ciencia do seculo XX combate as doenças da infancia.

Na area enorme de 46 mil metros quadrados erguem-se os edificios hospitalares, dentro dum muro circundante. Construções sem luxo mas de perfeita eficiencia, impecavelmente cuidadas e limpas. Os diversos serviços clinicos que

me são mostrados igualam-se aos que vi nos hospitais congeneres da Europa. Mais ou menos marmores pelos pavimentos e paredes — mais ou menos cromados nos metais — mas a mesma aparelhagem e identico funcionamento. Não sou eu, evidentemente, uma autoridade que passe atestados neste campo, mas posso dizer, como observador, que o hospital me pareceu excelente.

E' seu diretor-superintendente o dr. Alencar de Carvalho. Tem sob as suas ordens 8 medicos pediatras, um dos quais, o dr. Mauricio Correia (o unico com quem contatei), me falou com paixão da especialidade medica a que se dedica. Notei-o porque não julgo possivel ser-se pediatra sem predestinação. Há mais de 60 funcionarios em serviço, distribuidos por 3 turnos diarios. Uma das empregadas da cozinha completava no dia da minha visita 30 anos de trabalho na casa. A enfermagem está a cargo de 5 irmãs de São Vicente de Paula.

Em redor alongam-se os terrenos de pomar, horta, bosque, onde se criam galinhas, coelhos, suinos, reserva alimentar do hospital, e que são tratados pelo sistema das granjas modernas. Toda essa instalação foi preparada pelo engenheiro Lepage.

O internamento dos doentes faz-se através dos Postos de Puericultura instalados em varios bairros populares e servidos pelos transportes de 2 ambulancias fornecidas pelo Governo Estadual. Aliás são multiplos os contactos entre a Cruz Vermelha e o Governo Estadual, que mantêm, mesmo, 50 dos doentes deste hospital. O laboratorio onde são feitas as analises indispensaveis aos diagnosticos está provido de um tecnico também fornecido pelo Governo.

Na ocasião da minha visita havia somente 100 crianças no hospital. Os recursos da Cruz Vermelha paulista não chegam, atualmente, para maior amplitude assistencial. E' que 100 doentes fazem gastos enormes. O funcionalismo absorve uns 60 contos; a alimentação, 70; os medicamentos 60, apesar dos donativos das industrias farmaceuticas; a conservação, combustivel, transporte, rouparia, telefone, luz, calefação, impressos, material, seguros etc., mais 60 contos, e tudo isto em um mês. Foi necessario fechar, há dois anos, a ala cirurgica, porque era impossivel manter o seu funcionamento. E' que uma anestesia custa, pelo menos, um conto de réis... Ora, cada operação exige coisas muito mais caras que a anestesia. Todavia, a atual diretoria está fazendo o milagre de reorganizar as bases da Cruz Vermelha paulista e espera-se que dentro em pouco o seu hospital de crianças volte a funcionar com o maximo rendimento, ocupados todos os seus leitos. Os meus aplausos á atual diretoria!

*

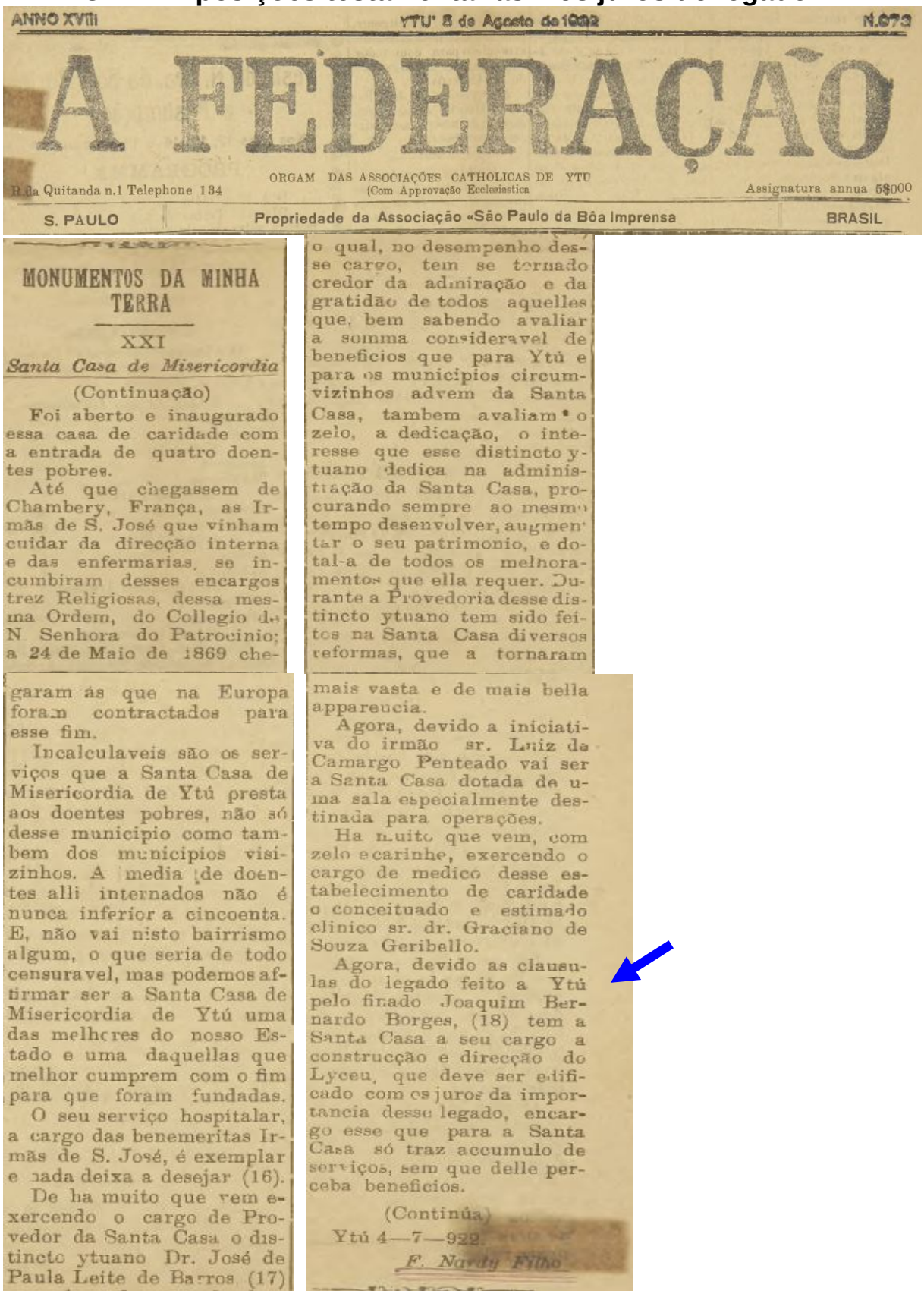
A Cruz Vermelha paulista tem estes serviços a manter: O Hospital das Crianças; a Escola de Enfermagem; a Secção de Escrita Braille; um ambulatorio com instalação mecanica para lactario humano; uma secção de costuras padronizadas.

Para todos estes gastos conta com o rendimento dos seus predios; recebe ocasionalmente subsidios do Estado, da Prefeitura, do Joquei Clube, de particulares; donativos pedidos pela sua diretoria a entidades capitalistas, comercio, pessoas amigas, as cotizações dos socios também ajudam.

Na continuidade destes artigos, em que irei sucessivamente expondo os muitos e grandes serviços da Cruz Vermelha em São Paulo — os generosos corações dos filhos da Piratininga poderão ler, para além das pobres palavras, a existencia de uma cruzada de que podem participar, ecumenicamente, em São Paulo e no mundo.

Fonte: Acervo Estadão; O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXVII, n. 24931, 11 ago. 1956

ANEXO P – Imposições testamentárias – os juros do legado



ANNO XVIII — YTU' 8 de Agosto de 1922 — N.973

A FEDERAÇÃO

R. da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annua 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

MONUMENTOS DA MINHA TERRA

XXI

Santa Casa de Misericordia

(Continuação)

Foi aberto e inaugurado essa casa de caridade com a entrada de quatro doentes pobres.

Até que chegassem de Chambery, França, as Irmãs de S. José que vinham cuidar da direcção interna e das enfermarias, se incumbiram desses encargos trez Religiosas, dessa mesma Ordem, do Collegio de N Senhora do Patrocinio; a 24 de Maio de 1869 chegaram ás que na Europa foram contractados para esse fim.

Incalculaveis são os serviços que a Santa Casa de Misericordia de Ytú presta aos doentes pobres, não só desse municipio como tambem dos municipios visizinhos. A media de doentes alli internados não é nunca inferior a cincoenta. E, não vai nisto bairrismo algum, o que seria de todo censuravel, mas podemos affirmar ser a Santa Casa de Misericordia de Ytú uma das melhores do nosso Estado e uma daquellas que melhor cumprem com o fim para que foram fundadas.

O seu serviço hospitalar, a cargo das benemeritas Irmãs de S. José, é exemplar e nada deixa a desejar (16).

De ha muito que vem exercendo o cargo de Provedor da Santa Casa o distincto ytuano Dr. José de Paula Leite de Barros, (17) o qual, no desempenho desse cargo, tem se tornado credor da admiração e da gratidão de todos aquelles que, bem sabendo avaliar a somma consideravel de beneficios que para Ytú e para os municipios circumvizinhos advem da Santa Casa, tambem avaliam o zelo, a dedicação, o interesse que esse distincto ytuano dedica na administração da Santa Casa, procurando sempre ao mesmo tempo desenvolver, augmentar o seu patrimonio, e dotal-a de todos os melhoramentos que ella requer. Durante a Provedoria desse distincto ytuano tem sido feitos na Santa Casa diversos reformas, que a tornaram mais vasta e de mais bella apparencia.

Agora, devido a iniciativa do irmão sr. Luiz de Camargo Penteado vai ser a Santa Casa dotada de uma sala especialmente destinada para operações.

Ha muito que vem, com zelo e carinho, exercendo o cargo de medico desse estabelecimento de caridade o conceituado e estimado clinico sr. dr. Graciano de Souza Geribello.

Agora, devido as clausulas do legado feito a Ytú pelo finado Joaquim Bernardo Borges, (18) tem a Santa Casa a seu cargo a construcção e direcção do Lyceu, que deve ser edificado com os juros da importancia desse legado, encargo esse que para a Santa Casa só traz accumulo de serviços, sem que delle perceba beneficios.

(Continúa)

Ytú 4—7—922.

F. Nardy Filho

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 973, 8 ago. 1922

ANEXO Q – Imposições testamentárias – o tempo limite

ANNO XVIII — YTU' 13 de Maio de 1922 — N.961

A FEDERAÇÃO

R.da Quitanda n.1 Telephone 184 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTÚ (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa» — BRASIL

O LYCEU

Não se póde negar que seja bem fundado o receio que todos começam a ter de que *passe a outras mãos* o grande legado de quasi 5 mil contos, deixados pelo finado Joaquim B. Borges para a fundação de um lyceu de artes e officios nesta cidade.

Cumpre notar-se que se trata de uma verdadeira *fundação*, que para ter personalidade juridica, deve ser constituida de accôrdo com o que a esse respeito dispõe o Codigo Civil, organisando-se os seus estatutos, que serão publicados e registrados, e satisfazendo-se a outras formalidades legaes. Entretanto, que saibamos, não consta que se tenham organisado os estatutos do futuro lyceu, e, muito menos, que tenham elles sido publicados e registrados. Assim sendo, o futuro Lyceu de Artes e Officios ainda não é pessoa juridica, e por isso nem podia ter comprado o terreno que se adquiriu para nelle construir-se o seu edificio.

Consta que essa compra foi feita em nome da Santa Casa, que, nos termos do testamento, não é mais que uma simples administradora do referido legado, o qual pertence ao futuro lyceu, em cujo nome devia ter sido feita a compra do mencionado terreno.

Além disso, no referido testamento lê-se a clausula expressa, clara e insophismavel — de que o lyceu deve estar funccionando dentro de 3 annos a contar do dia da morte do testador, sob pena de passar o legado para as Santas Casas de S. Paulo, Campinas e Santos. Entretanto, tendo Joaquim B. Borges fallecido em 2 de Janeiro de 1921, restam apenas 20 mezes para se dar cumprimento ao seu testamento na parte referente ao lyceu. Ora, nesse tão curto espaço de tempo é muito difficil que se possa construir esse grande edificio, comprar os moveis necessarios para guarnecel-o, adquerir os machinismos e outros objectos que são precisos para o ensino das artes mechanicas, contractar os mestres, que as ensinem aos aprendizes etc. etc.

Como acima fica dito, o testador exige que no praso de 3 annos o lyceu esteja funccionando; e portanto não se julgue que no edificio, talvez simplesmente começado, estando a funccionar uma pequena repartição, de carpintaria, por exemplo, seja isso sufficiente para considerar-se como cumprida a vontade do mesmo testador. Isso é um sophisma que não passará incolume, mas que cahirá desastradamente para a nossa cidade, porque nas Santas Casas de Campinas, Santos e principalmente de S. Paulo, ha gente grossa, de muita influencia politica, que farão cumprir-se a lei devolvendo áquellas instituições de caridade o rico legado que Joaquim Borges deixou aos meninos pobres de Ytú, se o testamento não for cumprido.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 961, 13 mai. 1922

ANEXO R – Imposições testamentárias – outras Misericórdias

CORREIO PAULISTANO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO - CAIXA DO CORREIO D

S. Paulo—Domingo, 20 de novembro de 1921

FUNDADO EM 1854 N. 20.970

EM ITU'

A Santa Casa de Misericordia e a Camara Municipal de Itú prestam solennes homenagens á memoria do sr. Joaquim Bernardo Borges

Segunda-feira, 14 do corrente, ás 13 horas, achando-se no salão nobre da Santa Casa de Misericordia os irmãos mesarios, bem como outros irmãos daquella instituição de caridade e grande numero de pessoas gradas da sociedade ituana, assumiu a presidencia da mesa o seu provedor, dr. José de Paula Leite de Barros, que, após haver declarado qual era o fim dessa solenne sessão, leu uma breve noticia historica sobre o finado Joaquim Bernardo Borges.

Em seguida, referindo-se ao legado por elle feito á Santa Casa, declarou ter o governo do Estado, num gesto digno de louvor, dispensado o imposto que esse legado devia pagar ao Thesouro e o qual importava em somma superior a 700 contos de réis.

A pedido do sr. Graciano Geribello foi lido o testamento deixado pelo finado Joaquim B. Borges, na parte referente ao legado da Santa Casa, e por essa leitura foi verificado que o referido legado orça em quatro mil e quinhentos contos de réis.

Esse legado, porém, é com a condição da Santa Casa fundar e manter perpetuamente um lyceu de artes e officios para os filhos do povo desta cidade, mas só com os rendimentos, sem jámais se poder retirar qualquer parcela do patrimonio.

O testamento desse bemfeitor da nossa Santa Casa é minucioso e declara que si não for cumprido á risca, o patrimonio deixado á Santa Casa desta cidade passará para as Santas Casas de Campinas, S. Paulo e Santos.

Findo esse ponto do testamento, o sr. provedor propoz e foi acceito, que se nomeasse uma commissão de cinco membros, para escolher o local onde deve ser edificado o lyceu.

Foram escolhidos e nomeados para constituir essa commissão os srs. dr. José de Paula Leite de Barros, dr. Graciano Geribello, Francisco de Paula Leite, João de Almeida Camargo e Alberto de Almeida Gomes.

Propoz o dr. José de Paula Leite de Barros que se lançasse na acta um voto de profundo pesar pela morte do benemerito irmão José Maria Alves, e o dr. Graciano Geribello propoz que se collocasse naquelle salão da Santa Casa um retrato a oleo do benemerito testador, e que lhe fosse dado o justo e merecido titulo de maximo bemfeitor, e que se inserisse na acta dessa sessão solenne um voto de louvor ao actual provedor, dr. José de Paula Leite de Barros, que ha 23 annos vem dirigindo essa instituição com tanto zelo e dedicação, pelo muito que fez no sentido de apurar o legado e conseguir a dispensa do referido imposto.

— No dia 15, ás 13 horas, realisou-se no bello e vasto salão nobre da Camara Municipal a solenne sessão da nossa municipalidade em homenagem ao grande benemerito de Itu', Joaquim Bernardo Borges.

A essa hora, presentes todas as autoridades civis, militares e ecclesiasticas, assumiu a presidencia o sr. Vicente de Almeida Sampaio Primo, vice-presidente da Camara, o qual, após haver exposto em breves palavras qual era o fim daquella magna sessão, convidou a tomar assento junto á mesa, ao lado dos vereadores, o sr. juiz de direito, dr. Antonio de Sousa Barros, o revmo. vigario da parochia, padre Elysiario de Camargo Barros, o sr. commandante do 4.o regimento de artilharia, coronel Sousa Leão e o provedor da Santa Casa, dr. José de Paula Leite de Barros.

Usou então da palavra o dr. Graciano Geribello, prefeito municipal, que, depois de varias considerações em que poz um destaque a importancia e benemerencia feita a esta cidade pelo finado Joaquim B. Borges, apresentou á Camara uma indicação, assignada por todos os vereadores, propondo que se désse o nome de Joaquim Bernardo Borges á actual rua da Misericordia.

Uma enthusiastica e prolongada salva de palmas acolheu as suas ultimas palavras.

O sr. vereador Luiz G. Dicudo, pedindo a palavra, propoz, em um breve discurso em que salientou a grandeza do acto praticado por esse benemerito, que a Camara collocasse em sua sala nobre o retrato desse generoso bemfeitor, proposta essa que foi unanimemente approvada.

Usou em seguida da palavra o venerando ituano dr. José de Paula Leite de Barros, que, ao traçar a biographia do finado Joaquim B. Borges, teve ensejo de fazer um brilhantismo resumo do historico de Itu', pondo em destaque os seus feitos mais notaveis e os seus filhos mais illustres, tendo ao terminar recebido da numerosa e selecta assistencia uma prolongada salva de palmas.

Usou tambem da palavra o professor Felicio Marmo, cujo discurso foi tambem muito apreciado.

Em seguida, o sr. presidente, ao encerrar a sessão, convidou todos os presentes para irem, incorporados, inaugurar a placa que dava o nome de rua Joaquim B. Borges á actual rua da Misericordia, e convidou tambem todos os presentes para, juntamente com os vereadores, assignarem a acta dessa sessão solenne.

Lavrada a acta, e uma vez lida e approvada, foi a mesma assignada por todos os presentes.

Formou-se em seguida um bello prestito que, acompanhado pelas corporações musicaes José Victorio e União dos Artistas, se dirigiu á rua da Misericordia, onde ia inaugurar a placa que dava, doravante, a essa rua o nome de Joaquim B. Borges.

Chegado o prestito á rua da Misericordia, na travessa dessa rua com a rua 13 de Maio, ahi estacionou, usando então da palavra o sr. dr. José Leite Pinheiro, que, em nome do povo, proferiu um eloquente e bellissimo discurso, que foi enthusiasticamente applaudido.

Em acto continuo, ao som de enthusiasticos dobrados, ao estrondo de baterias, e por entre palmas e vivas acclamações, o sr. dr. Graciano Geribello pregou, justamente no fundo do edificio da Santa Casa, na esquina entre essa rua e a 13 de Maio, a placa dando a essa via publica o nome desse grande benemerito de Itu' — Joaquim B. Borges.

Tanto a sessão solenne realisada na Santa Casa como a da Camara Municipal revestiram-se de grande solennidade, tendo ás mesmas comparecido o escol da nossa sociedade.

* * *

A commissão nomeada para proceder á escolha do terreno onde deve ser construido o edificio, mandou o engenheiro sr. Gastão Machado levantar os croquis de diversos terrenos existentes na parte alta da cidade, croquis esses que serão apresentados ao illustre engenheiro dr. Ramos de Azevedo, o qual gentilmente se offereceu para fazer gratuitamente a planta desse edificio, para que elle escolha o que julgar melhor.

* * *

Além desse grande legado á Santa Casa, e de outros menores, deixou esse benemerito portuguez ainda 150 contos ao Hospital dos Morpheticos desta cidade.

Esse legado feito pelo finado Joaquim B. Borges á Santa Casa de Itu' é um dos maiores até agora feitos no Brasil e do qual o legatario entra em sua posse total.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, SP, n. 20.970, 20 nov.1921

ANEXO S – Relação dos bens de Borges

SÉDE SOCIAL NA Avenida Rio Branco, Nº 128, 130 e 132

O PAIZ

ASSIGNATURAS
DOZE MEZES..... 30$000
SEIS MEZES..... 16$000
UM MEZ..... $000
Numero avulso 100 réis

ANNO XXXVII—N. 13.235 — RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1921 — Jornal independente, politico, litterario e noticioso

Um grande legado

S. PAULO, 13 (A. A.) — Ha mais de 40 annos, partiu para Portugal, terra de seu nascimento, Joaquim Bernardo Borges, levando uma grande fortuna feita á força de muito e honesto trabalho, como negociante da praça de Itú. Sem que jámais voltasse a S. Paulo, o Sr. Bernardo Borges mantinha ainda assim as vastas relações aqui conquistadas, através do correio, até que veiu a fallecer, em avançada idade, na cidade do Porto, onde passára a residir.

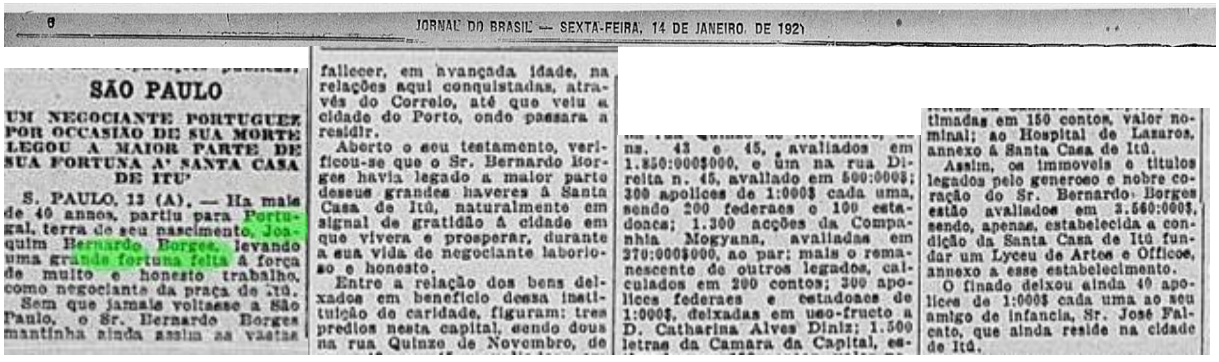
Aberto o seu testamento, verificou-se que o Sr. Bernardo Borges havia legado a maior parte de seus grandes haveres á Santa Casa de Itú, naturalmente em signal de gratidão á cidade em que vivera e prosperára, durante a sua vida de negociante laborioso e honrado.

Entre a relação dos bens deixados em beneficio dessa instituição de caridade, figuram: tres predios nesta capital, sendo dois na rua 15 de Novembro, ns. 43 e 45, avaliados em 1.850:000$, e um na rua Direita n. 45, avaliado em 500:000$; 300 apolices de 1:000$ cada uma, sendo 200 federaes e 100 estaduaes; 1.300 acções da Companhia Mogyana, avaliadas em 270:000$, ao par; mais o remanescente de outros legados, calculados em 200 contos; 300 apolices federaes e estaduaes, de 1:000$, deixadas em uso-fruto á D. Catharina Alves Diniz; 1.500 letras da Camara da Capital, estimadas em 150 contos, valor nominal, ao Hospital dos Lazaros, annexo á Santa Casa de Itú.

Assim, os immoveis e titulos legados pelo generoso e nobre coração do Sr. Bernardo Borges, estão avaliados em 3.560:000$, sendo, apenas, estabelecida a condição da Santa Casa de Itú fundar um Lyceu de Artes e Officios, annexo á esse estabelecimento.

O finado deixou ainda 40 apolices de 1:000$, cada uma, ao seu amigo de infancia, Sr. José Falcato, que ainda reside na cidade de Itú.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; O PAIZ, RJ, Ano XXXVII, n.13.235, 14 jan. 1921



6 JORNAL DO BRASIL — SEXTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1921

SÃO PAULO

UM NEGOCIANTE PORTUGUEZ POR OCCASIÃO DE SUA MORTE LEGOU A MAIOR PARTE DE SUA FORTUNA A' SANTA CASA DE ITU'

S. PAULO, 13 (A). — Ha mais de 40 annos, partiu para Portugal, terra de seu nascimento, Joaquim Bernardo Borges, levando uma grande fortuna feita á força de muito e honesto trabalho, como negociante da praça de Itú.

Sem que jamais voltasse a São Paulo, o Sr. Bernardo Borges mantinha ainda assim as vastas relações aqui conquistadas, através do Correio, até que veiu a fallecer, em avançada idade, na cidade do Porto, onde passara a residir.

Aberto o seu testamento, verificou-se que o Sr. Bernardo Borges havia legado a maior parte de seus grandes haveres á Santa Casa de Itú, naturalmente em signal de gratidão á cidade em que vivera e prosperar, durante a sua vida de negociante laborioso e honesto.

Entre a relação dos bens deixados em beneficio dessa instituição de caridade, figuram: tres predios nesta capital, sendo dous na rua Quinze de Novembro, de ns. 43 e 45, avaliados em 1.850:000$000, e um na rua Direita n. 45, avallado em 500:000$; 300 apolices de 1:000$ cada uma, sendo 200 federaes e 100 estadoaes; 1.300 acções da Companhia Mogyana, avaliadas em 270:000$000, ao par; mais o remanescente de outros legados, calculados em 200 contos; 300 apolices federaes e estadoaes de 1:000$, deixadas em uso-fructo a D. Catharina Alves Diniz; 1.500 letras da Camara da Capital, estimadas em 150 contos, valor nominal; ao Hospital de Lazaros, annexo á Santa Casa de Itú.

Assim, os immoveis e titulos legados pelo generoso e nobre coração do Sr. Bernardo Borges estão avaliados em 3.560:000$, sendo, apenas, estabelecida a condição da Santa Casa de Itú fundar um Lyceu de Artes e Officos, annexo a esse estabelecimento.

O finado deixou ainda 40 apolices de 1:000$ cada uma ao seu amigo de infancia, Sr. José Falcato, que ainda reside na cidade de Itú.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; JORNAL DO BRASIL, RJ, Ano XXXI, n. 14, 14 jan. 1921

ANEXO T – Outras informações sobre os bens de Borges

SABADO, 17 DE JUNHO DE 1967 O ESTADO DE S. PAULO — 13

Itu: centenário da Santa Casa

Do Correspondente

ITU, 16 — A Santa Casa de Itu está completando hoje o seu primeiro centenario de existencia. Os festejos alusivos á data serão realizados domingo proximo, ocasião em que dom Gabriel Bueno Couto, bispo diocesano de Jundiaí, celebrará missa em ação de graças, como parte das cerimonias.

ASPECTOS HISTORICOS

Na historia da Santa Casa registraram-se dois fatos que revelam o gesto magnanimo de dois portugueses que aqui residiram e que, tendo feito fortuna no comercio e na lavoura, deixaram em seus testamentos valiosos legados que seriam aplicados em obras de benemerencia e de caridade na cidade de Itu. O primeiro foi Caetano José Portela, natural de Lisboa, aqui chegado em 1793 e falecido em 1838. Deixou um legado de dois contos de réis para a fundação de uma Santa Casa em Itu. O segundo foi Joaquim Bernardo Borges, que, ao falecer em Portugal, em 2 de janeiro de 1921, deixou em seu testamento á Santa Casa o legado de quatro mil cento e oitenta e um contos e setecentos e setenta e quatro mil réis, constantes de 3 predios, situados na rua 15 de Novembro e rua Direita, na Capital. As condições do legado a serem cumpridas pela Santa Casa eram as de fundar e administrar perpetuamente uma instituição, que se denominaria Instituto Borges de Artes e Oficios, e uma Maternidade.

A Santa Casa cumpriu religiosamente a vontade do testador, inaugurando o grande edificio do Instituto Borges em 28 de outubro de 1924 e a Maternidade em 12 de março de 1939.

O lusitano Joaquim Bernardo Borges é considerado o "benfeitor maximo" de Itu. Tem seu nome perpetuado numa das ruas da cidade e o seu busto, em bronze, no saguão do Instituto de que é patrono.

Com os novos encargos de manter perpetuamente o Instituto Borges e a Maternidade, a renda que a Irmandade auferia dos predios em São Paulo era insuficiente, o que obrigou a Irmandante a demolir aqueles predios para, no mesmo local, construir dois arranha-céus, cuja construção foi financiada pela Caixa Economica Federal. O valor desses imoveis aumentou consideravelmente o patrimonio da Santa Casa, e as rendas deles, atualmente, cobrem suas despesas e encargos.

PROVEDORES

Na galeria dos provedores, entre os quais se encontram o barão de Itu (1.o provedor), o marquês de Itu (2.o provedor), o barão de Itaim (5.o provedor), senador Francisco Emidio da Fonseca (6.o provedor), barão de Piracicaba e outros ituanos, figuram o dr. José Paula Leite de Barros, a quem coube receber o legado Borges e construir o Instituto Borges de Artes e Oficios, e Pedro de Paula Leite de Barros, que construiu a Maternidade Borges, em cumprimento a uma das clausulas do mesmo legado. Ambos realizaram fecunda administração. O atual provedor da Santa Casa é o dr. Antonio de Paula Leite Neto.

Fonte: Acervo Estadão; O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, Ano LXXXVIII, n. 18274, 17 jun. 1967

CORREIO PAULISTANO

Redacção e Administração rua Dr. Antonio Prado — Caixa do Correio D

S. Paulo—Quinta-feira, 26 de maio de 1921

N. 20.796 FUNDADO EM 1854

O sr. secretario da Fazenda deferiu a petição em que a Santa Casa de Misericordia da cidade de Itu' solicitou isenção do imposto de transmissão "causa-mortis" sobre os legados feitos a essa instituição pelo finado sr. Joaquim Bernardo Borges, de tres predios na referida localidade, sendo 2 á rua 15 de Novembro e 1 á rua Direita; 1.300 acções da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, além de apolices da divida publica; 1.500 letras da Camara Municipal de S. Paulo, conversiveis em apolices da divida estadual e metade do remanescente de seus bens.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20796, 26 mai. 1921

Anno XI

Rio de Janeiro — Terça-feira, 10 de Janeiro de 1922

N. 3.627

HOJE

A NOITE

HOJE

ASSIGNATURAS

NUMERO AVULSO 100 RÉIS

Redacção, Largo da Carioca 14, sobrado — Officinas, rua do Carmo, 29 a 35

TELEPHONES: REDACÇÃO, CENTRAL 523, 5285 e OFFICIAL—GERENCIA, CENTRAL 4018—OFFICINAS, CENTRAL 852 e 5284

ASSIGNATURAS

NUMERO AVULSO 100 RÉIS

NOTICIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

S. PAULO, 10 (A. A.) — Na proxima sessão de sabbado serão eleitas as commissões permanentes e a mesa da Camara Municipal.

S. PAULO, 10 (A. A.) — Será montada em Ribeirão Preto, com o capital de 250 contos uma fabrica de phosphoros.

S. PAULO, 10 (A. A.) — A Camara Municipal de Taquaritinga offerece o auxilio de 50 contos para a construcção de um hotel modelo ali.

S. PAULO, 10 (A. A.) — Será realisada hoje, ás 8 horas da noite, no Instituto de Hygiene, a primeira sessão ordinaria da Sociedade de Medicina Legal e Criminalogia.

Sobre assumptos varios falarão os professores Alcantara Machado, Oscar Freire, Candido de Moura Campos, Drs. Moysés Marx, Custodio Saores, Delia Ferraz, Flaminio Favero, Roberto Moreira, Armando Rodrigues e Virgilio Nascimento.

S. PAULO, 10 (A. A.) — Está concluido o inventario do Sr. Joaquim Bernardo Borges, fallecido em Portugal, e que legou 4.455 contos á Santa Casa de Misericordia de Itú, em titulos e diversas casas nesta capital.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; A NOITE, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 3627, 10 jan. 1922

ANNO XVIII — YTU' 12 de Agosto de 1922 — N.974

A FEDERAÇÃO

R.da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annua 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

MONUMENTOS DA MINHA TERRA

XXII

Santa Casa de Misericordia

—NOTAS—

18) *Joaquim Bernardo Borges.* Era natural de Vilamariu, da provincia de Traz os Montes, Portugal; bem jovem ainda emigrou elle para o Brazil, vindo para Ytú onde empregou-se no commercio. Com o correr do tempo fez se negociante e sendo feliz, conseguiu ajuntar grande fortuna. Vindo elle a fallecer em Portugal, deixou em seu testamento o importante legado no valor de 4:455:024$000 para a fundação a manutenção de um Lyceu de Artes e Officios na cidade de Ytú, sendo pelo mesmo encarregado a Santa Casa de fundar e derigir esse estabelecimento.

Ytu', 8—8—922.

F. Nardy Filho

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 974, 12 ago. 1922

ANEXO U – As doações de Borges a Cruz Vermelha de São Paulo

CORREIO PAULISTANO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO 2 CAIXA DO CORREIO, D

S. Paulo—Sexta-feira, 2 de setembro de 1921

FUNDADO EM 1854 N. 20.893

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

A sra. d. Adilia Mercado, presidente da Cruz Vermelha, em S. Paulo, recebeu do sr. Antonio Monteiro Santos a seguinte carta:

"Tendo conhecimento de que a direcção dessa benemerita instituição está luctando com grandes difficuldades, devido á deficiencia de meios de transporte, eu peço licença a v. exc. para procurar minorar essa falta, offerecendo á Cruz Vermelha um automovel, que com esta entrego.

Certo de que v. exc. aceitará de bom grado a minha insignificante offerta, aproveito o ensejo para agradecer a v. exc. assim como á directoria da Cruz Vermelha, todas as provas de confiança e amizade que em mim depositaram durante o inventario dos bens do espolio do meu saudoso amigo e primo Joaquim Bernardo Borges. — (a.) Antonio Monteiro dos Santos."

Manifestou-se a Cruz Vermelha muito grata por essa generosa dadiva, externando ao sr. Antonio Monteiro dos Santos os seus agradecimentos, que tornava extensivos ao sr. Manuel de Moraes Pontes. Estes cavalheiros têm revelado a maxima dedicação á Cruz Vermelha, desde a doação do terreno da rua Libero Badaró até a liquidação do legado do sr. Joaquim Borges.

Tambem algumas praças do 6.o regimento de infantaria fizeram, por intermedio do tenente-coronel Osorio da Cunha Ferraz, o donativo de 30$700 á humanitaria e patriotica instituição. O tenente-coronel Cunha Ferraz officiou nesse sentido ao general Hildefonso Pires de Moraes Castro, remettendo-lhe a quantia acima, que foi devidamente encaminhada pelo sr. general commandante da 2.a região militar.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 20893, 2 set. 1921

CORREIO PAULISTANO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO CAIXA DO CORREIO, D

S. Paulo—Sabbado, 14 de outubro de 1922

FUNDADO EM 1854 N. 21.291

Cruz Vermelha Brasileira

Realiza-se amanhã, ás 14 horas e 30, a inauguração da séde da Cruz Vermelha Brasileira, á rua Libero Badaró, n. 28, no predio doado áquella instituição de caridade pelo sr. Joaquim Bernardo Borges.

Será tambem inaugurada á mesma hora a nova séde da Escola de Enfermeiras, no largo do Arouche, n. 28.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21291, 14 out. 1922

CORREIO PAULISTANO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO CAIXA DO CORREIO, D

S. Paulo—Domingo, 15 de outubro de 1922

FUNDADO EM 1854 N. 21.292

UMA BENEMERITA CRUZADA SOCIAL

A Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo inaugura hoje a sua Escola de Enfermeiras

Homenagem ao seu bemfeitor — Como se escreve uma historia curta mas brilhante — O Hospital de Crianças — Varios pormenores

UM DOENTINHO DANDO ENTRADA NO HOSPITAL DE INDIANOPOLIS

Entre as obras benemeritas que dignificam e ennobrecem os paulistas, pondo em relevo os seus elevados sentimentos de patriotismo e de humanidade, a Cruz Vermelha — ramo glorioso da grande instituição brasileira que fronteja na terra dos bandeirantes — é, incontestavelmente, uma das mais nobres, commoventes e suggestivas.

A Cruz Vermelha é constituida por uma legião de heroinas, incan-

çaveis e abnegadas, que dedicam o melhor dos seus esforços, a bondade de seu coração e o brilho da sua intelligencia á cruzada benefica que é, na paz, a protecção e a assistencia á infancia e que é, na guerra, a desvelada distribuição de confortos, de consolos, de carinhos, aos bravos que succumbem na defesa da integridade da Patria.

Nos dias rubros — que o Brasil, terra da Paz, do Direito e da Justiça, não tem tido a infelicidade de provar — a Cruz Vermelha é para a Humanidade a sanguinea explosão do amor, o impulso do sangue fraternal, que a todos os sêres une no mesmo affecto, na mesma solidariedade aviventada pela dôr universal de todos os que soffrem. As damas da Cruz Vermelha são os archanjos intangiveis que desfilam enxugando as lagrimas, por onde o vento da desgraça rugiu destruidor; seu carinho é como o Arco de Alliança que Deus desenhou nas nuvens para lembrar o eterno pacto do Creador com a sua creatura. E no meio das colera fulminantes, dos odios assassinos, dos barbaros disturbios das estanhas, a dividade é maior e mais bella, e todos vêem o seu gesto, e todos vislumbram a sua existencia na figura suave da enfermeira, de risos a flor dos labios e todo o coração nas mãos sacrosantas que pensam as feridas e estancam os jorros de sangue como os jorros de lagrimas amargas. Os canhões emmudecem as espadas tombam, os fuzis calam deante dos anjos da Bondade. E o soldado deante da Cruz Vermelha soffreia o seu furor e pensa — Deus existe.

E existe. Porque a Cruz Vermelha, na Paz, como na guerra, está preclamando alguma cousa de superior, de mysterioso, de formidavel, que a acciona, que a dirige, que a vivifica.

E' o que estamos vendo neste Estado, onde a Cruz Vermelha está se tornando uma instituição querida, empenhada, como se acha, numa acção social relevantissima.

A Cruz Vermelha Brasileira na capital paulista tomou a si o encargo de zelar pela nossa infancia pobre, dando combate decidido ao mais triste e deploravel dos males accusados pela demographia local — a mortalidade das crianças.

Auxiliada pelo governo, coadjuvada pela sociedade paulistana, por nobilissimos donativos particulares, pelo esforço da população, representada por todas as suas classes, a Cruz Vermelha Brasileira, dirigida por senhoras de brilhante intelligencia e grande coração está desempenhando um papel opportuno, que despertou os mais justos enthusiasmos.

O seu Hospital de Crianças é uma obra que nos orgulha e commove. Percorrendo as salas, e dependencias, daquella casa, no meio da algaravia e dos risos dos pequeninos convalescentes; ouvindo aqui e ali o choro dos innocentinhos que vieram, tão cedo, recorrer ao conforto prodigalizado no hospital aos que nasceram desamparados da sorte, não ha quem não experimente um momento de profunda emoção, sentindo pairar no ambiente o espirito vivo da Bondade, como um orvalho refrescando, em cada berço uma aurora.

Hoje a Cruz Vermelha está em festas. Vai inaugurar a sua Escola de Enfermeiras e, na sua séde, o busto do seu bemfeitor.

E toda a população de S. Paulo deve sentir-se feliz, assistindo á prosperidade dessa instituição que revela uma das faces mais bellas dos povos altamente civilizados — a nobreza do coração a serviço da defesa social.

DADOS HISTORICOS DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA DE S. PAULO

Aos 5 dias de outubro, do anno de 1912, no salão do Jardim da Infancia, com a presença de 105 senhoras da sociedade paulista, fundava-se a Cruz Vermelha Brasileira, no Estado de S. Paulo, por iniciativa da exma. sra. dra. Maria Rennotte, já nessa occasião estava funcionando a Escola de Enfermeiras, fundada pela exma. sra. dra. Maria Rennotte e dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, com o precioso concurso do mordomo e da superiora da Santa Casa de Misericordia, frequentada por senhoras pertencentes ás mais distinctas familias paulistas. A primeira turma diplomou-se em 1914 e a segunda em 1915; essa escola funccionou em duas turmas sendo dirigida uma pela dra. Maria Rennotte e outra pela dra. Casimira Loureiro que se encarregaram gratuitamente de todo o ensino. Posteriormente, prestaram gratuitamente seus serviços á escola, tambem as exmas. drs. Gino Gelli, Riccioti Allegretti, Nuno Guernner, Moura Azevedo, Altino Antunes, Odette Nora Antunes, Lino Rocha Leão e Carmen Escobar Pires. A exma. sra. dra. Maria Rennotte, logo da fundação, propôz que se reunissem os esforços de todas as socias para a fundação de um Hospital de Crianças, em vista da grande mortalidade infantil verificada na capital de S. Paulo. Para obter recursos para a manutenção do hospital, a Cruz Vermelha pediu ao Congresso, pelo deputado dr. Antonio Mercado, que fosse instituido nas escolas do Estado de S. Paulo, o Tostão Nacional, afim de que as crianças das escolas, com a quantia minima de um milréis por anno, pudessem collaborar na grande obra de assistencia hospitalar ás crianças pobres e desprotegidas. Não foi feliz no seu pedido. O Congresso entendeu, com toda a razão, que elle era inconstitucional. O secretario do Interior de então sr. dr. Altino Arantes, autorizou apenas a collocação das caixinhas nas escolas publicas e grupos escolares para o obolo expontaneo. E assim em nada ficou prejudicada a idéa, tendo o commercio, como sempre generoso, muito concorrido para que o Tostão tivesse um exito completo. Com este recurso e mais donativos de bemfeitores, a Cruz Vermelha pôde iniciar as obras do Hospital de Crianças, no vasto terreno (46 mil metros) doado pela Companhia Territorial Paulista, cuja directoria era composta dos srs. dr. Fernando Arens, dr. Eugenio Lefèvre e David dos Santos e se achava situado no bairro de Indianopolis, logar salubrerrimo, a 25 minutos da capital.

Sob a presidencia da exma. sra. d. Anna de Queiroz Telles Tibiriçá (1915-1917), foram iniciadas as obras do Hospital dirigidas graciosamente pelo illustre architecto exmo. sr. dr. Ramos de Azevedo, tendo essa benemerita senhora entregue a sua substituta já prompto, o corpo central do edificio. Em 1918 a presidente exma. sra. d. Antonia F. de Sousa Queiroz mandou construir o pavilhão "Viscondessa do Porto Martim", com o legado deixado para esse fim por essa distincta e benemerita senhora, fallecida em 1914 e a qual muito deve a Cruz Vermelha, tambem pelos grandes serviços prestados como vice-presidente em exercicio. Em 20, 21 e 22 de julho de 1918 realizou-se o primeiro Congresso da Cruz Vermelha Brasileira, com a presença do representante do orgam central da Cruz Vermelha e das filiaes do interior do Estado, em numero de 40.

O bom exito do Congresso foi devido principalmente aos esforços do sr. dr. Armando Prado que o organizou, e dos srs. capitão Gentil Serico de Vasconcellos, Nestor Rangel Pestana, Nelson Teixeira e Luiz Fonseca, todos do conselho director, cujo trabalho foi dedicadissimo e foi presidido pelo commandante da Região, sr. general Luiz Barbedo.

A 10 de setembro desse mesmo anno, sendo director clinico o sr. dr. José Libero, o hospital começou a funccionar, sob a direcção interina de mlle. Elsie Guernnann, prestando seus serviços como medicos os srs. drs. Olindo Chiaffarelli e Mario Margarido Filho a quem a Cruz Vermelha muito deve.

Tendo, em 1919, tido necessidade de retirar-se a dedicada directora mlle. Elsie Guernnann foi, pela exma. sra. d. Antonia de Sousa Queiroz convidada para dirigir o hospital, a illustrada medica e distincta paulista exma sra. dra. Celina Pinho, que ficou na direcção até maio p. findo.

O trabalho da Cruz Vermelha durante a grippe de 1918 foi ingente, conhecido por todos, e é inutil relembral-o.

Foi em janeiro de 1918 que a Cruz Vermelha ficou agradavelmente surprehendida com uma carta do sr. Joaquim Bernardo Borges, domiciliado no Porto, em Portugal, portadora da doação de um terreno, na rua Libero Badaró, nesta capital, afim de nelle ser construido um predio que formasse um patrimonio para o Hospital da Criança. A escriptura da doação do terreno foi passada pelo tabellião Gabriel da Veiga em 4 de julho.

Não póde a Associação construir immediatamente o predio, pois faltava-lhe recursos para isso. O generoso senhor, que offereceu o terreno, offereceu ,então, em condições muito favoraveis, o emprestimo de 500 contos para a construcção do predio podendo assim, a exma. sra. d. Antonia de Sousa Queiroz ,iniciar as obras do edificio que foi construido pelo engenheiro, dr. Alberto de Oliveira Coutinho, sendo, gratuitamente fiscalisado pelo sr. dr. Ramos de Azevedo, que sempre tem sido um bemfeitor da Cruz Vermelha.

O contracto assignado pela directoria presidida pela sra. d. Antonia de Sousa Queiroz, foi cumprido pela actual presidente a exma. sra. d. Adilia Mercado, que tem sido uma esforçada em beneficio da Associação que dirige. Coube a essa distincta senhora a tarefa de preparar a installação da nova séde da Escola de Enfermeiras, que funccionará num predio cedido pelo sr. dr. Alarico Silveira secretario do Interior, e reformado pela Associação, no largo do Arouche, 62.

Cumpre lembrar o grande auxilio prestado pelo commercio na reforma do predio e destacar aqui os nomes dos bemfeitores da Cruz Vermelha, sra. Antonio Martins, da Casa Martins Barros; Pereira Ignacio, Irmãos Floravanti, José de Bonis, A. E. Carvalho e Comp., José Hauer Junior, Viuva Ilario Motter, T. Andrade, dr. Pontual, dr. Gonçalves, Irmãos Moneta, João Velloso, João Velloso Filho, Malatesta, Vicente Brindisi, Isella (consul da Suissa); Magalhães e Comp., J. Agostinho e Comp., Belman e Comp., Viuva Forster e Comp., coronel Joaquim da Cunha Bueno, Hugo Heise e Comp., Companhia Melhoramentos de São Paulo, Sacoman Frères, Almeida Porto, Betoldo Santiago, J. Monteiro, Azevedo Miranda, Nicolau Farat, e Comp., Facchini Irmão e Comp., Serraria Paraná, Antonio Monteiro dos Santos, Lameirão e Comp., Palaride Mortari, Thomaz Irmão e Comp., Herman Warnek e Comp., Martins Sant'Anna, Companhia Mecanica e Importadora, Marmoraria Tavolaro, J. Martins, Castro Mendes e Comp., Anacleto Silva e Comp., Casa Fretin, Policiotti e Comp. e sr. Russo.

Referindo-se ao Hospital, convem sallentar o enorme beneficio feito pelo sr. dr. Washington Luis, presidente do Estado, que dotou o hospital de agua, cuja falta era muito sensivel.

O sr. Joaquim Bernardo Borges, fallecido em 3 de janeiro de 1921, legou á Cruz Vermelha a importancia de 600 contos que tinha emprestado para a construcção do predio e mais a metade do remanescente, de 89 contos. Deixou tambem consignado que o predio se chamasse "Palacete Cruz Vermelha". Elle quiz beneficiar uma instituição brasileira em reconhecimento ao Brasil, pois aqui passou grande parte de sua existencia e adquiriu a fortuna da qual tão bom emprego fez.

A Cruz Vermelha está actualmente num periodo de franca prosperidade.

A sua actual presidente exma. sra. d. Adilia Mercado — espirito nobilissimo, dotado de extraordinaria capacidade de administração, iniciativa e trabalho — tem tido a felicidade de, continuando com brilho a obra de suas illustres predecessoras, realizar antigas aspirações da instituição. Nesse labor incançavel, fecundo e nobilitante, a digna senhora tem sido coadjuvada por suas companheiras de directoria, que não poupam trabalhos e até sacrificios para dar tudo o que lhe têm sido possivel para o engrandecimento da Cruz Vermelha.

AS INAUGURAÇÕES DE HOJE

Realisa-se hoje a inauguração, na séde da Cruz Vermelha, do busto do dr. Joaquim Borges, que a associação mandou fazer em homenagem ao seu grande bemfeitor.

O trabalho foi executado pelo esculptor sr. Roque de Mingo.

Conjuntamente será inaugurada a nova séde, onde funccionará a Escola de Enfermeiras, e um ambulatorio annexo á mesma, destinado aos que dispõem de minguados recursos ,a que será dirigido pelo director clinico da Cruz Vermelha, sr. dr. Oscar D'Utra e Silva, a quem a benemerita instituição muito deve, com o concurso de distinctos medicos.

Para essas solennidades, que se realizará ás 14.30 hs., a Cruz Vermelha convidou as autoridades estaduaes, federaes e municipaes.

A festa terá inicio no largo do Arouche, 62.

O orgam central da Cruz Vermelha Brasileira, a convite da directoria, será representado em ambos os actos pelo seu presidente, sr. general dr. Getulio dos Santos e pelo terceiro secretario, sr. dr. Carlos Eugenio Guimarães.

A inscripção para a Escola de Enfermeiros acha-se aberta, á rua Libero Badaró, 18, todos os dias, das 17 ás 18 horas.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21292, 15 out.1922

CORREIO PAULISTANO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO CAIXA DO CORREIO, D

S. Paulo—Segunda-feira, 16 de outubro de 1922

FUNDADO EM 1854 N. 21.293

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

Inauguração da Escola de Enfermeiras e do busto do bemfeitor da benemerita instituição — No Hospital de Crianças foi collocada uma placa em homenagem á sua fundadora

Realizou-se hontem, nesta capital, no largo do Arouche a inauguração da Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo. Approveitando a opportunidade, a importante associação local inaugurou, no predio de sua séde, á rua Libero Badaró, o busto do fallecido Joaquim Bernardo Borges, o maior bemfeitor da Cruz Vermelha, que a ella deu o valiosissimo terreno e legou avultado capital para a construcção do imponente edificio que é hoje o da sua séde.

A festa da Cruz Vermelha teve inicio no largo do Arouche, com a presença dos srs. João Silveira Junior, official do gabinete do sr. secretario do Interior, representando s. exc.; Meirelles Reis, pelo sr. secretario da Fazenda; Raul Pereira, pelo sr. prefeito municipal; general Abilio de Noronha, commandante da 2.a Região Militar; general Ferreira do Amaral, chefe do serviço de saude do Exercito, a representante da Cruz Vermelha Nacional, sra. d. Adilia Mercado presidente da Cruz Vermelha desta capital; d. Rosina Nogueira Soares, secretaria e d. Lucilia Ribeiro de Sousa, thesoureira; dr. D'Utra e Silva, chefe do serviço medico da benemerita instituição medicos, representantes da imprensa, cavalheiros e familias de mais distincta sociedade paulistana.

Assumindo a presidencia da sessão inaugural, a sra. d. Adilia Mercado convidou para tomarem logar á mesa os representantes do governo estadual, da Cruz Vermelha Brasileira e o sr. general commandante da 2.a Região. Em seguida deu a palavra ao orador official, dr. Paula Santos que pronunciou um bello discurso que foi muito applaudido, e que deixamos de publicar por absoluta falta de espaço.

Em seguida usou da palavra o sr. general Ferreira do Amaral que se congratulou com a Cruz Vermelha de S. Paulo pela sua prosperidade.

Por ultimo pronunciou algumas palavras o sr. dr. D'Utra e Silva, que agradeceu o comparecimento dos presentes, convidando-os a uma visita ás installações da Escola.

A ESCOLA DE ENFERMEIRAS

A Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo é um estabelecimento modelar, que virá prestar relevantes serviços á capital, pelos promptos soccorros que poderão ali ser ministrados, ao Estado e ao paiz, pelo preparo que dará ás mais distinctas senhoras e senhoritas, que se tornarão aptas para, em tempo de guerra, ou de calamidade, desempenhar a sua nobilitante missão.

A escola possue todo o apparelhamento para o ensino pratico, o que torna uma realidade o seu curso de enfermeiras profissionaes e voluntarias. Possue, com todos os requesitos necessarios, consultorios externos para clinica de olhos, nariz, garganta, gynecologia e obstetricia, gabinete dentario, laboratorio pharmaceutico, serviço de soccorros de urgencia, constante este de salas para curativos, enfermaria e sala de operações. Ha ainda uma sala para operações asepticas, outra de esterilização, outra para o ensino pratico de dietetica. No edificio existem ainda outras dependencias, banheiro, alojamento para enfermeiras. A Escola manterá, pois, magnificamente apparelhada, um serviço que incalculaveis beneficios vem prestar a nossa capital, como, por exemplo, os que concernem á prophylaxia da syphilis, da tuberculose e das molestias venereas, o exame de sangue, o exame de amas e gestantes.

Todos os presentes, percorrendo a Escola de Enfermeiras e ouvindo as explicações do sr. dr. D'Utra e Silva, espirito brilhante de organizador e trabalhador infatigavel, sentiam a mais agradavel das impressões, verificando que S. Paulo se tornava desde aquelle momento possuidor de mais um titulo de gloria e um motivo de orgulho.

Terminada a visita á Escola de Enfermeiras, dirigiram-se os presentes á rua Libero Badaró, n. 76, onde foi inaugurado o busto de Joaquim Bernardo Borges, o bemfeitor da Cruz Vermelha.

INAUGURAÇÃO DO BUSTO DE JOAQUIM BERNARDO BORGES

Realizou-se na séde da Cruz Vermelha uma sessão solenne, que se revestiu de muito brilhantismo, inaugurando-se entre palmas e flores o busto do doador do sumptuoso edificio da patriotica instituição.

A sessão foi presidida pela sra. d. Adilia Mercado, que convidou a tomarem logar em torno da mesa os srs. representantes do governo, do Exercito e da Cruz Vermelha.

Em seguida a digna presidente da Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo pronunciou brilhante discurso, historiando os trabalhos da Cruz Vermelha de S. Paulo.

A distincta oradora foi vivamente applaudida.

A sra. presidente deu, depois a palavra ao professor Nabor Fontes, que declarou inaugurado o busto do bemfeitor da Cruz Vermelha, pronunciando um discurso que impressionou agradavelmente o auditorio. Esse discurso deixamos de publicar por absoluta falta de espaço.

O joven orador foi muito applaudido, sendo descoberto o busto de Joaquim Bernardo Borges, entre calorosas palmas de todos os presentes.

Falou, em seguida o sr. general Ferreira do Amaral que felicitou a Cruz Vermelha e saudou o sr. general commandante da 2.a Região Militar.

O sr. general Abilio de Noronha agradeceu, pronunciando breve e expressivo discurso. Falou ainda um associado da Cruz Vermelha, saudando o dr. Clemente Ferreira que se achava presente.

Ao terminar a sessão foi offerecida uma taça de champagne aos convidados.

NO HOSPITAL DE CRIANÇAS

Dirigiram-se, em seguida, os representantes do governo, os directores e associados da Cruz Vermelha, os representantes da imprensa e convidados ao Hospital de Crianças, em Indianopolis.

Foi ali inaugurada uma placa em homenagem á dra. d. Maria Renotte, fundadora do Hospital e uma das maiores benemeritas damas da Cruz Vermelha.

Falou, nessa occasião, o sr. dr. Antonio Mercado, que produziu brilhante oração.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21293, 16 out. 1922

CORREIO PAULISTANO

Director geral, FLAMINIO FERREIRA — PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONYMA — Gerente, EDGARD NOBRE DE CAMPOS

SEDE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO —:— CAIXA POSTAL, D — SABBADO, 8 DE OUTUBRO DE 1927 — FUNDADO EM 1854 —:— NUMERO 25.656 ENDEREÇO TELEGRAPHICO, "PAULISTANO" —:— S. PAULO

Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo

O ANNIVERSARIO DE SUA FUNDAÇÃO

Nas solennidades com que a Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo commemorou, a 5 do corrente, mais um anniversario de sua fundação, o sr. dr. Alberto Cunha Horta pronunciou o seguinte discurso:

"Justifica-se a audacia de quem sabendo-se despido de qualquer valor, maximé de attributos oratorios, que de alguma forma attenuassem a penuria de conceitos e assim lograssem prender a vossa amavel e complacente bondade e attenção, uma razão superior, que consiste na recusa por parte da directoria da Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo, em assentir ao meu insistente pedido para que vos fosse poupado ouvir-me neste momento, em que esta associação humanitaria e internacional aqui congrega em sua séde os seus socios e a "élite" paulistana, para na singeleza de uma festa jubilosa pela passagem do 15.o anniversario de sua fundação, significar a todos vós presentes, ás autoridades publicas, instituições em geral, á imprensa e ao povo de S. Paulo, o seu agradecimento pela contribuição generosa e animadora que tanto a tem encorajado a proseguir em seus sublimes propositos, tornando em realizações positivas e dignas do applauso publico as idéas profundamente bellas, que são a caracteristica das linhas da Cruz Vermelha universal.

De facto, senhores, a obra da Cruz Vermelha é admiravel em sua estructura, quanto soberba e impeccavel em sua ethetica: mesmo entre os mais argutos e vivazes espiritos de analyse, que não costumam levar em conta pequeninos senões de detalhes, mas obra em seu conjuncto harmonico, ella é e será apreciada como das mais bellas concepções do homem para o amparo do homem, não vendo patrias, linguas, religiões, partidos, acudindo a todos indistinctamente e carinhosamente, nas horas amargas das grandes e inevitaveis calamidades sociaes.

A Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo, no periodo relativamente curto de sua existencia, conta em seu acervo immensa copia de dedicados serviços assignalados pela abnegação de seus dirigentes em diversas phases, não se tendo observado soluções de continuidade, em suas administrações, salvo as pequenas divergencias em pontos que em nada têm influido no programma basilar desta instituição philantropica.

São mais casos pouco apreciaveis de economia domestica ou mais claramente, patrimoniaes, que ultimamente deram origem a desintelligencias, aliás evitaveis, não fossem as paixões humanas tão subtis e empolgantes, causadoras inconscientes de contendas e controversias entre os seus elementos mais representativos.

De nossa parte, meus senhores, a Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo brotou do mesmo tronco adusto de onde provieram as suas co-irmãs: — rebento vigoroso da mesma arvore majestosa, cuja sombra amiga acolhe e acaricia toda a humanidade.

Precisa, porém, que deixemos bem claro, ao par da idéa geral de confraternidade entre todos os elementos que em conjuncto constituem essa formosa organização da assistencia publica, e social, que a cada um desses elementos occorre o dever de cuidar de sua condição essencial de existir.

Assim é que, mercê de generosidades do povo paulista, póde este departamento da Cruz Vermelha em S. Paulo orgulhar-se de seu grau sempre crescente de prosperidade, e apresentar-vos os resultados magnificos de sua actuação, si não quizermos dizer modelar, porque a perfeição é a culminancia das idealidades, pelo menos, meus senhores, digna de applausos e do apoio publico, pelo muito que já tem feito e pelo muito que quer e ha de realizar, porque conta com a coadjuvação constante e util, bôa e sã, deste povo que se dignificou pelo trabalho, se enalteceu pela audacia e por si proprio creou a propria gloria pelo seu altruismo e grandeza de seus propositos.

Convém aqui relembrar o vulto magnanimo do seu bemfeitor Comm. Joaquim Bernardo Borges, a quem rendemos o culto de nossa saudade e respeito. E vejamos rapidamente:

Fundou-se a Cruz Vermelha Brasileira de S. Paulo a 5 de outubro de 1912, por iniciativa dessa dama de virtudes modelares, dra. Maria Renotte, no edificio do Jardim da Infancia, tendo o seu emblema apparecido pela primeira vez, nesta grande terra, a 7 de setembro, no alto do Ypiranga, por occasião da festa commemorativa realizada no governo do insigne estadista, de saudosa memoria, sr. dr. Francisco de Paula Rodrigus Alves."

Depois de referir a idéa do tostão nacional, pela dra. Maria Renotte, cuja primeira collecta produziu 9:500$000, o orador assim continuou:

"Em concordancia de idéas, foi fundado o curso de enfermeiras, hoje em pleno florescimento, sob habil direcção de competentes e incansaveis profissionaes.

O Hospital das Crianças, uma das mais formosas e delicadas realizações da Cruz Vermelha, foi idealisado pela mesma dra. Renotte, tendo a exma. sra. d. Anna Tibiriçá, presidente desta associação até 27 de fevereiro de 1915, ampliado o plano primitivo e confiado ao notavel e respeitabilissimo architecto paulista dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo a organização definitiva do projecto e a execução das obras.

O Hospital foi construido em Indianopolis, suburbio desta capital, em magnifico e aprazivel terreno de 46.656 metros quadrados, doação feita pela Cia. Territorial Paulista.

Hoje, dotado das mais modernas e perfeitas installações, o Hospital das Crianças nada deixa a desejar aos seus similares, tendo á sua frente como interno o illustre e abalisado especialista dr. Mario Mursa, que, attendendo a clinica da casa, mantem consultorio gratuito grandemente frequentado pela população desta capital, bem assim das localidades circumvizinhas.

Os primeiros a concorrer para essa utillissima obra foram: A sra. condessa Alvares Penteado, com. Pinotti Gamba, Frontão Paulista, Industrias Reunidas Matarazzo, "O Estado de S. Paulo", Light and Power, conde de Lara, Mala Real Ingleza e muitos outros, seguidamente.

Além dos soccorros prestados ás victimas das inundações da Bahia e as da secca do Ceará, e manter um posto permanente de assistencia nesta séde, a Cruz Vermelha de S. Paulo tem em seu activo um haver digno de vosso apreço e de vossas palmas em duas actuações admiraveis.

Durante a epidemia de grippe em 1918, soccorreu 40.221 enfermos; distribuiu 9.752 soccorros alimentares e accudiu, com dedicada assistencia, a 22 cidades paulistas."

O dr. Cunha Horta, depois, extendeu-se em considerações sobre a acção da Cruz Vermelha durante a revolução de julho de 1924, terminando o seu discurso com as seguintes palavras:

"Pois bem, senhores, eis em resumido e imperfeito diagramma a obra gigantesca levada a bom termo por essas dignas, respeitaveis, dedicadas e nobres damas, da bôa e fidalga terra paulista, na direcção da Cruz Vermelha de S. Paulo, a começar pela exma. sra. d. Anna Tibiriçá, honrada e dilecta filha dos condes de Parnahyba; vergontea dessa forte raça que engrandeceu S. Paulo — até a sua actual presidente, a exma. sra. d. Maria José Malhado Penna, figura modesta e veneranda; um exemplo modelar de virtudes e de dedicações e que de todos nós merece o mais alto culto de gratidão e de respeito.

Ao par dessas illustres senhoras que presidiram até aqui os destinos da Cruz Vermelha, é um dever de justiça, permittindo-nos não citar outras damas egualmente dedicadas, que ponhamos em especial evidencia dois nomes para nós bem caros e que só poderiam ser olvidados, por ingratidão imperdoavel: refiro-me ás exmas. sras. dra. Renotte e Rosina Nogueira.

Essas têm sido o baluarte irreductivel: a linha de frente desse combate magnifico á favor do bem de todos e da prosperidade da Cruz Vermelha.

Estamos neste momento empenhados na realização de mais um commettimento, que temos fé será mais um padrão de gloria para S. Paulo e para a sua Cruz Vermelha: — A construcção do Hospital do Prompto Soccorro.

A's autoridades, á imprensa e ao povo, pedimos dar-nos as suas mãos bemfazejas para que em breve a nossa soberba capital possa ver ffuctuar no alto do edificio projectado a bandeira da Cruz Vermelha — symbolo da caridade e attestado do altruismo de um povo generoso, audaz e persistente na realização dos seus mais alevantados e sublimados propositos."

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 23056, 8 out. 1927

ANEXO V – A pobreza desamparada e o Lyceu de Ytú

Republica

FOLHA INDEPENDENTE — REDACTOR CHEFE:—AFFONSO BORGES

Anno XXI | Estado de S. Paulo | Ytú, Domingo 20 de Novembro de 1921 | Brasil | Numero 712

Um benemerito

Não é porque um homem vê-se collocado nas mais altas posições sociaes que se deve calar, por exagero de altivez, as qualidades que o recommendam á estima geral.

De verdade, não é nosso habito proclamar as virtudes da gente que já tem por si a posição que occupa na sociedade.

Gostamos mais de ser o amparo dos pobres do que os annunciadores das virtudes dos ricos, embora muitos delles as possuam de facto.

Entretanto, e sem o menor constrangimento, movidos até pelo desejo de fazer justiça e de não permittir que fiquem olvidados serviços inestimaveis, que vamos em traços ligeiros tratar hoje da individualidade do prestante cavalheiro, sr. dr. José de Paula Leite de Barros.

Para recommendal-o á estima e gratidão do povo ituano não precisa mais do que lembrar os inolvidaveis serviços que elle tem prestado á nossa Santa Casa de Misericordia. Como seu provedor, ha muitos annos, os seus esforços multiplicam-se em beneficio do pio estabelecimento. Não é facil o equilibrio financeiro de uma casa que tem rendimentos positivamente insufficientes para cobrir as suas despesas. Entretanto, o dr. Paula Leite trabalhou com o criterio, intelligencia e cuidado que lhe são peculiares, conseguindo manter a Santa Casa nas condições exigidas pelos nobres fins que determinaram a sua fundação.

O mais difficil estava feito até o dia em que o saudoso sr. Joaquim Bernardo Borges houve por bem lembrar-se de Itú para proteger a pobreza desamparada.

A noticia do grande legado constante do testamento do sr. Joaquim Borges espalhou-se rapidamente e já todos queriam ver o seu cumprimento sem imaginar que se tornava preciso remover as difficuldades que costumam apparecer nessas occasiões. O dr Paula Leite, calmamente, agindo por si e consciente dos passos que dava para chegar a bom termo, não se incommodava com as alheias precipitações, aliás justificadas pelo desejo de que tudo fosse em breve uma realidade. Veiu elle agora de S. Paulo, reuniu os Irmãos respectivos, deu contas claras e insophismaveis do que fez e regressou para a Capital satisfeito e feliz.

Dirão que receber um legado é a coisa mais facil deste mundo. Dirão isso os que ignorarem a cobiça que despertou a cari dosa lembrança do grande bemfeitor.

Sabe-se tambem agora que o dr. Paula Leite conseguiu do governo a isenção do imposto de transmissão que montava a mais de setecentos contos de réis e que o sr. official do registro da Capital tambem não quiz receber os emolumentos a que tinha direito.

Quer dizer que o dr. Paula Leite augmentou o patrimonio da Santa Casa com cerca de oitocentos contos de réis.

E tudo porque?

Porque dispõe elle da confiança geral; porque, honrado e digno, merece ser attendido nos pedidos que faz pela instituição que tudo lhe deve. O seu prestigio junto ás altas autoridades do Estado, o seu nome junto aos Bancos e Casas Commerciaes e a sua reputação no Fôro estão collocados em posição de invejavel destaque.

Feliz é o velho estabelecimento que tem, como seu provedor, um homem de tão raro descortino e honestidade.

Que nunca lhe falte o dr. Paula Leite e a Santa Casa continuará a prosperar e a distribuir beneficios.

E' o que desejam todos os bons ituanos.

TROLY

acolchoado e puchado por boa parelha, mansa e esperta.

Aluga-se á rua de Sant'Anna n.o 36.—Teleph. 174.

O proprietario—Joaquim de Mattos.

O LYCEU de Artes e Officios

Vae finalmente tornar-se uma realidade o Lyceu de Artes e Officios legado á cidade de Itú pelo benemerito snr. Joaquim Borges.

Essa immensa dadiva, si for judiciosamente applicada, muito virá contribuir para o engrandecimento de Itú e facilitar a educação de seus filhos, o que não se dará, si a applicação não tiver um fim util e pratico e consistir simplesmente em Lyceu de fachada.

Devemos sempre nos lembrar do que succedeu com o Instituto do Novo Mundo doado a Itú pelo snr. José Carlos Rodrigues, cujo patrimonio foi depois augmentado pelo Barão de Piracicaba, tendo attingido á vultuosa quantia.

Esse Instituto acabou por extinguir-se, não se sabendo o fim que levou o seu patrimonio.

Em primeiro logar vamos dizer em que consiste um Lyceu de Artes e Officios. Lyceu, em geral, é um estabelecimento de instrucção secundaria. Por isso, a primeira vista e para os que não estão no corrente da organisação de institutos congeneres, parece que Lyceu de Artes e Officios consiste simplesmente em um estabelecimento de ensino de algumas das bellas-artes e de officios manuaes.

A expressão Lyceu de Artes e Officios não deve ser comprehendida litteralmente, tomando-se o significado de cada palavra em separado, porquanto todas em conjuncto têm significado especial e designam um estabelecimento de instrucção secundaria e superior para o estudo theorico e pratico das artes e suas applicações.

Da mesma forma, Lyceu de Artes e Manufacturas, quer dizer um Instituto de Engenharia applicada á industria.

Quando se quer designar um estabelecimento destinado a ensinar unicamente officios, diz-se: Escola profissional. Da mesma forma, quando se quer designar estabelecimentos destinados ao estudo de certas e determinadas artes, diz-se: Escola de Bellas-artes, escola de pintura, conservatorio de musica, etc.

O Lyceu de Artes e Officios abrange tudo isso e muito mais ainda, porque comprehende o estudo das sciencias, que constituem as artes liberaes.

Sob o ponto de vista do que se trata, a arte consiste na applicação dos conhecimentos humanos á realisação de uma concepção, podendo essa applicação ser feita para gozo pessoal, por passatempo, ou por officio ou por profissão, como modo de vida.

A arte divide-se em artes liberaes, as que dependem principalmente da intelligencia; as artes materiaes ou mechanicas, as que têm por principal agente o trabalho manual do homem ou o trabalho das machinas; as artes ideaes ou bellas-artes, as que representam o bello.

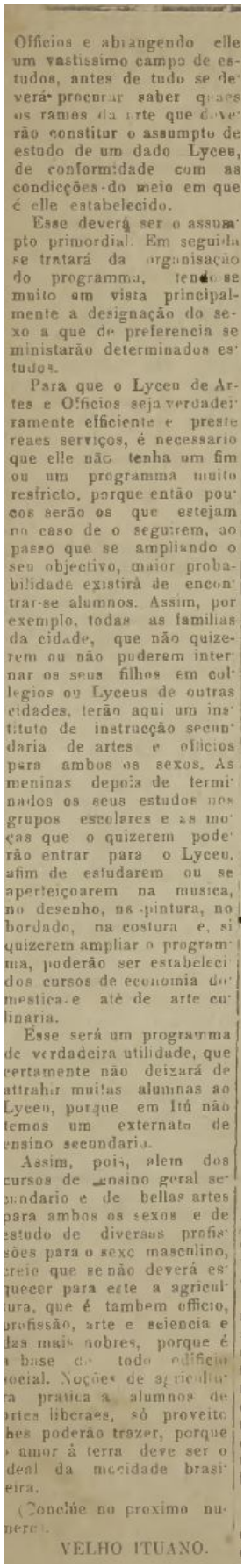
Entre as materias que constituem as artes liberaes estão todas que constituem o estudo do curso secundario, do ensino em geral e dos cursos superiores especiaes.

Entre as artes materiaes ou mechanicas acham-se as profissionaes propriamente ditas, como alfaite, sapateiro, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, serralheiro, ferreiro, fundidor, decorador, official de artes graphicas em geral, typographos, agricultor, hortelão, etc. etc.

As artes ideaes ou bellas-artes comprehendem a poesia, o desenho, a pintura, a esculptura, a musica, a dansa, etc.

Todos esses ramos da arte podem constituir materia para um Lyceu de Artes e Officios. Como já foi dito, aquelles que se dedicam a esses estudos podem fazel-o por gozo ou passatempo ou para adquirir riqueza, como modo de vida.

Sabendo-se em que consiste um Lyceu de Artes e



Officios e abrangendo elle um vastissimo campo de estudos, antes de tudo se deverá procurar saber quaes os ramos da arte que deverão constituir o assumpto de estudo de um dado Lyceu, de conformidade com as condicções do meio em que é elle estabelecido.

Esse deverá ser o assumpto primordial. Em seguida se tratará da organisação do programma, tendo se muito em vista principalmente a designação do sexo a que de preferencia se ministarão determinados estudos.

Para que o Lyceu de Artes e Officios seja verdadeiramente efficiente e preste reaes serviços, é necessario que elle não tenha um fim ou um programma muito restricto, porque então poucos serão os que estejam no caso de o seguirem, ao passo que se ampliando o seu objectivo, maior probabilidade existirá de encontrar-se alumnos. Assim, por exemplo, todas as familias da cidade, que não quizerem ou não puderem internar os seus filhos em collegios ou Lyceus de outras cidades, terão aqui um instituto de instrucção secundaria de artes e officios para ambos os sexos. As meninas depois de terminados os seus estudos nos grupos escolares e as moças que o quizerem poderão entrar para o Lyceu, afim de estudarem ou se aperfeiçoarem na musica, no desenho, na pintura, no bordado, na costura e, si quizerem ampliar o programma, poderão ser estabelecidos cursos de economia domestica e até de arte culinaria.

Esse será um programma de verdadeira utilidade, que certamente não deixará de attrahir muitas alumnas ao Lyceu, porque em Itú não temos um externato de ensino secundario.

Assim, pois, alem dos cursos de ensino geral secundario e de bellas artes para ambos os sexos e de estudo de diversas profissões para o sexo masculino, creio que se não deverá esquecer para este a agricultura, que é tambem officio, profissão, arte e sciencia e das mais nobres, porque é a base de todo edificio social. Noções de agricultura pratica aos alumnos de artes liberaes, só proveito lhes poderão trazer, porque o amor á terra deve ser o ideal da mocidade brasileira.

(Conclúe no proximo numero).

VELHO ITUANO.

Noticiario

Lyceu de Artes e Officios

Velho ituano é o pseudonymo de um respeitavel cavalheiro que publica hoje nesta folha um artigo muito sensato e cheio de opportunas considerações sobre o que realmente deve ser um Lyceu de Artes e Officios.

No presente numero publicamos a primeira parte desse trabalho, ficando a conclusão para quinta feira proxima.

—

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 712, 20 nov. 1921

ANEXO X – O terreno no Largo da Caixa d'Água

Republica

FOLHA INDEPENDENTE — REDACTOR CHEFE:—AFFONSO BORGES

Anno XXI | Estado de S. Paulo | Ytú, Quinta-feira 17 de Novembro de 1921 | Brasil | Numero 711

SANTA CASA

Conforme estava annunciado, effectuou-se a 14 do corrente a reunião da irmandade da Santa Casa de Misericordia desta cidade, convocada para o fim de se tomar conhecimento do testamento com que falleceu em Portugal o sr. Joaquim Bernardo Borges e no qual essa instituição de caridade era contemplada com avultado legado.

Ás 13 horas, mais ou menos, assumiu a presidencia da reunião o provedor dr. José de Paula Leite de Barros, ladeado dos irmãos de mesa srs. Padre Elisiario de Camargo Barros, Sebastião Martins de Mello, Francisco de Paula Leite, Joaquim de Toledo Prado, Adolpho Bauer, João E. Pompeu de Campos, Manuel de Paula Leite de Barros, Irineu Augusto de Souza e Luis de Camargo Penteado, tendo deixado de comparecer por motivo justo o irmão Joaquim Victorino de Toledo e servindo de secretario *ad'hoc* o irmão Raul Fonseca.

Compareceram á reunião, mais os seguintes irmãos: Antonio Ferreira Dias, dr. A. C. da Silva Castro, Alberto de Almeida Gomes, Arrigo Battisti, Carlos de Sousa Freitas, Francisco Brenha Ribeiro, dr. Graciano Geribello, Hermogenes Brenha Ribeiro, Haraldo Geribello, João de Almeida Camargo, João Carlos de Camargo Teixeira, Joaquim M. P. da Fonseca, José A. da Silva Pinheiro, José de Padua Castanho, Lauro Alves, dr. Manuel Maria Bueno, Oscar de Toledo Prado e dr. Sérvulo Pacheco e Silva.

Aberta a sessão, o dr. provedor procedeu á leitura de um relatorio, em que fez um estudo biographico de Joaquim Bernardo Borges, expõe a situação financeira da Santa Casa, antes e depois de entrar na posse do legado Borges e historia todos os passos dados para a conclusão em bons termos desse negocio, fazendo notar que o Governo do Estado attendeu ao seu pedido de isenção de pagamento dos impostos de transmissão, que se elevavam a mais de 700 contos e o dr. Gastão Vidigal, official do registro geral da 1.a circumscripção de S. Paulo, recusou o recebimento dos emolumentos a que tinha direito.

Em seguida determinou ao irmão Raul Fonseca que procedesse á leitura do testamento, finda a qual, após breve consulta a casa, propoz que fosse acclamada uma commissão de quatro irmãos para se encarregar da escolha e acquisição do terreno para a construcção do edificio do Lyceu, recahida essa escolha nos irmãos dr. Graciano Geribello, João de Almeida Camargo, Francisco de Paula Leite e Alberto de Almeida Gomes, sob a presidencia do dr. provedor.

Após isso declarou o dr. provedor que ia encerrar a sessão, convocando os irmãos para uma nova assemblea em 2 de Janeiro de 1922, afim de se cogitar das homenagens que deverão prestar á memoria do benemerito cidadão Joaquim Bernardo Borges, depois do que o dr. Graciano Geribello propoz que se consignasse na acta um voto de louvor ao dr. provedor pela clarividencia, interesse e acerto com que liquidou a posse do legado, sendo essa proposta approvada com vivos applausos dos irmãos presentes.

Terminando a reunião foi servido aos presentes uma lauta mesa de doces e bebidas finas.

—

A Camara Municipal, em sessão extraordinaria antes de hontem realisada, prestou a sua homenagem ao saudoso e benemerito sr. Joaquim Bernardo Borges.

O sr. dr. José de Paula Leite de Barros, provedor da Santa Casa, compareceu a essa sessão e leu um volumoso e bem concatenado trabalho de sua lavra sobre a *Historia de Itú*.

O dr. Paula Leite, como se sabe, é meticuloso nos dados que confecciona principalmente no que diz respeito ao passado desta cidade e aos ituanos que se salientaram na politica, nas letras, nas artes e no amor a esta terra. Por isso mesmo o seu trabalho despertou vivo interesse, causando magnifica impressão naquelles que assistiram á sua leitura.

Em seguida o sr. prefeito municipal e demais vereadores acompanhados de diversas pessoas gradas e duas bandas de musica dirigiram-se á antiga rua da Misericordia, afim de collocar numa de suas esquinas a placa com o nome de Joaquim B. Borges.

Fallou brilhantemente por essa occasião o sr. dr. José Leite Pinheiro.

—

A Commissão constituida pelos srs. Francisco de Paula Leite, João de Almeida Camargo, dr. Graciano Geribello e Alberto de Almeida Gomes para escolher o terreno em que deve ser constituido o edificio do Lyceu de Artes e Officios já entrou em negociações com o sr. Angelo Bordini para adquirir a chacara de sua propriedade situada no largo da Caixa d'Agua.

A digna commissão deve entender-se directamente com os proprietarios dos terrenos em vista, porque os intermediarios nada facilitam e tudo encarecem.

E' preciso que se comprehenda que a interessada é a Santa Casa e para ella tudo deve ser feito com abnegação.

Consta que o sr. Bordini pede trinta contos de réis pela sua chacara.

O ADONIS

Existe no nosso Regimento um 2.o Tenente, realmente uma bella figura, homem forte e sadio, bella estatura, mangiras distinctas, em uma palavra um official muito apresentavel; mas, de tudo isso para o que elle pensa, temos que transpor quasi que um abysmo.

O joven official julga-se um almofadinha, ao vel-o as moças estão conquistadas. Lendo ha dias na Bibliotheca que com tanta competencia dirige, a Historia da Mytologia, deparou com o retrato e a biographia de um typo que julgou ser o seu em epochas muito longinquas e que naturalmente se encarnou em si.

Trata-se, sem mais nem menos do Narcizo, o typo da belleza varonil. O nosso Tenente impressionou-se tanto que fez em pedaços um espelho de Turco que tinha em seu quarto e evita o mais que é possivel ver a sua imagem.

Podera, elle sabe que Narcizo andando á caça estendeu-se perto de uma fonte para beber, viu-se no espelho das aguas e poz-se em extasi; desesperado por não poder ter aquella

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 711, 17 nov. 1921

ANEXO Y – A compra do terreno para o Lyceu de Ytú

ANNO XVII — YTU 7 de Janeiro de 1922 — N.943

A FEDERAÇÃO

R.da Quitandan.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiatica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

Lyceu de Artes eOfficios Joaquim B. Borges

Sob a presidencia do seu digno Provedor dr. José de Paula Leite de Barros reuniu-se no dia 4 do corrente a Meza Administrativa da Santa Casa, afim de resolver sobre a escolha definitiva do local onde dev ser construido o Lyceu de Artes Officio "Joaquim B. Borges".

Por essa occasião foi pela commissão nomeada pela Meza para proceder á escolha do terreno, apresentadas a Administração da Santa Casa as plantas e mais relações sobre os diversos terrenos que essa commissão julgava se prestarem a esse fim, deixando porem a mesma a cargo da Meza Administrativa a escolha do terreno entre os que ella apresentava.

Tendo a Meza Administractiva apos examinar as respectivas plantas, julgado ser mais preferivel entre as apresentadas o terreno da Chacara Bordini, ficou resolvido a aquisição do mesmo.

Foi ainda pela Mesa Administractiva dado ao seu digno Provedor dr. Paula Leite plenos poderes para desde já poder agir e por em execução a construcção do edificio desse Liceu.

—Em vista do que foi resolvido pela Mesa Administractiva da Santa Casa o sr. dr. Paula Leite, seu digno Provedor adquiriu por 30 contos o terreno da Chacara Bordini, para nelle ser construido o predio destinado a esse lyceu, tendo já sido passada a escriptura de compra. Sabemos mais que dentro em breve serão iniciadas as obras da construcção

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVII, n. 943, 7 jan. 1922

ANEXO Z – Divergências com o projeto arquitetônico da escola

Republica

FOLHA INDEPENDENTE — REDACTOR CHEFE:—AFFONSO BORGES

Anno XXII | Estado de S. Paulo | Ytú, Domingo 16 de Julho de 1922 | Brasil | Numero 779

Nugas...

E' provavel que hoje, domingo do anno da graça de 1922, centenario da independencia da nossa patria, esteja definitivamente resolvida a intrincada questão do logar em que deve erguer-se o edificio em que funccionará o Instituto Borges. Ao traçar porem, estas «Nugas», campeava ainda o dissidio entre os magnatas, encarregados de dar cumprimento á ultima vontade do generoso amigo dos filhos pobres de Itú. Não havia meios de chegar-se a um accordo, sendo até necessario que se convocasse a Camara, que, diga-se de passagem, entra nisso como Pilatos no Credo. Entretanto, essa historia de logar, já devia estar resolvida, e, em 18 mêses, nenhum milagre haveria se os alicerces estivessem promptos, tanto mais que existe um praso fatal, sob pena de...«lá se foi o que Martha fiou !»

O dissidio mais espanta, quando sabem todos que estava comprada uma chacara, em situação aliás esplendida, para o fim que se tinha em vista. A planta, depois de não curto lapso, chegou, mas não se presta, dizem, para ser executada no terreno já comprado... Até parece irrisorio ! Pois o notavel architecto que a traçou, sendo como é dos mais insignes, não deveria, antes, ter tido conhecimento do terreno, sua área, orientação, aclive, etc., como é de praxe ?

E se elle achou, como ouvi allegado por pessoa distincta, que não havia meios de collocar a fachada na Rua do Commercio (coisa que acho bem esquisita) construa-se com a frente para a Rua de S. Rita. Que mal poderá vir dai ? Só vantagens adviriam a essa rua, como é natural. Houve até quem avançasse que o povo poderia criticar... Francamente, mas bem francamente, a razão é de cabo de esquadra !

Quando o povo quiser criticar, que faça o que em boa hora fez o benemerito Borges, fóra disso não terá direito. O insigne doador não designou nem rua, nem praça ; quiz que em Itú, se fundasse o Instituto. O que porem exigiu, e com certo rigor, foi o *praso* e esse já está consumido pela metade... em discussões inteis, byzantinas, cujo unico effeito será a perda do opulento legado.

Quando o Mahomet II sitiava Constantinopla, e os estandartes de Islam tremulavam já perto das muralhas, os proceres, responsaveis pela defesa e integridade da patria limitavam-se a discutir... sabem o que ? Discutiam se os anjos tinham os olhos azues e os cabellos louros !...

Antes que terminasse a parlenga, verdadeira nuga byzantina, a grande capital caia em poder do turco !... E nos que temos tres turcos de olhos esbugalhados... *Quod Deus abstat*, como costuma dizer o meu amigo, o sympathico Americo.

C. RIBEIRO.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; REPÚBLICA, Itu, Ano XXII, n. 779, 16 jul. 1922

ANEXO AA – A tentativa de permuta do terreno adquirido

ANNO XVIII — YTU' 15 de Julho de 1922 — N.970

A FEDERAÇÃO

R.da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

Notas e Noticias

O lyceu

Esteve nesta cidade o sr. Dr. José de Paula Leite de Barros, m. d. provedor da nossa Santa Casa, que aqui veio apresentar a planta do futuro 'Institut Borges de Artes e Officios"

A planta é bellissima e representa um grandioso edificio, digno de ser construido em lugar mais appropriado do que a chacara Bordini. Por esse motivo o sr. Dr. Paula Leite propoz á Camara Municipal permuta desse terreno pelo largo da Caixa d'Agua, onde o edificio faria outra vista e teria outra belleza Mas a Camara não aceitou a proposta, e por isso o lyceu será construido na referida chacara, pois não ha dentro do perimetro urbano outro lugar que se preste a esse edificio.

O povo todo, que vae lucrar com a fundação do lyceu, deseja que o edificio seja construido no largo da Caixa d'Agua, mas a Camara entende não ser isso possivel, e por esse motivo não será satisfeita a vontade popular.

Isso, porém, não é o principal; o que se quer é que dentro em breve se dê começo ás abras e que ou no referido largo ou na mencionada chacara, seja logo construido o edificio desse lyceu, promissor de grande futuro para a nossa cidade.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 970, 15 jul. 1922

ANEXO BB – A demora na construção do Lyceu de Ytú

ANNO XVII — YTU' 11 de Fevereiro de 1922 — N.948

A FEDERAÇÃO

R.da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTÚ (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

O Lyceu

Segundo clausula expressa do seu testamento, o finado sr. Joaquim BernardoBorges estabeleceu que o Instituto deArtes eOfficios a fundar-se nesta cidade com o legado por elle deixado, deve estar funccionando no praso de 3 annos a contar do dia da sua morte.

Entretanto até agora não se deu começo ás respectivas obras, apezar de estar correndo já o segundo anno da morte do maximo bemfeitor da nossa Santa Casa!

Já temos ouvido muitas reclamações a esse respeito,

e é por isso que tocamos neste assumpto.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVII, n. 948, 11 fev. 1922

ANNO XVIII — YTU' 27 de Maio de 1922 — N.963

A FEDERAÇÃO

R. da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica.) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

O LYCEU

Outras cidades possuem gymnasios, escolas normaes, lyceus, Ytú não tem nada e perde o que tem, e nem sabe aproveitar do que a Divina Providencia liberalmente lhe concede. Assim perdeu o tradicional Collegio de S. Luiz, que tanta falta faz para a educação da mocidade.

Hoje só a classe rica póde tratar da educação literaria dos filhos; a classe mediana e pobre estão privadas dos meios de fazer os filhos seguirem o caminho das letras. Parece que fim identico vae ter o malfadado Lyceu. Não é sem razão o grito de alarma da imprensa local. Numa cidade do interior como Ytú, onde ha falta de materiaes para as grandes construcções e em pouco mais de um anno hão de ter materiaes sufficientes para a construcção d'um grande edificio com acommodacões para todas as officinas e hão de inaugural-as em tempo; de modo que se possa dizer com todo o rigor do direito o Lyceu está funccionando; está cumprida a clausula do testador? Si estiver funccionando apenas uma ou outra officina; não irá isto dar margem a uma demanda das partes interessadas contra os direitos da Santa Casa de Ytú? E poderá a Santa Casa de Ytú sem meios, sem recursos sustentar esta demanda?

Foi por mim ventilada nas columnas desta folha a ideia de ser entregue a direcção do Lyceu a uma congregação religiosa; afim de que os alumnos tivessem uma educação completa, isto é, profissional e catholica. Mas esta ideia não foi aceita; parece que por justo castigo da Divina Providencia não teremos nem Lyceu catholico e nem leigo; não teremos nada. A causa de tudo isto é que não ha um só ituano da tempera dos antigos ituanos. Quando se tratou da fundação do Collegio S. Luiz, o P. José Galvão percorreu, a cavallo, todo o municipio de Ytú, esmolando para as obras do novo edificio, e conseguio reunir a quantia de seis contos. Parece uma importancia insignificante; mas para aquelle tempo era uma importancia muito consideravel; porque o que se fazia naquelle tempo com seis contos, não se faz hoje com trinta. Pois bem com esse dinheiro foi lançada a primeira pedra do grande édificio, onde funccionou cerca de cincoenta annos o antigo Collegio S. Luiz e que, infelizmente, está servindo hoje para quartel de soldados.

Quando se tratou da fundação do Seminario de S. Paulo, D. Antonio Joaquim de Mello, velho de sessenta annos, percorreu a cavallo as cidades, villas e aldeias da vastissima diocese de S. Paulo, esmolando para as obras do Seminario, e conseguio dinheiro sufficiente não só para a construcção do grande edificio do Seminario; mas para formar o patrimonio que é, ainda hoje, o que sustenta o mesmo Seminario. Hoje não ha mais um só ituano dessa tempera antiga, capaz de um pequeno sacrificio em prol de um ideal qualquer por mais grandioso, elevado que seja. Os ituanos de hoje só querem gosar das vantagens da encantadora Paulicéa; pouco se incommodam com os interesses do seu torrão natal. Que Ytú fique reduzida a ruinas, desappareça do mappa geographico pouco se incommodam com isso. Só procuram o interesse proprio; é o egoismo avassallando todas as classes sociais, dominando todos os espiritos, cujos effeitos deploraveis estamos vendo nestes infelizes tempos.

Ytú, 27—7—1922.

P. Antonio Bueno de Camargo

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 963, 27 mai. 1922

ANNO XVIII — YTU' 23 de Setembro de 1922 — N.980

A FEDERAÇÃO

R.da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

O LYCEU

Illmo. Sr. Redactor da Federação

Peço-lhe a publicação destas linhas.

Tenho ouvido dizerem-se taes coisas a respeito do futuro "Instituto Borges de Artes e Officios", que já começo a temer que o mesmo dê em nada, passando o riquissimo legado do benemerito Joaquim Borges a outras mãos, de accôrdo com o seu testamento, que é claro e não deixa a menor entrada a uma interpretação chicanistica.

Emquanto nós ituanos dormimos confiando nisto ou n'aquillo, lá fóra se está trabalhando com o maior afinco para que esse soberbo legado tenha applicação fóra de Ytú; e na lucta que se travar sobre o cumprimento ou não cumprimento do testamento na parte referente á fundação do referido Instituto, duvido muito que a Santa Casa desta cidade seja a vencedora, visto como «a corda arrebenta sempre pelo mais fraco».

Não se quer ver isso; mas queira-se ou não, isso é o que ha de irremediavelmente acontecer, si as cousas continuarem no pé em que vão, com esse socego, como se ainda faltassem tres ou quatro annos para a conclusão das obras Entretanto, o tempo vôa e d'aqui a 16 mezes o lyceu deve estar funccionando, sob pena de perde-se o legado!

Ituanos, o interesse é nosso, dos nossos filhos, e por isso não cruzemos os braços, esperando que o tempo se exgotte e nada se faça, e se perca o legado para prejuizo e vergonha nossa!

Seu constante leitor.

F. P.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 980, 23 set. 1922

ANEXO CC – Contratação da construtora para a obra do Lyceu

A CIDADE

Orgam dedicado aos interesses do municipio

PUBLICAÇÃO BISEMANAL — COLLABORADORES DIVERSOS

ANNO I | E. DE S. PAULO | ITU, 7 DE SETEMBRO DE 1922 | BRASIL | N.º 55

Noticiario

Instituto Bernado Borges

E' com immensa e justificada satisfação, que damos aos nossos conterraneos a gratissima nova de já ter sido assignado o contracto para o inicio das obras do Instituto Bernardo Borges. O profissional, a quem estão affectos esses serviços, é desses que dispensam toda e qualquer recommendação. Esse é um dos motivo de nossa satisfação; a construcção do Instituto, para a qual temos ainda 16 meses, será concluida, segundo o contracto, em 12 meses.

Assim o esperamos com toda confiança.

Eis o telegramma recebido pelo nosso amigo dr. Graciano Geribello, dignissimo prefeito municipal: «*Assignamos contracto Instituto Borges.* Affonso Geribello».

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano I, n. 55, 7 set. 1922

ANEXO DD – Início das obras – out. 1922

ANNO XVIII — YTU' 7 de Outubro de 1922 — N.982

A FEDERAÇÃO

R.da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

O lyceu

Finalmente deu-se começo ás obras do "Instituto Borges de Artes e Officios". Esperamos que agora ellas caminhem com rapidez, de modo que no prazo dos tres annos estabelecidos no testamento do magnanimo Joaquim B. Borges esse estabelecimento esteja funccionando, para que os interessados em ficar com o legado não possam achar uma entrada para uma demanda com a nossa Santa Casa sobre o mesmo legado.

Confiados na competencia do engenheiro que contractou essas obras, e tambem no seu patriotismo de filho desta terra, esperamos ver esse gradioso edificio terminado dentro do praso estipulado no respectivo contracto, e o lyceu funcionando no dia 2 de Janeiro de 1924, em que termina o prazo estabelecido no referido testamento.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 982, 7 out. 1922

ANEXO EE – Morosidade das obras preocupa a população ituana

ANNO XVIII — YTU' 2 de Dezembro de 922 — N.990

A FEDERAÇÃO

R da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa — BRASIL

O lyceu

Finalmente parece que as obras do futuro lyceu de artes e officios entraram n'um periodo de franco desenvolvimento, pois agora ali está amontoado grande quantidade de materiaes, e estão trabalhando vinte operarios. Dentro em poucos dias estarão promptos os alicerces de concreto e pedras graniticas, que darão grande solidez ao soberbo edificio. Trata-se de uma obra de grande futuro para a nossa terra, e por isso fazemos votos para que se intensifique cada vez mais o esforço na sua construcção, de modo que, ao terminar o prazo estabelecido no testamento do benemerito sr. Joaquim B. Borges, possa a população ituana ter o prazer de ver funccionando, mais ou menos regularmente, o grandioso "Intituto Borges de Artes e Officios".

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 990, 2 dez. 1922

ANNO XVIII — YTU' 9 de Dezembro de 1922 — N.991

A FEDERAÇÃO

R da Quitanda n.1 Telephone 134 — ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU (Com Approvação Ecclesiastica) — Assignatura annual 5$000

S. PAULO — Propriedade da Associação «São Paulo da Bôa Imprensa» — BRASIL

A INSTRUCÇÃO

Um dos maiores males do nosso povo é a falta de instrucção, o analphabetismo que lavra intensamente nas classes populares de pequenos recursos. Por isso todos os brasileiros verdadeiramente patriotas deveriam empregar os seus melhores esforços na dessiminação da instrucção popular em todo o paiz. Mas essa instrucção não deve limitar-se a ensinar aos meninos a ler, escrever e contar.

E' preciso além disso, ensinar-lhes um officio, que os habilite a ganharem a vida, e a tornarem-se assim uteis a si mesmos e a seus paes. Quem possúe um officio, tem o seu meio de vida, e póde viver independente, sem necessidade de andar mendigando empreguinhos, em que muitas vezes não se ganha nem sequer o ultimo indispensavel para as despezas mais urgentes de uma casa de familia.

Demais, se o pae tem um officio, não só tira do seu serviço o necessario para a manutenção de sua familia, mas ainda já vae creando os seus filhos na escola da vida pratica, porque, vendo a seu pae puxando pela ferramenta, o filho desde pequeno toma amor ao trabalho, aprende o officio do seu progenitor, e quando este morre, o substitue no officio, e assim a vida da familia com que não soffre solução de continuidade, ganhando os filhos mais velhos o necessario para a subsistencia de sua mãe e dos irmãos ainda pequenos. Infelizmente parece que no Brasil não se faz caso do ensino das artes e officios aos filhos do povo. Só se pensa em dar lhes a instrucção literaria. Resulta d'ahi que quasi não temos officiaes e não serem estrangeir s os filhos de estrangeiros, o que certamente não nos é digno de elogios. Não precisamos sómente de literatos e scientistas, precisamos tambem de bons artistas em todos os officios.

O LYCEU

Illmo. Sr. Redactor da Federação.

Li com muito prazer no seu conceituado jornal, que as obras do futuro Lyceu agora iam de vento em popa, em marcha acelerada, havendo por isso bem fundada esperança de ver se concluido o seu edificio, ao menos na sua parte principal, no praso estabelecido no testamento do finado sr. Joaquim B. Borges. De facto assim foi por uns tres ou quatro dias, mas infelizmente o avanço das obras teve a duração de um fogo de palhas, que logo se apagou. Pois o serviço ali está quasi de todo parado, e disseram-me que por falta de materiaes. Mas que faltem materiaes em obras feitas de esmola e com pouco dinheiro, não é de estranhar: porém causa grande estranheza que, sendo o legado de quasi 5 mil contos, não haja dinheiro para se comprarem os materiaes necessarios para essa construcção.

Em S. Paulo uma construcção como essa se faz em 4 ou 5 mezes, quando não falta o dinheiro, que é a unica condição para o andamento das obras, porque com o dinheiro não faltam materiaes nem operarios.

Sr. Redactor, é preciso dizer com franqueza, se a Mesa Administrativa da Santa Casa não sahir dos seus commodos para obrigar o andamento dessas obras, não teremos lyceu em Ytú, e o legado do benemerito portuguez irremediavelmente passará a outras mãos. E' essa a voz publica, e o que todos estão vendo, a só os cegos voluntarios poderão não ver.

Sr. Redactor, se v. s. acha estas linhas dignas de publicação, queira publical-as no seu jornal, que tanto interesse tem mostrado pela realização do futuro Lyceu.

J. P.

MEUS RABISCOS

Para onde vamos indo no pé em que vae muita coisa por ahi é que não digo nada, visto como é inútil dizer.

Laucemos, pois, rápidos commentarios referentes a toda a coisaria bonita que se nos vae apresentando phantasticamente estupenda na soberba téla do cinema jocoso e pandego da vida.

Parece que a gente se cansa de falar, falar muito, falar sempre, sobrtudo quando tudo faz crêr que ninguém dá importancia ao que se sabe dizer bem e de maneira agradavelmente engulivel. Depois... quê remédio? E' tudo cousa velha. Mas ninguém tem culpa de as cousas velhas se irem repetindo sempre como novas. Por isso mesmo, vou falar de assumpto carne-de-vacca.

Sabem daquella criança de seis annos que se suicidou, não é? Bem sabem, e se admiram por certo; nem é para menos.

Quanto a mim, eu é que me não admiro nada, porquanto já estou conformado com toda a asneirada do mundo, e doi para achar lindo, muito natural, muito da maravilhosa, monumental, pyramidal, seculovinte! civilização moderna.

Ora pois! Deixar correr o bode!

Matar-se uma criança de seis annos que mal largou da chupeta, mamou hontem mesmo?... Estar já cansado de viver quem

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XVIII, n. 991, 9 dez. 1922

ANEXO FF – Conclusão parcial das obras do Instituto Borges

ANNO XX YTU' 5 de Julho de 1924 N 1.073

A FEDERAÇÃO

Orgam das Associações Catholica de Ytú

Redactor— *Dr. Manoel Maria Bueno* Gerente-Thezoureiro—*João Ferraz A P. Sobrinho*

S. PAULO Rua dos Andradas. 27ª (Com Approvação Ecclesiastica) Assignatura annual 5$000 BRASIL

O LYCEU

Felizmente já se acha prompto o edificio principal do 'Instituto Borges de Artes e Officios". Essa parte, que é a mais importante, representa um grandioso edificio com vastos salões, claros e bem arejados. Para o lado de cima, e separado desse edificio, levanta-se um vasto pavilhão destinado ao ensino de carpintaria e marcinaria

Já ali está collocado todo o machinario, que se compõe de numerosas machinas das mais modernas e aperfeiçoadas, importando em muitas dezenas de contos de réis Essas machinas serão movidas á electricidade, para o que já se fez a ligação da força e luz.

A inauguração dessas duas partes do Instituto Borges será feita dentro em breve, segundo ouvimos dizer.

Agora é preciso que os paes, que desejam que seus filhos aprendam alguma dessas duas artes, tratem de os matricular aii logo que se tenha feito a inauguração do Instituto.

Muito bem! E' preciso que tenhamos operarios que executem os trabalhos de sua profissão de accôrdo com os preceitos ou regras da arte, e não assim como musicos que *tocam de ouvido*, sem conhecer as notas musicaes. Não, isso só se permittia em outros tempos, quando entre nós não havia estabelecimentos destinados ao ensino das artes e officios onde os rapazes trabalham sob a direcção intelligente de verdadeiros mestres dessas artes, que elles conhecem a fundo executando os serviços de conformidade com as minuciosas regras concernentes ás mesmas.

Comece, pois, quanto antes a funcionar esse Instituto, e que o numero dos seus aprendizes de artes e officios seja o maior possivel. O nosso paiz é novo, as suas riquezas naturaes são immensas, e por isso é muito vasto o campo em que pode expandir-se a nossa industria em todos os seus ramos.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XX, n. 1073, 5 jul. 1922

REPUBLICA
FOLHA INDEPENDENTE — REDACTOR-PROPRIETARIO: — AFFONSO BORGES
ANNO XXVI | E. de S. Paulo | ITU', Domingo, 20 de Junho de 1926 | Brasil | NUM. 1.050

Commentos

Por muitas vezes chegaram-me aos ouvidos os clamores dos habitantes da Villa Nova, inteiramente abandonados pela Camara, muito solicita na arrecadação dos impostos com que tributava e ainda muito mais sovina na distribuição de beneficios ao populoso e aprazivel bairro. Salubre e pitoresca, a Villa Nova sempre foi procurada por todos aquelles que desejam um bom clima para o restabelecimento completo de convalecentes. Basta dizer que, nas epidemias que assolaram esta cidade em 1892 e 1897, não se verificou um unico caso de febre amarella na Villa Nova. Não fôra a desidia dos poderes municipaes e aquella parte alta da cidade estaria hoje muitissimo desenvolvido. No entanto, as melhores construcções estão sendo feitas ali ultimamente. Da praça Independencia para cima já se respira outro ar como se estivessemos em outra cidade. Da rua dos Collegios até o largo da Caixa d'Agua, observam-se edificações modernas feitas com muito gosto architectonico. Alguns desses predios foram construidos ha tres ou quatro ou cinco annos sem que esse desejo de progresso fosse correspondido pela municipalidade que pouco ou quasi nada fez para acoroçoar a iniciativa dos particulares.

Já não se pode hoje dizer o mesmo porque o actual prefeito estendeu as suas vistas para lá e entendeu, em boa hora, que presta um grande serviço á cidade, trabalhando pelo desenvolvimento da Villa Nova.

Esse desenvolvimento só podia verificar-se com o preparo e com o concerto das suas ruas esburacadas e sem calçadas. Esse serviço está sendo feito pelo actual executivo municipal que promette conclui-lo dentro em breve.

Como opposicionista systhematico que sou ou que querem que seja, levo ao sr. prefeito os meus applausos pelo serviço que está emprehendendo

Tomo a liberdade de pedir-lhe, antes de finalisar, que se entenda com a Administração do Instituto Borges de Artes e Officios no sentido de obter que sejam modificados os muros que rodeiam e que enfeiam o seu sumptuoso edificio. Aquillo parece muro de quintal de gente pobre e desmazelada. Veja-se aquella taipa da rua de Santa Rita pertencente ao Lyceu. E' uma vergonha para não dizer uma indecencia. Entretanto, o proprietario do quintal é o Instituto Borges que possúe um patrimonio de milhares de contos de réis. O serviço da prefeitura nunca poderá realçar enquanto o Lyceu não transformar em coisa que se possa ver as dependencias que cercam a sua velha chacara. Tenho certeza de que com duas palavras apenas o largo da Caixa d'Agua será o que todos desejam—uma das mais bellas praças da cidade. Não será o Lyceu que vá empanar essa belleza com os seus muros enegrecidos.

✠

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; REPÚBLICA, Itu, Ano XXVI, n. 1050, 20 jun. 1926

ANEXO GG – Liceu de Artes e Ofícios – desejo antigo dos ituanos

CORREIO PAULISTANO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO CAIXA DO CORREIO, D

S. Paulo—Sabbado, 3 de junho de 1922

FUNDADO EM 1854 N. 21.158

Itú

E' nosso representante nesta cidade, com poderes para angariar assignaturas, publicações e tratar, emfim, dos nossos interesses, o sr. C. P. Sampaio Netto, advogado aqui residente.

JURY — DESASTRE — FESTA — LYCEU ITUANO

Encerrou-se a 2.a sessão do Jury, e que foi presidida pelo sr. dr. Antonio de Sousa Barros, juiz de direito da comarca, servindo como promotor o sr. dr. Antonio de Castro Freitas.

Foram julgados os réos Olyntho Ermanoni, incurso nas penas do art. 294, parag. 2.o, do Codigo Penal; Francisco Boselli e o primeiro sargento do Exercito Gabriel Narciso Lopes e João Theodoro Filho, os quaes foram absolvidos, menos o ultimo.

Foi defensor de todos os réos o advogado sr. C. P. Sampaio Netto, do fôro desta comarca.

—— No domingo ultimo, pelas 14 horas, o conhecido moço sr. Octavio Teixeira, morador em S. Paulo, e que, de motocycleta, transitava pela estrada de Itu' a Cabreuva, foi victima de um desastre.

A motocycleta foi de encontro a um automovel, machucando-se muito o sr. Octavio.

Os vehiculos ficaram damnificados.

—— Com extraordinaria pompa, serão realizadas este anno as tradicionaes festas do Divino Espirito Santo, nesta cidade.

No dia 1, começou o triduo, occupando a tribuna sagrada o sacerdote revmo. padre Paulo de Camargo, coadjutor da parochia de Belémzinho.

No dia 4, haverá o encerramento das festas, com solenne missa cantada e procissão, devendo prégar o conhecido orador sacro revmo. padre Alberto Pequeno, reitor do Seminario de S. Paulo.

Nota-se grande affluencia de fieis nesta cidade.

O festeiro, sr. Ormindo de Camargo, está se empenhando afim de que as festas tenham o maior brilho possivel.

—— O povo está anciosa para que a construcção do edificio do Lyceu Ituano seja iniciada com brevidade, e que seja cumprida a vontade do benemerito sr. Joaquim Bernardo Borges, que legou á Santa Casa de Itu' mais de 4.000:000$000.

O Lyceu deve ser mantido pela referida instituição.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 21158, 3 jun. 1922

ASSIGNATURAS BRASIL ... Numero avulso 100 réis

O PAIZ

SÉDE SOCIAL ... Avenida ... Nº ...

ANNO XXXVIII — N. 13.741

RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 4 DE JUNHO DE 1922

Jornal independente, politico, litterario e noticioso

Um grande legado.

Cumprindo-se a vontade do legatario, será iniciada dentre em breve a construcção do edificio do Lyceu Ituano, em Itú, S Paulo, cumprindo assim a vontade do benemerito Sr. Joaquim Bernardo Borges, que legou á Santa Casa mais de 400:000$.

O Lyceu deve ser mantido pela referida instituição.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XXXVII, n.13.741, 4 jun. 1922

ANNO IX — YTÚ--(S. Paulo), 20 de Setembro de 1913 — NUM. 441

A FEDERAÇÃO

Diligite homines, interficite errores (S. Aug.)

ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTU'

(Com approvação ecclesiastica)

Assignatura, 1 anno 6$000 rs
Rua da Quitanda, n. 1.

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

Como se sabe, o eximio pintor ytuano-Almeida Junior deixou em testamento um importante legado para fundação de um lyceu de artes e officios para os filhos do povo. Mas os seus herdeiros, talvez mal aconselhados por alguem, recusaram-se a entregar o legado. Surgiu d'ahi uma demanda, que os ditos herdeiros perderam em 1a. e 2a. instancias, e que, segundo estamos informados, se acha prestes a liquidar-se. E assim, talvez dentro em breve possamos ver iniciadas as obras desse lyceu, que será de grande futuro para esta cidade pois alli irão muitos meninos aprender um officio, de que mais tarde viverão elles e as suas familias.

Estamos certos de que a nossa Camara, como representante deste povo e defensora nata dos interesses da cidade e municipio envidará todos os esforços para que o mais logo possivel se dê cumprimento á vontade do testador, iniciando-se as obras de tão importante instituição.

Sabemos que o governo estadoal muito se empenha pela propagação desses lyceus em todo o Estado, e que portanto não se recusará a coadjuvar o lyceu da Itá com um bom auxilio annual, para a sua manutenção. E o mesmo se diga da nossa Edilidade, que cheia de patriotismo, como, é, com muita satisfação coorrerá em auxilio de tão nobre, sympathico e importante emprehendimento, rico de futuro para toda esta cidade e municipio.

Sabemos tambem que ha nesta cidade pessoas de grandes recursos que só esperam que se dê começo a essas obras, para as auxiliarem generosamente, certas de que com isso prestarão um grande serviço a esta cidade e concorrerão para o bem estar de muitas familias pobres, que no officio de seus filhos, paes ou irmãos, terão assegurada a sua manutenção.

Fazemos, pois, os mais ardentes votos a Deus para que o Lyceu de artes e officios de Itú seja em breve uma realidade.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano IX, n. 441, 20 set. 1913

Republica

FOLHA INDEPENDENTE — ACTOR CHEFE AFFONSO BORGES

Anno XXI | Estado de S. Paulo | Ytú, Quinta-feira 24 de Novembro de 1921 | Brasil | Numero 713

O LYCEU
de Artes e Officios

(Conclusão)

Apreciando em alto grão as sessões de ordem moral e material que o ensino agronomico presta a todas as classes e principalmente a rural seria desejavel que esse ensino fosse ministrado no Lyceu.

Por toda parte, mesmo aqui no Brasil, onde se tem organisado o ensino profissional, o ensino agricola experimental tem sido incluido nos programmas.

Nos Estados Unidos hoje o ensino agricola é ministrado desde a escola primaria e existem innumeros Lyceus de Artes e Officios, que incluem esse ensino em seus programmas. Consulte-se a esse respeito a obra de A. Gomes Carmo, «O Estado Moderno e a Agricultura».

Estando Itú situado num centro manufactureiro, entre Jundiahy, Piracicaba, Salto e Sorocaba, que possuem as maiores fabricas de fiação e tecidos do Estado de S. Paulo, não seria descabido no Lyceu Joaquim Borges, como já existe na escola profissional de S. Paulo, um curso de teoria e pratica de fiação e tecelagem, principalmente para a formação de contra-mestres, mas que servisse tambem para o ensino de operarios, como se dá em todos os paizes manufactureiros do mundo. Esse curso viria prestar nesta zona assignalados serviços e teria certamente grande numero de alumnos, bastando para isso que as fabricas não admittissem aprendizes, mas só os que tivessem o certificado de habilitação fornecido pelo Lyceu. Em S. Paulo para certa categoria de empregado já procedeu as fabricas dessa forma, depois que foi fundado na Escola Profissional um curso de fiação e tecelagem.

Cada zona deve ter as suas particularidades. A de Itú é agricola e industrial.

Os estudos no lyceu não devem servir só para dar noções vagas sobre certos officios e profissões. E' preciso que seja um estabelecimento util e verdadeiramente pratico, na altura de não só poder produzir bons profissionaes, como tambem educar e formar homens que no moral e na intelligencia venham contribuir para o bom renome da instituição e engrandecimento de nossa terra. E' preciso que os alumnos habilitados pelo Lyceu para qualquer profissão possam, munidos do respectivo certificado de habilitação, apresentar-se em qualquer estabelecimento industrial ou commercial e desempenhar com proficiencia o seu cargo ou profissão.

Quando ao local em que deve ser edificado o Lyceu, a sua escolha depende de muitas circunstancias. Em primeiro lugar é necessario saber-se exactamente o fim a que elle se destina, as materias que devem ser ensinadas e principalmente o regimen que vae ser adoptado e a classe de pessoal que o ha de frequentar. Por quanto a extensão dos terrenos necessarios e a distancia d'elles ao centro da cidade dependem desses factores. Assim si se quizer dar aos alumnos da classe de ensino secundario noções, ainda que summarios, de agricultura pratica, como fazem hoje todos os Lyceus e collegios americanos e inglezes, haja vista o Collegio Anglo-Brasileiro de S. Paulo, que mudou a sua séde unicamente para obter uma outra de mais largueza, onde os alumnos com mais facilidade e em maior escala pudessem praticar os ensinos agronomicos, será necessario uma extensão maior de terreno, que no caso em que o ensino do Lyceu deve ser exclusivamente de alguns ramos das bellas artes e de alguns officios manuaes e mechanicos? Mesmo neste caso a extensão varia si se quer só salas para o ensino de officios manuaes ou para pequenas officinas mecanicas, bem organisadas com machinas ferramentas modernas movidas com motor electrico para aprendizagem da carpintaria, da ferraria e principalmente para conductores de usinas e installações electricas. Cada officina deverá ter ao lado uma sala para o estudo theorico da materia.

Só então o lyceu será verdadeiramente efficiente, util e pratico. O Lyceu de Artes e Officios de Genebra que modestamente se chama unicamente Escola Profissional comprehende cinco pavilhões. Um central para a administração e o estudo das bellas artes, frequentado em maior numero por moças e os outros para o estudo theorico e pratico de differentes especialidades profissionaes, sobrepujando a todos em Genebra o pavilhão de relojoaria.

Como já disse, cada zona deverá dedicar-se ao estudo das materias, que mais convenham ao seu meio e a suas necessidades praticas.

A escolha do local depende tambem da classe de pessoal que o ha de frequentar e do regimem, que vae ser adoptado. Assim si o Lyceu tiver de ser frequentado por meninas e moças externas, elle não deverá ser situado muito longe do centro da cidade, ao passo que si for exclusivamente um internato, qualquer local, mesmo num arrabalde, poderá servir.

Por isso, antes de se tratar da escolha do local para a edificação do predio, dever-se-ha em primeiro logar organisar o programma do ensino do Lyceu e a capacidade do mesmo em alumnos. Feito isso, levantar-se-ha uma planta do edificio ou dos edificios, que se adoptem perfeitamente ao programma prestabelecido. Só depois disso é que se tratará de procurar um terreno no qual os edificios dessa planta possam ser folgados e convenientemente edificados, sendo necessario que o terreno se adopte ao edificio e este para o fim para que foi construido.

Tanto na organisação do programma, como na escolha do local, deve-se ter em vista principalmente a expansão futura do ensino do Lyceu, não se pretendendo desde já fundar um pequeno organismo acanhado, acabado e immutavel só para uso de poucos e raros filhos desta cidade, que queiram frequentar. Seria isso uma lastima. Joaquim Borges legou ao Lyceu uma quantia valiosa, que permitte a construcção de um nucleo potente, destinado a futuros engrandecimentos e cuja acção não deva limitar-se a esta cidade ou municipio, mas irradiar-se ao Estado de São Paulo todo e quiçá transpôr as fronteiras paulistas, tornando-se um fóco de cultura brasileira. E não é isso utopia, pois, em todas as partes do mundo cultos existem em pequenas cidades escolas profissionaes e artisticas afamadas.

Assim, pois, não se deve dar ao lyceu uma feição acanhada e local de modo a ficar ignorado e egoisticamente escondido em algum canto da cidade. E' preciso que se o desvende aos olhos de todos, que se faça interessar-se por elle o maior numero possivel de pessôas e entendidos, a camara municipal, o Estado, a União, que se entregue a organisação do programma a profissionaes competentes, que felizmente não faltam em S. Paulo. Então, pela propaganda de sua organisação e ensino, um grande numero de alumnos serão attrahidos a elle, tornar-se-ha prospero, conhecido e virá satisfazer as intenções e os desejos de seu benemerito fundador.

Tudo depende no principio da bôa organisação do programma do ensino e depois da competencia dos professores e do modo como é ministrado esse ensino.

Na organisação do programma é preciso incluir nelle as materias que mais possam interessar o publico. Aqui em Itú nos falta um estabelecimento de instrucção secundaria, é preciso fazer resurgir em moldes mais completos o Lyceu de N. S. do Carmo, fundado pelo Dr José Leite Pinheiro, que tão assignalados serviços prestou durante a sua curta existencia.

Si se quizer augmentar o numero de alumnos, que por si só a cidade de Itú não poderá fornecer, será necessario adoptar-se em parte o regimen de internato.

Assim organisado, o Lyceu de Artes e Officios Joaquim Borges, da cidade de Itú, attrahirá para si um grande numero de alumnos, que, beneficiados convenientemente para a lucta pela vida, honrarão o seu fundador, e farão germinar pelo trabalho os fructos aqui colhidos, para honra e gloria desta terra.

VELHO ITUANO.

Futeból

Maranhão vs. A. A. Colombo
(1 a 0)

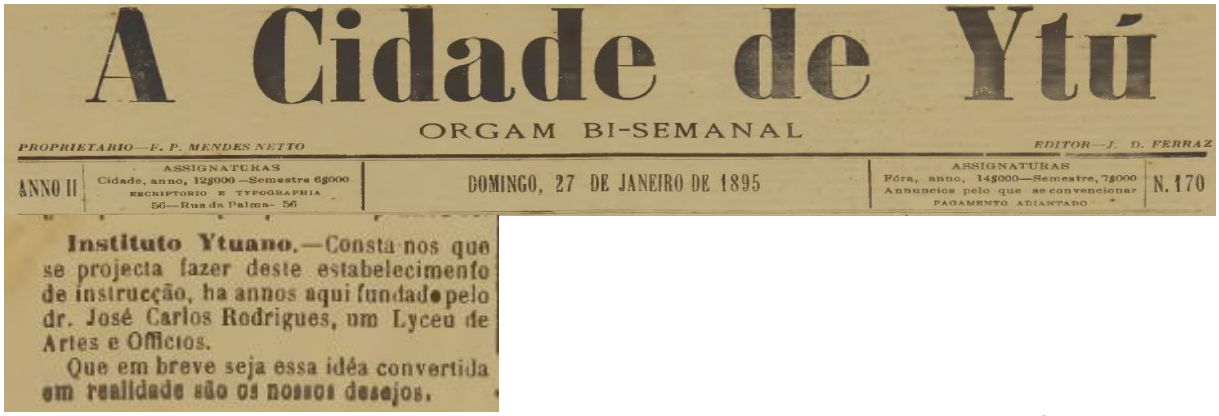
O jogo entre o A. A. Colombo da Capital e o E. C. Maranhão, local, attrahiu diminuta concurrencia na praça de esporte do sympathico clube cidadino da rua dos collegios. A hora imprópria marcada para o encontro e a ausencia completa de enthusiasmo pelo clube que vinha pela vez primeira jogar nesta cidade, cuja equipe era esportivamente considerada como de plano inferior, foram os factores principaes que contribuiram para que a pequena assistencia mesmo que lá compareceu, desinteressasse por completo do embate.

O encontro correu effectivamente assás frio, tendo tanto o clube ituano como o A. A. Colombo deixado muito a desejar. Este ultimo jogou mesmo muito mal, evidenciando-se no conjuncto das suas fraquissimas forças, um agrupamento sem exercicios, heterogenio na conjuncção dos seus elementos e a que faltava até a technica e o «metier» do jogo. Como elementos isolados salvaram-se o extremo esquerda, que é um magnifico jogador e o golquiper, que é um brilhante arqueiro do sympathico grupo paulistano.

O Maranhão, apezar disto e mais obstante ter dominado alternativamente o seu antagonista, só logrou fazer um gol por cujo ponto ganhou felizmente a partida. O seu modo de agir, a sua expressão de jogo, a actuação falha do seu conjuncto ainda baralhado, dá a perceber infelizmente que ainda não está uma equipe em forma. Não fosse isso e para trazer animação o

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; REPÚBLICA, Itu, Ano XXI, n. 713, 24 nov. 1921

ANEXO HH – Instituto Ytuano do Novo Mundo



A Cidade de Ytú

ORGAM BI-SEMANAL

PROPRIETARIO—F. P. MENDES NETTO — EDITOR—J. D. FERRAZ

ANNO II | ASSIGNATURAS Cidade, anno, 12$000—Semestre 6$000 ESCRIPTORIO E TYPOGRAPHIA 56—Rua da Palma—56 | DOMINGO, 27 DE JANEIRO DE 1895 | ASSIGNATURAS Fóra, anno, 14$000—Semestre, 7$000 Annuncios pelo que se convencionar PAGAMENTO ADIANTADO | N. 170

Instituto Ytuano.—Consta-nos que se projecta fazer deste estabelecimento de instrucção, ha annos aqui fundado pelo dr. José Carlos Rodrigues, um Lyceu de Artes e Officios.

Que em breve seja essa idéa convertida em realidade são os nossos desejos.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE DE YTÚ, Itu, Ano II, n.170, 27 jan. 1895

IMPRENSA YTUANA

ASSIGNATURA Anno, 8$000—6 mezes 5$000. Tanto para cidade como para fóra PROVINCIA DE S. PAULO

COLLABORADORES---DIVERSOS

EDITOR-FELICIANO LEITE PACHECO JUNIOR

CONDIÇÕES Publicações e annuncios pelo preço que se convencionar. BRAZIL

Publica-se aos domingos, recebe-se annuncios até as sextas-feiras ao meio dia.

Anno II | Ytu, 30 de Dezembro de 1877 | N. 96

IMPRENSA YTUANA

YTU, 30 DE DEZEMBRO DE 1877.

Com este numero completamos hoje o segundo anno da publicação de nosso modesto periodico, que apresentou-se na arena do jornalismo sem pretenção de athleta, mas, sem a falsa modestia de se julgar absolutamente inutil.

Quando outra cousa não tenha significado, tem ao menos representado um manifesto de vida d'essa instituição que um cidadão digno de homenagem de seos conterraneos plantou entre nós *O Instituto do Novo Mundo em Ytú*, pelo presente que a esta cidade fez o illustrado Dr. José Carlos Rodrigues, e hoje animado pela doação do finado Barão de Piracicaba de saudosas recordações.

Esta instituição grandiosa firma uma reputação para aquelles que aprecião o justo sem infundadas prevenções.

Em o nosso primeiro numero e programma já fizemos sentir que este periodico modesto e sem pretenção, como já dissemos, apresentava-se perante vós sem côr politica, dedicando se exclusivamente a instrucção e exercicio dos discipulos do *Instituto Ytuano*, servindo elle de arena aonde os novos gladiadores do futuro viessem exercitar suas forças da palavra e da idéa. Elle não pertence a grupos, antes pelo contrario pede o auxilio de todos.

Suas columnas forão e serão sempre francas a todos os artigos tendentes a instrucção e aperfeiçoamento da educação, assim como de interesse geral e local.

Si ardua e espinhosa è a carreira que trilhamos publicando um periodico, onde nem todos sabem comprehender que o jornalista só é responsavel pelo editorial, collaboração e gazetilha do jornal, deixando sua secção livre para os desabafos de todos, o que nem sempre tem sido isto entendido, julgando se que a resposta mais cabal a um adversario é nos devolverem o jornal; tambem temos a gloria de dizer que vimos satisfazer a mais palpitante necessidade desta cidade que sempre tem se mantido na vanguarda do progresso.

Só o jornal podia preencher cabal e convenientemente tão imperiosa lacuna.

O jornal, em muitos cazos, é de vantagens incontestavelmente superiores as do livro, porque este as vezes se apresenta com o orgulho e a variedade debaixo das fórmas de uma linguagem difficilmente comprehensivel, ou de uma phraseologia obscuramente technica, mais propria para adornar a estante do sabio, do que para ir acabar seus dias nas mãos do humilde filho do trabalho; emquanto aquelle recommendando se por sua linguagem modesta e clara agrada pela variedade, e vai indifferentemente ao palacio do rico, ao gabinete do sabio e a officina modesta do operario.

O jornal e o arado forão as duas alavancas que levantárão e sustentão ainda o colosso immenso da poderosa União. O arado abriu a terra e tirou o pão para o corpo e o elemento da riquesa material, o jornal cultivou o espirito e enriqueceo a intelligencia com os meios de transformar o preciso elemento bruto segundo as applicações indicadas por suas variadas necessidades.

A cidade de Ytú, que mui justamente tem merecido o titulo de illustrada, que conta em seo seio tantos filhos distinctos da ultima geração, seria de certo duplamente criminosa, si por mais tempo se tivesse conservado impassivel sob o jugo da immobilidade da inercia, diante da phase com que se manifesta o progresso da actualidade, á vista do prestito ruidoso que ainda desfila a sua presença.

A imprensa é o telescopio d'alma, na phrase eloquente de Lamartine.

Brado estrondoso que despertou os povos do somno da descrença.

Espada de ouro que defendeo o espirito humano da oppressão do despotismo, e a moral, a religião e a instrucção das garras do erro.

Faisca luminosa que deo vida ao mundo intellectual, e animou as brilhantes esperanças da mocidade, que sorria ao porvir que despontava ao longe.

Pharol brilhante que espancou as trevas da ignorancia, que havia enlutado em seu crépe negro as gerações que passarão.

Columna de fogo radiante que derramou no mundo ondas de luz.

Poder magico que zombou das tramas tenebrosas dos oppressores do pensamento humano.

Novo athlante que hade levar a humanidade ao ultimo grão de perfeição para que foi creada.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; IMPRENSA YTUANA, Itu, Ano II, n.96, 30 dez. 1877

ANNO IV

Assignaturas para a cidade e para fóra
Anno . . . . . 3$000
Semestre . . . . . 5$00
Pagamento adiantado
Numero avulso—200 réis.

IMPRENSA YTUANA

DO INTERIOR DO NOVO MUNDO

N. 152

Annuncios e publicações pelo preço que se convencionar.
Artigos de interesse geral, gratis.
Pagamento adiantado
Typ. Largo do Carmo

COLLABORADORES---DIVERSOS

EDITOR-FELICIANO LEITE PACHECO JUNIOR

Publica-se aos sabbados, recebe-se annuncios até as quintas-feiras ao meio dia.

PROVINCIA DE S. PAULO — YTU' 1 de Fevereiro de 1879 — BRAZIL

Assistimos a exhibição d'aquella divertimento, e reconhecemos que tal novidade é mais propria para brinquedo de meninos, ou um meio disfarçado do jogo da roleta.

E' bem arranjada a mesa que serve de hyppodromo: os cavallinhos, montados por pequenos jockeys, são tocados por uma manivella, que move 6 rodinhas onde estes estão collocados.

O seo proprietario é um moço amavel que sabe dispensar ao publico maneiras astuciosas, adubando suas pilherias com ditos xistosos e rimados.

O hyppodromo tem sido regularmente concorrido por bastante gente.

Livro.—O sr. Garnier acaba de nos mimosear com um excellente livro editado, ultimamente, em sua casa—Um capitão de 15 annos—, é este o seo titulo, producção do conhecido escriptor J. Verne, traduzido do original francez por Antonio Joaõ Fernandes dos Reis.

Recommendamos ao publico a sua leitura, é um romance especial, como são todos do seo illustrado autor, onde apar de lances interessantes que prendam a attenção dos leitores, ha muita copia de conhecimentos importantes.

Bayard Taylor. — Falleceu em Berlin, onde era ministro plenipotenciario dos Estados Unidos, um escriptor muito conhecido e apreciado na America e Europa, Bayard Taylor que fôra typographo, jornalista, diplomata viajante e publicista. A carreira de Taylor, laboriosa e honrada, foi uma série de triumphos, segundo é notorio.

Estatutos do Instituto Ytuano do «Novo-Mundo»

Art. 1°

A Sociedade se denominará—Instituto Ytuano do Novo Mundo—e terá por fim ministrar gratuitamente os conhecimentos necessarios á vida social e industrial.

Art. 2°

Para esse fim fundará escolas diurnas e nocturnas, em que se liccionem primeiras letras, mathematicas elementares, geographia, e historia, por oras; augmentando-se mais tarde os estudos, quando se acharem mestres idoneos.

Art. 3°

Com os volumes offertados pelo illustrado redactor do «Novo Mundo», e com os quaes outros forem doando, e os recursos da Sociedade, se fundará uma bibliotheca publica.

Art. 4°

A Sociedade terá um conselho, que se comporá dos 7 conselheiros lembrados pelo creador da Sociedade, o Sr. Dr. J. C. Rodriguez, e em cazo de auzencia de algum delles, será nomeado o seu successor por maioria de votos dos membros do conselho, que restarem. O conselho nomeará seu presidente, um vice-presidente, um secretario e um thesoureiro.

Art. 5°

Ao Conselho director compete:

§ 1° Organisar regularmente para direcção das aulas, empregados, e todos os serviços das escolas, e da Sociedade.

§ 2° Fazer os contractos necessarios a boa marcha da Sociedade.

§ 3° Convocar Assembléa dos socios nas epocas marcadas, e extraordinariamente, quando se tornar precisa.

§ 4° Nomear e demittir professores e empregados, augmentar e diminuir seu numero, marcar seus vencimentos.

§ 5° Resolver as questões e negocios da Sociedade, salvos os cazos da exclusiva competencia da Assembléa geral dos Socios.

§ 6° Presidir os exames das aulas, por si ou por seus delegados.

§ 7° Fazer distribuição dos premios, aos que nos exames forem julgados dignos de distincção, e conceder diplomas de merecimento intellectual e moral.

§ 8° Representar a Sociedade nos actos solemnes.

§ 9° Admittir socios.

Art. 6°

O conselho director reunir-se-ha de 30 em 30 dias, e extraordinariamente, quando for isto preciso.

Art. 7°

No cazo da auzencia de um ou mais membros do conselho, tres presentes poderão exercer as funcções do Conselho director.

Art. 8°

O conselho apresentará de 6 em 6 mezes á Assembléa geral dos Socios um relatorio dos seus actos.

Art. 9°

Ao Secretario compete:

§ 1° Guardar o archivo.

§ 2° Dirigir a Secretaria e expediente da Sociedade.

§ 3° Fornecer as aulas papel, penna, tinta, livros e objectos precizos ao seu serviço, por conta da Sociedade.

§ 4° Apresentar, de 6 em 6 mezes, em relatorio ao Conselho director.

Art. 10°

Ao thesoureiro compete:

§ 1° Cobrar as joias e mensalidades dos Socios.

§ 2° Pagar as dispezas, desde as que são precizas, para o transporte dos objectos doados, que estão na alfandega, até concerto de caza para as aulas, e ordenado dos professores.

§ 3° Aprezentar de 6 em 6 mezes um balanço.

§ 4° Collocar em deposito seguro o saldo das despezas.

§ 5° Substituir o Secretario, em sua falta

Art. 11°

A Assembléa geral é a maioria dos Socios: se porem, não reunir-se esta no dia marcado por meio de annuncios, poderão deliberar qualquer numero de socios que se reunir, oito dias depois, mediante nova convocação

Art. 12°

A Assembléa reunir-se-ha de 6 em 6 mezes; e extraordinariamente, todas as vezes que for convocada pelo Conselho director, ou for requerida a reunião por um numero de socios nunca inferior a dez.

Art. 13°

Em cada sessão ordinaria da Assembléa geral, aprezentados os balanços e relatorios, a mesma Assembléa elegerá uma commissão de exames composta de cinco membros para dar seu parecer á respeito, e esse parecer será sugeito a discussão e approvação da Assembléa, que será especialmente convocada para esse fim.

Art. 14°

Todo o socio terá o direito de examinar os livros, papeis, e balanços da Sociedade.

Art. 15°

A Assembléa geral compete:

§ 1° Demittir o Conselho director, e o substituir, no cazo de marchar elle contra os interesses da Sociedade, obrando nisto de accordo com o bemfeitor e creador da Sociedade.

§ 2° Eleger Presidente e Secretario especiaes nessas reuniões.

§ 3° Conferir o titulo do Socio benemerito as pessoas que fizerem dadivas importantes, ou prestarem valiozos serviços a Sociedade, e de Socio honorario as que julgar dignas dessa prova de apreço, e se retirarem por auzencia ou motivo justo.

§ 4° Reformar os prezentes estatutos, de accordo com o disposto pelo doador, que deseja que seus negocios sejão decididos pelo Conselho, e pelos regulamentos que adoptaemos.

Art. 16°

As decisões da Assembléa geral serão tomadas por maioria de votos prezentes, obrigando as deliberações aos socios que não comparecerem.

Art. 17°

O capital da sociedade será constituido pelos donativos que fez o seu creador, Snr. Dr. José Carlos Rodrigues, pelas joias e annuidades dos socios, e os prezentes e auxilios que a ella forem feitos.

Art. 18°

Cada socio entrará com uma joia, e um quantum de annuidade, uma e outra fixadas por seo arbitrio na occazião de se inscrever.

Art. 19°

O sócio que não pagar as contribuições consignadas, por um anno, deixará de fazer parte da Sociedade, á juizo do Conselho director.

Art. 20°

Poderão matricular-se nas aulas todos os que quizerem; e os matriculados gozarão dos direitos e favores concedidos pelos regulamentos da Sociedade.

Art. 21°

No fim do anno lectivo, que começará a 1° de Fevereiro e terminará a 15 de Dezembro, haverá exames dos matriculados, distribuindo-se premios e menções honrozas, diplomas de merecimentos e boa conducta, aos que merecerem, tornando-se publicas taes distincções, pelo modo que melhor convier.

Art. 22°

Os prezentes estatutos só poderão ser alterados por dois terços dos membros da Assembléa geral, em reunião ordinaria, ou extraordinaria, previamente designada para esse fim.

Ytú, 8 de Agosto de 1875.

João Tybiçá Piratininga,
Manoel Firmino Pereira Jorge,
Carlos Augusto Pereira Mendes,
Dr. Joaquim de Paula Souza.

SECÇÃO LIVRE

Convite

D. Maria d'Assumpção Fonseca Guimarães, convida a todos os seus parentes e pessoas de sua amisade para assistirem a uma missa com Libera-me, que faz celebrar no dia 8 do corrente, as 7 e 1/2 horas da manhã, em a Igreja do Carmo, em suffragio a alma do seo sempre lembrado esposo Manoel Soares Ferraz Guimarães.

Antecipa seos agradecimentos a todos os que concorrerem a este acto de charidade e religião.

Ytú, 30 de Janeiro de 1879. 1—2

EDITAL

O dr. Francisco de Assis Pacheco Junior, Juiz de orphãos desta cidade de Ytú e seu Termo etc. etc.

Faço saber a todos que o presente edital virem, que, tendo Francisco Antonio Bueno, que foi julgado interdicto por sentença do doutor Juiz de Direito da Comarca em data de 29 de Dezembro de 1876, procedido a uma justificação em que provou exuberantemente achar-se no pleno goso de suas faculdades mentaes, querendo por tanto que fosse levantada a interdicção restituindo-se-lhe a livre administração de sua pessoa e bens, foi pelo doutor Juiz de Direito da Comarca levantada a interdicção julgando o dito Francisco Antonio Bueno com a necessaria capacidade mental e direcção para reger a sua pessoa e bens, em vista das provas dos autos e do parecer favoravel interposto pelo doutor curador Geral dos orphãos, tudo como se vê da respectiva sentença cujo theor é o seguinte:—Vistos e examinados etc. Em vista dos depoimentos contestes das quatro testemunhas de folhas tres á sete, julgo o Justificante, Francisco Antonio Bueno, com a necessaria capacidade mental e discrição para reger a sua pessoa e bens, tendo desapparecido os motivos que derão lugar a decretação de sua interdicção, como consta dos autos apensos. Levanto-se por tanto, o interdicto e pela forma legal, e seja o Justificante restituido ao gozo e exercicio de seus direitos: custas ex-causa. Devolva-se os autos ao Juizo preparador. Ytú, vinte oito de Janeiro de mil oito centos setenta e nove. O Juiz de Direito, Frederico Dabney d'Avellar Brotero.—. Por tanto estando levantada a interdicção, e achando-se o dito Francisco Antonio Bueno no pleno goso de suas faculdades mentaes e na livre administração de sua pessoa e bens, pode d'ora avante, livremente, gerir os seus negocios. Para que chegue ao conhecimento de todos mandei lavrar o presente que vai publicado e affixado no lugar do costume. Passado nesta cidade de Ytú, aos 29 de Janeiro de 1879. Eu Francisco Bernardino de Campos Camargo, Escrivão de orphãos o escrevi. — *Francisco de Assis Pacheco Junior.*

ANNUNCIOS

ESCRAVOS FUGIDOS

Da fazenda do Sr. Antonio Ribeiro de Carvalho, pertencente ao municipio de Anparo, fugiram os escravos Geraldo e Joaquim; sendo o primeiro, de côr parda, altura regular, cheio de corpo, rosto redondo e o segundo, de côr preta, baixo, corpulento, costo redondo, idade de 20 annos mais ou menos, natural da provincia do Rio Grande. Ambos, como domadores ou peões, tem pratica e gosto pelo mister de lidar com animaes.

Quem os apprehender e os entregar ao seu proprietario em sua fazenda será gratificado com a quantia de—200$000. 1—3

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; IMPRENSA YTUANA, Itu, Ano IV, n.152, 1 fev. 1879

ANEXO II – Inauguração do Instituto Borges de Artes e Ofícios

CORREIO PAULISTANO

Director Geral, FLAMINIO FERREIRA — PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONYMA — Gerente, EDGARD NOBRE DE CAMPOS

SÉDE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PRAÇA DR. ANTONIO PRADO — CAIXA DO CORREIO, 2 — S. PAULO — SEXTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1924 — FUNDADO EM 1854 — NUMERO 22.012

ITU

VARIAS NOTICIAS

Realizou-se em 28 de outubro proximo findo, com toda solennidade, a inauguração official do Instituto Borges de Artes e Officios.

O sumptuoso predio, planta do abalizado engenheiro dr. Ramos de Azevedo — ergue-se no Largo da Caixa d'Agua.

Ha o predio central, com amplas salas, grande hall, em dois andares. Aos lados os pavilhões para trabalho.

A's 16 horas, compareceram as autoridades, juiz de direito, dr. Azevedo Marques; promotor, dr. Catta-Preta; delegado, dr. Augusto Gonzaga; deputado Almeida Sampaio; dr. Graciano Geribello, medico da Santa Casa; dr. Servulo Pacheco, prefeito municipal; dr. José P. Filho, professor Firmino Teixeira, director do Grupo Escolar "Convenção"; professor Accacio Camargo, director do Grupo Escolar "Cesario Motta" representando, tambem os jornaes "A Cidade" e o "Correio Paulistano"; cavalheiros senhoras e senhoritas do escol ituano e a corporação musical "José Victorio"; padre José Maria Monteiro, vigario da parochia; padre Alvarenga, do Bom Jesus; irmãos da Santa Casa e padre Elisiario Barros. O padre Alvarenga procedeu ao benzimento da officina e do predio central.

No topo da escada as meninas Accacia Xavier de Camargo e Helena Paula Leite, os meninos Paula Leite Queiroz e Evaristo Galvão Netto, descerraram as bandeiras brasileira e portugueza, que cobriam os retratos do benemerito doador e cidadão portuguez Joaquim Bernardo Borges. A assistencia prorompeu em palmas vibrantes.

No salão nobre houve sessão solenne, presidida pelo venerando provedor da Santa Casa, sr. dr. José de Paula Leite de Barros. Compareceu a mesa administrativa da Santa Casa, composta dos srs. dr. Paula Leite, provedor; Adolpho Hauer, thesoureiro; capitão Irineu Augusto de Souza e João Pompeu de Campos; procuradores, padre Elisiario de Camargo Barros e Joaquim Victorino de Toledo, mesarios. Abrindo a sessão o dr. Paula Leite convidou o dr. Azevedo Marques, juiz de direito, para tomar assento á mesa, e o professor Accacio de Camargo, representante do "Correio Paulistano" para secretario da sessão solenne inaugural. O venerando provedor, que ha 22 annos exerce esse cargo, sempre o desempenhando bem, leu um bello discurso, que mereceu geraes applausos.

Falou, a seguir, referindo-se ás escolas de Artes e Officios, ás escolas profissionaes, citando opiniões de Bernardino de Campos, de Cesario Motta, de Oscar Rodrigues Alves e de Oscar Thompson, tecendo, a este ultimo educador um hymno de gloria, o professor Accacio de Camargo. Esse discurso arrancou calorosos applausos.

Falou, tambem, para enaltecer a pessoa, a vida do benemerito doador Joaquim Bernardo Borges, o dr. Catta-Preta, que proferiu bella oração, sendo suas ultimas palavras abafadas com palmas.

Saudou o dr. Paula Leite e a mesa da Santa Casa o professor Felicio Marmo, que leu um formoso discurso, o qual enthusiasmou a assistencia.

Terminou a solennidade com a leitura, approvação e assignatura da acta pelas pessoas presentes.

— No dia 15 do corrente, o Ituano Club vai inaugurar em sua séde social o retrato do venerando vice-presidente do Estado, coronel Fernando Prestes. Esse politico se hospedará na confortavel residencia do dr. Almeida Sampaio, deputado estadual, que se promptificou a receber o illustre hospede, a quem Itu' hospedará com transportes de alegria.

— Jogou aqui, em 1 do corrente, com o Maranhão, local, o Belém Football Club, da capital. O forte conjunto paulistano perdeu de 2 a zero, depois de um jogo bonito.

— Falleceram nesta cidade, a semana passada, as sras. d.d. Ercilia Pereira Gimarães, esposa do sr. João Pires Guimarães, contando 38 annos de edade, deixando 8 filhos menores; e d. Joanna Marques Oliveira, contando 64 annos.

— Em sua ultima reunião, a Camara Municipal approvou o projecto de orçamento para 1925 e resolveu approvar o projecto de calçamento das ruas do Commercio e do Carmo.

Depois de largamente estudar o assumpto o dr. Servulo Pacheco expoi-o á Camara, que o approvou.

Fonte: Acervo Hemeroteca - Biblioteca Nacional; CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 22012, 7 nov. 1924

ANEXO JJ – Críticas a gestão do Instituto Borges

A CIDADE

Director José ROCHA — Collaboradores Diversos

ANNO IV | S. PAULO | ITU—QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1925 | BRASIL | NUM. 435

Lyceu ou Instituto "Borges"

—:o:—

Snr. Redactor.

Passou em 28 de Outubro uma data que bem merecia registo. No entanto a imprensa de Itú, tão solerte, silenciou sobre ella. Será que o povo, como os jornaes, já se habituou ao indifferentismo de tudo? Refiro me ao anniversario da fundação do Lyceu o u Instituto «Borges». Digo Lyceu ou Instituto porque, a bemdizer, aquillo que lá está não é uma nem outra cousa. Funcciona ao lado do predio principal —*hermeticamente fechado* — (com licença do sr. Accacio) — uma carpintaria ou marcenaria. E funcciona sem regulamento, sem . . . apenas confiado a uma pessoa. A mesa da Santa Casa já providenciou sobre o assumpto? O sr provedor, a quem respeitamos muito, já tratou de dar feição de escola profissional áquillo? Parece-nos que o testamento de Bernardo Borges pede um instituto ou lyceu, com fins educativos, para formar profissionaes, mestres de mechanica, de marcenaria, de ferraria e de tudo que é derivativo de um estabelecimento de tal genero. Passam-se os mezes, os annos, e tudo dorme o somno lethargico do esquecimento, do abandono, do cruel e avassalador indifferentismo. Até os jornaes dormem. Deixem se de tiradas e xingos. Movam-se em cousas que edifiquem. Movamos uma campanha respeitosa, mas pertinaz pró Lyceu.

Do amigo

P.

Instituto "Borges"

Recebemos a carta que aqui damos, sobre o Instituto «Borges». Publicamo-la com todos os verbos e virgulas.

E curvamo nos, genuflexos para bater a mea culpa, na parte que se refere á imprensa. O missivista é amigo da verdade e da franqueza. Tem razão.

Somos, como elle, admiradores do actual provedor da Santa Casa. Tambem nós notamos a demora em que está immerso esse tão importante problema.

De facto não está funccionando nem instituto, nem Lyceu, de accordo com o que preceitúa o legado de Joaquim Bernardo Borges. O que está funccionando no pavilhão ora prompto, é apenas uma das muitas secções que devem constituir um Lyceu, no verdadeiro significado do termo. Ora, segundo nos parece a Santa Casa tem mesa administrativa. Della fazem parte cavalheiros distinctos de nosso meio social. Cremos que a elles incumbe sugerir alguma idèa ao provedor. Quer nos parecer que o provedor é como o chefe do executivo de uma corporação administrativa. Se ás Camaras compete legislar para o executivo poder agir, parece-nos que a mesa da Santa Casa assiste o dever de estudar o assumpto e resolve lo, afim de poder o provedor executa-lo. Se nos fosse permittido reiterarmos o que, verbalmente, temos dito falo-iamos com prazer. Ha, na Capital, varios directores de escolas profissionaes. O professor João Lourenço Rodrigues, está, segundo pensamos, em disponibilidade.

Elle poderia vir organisar o Lyceu ou Instituto «Borges» das Artes e Officios. Ainda mais: o nosso estimado conterraneo sr. José Manoel Lobo tem mostrado o maximo de bôa vontade para comnosco.

Se a mesa da Santa Casa e seu provedor a elle recorressem, não poderia ser, então, designado um profissional competente para tal fim, ficando aqui commissionado?

O que é incontrastavel — e perdoem nos os distinctos mesarios a franqueza — é que ha um pouco de inercia geral ou indifferentismo. De quando em quando uma voz isolada apparece, querendo ventilar ideas. Mas dentro em pouco tudo volta á apathia geral.

Queremos ver o Instituto «Borges» funccionando com seu regulamento, com varias secções, obedecendo a uma direcção.

E' mister uma acção commum, decisiva, por parte da mesa administrativa e do digno provedor. Confiamos nos cidadãos que fazem parte da direcção da Santa Casa. E' indispensavel agirmos sem mais delongas.

Itu, 26—11—925

Accacio de Camargo

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 435, 26 nov. 1925

A CIDADE

Director–JOSÉ ROCHA — Redactor–A. CAMARGO

ANNO IV | S. PAULO | ITU—QUINTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1925 | BRASIL | NUM. 381

LYCEU, POSTO PROPHYLATICO E ASYLO

Recebemos a carta que publicamos abaixo, respeitando a redacção do autor.

Illmo. Sr. Redactor.

Ha cousas de se estranharem nesta velha cidade de Itu onde muita iniciativa apparece muito se falla e no fim de contas tudo se esquece lamentavelmente; assim o caso dos tres institutos acima que serve de titulo a esta carta — Lyceu, Posto Prophylatico e Asylo.

Vamos tratar delles um por sua vez e sem recentimentos nem preconceito nem idea preconcebida; é nosso fim pedir esclarecimentos ou melhor do que isso; pedir mais attenção e a volta do enthusiasmo.

Não incluimos aqui os nomes dos mais antigos estabelecimentos de caridade, a Santa Casa de Misericordia e Hospital dos Morpheticos, porque ao menos estão prestando serviço, apezar de continuar o primeiro a ser hoje o que foi d'antes e o segundo, no mais completo abandono. E' isso tambem estranhavel pois a Irmandade que os dirige e como todos sabem, é archi millionaria. Vamos tratar dos nossos sumptuosos estabelecimentos que nada exprimem essa triste mudez em que ja, zem.

LYCEU — Toda gente sabe o que foi o negocio do Lyceu; todo mundo discutiu os jornaes da terra escreveram; houve demora e até inventaram que Campinas já nos estava olhando de esguelha e que terminaria o prazo; todos endeusavam o Lyceu. Ter um estabelecimento desses em Itu era o sonho dourado; mil castellos foram feitos; apromptou se o predio inaugurou se, meia duzia de homens estão alli e... mais nada. Onde está o Lyceu? Onde está a sua organisação a sua direcção, os seus alumnos o seu movimento; nada, tudo nada.

Apoiamos sempre o Dr. Paula Leite de Barros; sempre estivemos ao seu lado mas a verdade vem de Deus e deve ser proclamada; *o serviço de organisação do Lyceu parou no começo; ficou apesas no principio e está incompleto* –

Posto Prophylatico — Foi um barulho a criação do posto de Rochefeler em Itu; todo mundo sorriu de prazer «A Cidade» fez muitos artigos, elogiou muita gente até o governo; todos ficaram contentes e o motivo era justo e era para isso, porque iamos ficar com um posto para zelar da saude publica. A Camara votou 50 contos e dr. Pedrinho de Paula deu o dinheiro, houve champagne, os vereadores fizeram tanto barulho e tanta propaganda e o sobradinho foi alugado e já pintado para ... *ficarte chado hermeticamente*. Perguntamos aos chefes e vereadores de Itu onde está o posto e porque não é inaugurado; não é Paula Souza o director da Hygiene e não é descendente de ituanos?

O facto é que o sobradinho está fechado e ninguem mais fallou no caso e é preciso que os chefes e vereadores, se movam; o posto deve ser inaugurado porque nada falta e não estamos em periodo de revolução para atrapalhar.

ASYLO — Ahi esta outra instituição benemerita tambem nas mesmas condições que as outras constituindo elemento da mesma regra; o novo predio está promptinho, tem camas, colchões panellas, banheiros, cuspideiras, filtros, bacias, lavandeiras, tudo enfim que é necessario para ser inaugurado e o predio novo está tambem *hermeticamente fechado*! Lyceu Posto Asylo tres cousas importantes; tres casas fechadas; tres instituições que levantaram celeuma barulho elogios festas inaugurações emfim um mundo de palavras .. tudo no silencio dos predios fechados

Sobre isso, manifestou-se com ironia um estadista que visitou a nossa cidade; disse elle:

Já visitei aqui muitos estabelecimento bonitos e vasios; agora é preciso que elles preencham os seus fins e que não continuem nesse estado de quasi esquecimento pois, parece-me que nada falta para poe-los em actividade.

Vamos meus amigos, meus patricios, vamos com isso. Mesa da Santa Casa, Mesa do Asylo. Directorio, Camara; vamos com mais amor com mais enthusiasmo parque isso não deve parar ahi e... por fallar nisso já estão preparando terreno para o novo grupo que vai ser construido?

E por hoje é só. Sou companheiro e o que digo acima não tem malicia nem opposicionismo nem nada; quero despertar a todos.

Do Amº Ob.

S.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 381, 14 mai. 1925

ANEXO KK– Alternativas para o prédio subutilizado – Ginásio

ANNO XX YTU' 24 de Janeiro de 1925 N. 1.102

A FEDERAÇÃO

Orgam das Associações Catholicas de Ytú

Redactor— Dr. Manoel Maria Bueno — Gerente Thezoureiro—João Ferraz A P. Sobrinho

S. PAULO Rua dos Andradas. 27 (Com Approvação Ecclesiastica) Assignatura annual 5$000 BRASIL

UM GYMNASIO

Já desde muito tempo vimos pugnando pela fundação de um gymnasio nesta cidade e não descançaremos emquanto não vimos realizado esse *desideratum* de toda esta população, pois não ha nesta cidade quem não comprahenda que para a juventude itúana é de summa e urgente necessidade um estabelecimento de ensino secundario, onde os nossos jovens possam fazer os seus estudos preparatorios, para se matricularem em alguma das academias do Estado.

Presentemente o jovem itúano, que deseja seguir a carreira das letras e sciencias, precisa retirar-se da sua familia e ir residir em alguma das felizes cidades dotadas desses estabelecimentos, com grande incommodo seu, e enormes despezas, cuidados e apprehensões de espirito de seus paes. Porque não haveremos de ter tambem aqui um gymnasio, ou uma escola normal, ou de pharmacia ou qualquer outra do ensino secundario?

Ahi temos o grande, bello e magnifico edificio do Lyceu de Artes e Officios, com vastos e esplendidos salões no pavimento superior, onde poderiam ser installadas as aulas de portuguez, francez e de outras materias exigidas no programma do Gymnasio do Estado.

Para isso era sufficiente que o nosso chefe politico e o Directorio local entrassem em accordo com a Mesa administrativa da Santa Casa, a qual certamente não poria duvida em conceder essa permissão, que em na-

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XX, n. 1102, 24 jan. 1925

A CIDADE

Director–JOSÉ ROCHA — Redactor–A. CAMARGO

ANNO III | S. PAULO | ITU—DOMINGO 8 DE FEVEREIRO DE 1925 | BRASIL | NUM. 356

Gymnasio

Ouvi, ha poucos dias, com o respeito que merecem suas palavras, o dr. Manoel Maria Bueno, provecto advogado e consagrado educador, defender a idéa da creação de um gymnasio em Itu, apenas com o concurso dos particulares. Quer S. S. e nesse ponto estamos de plenissimo accordo que o gymnasio ituano seja, a principio, fruto opimo da iniciativa particular. E assim deve ser.

Cremos piamente e sinceramente o affirmamos, que elementos valiosos não nos faltam. Temo-los e de sobra. Quanto aos professores facil será escolhe-los. Intelligentes e esforçados educadores, proficientes advogados e medicos ahi estão. Falta apenas reuni-los a postos.

Um gymnasio inicia as suas aulas sómente com o primeiro anno.

Desse primeiro anno fazem parte muitas materias. Cada disciplina do programma gymnasial é leccionado por um professor, que se dedica, se especialisa, se aprimora em sua especialidade.

Podiamos até no primeiro anno de ensino e como prolongamento de estudos, fazer o preparo dos candidatos. No fim do anno, avisadas por meio de editaes publicados pela imprensa, poderiam ser feitos os exames. A banca examinadora devera ser formada pelo Juiz de Direito, Promotor e duas pessoas gradas da cidade, de reconhecida idoneidade intellectual. Para fiscalisar os exames o governo poderá nomear um dos inspector escolares ou disignar o inspector do districto ou mesmo o delegado regional do Ensino.

Feitos os exames passarão os approvados a frequentar o primeiro anno gymnasial. No fim do anno será, novamente constituida uma banca examinadora, mas já formada pelos lentes do estabelecimento e fiscalisada pelo governo. Ahi seria a epoca, o momento opportuno de pedir ao Congresso o reconhecimento official do gymnasio. Será o gymnasio de Itu..

Mas onde fuccionar o gymnasio?

Para esse ponto é que desejamos pedir a attenção dos ituanos. A Santa-Casa por seus directore, fez o grande predio o Instituto «Borges». Esse predio é enorme e possue amplas salas, espaçosas accommodações. A mesa da Santa Casa podia, perfeitamente, designar, para o Instituto, a parte teraea do predio e ceder para o gymnasio, a parte superior.

Quanto ao mobiliario, estamos certos que, requerendo á Secretaria do Interior, viria elle sem demora.

Meditem, pois, os dignos directores da Santa Casa. O assumpto é de alta magnitude e pede a attenção e o estudo de todos os bons ituanos.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano III, n. 356, 8 fev. 1925

A CIDADE

Director—JOSÉ ROCHA — Redactor—A. CAMARGO

ANNO III | S. PAULO | ITU—QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 1925 | BRASIL | NUM. 357

Gymnasio e Lyceu

Foi bem acceita a nossa opinião sobre o gymnasio de Itu. Corroborando a boa iniciativa do Dr. Manoel Maria Bueno, bordámos alguns commentarios sobre o que conviria fazer.

Pode, perfeitamente, o gymnasio ser creado por particulares e funccionar nos altos do predio do Instituto «Bernardo Borges».

Uma causa, porem, é indispensavel e para ella chamamos, respeitosamente, a attenção da mesa administrativa do modelar estabelecimento de caridade.

E' necessario fazer funccionar o Lyceu.

Ahi está o predio, ahi estão os machinismo aperçoados, mas não ha, ainda, nada organisado.

A mesa deve reunir-se o quanto antes e autorizar o seu digno provedor a trazer para cá um proffissional competente. Lembramos, para isso, o nome respeitavel do emerito educador prof. João Lourenço Rodrigues.

Elle é director de uma escola profissional e é competente. E' casado com uma conterranea nossa. Seus serviços, suas luzes, na organisação do Lyceu seriam de immensa valia para nossa terra. O Lyceu foi inaugurado mas não está organisado, não possúe regulamentação, não tem directores. E' indespensavel pô lo em condições de preencher seus grandes fins.

E' o que esperamos da digna mesa administrativa da Santa Casa.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano III, n. 357, 12 fev. 1925

A CIDADE XXX

Director—JOSÉ ROCHA — Redactor—A. CAMARGO

ANNO IV | S. PAULO | ITU—DOMINGO, 8 DE MARÇO DE 1925 | BRASIL | NUM. 363

Ainda a questão do Gymnasio

O sr. E. Maffei, o talentoso autor das «Semsaborias», não se humilhando a desculpar-se, como lhe teria sido mais digno, isto é, não conseguindo um pretexto para justificar a ridicula attitude por elle assumida, contra a creação de um Gymnasio em Itu, attitude essa que mui justamente verberei, num artigo neste jornal publicado, por contraria e combativa áquella creação, e prevalecendo-se de uma leve contradição nesse meu artigo expresso, sahiu-se logo e desassombradamente em campo, brandindo a sua enferrujada penna, e heroicamente disposto a travar polemicas comigo!...

O'ra, a contradição a que se refere o sr. Ermelindo commetti-a, tão simplesmente, pelo facto de me haver alludido a um pleno e commum accordo com o Governo (e não Gymnasio, como por descuido typographico sahiu) e com o C. S. do E., para o effeito da fundação de um Gymnasio, depois de haver lembrado, para isso, a possibilidade de um contracto de professores de fóra, idoneos e competentes.

Pois bem, e á primeira vista, parece ter sido isso, de facto, um contrasenso de palavras.

Deixou de notar, porem, o meu illustre contendor, por falta de perspicàcia talvez, que eu só me referi, a esse *pleno e commum accôrdo*, para provar que, e mesmo que se tratasse de um Gymnasio Official, não nos seria impossivel sobre isso accôrdar, com as autoridades para o

caso e nesse sentido exigidas!

E isto é bem logico, pois fallando que estava, em um estabelecimento de ensino secundario, não teria tido eu a necessidade de me alludir ao Conselho Superior do Ensino, não fosse, porem, o desejo de pulverisar as constipadas idéas aventadas pelo sr. Maffei em o seu *substancioso* artigo «Semsaborias», cujo titulo, foi bem a qualificação exacta do seu conteúdo...

Mas paremos aqui, pois bem póde o sr. Maffei suppor que lhe estou a responder directamente, quando pelo contrario, eu só o estou fazendo alvo das minhas explicações, para mostrar aos leitores o infundado e a inverosimilhança das contradições em que asseverou elle incorrí.

De resto, e mesmo que houvesse nessas contradições incorrido, ainda assim me consolaria, á simples idèa de o ter feito em defesa de uma causa justa, e na propaganda de uma iniciativa louvavel, ao passo que o mesmo já não poderá dizer o sr. E. Maffei...

Dando assim por terminada, a insipida questão por mim irreflectidamente provocada, resta-me pedir ao sr. Ermelindo tirar o seu cavallinho da chuva, si pensou porventura, ando eu, tão desoccupado, que me sobre tempo para lhe estar ouvindo as caraminhólas quando tanta cousa de melhor ainda existe por esse mundo afóra...

Finalmente, não posso deixar de reconhecer a comprovada intelligencia e talento do sr. E. Maffei.

Mas como acabo ainda ha pouco de constatar, não tem elle quéda para os assumptos de imprensa, em que com as suas idéas sobre o Gymnasio se metteu; aconselho-o a applicar, o seu admiravel cérebro, ao serviço de causas e de inspirações mais uteis...

O Brasil, todos o sabem, é um «paiz essencialmente agricola»...

E o sr. Ermelindo, porque se não convence disso, e assim, e ao emvez de andar a quebrar inutilmente a sua cabecinha, em provar ser impossivel a creação de um Gymnasio em Itu não vai plantar... batatas, por exemplo...

Itu—1925.

Flaminio B. Leme

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 363, 8 mar. 1925

A CIDADE

Director—JOSÉ ROCHA — Redactor—A. CAMARGO

ANNO IV | S. PAULO | ITU—DOMINGO, 8 DE MARÇO DE 1925 | BRASIL | NUM. 363

"A CIDADE"
EXPEDIENTE

Redacção e officinas Praça Padre Miguel 5-A

Assignaturas.

ANNO 15$000
Secção livre e editaes. Linha 300 reis
Repetição 150 reis

ANNUNCIOS:
(Nas 3.a e 4.a paginas)
Uma pagina . . . . . 50$000
1|2 » . . . . . 25$000
1|4 » . . . . . 15$000
Nas 1.a e 2.a paginas, preços a convencionar-se.

—::—

As assignaturas e publicações serão pagas adiantadamente.

rado como uma sub-raça que se definha n'uma inconsciencia de desregamento onde a cachaça impera.

Itu não poderia assistir de braços cruzados e inérte o movimento de prophylaxia, de reacção contra essas endemias terriveis

E Itu agiu e Itu graças aos seus homens de generosidade e de acção conseguiu mais esse passo definitivo no caminhar austéro do progresso em pról da saude publica e da grandeza da Patria.

J. R. Leite

Um Gymnasio

Sem nos encommodarmos com aquelles que, nos lazeres de seus prolegomenos literarios, já se acham com incontestavel direito de ver puerilidades em nossos escriptos, voltamos ao assumpto palpitante da creação de um gymnasio em Itú.

Sabem os leitores, perfeitamente, que em varias cidades do nosso Estado foram creados gymnasios particulares. E em taes estabelecimentos entraram a leccionar os professores e as pessoas formadas do lugar. Tudo foi arranjado com a prata de casa. Que è um gymnasio, afinal? E' um estabelecimento de ensino onde se ministram conhecimentos de materias do curso secundario. Ora, para leccionar qualquer materia de curso secundario, desde que se especialise em uma ou duas, qualquer pessoa estudiosa o fará, desde que tenha experiencia na vida.

Affirmámos, destas columnas e o repetimos aqui—sem que os amigos da puerilidade nos amedrontem com suas sesquipedaes tiradas—que ha em Itú pessoas competentes para leccionar qualquer classe de um gymnasio. E' uma verdade incontrastavel, essa. O nosso confrade sr. dr. Manoel Maria Bueno leccionou no gymnasio' «S. Luiz», desta cidade.

E todos aqui conhecem os rigores daquella organisação escolar. Ahi temos o professor Felicio Marmo, de vasta illustração.

Não leccionará elle, perfeitamente, qualquer disciplina gymnasial? O professor Gastão Machado, conhecedor profundo das sciencias mathematicas, não poderá, com brilho, ensinar essa materia?

O sr. dr. Pinheiro Junior por acaso não poderá leccionar qualquer das disciplinas de um gymnasio? Os drs Carlos Prado, José Balduino e outros, moços enthusiastas, não poderão tomar a si o encargo de qualquer materia, desde que para leccional-as seja sufficiente, de accordo com o programma dos gymnasios officiaes, uma ou duas horas por dia?

Quem traça estas linhas, embora se não reconheça um poço de sciencia, de orgulho e de entendimentos, como o sr. Puerilidades tambem poderá leccionar qualquer materia de curso secundario. O Padre José Maria, vigario da Parochia não poderá encarregar-se de Historia Universal, ou de latim? Pelo que acima fica exposto vê-se, perfeitamente, ser possivel a creação de um gymnasio particular em Itú. Disso poderá encarregar-se a mesa administrativa da Santa Casa

Eu escrevi aqui e vou repetir para que não se illudam os leitores com a controversia dos que julgam impossivel a creação de um gymnasio em Itú, que, um anno antes ao do estabelecimento do 1.o anno gymnasial, poderiam os alumnos fazer a sufficiencia, isto é, o preparo para a matricula no gymnasio.

Desde que o preparatorio tenha feito o 4.o anno primario ou esteja com preparo equivalente aos que terminaram o curso dos grupos escolares, poderá elle dedicar-se á sufficiencia para o 1.o anno gymnasial. Eu affirmei aqui e quero bem esclarecer a minha opinião:

Os professores indicados para lente do gymnasio a crear-se poderiam, em um anno, preparar os alumnos para os exames de admissão.

E isso é o que tem sido feito em toda parte. Se a Mesa da Santa Casa quizer, poderá, nos altos do Lyceu, funccionar, desde logo, o curso de preparatorios e no fim de um anno—depois dos respectivos exames—abrir o 1.o anno gymnasial com os candidatos approvados. E isso pode ser feito em caracter particular, sem nada pedir a quem quer que seja.

Depois de organisado o gymnasio, depois de bem provada a sua efficiencia, far-se-á um trabalho justo pelo seu reconhecimento. Não vejo puerilidade nas affirmativas acima.

Itu, 8—3—025
Accacio de V. Camargo

Questões Militares

Vamos afinal, concluir a pequena serie de nossos artigos, referente ao palpitante assumpto, sobre—Questões Militares—. E' certo que, embora os insubmissos estejam sujeitos as penas das leis militares, entretantos, raramente como refractarios foram punidos. O castigo a que estão sujeitos: os sorteados insubmisos, são os seguintes:

Codigo Penal Militar—art. 116—E' considerado insubmisso:

Paragg. 1.o O individuo sorteado ou designado para o serviço da armada—ou exercito—o voluntario e o engajado que deixarem, sem causa juntificada de apresentar-se dentro do prazo que lhes for marcado.

Pena—de prisão com trabalho, por um a dous annos.

Parag. unico. Incorrerá nas mesmas penas aquelle que der asylo ou transporte ao insubmisso, ou tomal-o a seu serviço, sabendo que o é.

Ora, tambem é considerado criminoso, o terceiro que auxiliar ou facilitar a insubmissão

O nosso exercito não tem codigo penal especial, de modo que é applicado o codigo da Armada.

Existem varios regulamentos avulsos, expedidos pelo poder executivo alterando pequenas cousas no exercito, mas quanto ao castigo, não ha modificação alguma.

De modo que, o insubmisso, desde que não se apresente no prazo marcado' é considerado transgressor da Lei, e por isso, incurso nas penas do art. 116 e seu paragraphos.

Por tanto o unico meio de evitar a imposição da pena é a exclusão legal, e para isso, é necessario que o insubmisso procure justificar a sua falta, tratando de sua insenção o quanto nesta.

Os casos de insenções são inumeros, e difficilmente o insubmisso não encontrar amparo para os seus direitos. A reforma das nossas leis de sorteio militar torna-se imprescindivel, porque as leis existentes são defeituosas e complicadas. . . .

Com leis mais liberaes e de melhor aplicação, poderemos convencer a nossa mocidade de que, o serviço militar obrigatorio, constitue um grande dever civico e cumpril-o é elevar a Patria.

C. P. Sampaio Netto
Advogado

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano IV, n. 363, 8 mar. 1925

ASSIGNATURA:
Anno — 15$000

A CIDADE

NUMERO AVULSO
Do dia $200 reis
Atrazado $400 reis

Director José ROCHA
Collaboradores Diversos

ANNO V | S. PAULO | ITU — Domingo, 7 de MARÇO de 1926 | BRASIL | NUM. 460

Pela instrucção secundaria

Segundo ouvimos, nos parece que os nossos poderes publicos voltam a cogitar novamente em dotar a nossa cidade de um estabelecimento de instrucção secundaria, e, segundo nos consta, o digno governo do Estado mostrou a melhor boa vontade em auxiliar a realizaçao desse melhoramento para a nossa terra.

Ao que nos parece trata se de aproveitar o edificio do Lyceu para ali se installar diversas aulas, fornecendo o governo do Estado o mobilario completo para a installação das mesmas e dando ainda, por espaço de um anno, um professor competente, pago pelo Estado, para installar e dirigir esse estabelecimento em seu primeiro anno.

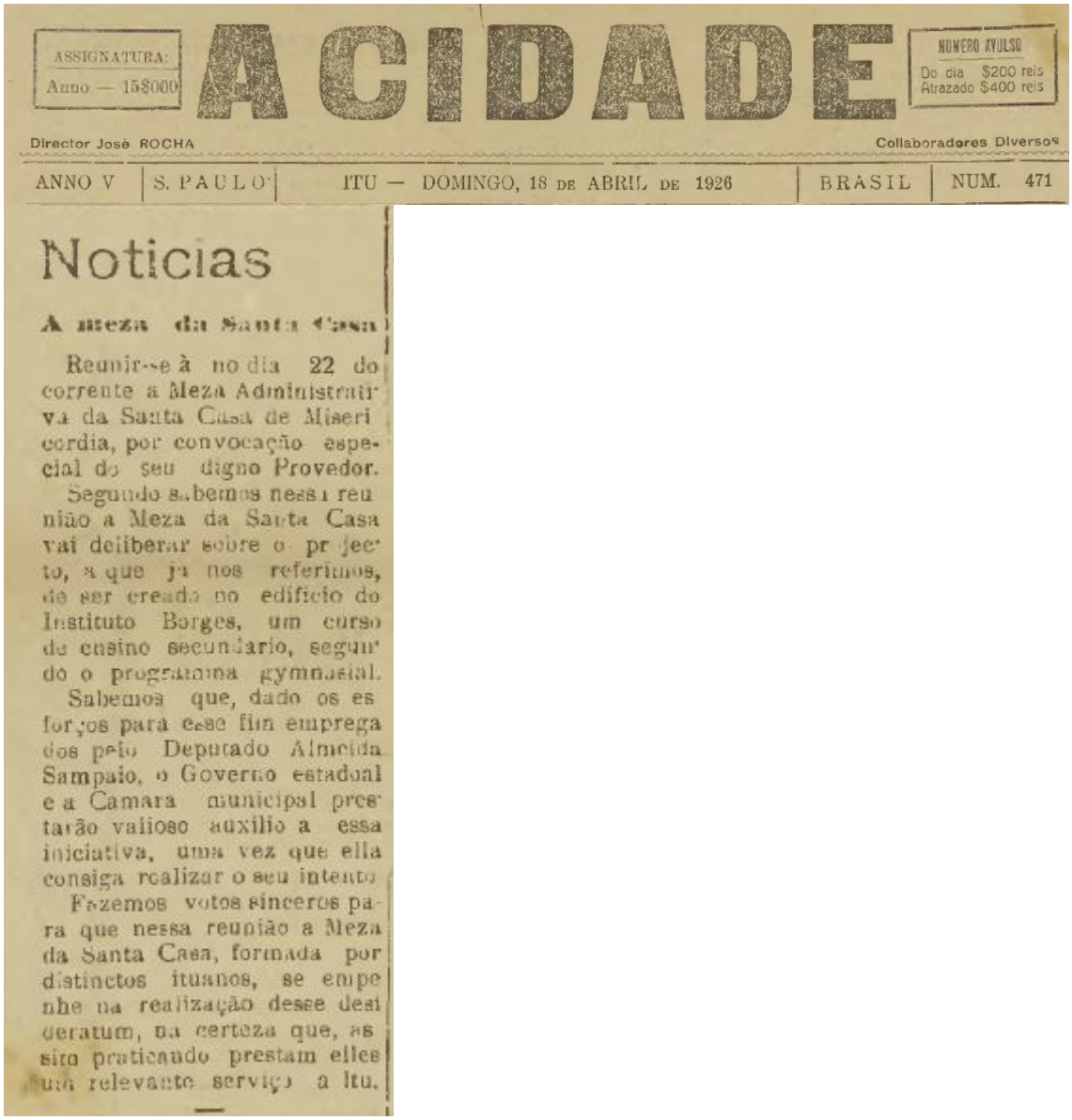
Para a realização dessa ideia basta apenas que haja um entendimento entre a meza Administrativa da Santa Casa e o governo, entendimento esse que julgamos ter sido ja entabolado.

E' esse um melhoramento que muito nos virá beneficiar e esperamos que ella seja levada a effeito, dado o empenho e esforço que a respeito o Deputado Almeida Sampaio vem empregando junto ao governo do Estado, a boa vontade que o governo demonstrou em amparar e auxiliar essa ideia, bem como a melhor boa vontade que a respeito manifestou o dr. José de Paula Leite de Barros, digno Provedor da Santa casa, e a cujo cargo se encontra a direcção e admimistração do Lyceu.

O edificio do Lyceu, possuindo salas amplas e claras, muito se presta para esse fim e dado o auxilio com que o governo do Estado se promptifica a concorrer é de se esperar que essa ideia vá avante e seja assim a nossa cidade dotada desse melhoramento, de que tanto necessita, e onde a mocidade da nossa terra possa ir illustrar o seu espirito.

Dos esforços conjunctos desse dous distinctos ituanos dr. Almeida Sampaio e dr. Jose de Paula Leite de Barros nos é dado, tendo em vista o amor que dedicam a nossa terra, que levarão a effeito esse commettimento.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano V, n. 460, 7 mar. 1926



ASSIGNATURA:
Anno — 15$000

A CIDADE

NUMERO AVULSO
Do dia $200 reis
Atrazado $400 reis

Director José ROCHA

Collaboradores Diversos

ANNO V | S. PAULO | ITU — DOMINGO, 18 DE ABRIL DE 1926 | BRASIL | NUM. 471

Noticias

A meza da Santa Casa

Reunir-se á no dia 22 do corrente a Meza Administrativa da Santa Casa de Misericordia, por convocação especial do seu digno Provedor.

Segundo sabemos nessa reunião a Meza da Santa Casa vai deliberar sobre o projecto, a que ja nos referimos, de ser creado no edificio do Instituto Borges, um curso de ensino secundario, segundo o programma gymnasial.

Sabemos que, dado os esforços para esse fim empregados pelo Deputado Almeida Sampaio, o Governo estadoal e a Camara municipal prestarão valioso auxilio a essa iniciativa, uma vez que ella consiga realizar o seu intento.

Fazemos votos sinceros para que nessa reunião a Meza da Santa Casa, formada por distinctos ituanos, se empenhe na realização desse desideratum, na certeza que, assim praticando prestam elles um relevante serviço a Itu.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano V, n. 471, 18 abr 1926

ASSIGNATURA:
Anno — 15$000

A CIDADE

NUMERO AVULSO
Do dia $200 reis
Atrazado $400 reis

Director José ROCHA — Collaboradores Diversos

ANNO V | S. PAULO | ITU — DOMINGO, 25 DE ABRIL DE 1926 | BRASIL | NUM. 472

Ensino secundario

Conforme haviamos noticiado, reuniu-se quinta feira ultima a Mesa Administrativa da Santa Casa, porem nessa reunião, ao contrario do que haviamos sido informados, não tratou a mesma do projecto da creação do curso secundario, aproveitando para funccionamento do mesmo o edificio principal do Instituto Borges e ao qual já nos referimos.

Cremos que motivos preponderantes teve ella para assim adiar para depois o conhecimento desse importante assumpto, que tão de perto falla ao nosso progresso e engrandecimento.

Sendo, como de facto são, os membros da Meza Administrativa da Santa Casa, ituanos distinctos, cheios de amor a esta terra e mais a mais illustrados e portanto bem reconhecendo os beneficios, que esse projecto em questão virá trazer a Itu, esperamos, e isso cremos piamente, que a solução desse projecto, por motivos que não desejamos indagar, pois, os respeitamos como justos, foi tão somente adiado e devendo talvez em breve tornar s uma realidid.

São esses os votos que, como ituanos que somos e que sinceramente amamos a esta terra e por cujo engrandecimento sempre temos trabalhado, aqui deixamos.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano V, n. 472, 25 abr 1926

NUMERO AVULSO
Do dia $200
Atrazado $400

A CIDADE

RED. E ADM.
Rua Barão de Itahym, 14

Director -- F. Almeida Campos
Collaboradores Diversos
Gerente - Mario L. Abelha

ANNO VIII | S. PAULO | ITU — DOMINGO, 7 de JULHO de 1929 | BRASIL | NUM. 627

heso pelo halos da fé patriotica e fortemente illuminado por novas claridades de amor, de ordem e progresso.

C.

Uma realisação que se impõe

Appello ao povo ituano

Ninguem pode negar a evidencia da necessidade que Itú tem de um estabelecimento de ensino secundario, desde que daqui se retirou o «Collegio S. Luiz».

E' commum ouvir-se dos chefes de familias sobre cujos hombros pesa a responsabilidade da educação de jovens, continuas queixas sobre as difficuldades cada vez maiores de os encaminhar para as escolas superiores ou lhes dar um solido preparo para as luctas da vida.

Entretanto Itú pode ter um Gymnasio, não temos duvida em affirmal-o. Basta em rapido exame procurar-se saber do numero de rapazes ituanos, frequentando Collegios e Gymnasios de outras cidades, para se ter a prova exhuberante disso. Accresce ainda que nossa cidade é centro de uma apreciavel zona, em que figuram varias cidades taes como: — Capivary, Indaiatuba, Salto e etc. que igualmente se resente da mesma falta.

O exemplo de uma tentativa malograda é para nós mais uma garantia de exito, pois, nos mostra claramente o caminho errado que devemos evitar.

Nossa tentativa congrega os esforços de alguns homens de bôa vontade, sinceramente empenhados em dotar esta cidade com um estabelecimento de ensino secundario, moldado em normas severas, visando mi-ministrar um ensino efficiente e solido—preparo basico para as necessidades da vida—e não sòmente uma superficial cultura de adorno e para exames.

Nosso plano é organisar uma sociedade que reuna homens de inteira responsabilidade que escolherão uma directoria para administrar a parte financeira, delegando poderes a um director encarregado da organisação technica.

E' claro que o custeio de um estabelecimento officialisado não permittirá a ninguem a illusão de lucros pecunarios nos primeiros annos de funccionamento. Garantida, porem, que seja a sua vida por dois annos, dessa data em diante sua existencia será assegurada pelas suas proprias rendas. E', pois, necessaria a formação de um peculio que para isso contribua, a par de sua renda inicial, sem duvida, pequena.

Para esse fim a sociedade organisada emttirá acções de pequeno valor, podendo ademais serem integralisadas em varias quotas —e que, portanto sejam accesiveis sem sacrificios a bolsas mesmo modestas.

Não è, pois, como quem tenciona edificar um castello no ar, que ousamos appellar para a boa vontade de todos os que almejam o progresso e o engrandecimento de nossa terra, o que, convem não esquecer, é um dever imposto pelas tradições brilhantes que nos legaram nossos antepassados.

O tempo em que dispomos é escasso e nos impõe, sem perda de tempo, congreguemos todas as adhesões afim de que se tornem, logo realidade as nossas aspirações. Um dever, agora nos exige:—de nós que mourejamos na lucta sacrosanta da intelligencia; —de todos aquelles que, tendo filhos, assumiram o compromisso honroso de educal-os;—e, enfim, exige, repetimos, de todo ituano que sabe amar e honrar a sua terra— a «FIDELISSIMA ITÚ» a concretisação edificante deste magestoso templo de educação e saber.

(as) P. José M. Monteiro
—Vigario da Parochia.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano VIII, n. 627, 7 jul. 1929

A FEDERAÇÃO

ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTÚ

Redactor—*P. José Maria Monteiro* | Rua dos Andradas, 27 A | Gerente Thesoureiro—*João Ferraz A. P.*

ANNO XXV | YTU' (E. S. PAULO) 6 de Julho de 1929 | NUMERO 1341

UMA REALISAÇÃO QUE SE IMPÕE

Appêllo ao povo Ituano

Ninguem pode negar a evidencia da necessidade que ITU' tem de um estabelecimento de ensino secundario, desde que daqui se retirou o "Collegio São Luiz". E' commum ouvir-se dos chefes de familia sobre cujos hombros pesa a responsabilidade da educação de joveus, continuas queixas sobre as difficuldades cada vez maiores de os encaminhar para as escolas superiores ou lhes dar um solido preparo para as luctas da vida.

Entretanto ITU' pode ter um Gymnasio, nao temos duvida em affirmal-o. Basta um rapido exame procurar-se saber do numero de rapazes ituanos, frequentando collegios e Gymnasios de outras cidades para se ter a prova exhuberante disso. Accresce ainda que nossa cidade é centro de uma apreciavel zona, em que figuram varias cidades taes como: Capivary, Indaiatuba, Salto e etc. que igualmente se resentem da mesma falta.

O exemplo de uma tentativa malograda é para nós mais uma garantia do exito, pois, nos mostra claramente o caminho errado que devemos evitar.

Nossas tentativas congrega os esforços de alguns homens de bôa vontade, sinceramente empenhados em dotar esta cidade com um estabelecimento de ensino secundario, moldado em norma severas, visando ministrar um ensino efficiente e solido—preparo basico para as necessidades da vida—e não sómente uma especial cultura de adorno e para exame.

Nosso plano é organisar uma sociedade que reuna homens de inteira responsabilidade que escolherão uma directoria para administrar a parte financeira, delegando poderes a um director encarregado da organisação technica.

E' claro que o custeio de um estabelecimento officialisado não permittirá a ninguem a illusão de lucros pecuniarios nos primeiros annos de funccionamento. Garantida, porem, que seja a sua vida por dois annos, dessa data em diante sua existencia será assegurada pelas suas proprias rendas. E' pois, necessaria a formação de um peculio que, para isso contribua, a par de sua renda inicial, sem duvida pequena.

Para esse fim a sociedade organisada emittirá acções de pequeno valor, podendo ademais serem integralizadas em varias quotas—e que, portanto, sejam accessiveis sem sacrificios a bolsas mesmo modestas.

Não é, pois, como quem tenciona edificar um castello no ar, que ousamos appellar para a bôa vontade de todos os que almejam o progresso e o engrandecimento de nossa terra, o que, convem não esquecer, é um dever imposto pelas tradições brilhantes que nos legaram nossos antepassados.

O tempo de que dispomos é escasso e nos impõe, sem perda de tempo, congregnemos todos as adhesões afim de que se tornem logo realisadas as nossas aspirações. Um dever, agora nos exige:—de nós que mourejamos na lucta sacrosanta da intelligencia;—de todos aquelles que, tendo filhos, assumiram o compromisso honroso de educal-os;—e, emfim, exige, repetimos, de todo o ituano que sabe amar e honrar a sua terra—a «FIDELISSIMA ITU», a concretisação edificante deste magestoso templo de educação e saber.

aa) *Padre José Mario Monteiro*—Vigario da Parochia.
Doutor Braz Bicudo de Almeida — Medico e Ex-Inspector Escolar'
Doutor Manoel Maria Bueno—Promotor Publico e Ex-Professor dos Collegios São Luiz e Diocesano de São Paulo.
Doutor José Leite Pinheiro Junior—Medico e Ex-Professor do Gymnasio do Carmo.
Tristão Bauer—Professor do Collegio N.S. do Carmo.
Professor Armando Marks dos Santos—Director do Grupo Escolar Convenção de ITU'.
Professor Francisco Mariano da Costa Sobrinho— Professor do Collegio N. S. do Carmo e Ex-Director do Grupo
Professor Dr. Roswell Freire— Inspector Escolar.
Professor Joaquim Toledo Camargo—Directo do Grupo Escolar Cesario Motta,

N.B.—As pessoas que desejarem prestar auxilio para a organisação do Gymnasio poderão dirigir-se a qualquer dos signatarios deste manifesto.

Projecto do Estatuto da Associação Ituana Protectora da Instrucção

Como já é do dominio publico, mais uma tentativa se levanta em nossa terra no sentido de se fundar aqui um Gymnasio. Dado o geral contentamento que a ideia veio trazer a todos os bons ituanos, é de se esperar que dentro em breve a bella aspiração da familia ituana seja uma realidade a coroar os esforços daquelles que trabalhando porque tão nobre causa triumphe, outra intenção não tem senão o progresso da nossa cidade.

Aqui damos o projecto do Estatuto da Associação Ituana Protectora da Instrucção.

Estatutos da Associação Ituana Protectora da Instrucção

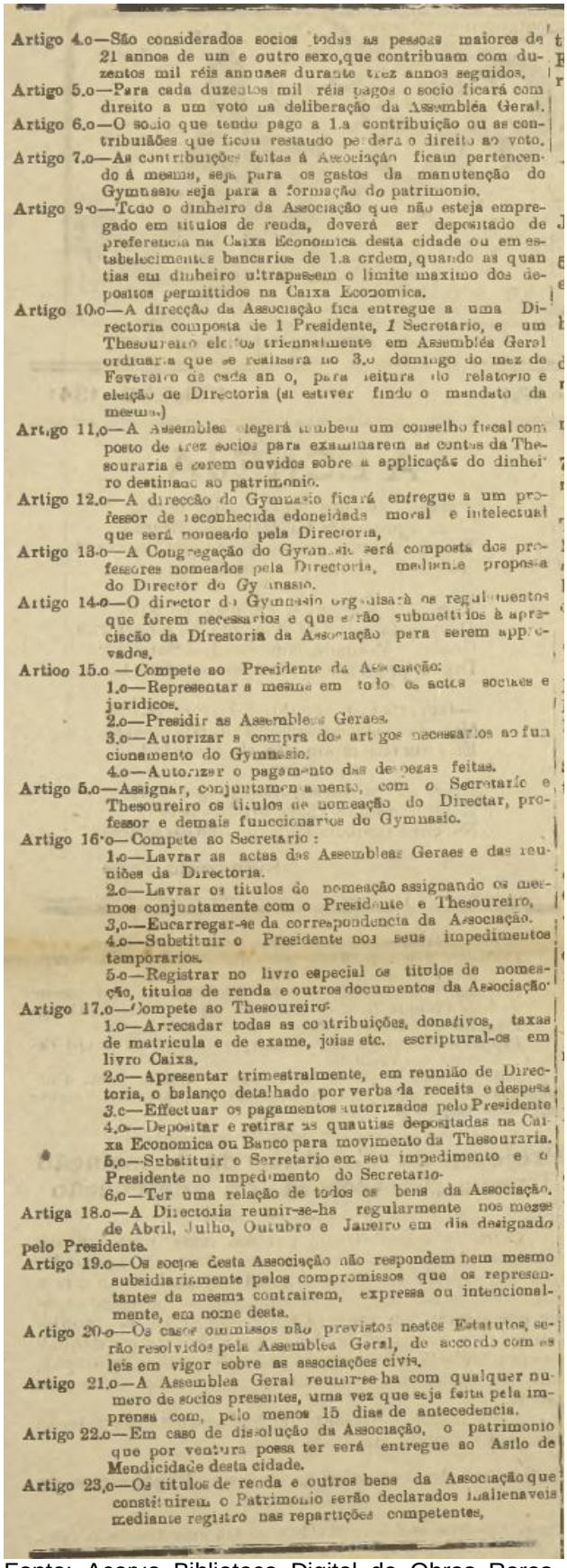
Artigo 1.o—Fica creado nesta cidade de Itú uma Associação philantropica com o nome de Associação Ituana Protectora da Instrucção cujos fins são:

1.o—fundar e manter um estabelecimento de ensino secundario denominado «Gymnasio S. Luiz de Itú» organisado de accordo com o programma do Collegio Pedro II do Rio de Janeiro,

2.o—manter, annexo ao Gymnasio quando a Directoria julgar conveniente uma escola normal livre, um curso commercial e um curso de preparatorios.

Artigo 2.o—A Associação tem prehenchido os seus fins quando organise e mantenha o «Gymnasio S. Luiz».

Artigo 3.o—A Associação compõe-se de numeros illimitados de socios e terá a duração illimitada tambem.



Artigo 4.o—São considerados socios todas as pessoas maiores de 21 annos de um e outro sexo, que contribuam com duzentos mil réis annuaes durante trez annos seguidos.

Artigo 5.o—Para cada duzentos mil réis pagos o socio ficará com direito a um voto na deliberação da Assembléa Geral.

Artigo 6.o—O socio que tendo pago a 1.a contribuição ou as contribuições que ficou restando perdera o direito ao voto.

Artigo 7.o—As contribuições feitas á Associação ficam pertencendo á mesma, seja para os gastos da manutenção do Gymnasio seja para a formação do patrimonio.

Artigo 9.o—Todo o dinheiro da Associação que não esteja empregado em titulos de renda, deverá ser depositado de preferencia na Caixa Economica desta cidade ou em estabelecimentos bancarios de 1.a ordem, quando as quantias em dinheiro ultrapassem o limite maximo dos depositos permittidos na Caixa Economica.

Artigo 10.o—A direcção da Associação fica entregue a uma Directoria composta de 1 Presidente, *1* Secretario, e um Thesoureiro eleitos triennalmente em Assembléa Geral ordinaria que se realisará no 3.o domingo do mez de Fevereiro de cada anno, para leitura do relatorio e eleição de Directoria (si estiver findo o mandato da mesma)

Artigo 11.o—A Assembléa elegerá tambem um conselho fiscal composto de trez socios para examinarem as contas da Thesouraria e serem ouvidos sobre a applicação do dinheiro destinado ao patrimonio.

Artigo 12.o—A direcção do Gymnasio ficará entregue a um professor de reconhecida edoneidade moral e intelectual que será nomeado pela Directoria,

Artigo 13.o—A Congregação do Gymnasio será composta dos professores nomeados pela Directoria, mediante proposta do Director do Gymnasio.

Artigo 14.o—O director do Gymnasio organisará os regulamentos que forem necessarios e que serão submettidos á apreciação da Direstoria da Associação para serem approvados.

Artigo 15.o—Compete ao Presidente da Associação:

1.o—Representar a mesma em todos os actos sociaes e juridicos.

2.o—Presidir as Assembleas Geraes.

3.o—Autorizar a compra dos artigos necessarios ao funcionamento do Gymnasio.

4.o—Autorizar o pagamento das despezas feitas.

Artigo 5.o—Assignar, conjuntamente, com o Secretario e Thesoureiro os titulos de nomeação do Directar, professor e demais funccionarios do Gymnasio.

Artigo 16.o—Compete ao Secretario:

1.o—Lavrar as actas das Assembleas Geraes e das reuniões da Directoria.

2.o—Lavrar os titulos de nomeação assignando os mesmos conjuntamente com o Presidente e Thesoureiro,

3.o—Encarregar-se da correspondencia da Associação.

4.o—Substituir o Presidente nos seus impedimentos temporarios.

5.o—Registrar no livro especial os titulos de nomeação, titulos de renda e outros documentos da Associação.

Artigo 17.o—Compete ao Thesoureiro:

1.o—Arrecadar todas as contribuições, donativos, taxas de matricula e de exame, joias etc. escriptural-os em livro Caixa.

2.o—Apresentar trimestralmente, em reunião de Directoria, o balanço detalhado por verba da receita e despesa.

3.o—Effectuar os pagamentos autorizados pelo Presidente

4.o—Depositar e retirar as quantias depositadas na Caixa Economica ou Banco para movimento da Thesouraria.

5.o—Substituir o Serretario em seu impedimento e o Presidente no impedimento do Secretario.

6.o—Ter uma relação de todos os bens da Associação.

Artigo 18.o—A Directoria reunir-se-ha regularmente nos mezes de Abril, Julho, Outubro e Janeiro em dia designado pelo Presidente.

Artigo 19.o—Os socios desta Associação não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos compromissos que os representantes da mesma contrairem, expressa ou intencionalmente, em nome desta.

Artigo 20.o—Os casos ommissos não previstos nestes Estatutos, serão resolvidos pela Assembléa Geral, de accordo com as leis em vigor sobre as associações civis.

Artigo 21.o—A Assembléa Geral reunir-se-ha com qualquer numero de socios presentes, uma vez que seja feita pela imprensa com, pelo menos 15 dias de antecedencia.

Artigo 22.o—Em caso de dissolução da Associação, o patrimonio que por ventura possa ter será entregue ao Asilo de Mendicidade desta cidade.

Artigo 23.o—Os titulos de renda e outros bens da Associação que constituirem o Patrimonio serão declarados inalienaveis mediante registro nas repartições competentes.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XXV, n. 1341, 6 jul. 1929

ASSIGNATURA:
Anno — 15$000

A CIDADE

NUMERO AVULSO
Do dia $200 reis
Atrazado $400 reis

Director José ROCHA
Collaboradores Diversos

ANNO V | S. PAULO | ITU — Domingo, 7 de MARÇO de 1926 | BRASIL | NUM. 460

Pela instrucção secundaria

Segundo ouvimos, nos parece que os nossos poderes publicos voltam a cogitar novamente em dotar a nossa cidade de um estabelecimento de instrucção secundaria, e, segundo nos consta, o digno governo do Estado mostrou a melhor boa vontade em auxiliar a realizaçao desse melhoramento para a nossa terra.

Ao que nos parece trata se de aproveitar o edificio do Lyceu para ali se installar diversas aulas, fornecendo o governo do Estado o mobilario completo para a installação das mesmas e dando ainda, por espaço de um anno, um professor competente, pago pelo Estado, para installar e dirigir esse estabelecimento em seu primeiro anno.

Para a realização dessa ideia basta apenas que haja um entendimento entre a meza Administrativa da Santa Casa e o governo, entendimento esse que julgamos ter sido ja entabolado.

E' esse um melhoramento que muito nos virá beneficiar e esperamos que ella será levada a effeito, dado o empenho e esforço que a respeito o Deputado Almeida Sampaio vem empregando junto ao governo do Estado, a boa vontade que o governo demonstrou em amparar e auxiliar essa ideia, bem como a melhor boa vontade que a respeito manifestou o dr. José de Paula Leite de Barros, digno Provedor da Santa Casa, e a cujo cargo se encontra a direcção e admimistração do Lyceu.

O edificio do Lyceu, possuindo salas amplas e claras, muito se presta para esse fim e dado o auxilio com que o governo do Estado se promptifica a concorrer é de se esperar que essa ideia vá avante e seja assim a nossa cidade dotada desse melhoramento, de que tanto necessita, e onde a mocidade da nossa terra possa ir illustrar o seu espirito.

Dos esforços conjunctos desses dous distinctos ituanos dr. Almeida Sampaio e dr. Jose de Paula Leite de Barros nos é dado, tendo em vista o amor que dedicam a nossa terra, que levarão a effeito esse commettimento.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano V, n. 460, 7 mar. 1926

ANEXO LL – Recomeço das obras do Instituto Borges

NUMERO AVULSO
Do dia $200
Atrazado $400

A CIDADE

RED. E ADM.
Rua Barão de Itahym, 14

Director -- F. Almeida Campos
Collaboradores Diversos
Gerente - Mario L. Abelha

ANNO VIII | S. PAULO | ITÚ — DOMINGO, 6 de OUTUBRO de 1929 | BRASIL | NUM. 639

SANTA CASA

Sob a presidencia do seu digno Provedor sr. Pedro de Paula Leite de Barros reuniu-se, em o dia 2 do corrente a Meza Administrativa da Santa Casa.

Ficou deliberada nessa reunião a fundação de uma Maternidade, ficando o Provedor autorizado a proceder desde jà os passos necessarios para tal fim, tendo sido já adquirido o terreno em que deverá ser construido o edificio destinado a essa tão util quão necessaria instituição; sabemos que em breve será apresentado a apreciação da Meza não só o orçamento para a construcção desse edificio como projecto e planta do mesmo.

Desnecessario será por em destaque a meritoria obra que a Meza da Santa Casa acaba de approvar, visto que a todos resalta a sua grande utilidade, pelo que apresentamo-lhe aqui, em nome do povo ituano, as mais calorosas felicitações e fazemos votos para que a mesma logo se traduza em realidade, afim de que possa derramar os seus beneficios, principalmente entre a' classe pobre.

Ficou tambem resolvido pela Meza Administrativa que proseguissem as obras, que estão sendo feitas no Lyceu de Artes e Officios «Joaquim B. Borges», afim de que, o mais tardar, em março proximo estejam as mesmas concluidas e sejam inaugurados os novos pavilhões, destinados as officinas de mechanica e serralheria e á outras dependencias necessarias para o completo funccionamento desse optimo estabelecimento.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano VIII, n. 639, 6 out. 1929

ANEXO MM – Plano de reorganização do Instituto Borges

A COMARCA DE ITÚ
SEMANARIO INDEPENDENTE
DIRECTOR: Dr. Ermelindo Maffei
REDACTOR CHEFE: Flaminio B. Leme
Anno I | Itú, 15 de Maio de 1932. | N.° 3

Instituto Borges de Artes e Officios

Tendo sido approvado pela mesa administrativa da nossa Santa de Misericordia, o plano definitivo de reorganisação do «Instituto Borges», desta cidade, apresentado pelo professor Horacio Silveira, director da Escola Profissional da Capital, vae o referido Instituto, finalmente, entrar na verdadeira phase do seu desenvolvimento, prehenchendo os grandes e utilissimos bens para que foi creado.

Terá elle a mesma organisação das escolas profissionaes mixtas officiaes.

Possivelmente em Junho do corrente anno, serão abertas as matriculas para os cursos de marcinaria e tornearia, curso commercial, com dactylographia e tachygraphia, pintura artistica e commercial, musica, córtes e confecções e economia domestica, estando sendo estudados os cursos de puericultura, tecelagem e mechanica, que se installarão no anno vindouro.

Incalculaveis, por certo, vão ser os beneficios que a reorganisação do Instituto Borges offerecerá ao povo ituano, e enorme o impulso que trará ao progresso da nossa cidade, entre cujas classes sociaes a resolução da mesa administrativa da Sta. Casa causou optima impressão e o mais vivo contentamento e sympathia.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A COMARCA DE ITÚ, Itu, Ano I, n. 3, 15 mai.1932

ANEXO NN – Exposição de trabalhos dos alunos do Instituto Borges

PROGRESSO

Diretor-Gerente: JOSE' ROCHA (Colaboradores Diversos)

ANO I | ITU, (Domingo), 1.º de JANEIRO de 1933 | Num. 3

Instituto Borges de Artes e Oficios

Com grande prazer visitamos esse importante estabelecimento de ensino profissional e artistico e assistimos a inauguração da sua esposição de trabalhos.

O estimado professor Job Aires Dias, esforçado e competentissimo educador a quem em tão bôa hora foi entregue a direção do instituto, convidou o sr. Pedro de Paula Leite para presidir a cerimonia da inaugurar da esposição.

A escolha foi acertada, mas, ao sr. Pedro de Paula Leite competia, como dono da casa, declinar do convite em favor do prof. Horacio Silveira, que se achava presente, e a quem se deve a brilhante e fecunda organisação do Instituto Borges.

Si tal não quizesse, poderia convidar o Governador da cidade, que tambem se achava presente, para presidir o áto.

Não ha, nestas considerações, nenhum intuito malevolo, ao entanto, assim entendemos que devia ter sido a atitude do sr. Provedor da Santa Casa.

O Instituto Borges está agora, á altura da grande civilisação da nossa terra.

E' um estabelecimento de educação de primeira ordem, faltando-lhe no entanto, ainda uma secção importante: a de mecânica.

E' o grande laboratorio da educação onde se preparam os mais solidos e proficuos ensinamentos a mocidade que ha de ser amanhã uma geração fecunda de virtudes, homens uteis, a si e a sociedade.

O instituto exerce uma missão augusta: ensina o trabalho aos nossos jovens.

O trabalho é a lei que regula a nossa existencia e só dele depende o progresso dos homens e das nações.

Vates colendos em todos os tempos, fizeram sempre por meio de estrofes imortais, a mais delicada apologia do trabalho.

«Trabalhar meus irmãos, que o trabalho
E' riqueza, è virtude, é vigor.
Dentre a orquestra da serra e do malho
Brotam vidas, cidades, amor.»

O instituto possue aspecto magestoso. E' soberbo o seu frontespicio. A sua pintura externa e interna é finissima. O piso do seu vestibulo é de mosaico. A planta do edificio foi feita pelo inolvidavel e famoso engenheiro arquiteto dr. Ramos de Azevedo.

Fomos gentilmente recebidos no referido estabelecimento de ensino pelo prof. Francisco de Lorenzi, jovem e cortez.

Percorremos tôdas as salas do nosso instituto onde estavam espostos trabalhos dos seus alunos.

A secção de desenho estava irrepreensivel.

Não ha trabalhos para serem destacados. Todos estavam corretamente confecionados. Admiramos muito a secção de marcenaria. Viam-se nela ricos porta-chapeos, mesas de diversos estilos, elegantes guarda-roupas, argolas de madeira para guardanapos, farinheiras, porta-retratos, jogos de xadrez, bengalas, etc.

São dignas de nota umas bandejas feitas pelos alunos Santo Pasqual, Mario Nello, Ernesto Roberti, Antonio Trabaquini e um porta-casaco todo de imbuia feito por José E. Dias.

Secção de costura: — professoras Elisa Migliaci e Nativa Lobo. Grande quantidade de vestidos, blusas para senhoras e vestidinhos para creanças figuravam nesta secção.

Elogiamos com justiça, os finos lavores da educanda Ana Blackman.

Chamava a atenção "de todos os visitantes da esposição um vestido verde-malva. Era godê a manga fofa e a barra levemente pregueada. De georgete. Belo vestido.

Secção industrial — Riquissima em obras de arte.

Uma admiravel sala de jantar estava nesta secção. Estilo futurista. De imbuia.

Secção de arte culinaria. Dirigida pela estorçada educadora d. Celina Passos. Exibiam-se nela finissimos e apetitosos doces.

A esposição muito agradou a todos quantos a visitaram.

Parabens efusivos ao diretor do Instituto Borges de Artes e Oficios, prof. Job Aires Dias, pela linda esposição de trabalhos dos seus alunos a presentada ao laborioso, honesto e inteligente povo ituano.

—

Do Dr. Soares Hungria, operoso ex-deputado pelo 4.º distrito e grande amigo de Itu, recebeu o sr. Prefeito Municipal o seguinte telegrama:

«Felicito amigo primeiro ano funcionamento Escola Profissional antevendo resultado promissor felizes filhos ituanos. Saudações. (a) Soares Hungria»

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; PROGRESSO, Itu, Ano I, n. 3, 1 jan.1933

NUMERO AVULSO
Do dia $200
Atrazado $400

A CIDADE

RED. E ADM.
Rua Barão de Itahym, 14

Director -- F. Almeida Campos
Collaboradores Diversos
Gerente - Mario L. Abelha

ANNO VII | S. PAULO | ITU — DOMINGO, 23 de DEZEMBRO de 1928 | BRASIL | NUM. 598

Institnto Borges

Encontra-se aberta a exposição de trabalhos dos alumnos do Instituto Borges de Artes e Officios. Visitamol-a e a impressão que tivemos foi a melhor possivel; vimos, pelos trabalhos expostos, que naquella casa de ensino se trabalha de verdade e que, como resultado desse trabalho, os alumnos apresentam real aproveitamento.

Encontram-se expostos lindos moveis, explendidas mobilias de salas de visitas, salas de jantar e de dormitorios, nas quaes não sabemos que mais admirar se a belleza do estylo ou o completo acabamento, e è de notar-se que todos esses moveis são feitos de optimas madeiras, algumas dellas atè de custoso e difficil trabalho.

Admiramos tambem ali a exposição de desenho dos alumnos e pelo trabalho exposto podemos, com toda segurança, avaliar a competencia e dedicação do distincto professor de desenho do Instituto e da applicação dos seus alumnos.

O nosso publico não deve deixar de visitar essa exposição, porque assim ficará conhecendo esse Instituto, que muito houra a nossa terra, para a qual trará não pequena somma de beneficios.

Por hoje limitamo-nos a enviar ao sr. Carlos João Caldara, dedicado director gerente do Instituto e aos dignos auxiliares e applicados alumnos os nossos sinceros parabens pelo optimo exito alcançado pela exposição, da qual ainda nos occuparemos, dando a relação dos moveis ali expostos.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano VII, n. 598, 23 dez 1928

A FEDERAÇÃO

PADROEIRA DE YTÚ

ORGAM DAS ASSOCIAÇÕES CATHOLICAS DE YTÚ

MATRIZ DE YTÚ

Redactor—P. José Maria Monteiro Rua dos Andradas. 27 A Gerente Thezoureiro—João Ferraz A. P. Sobrinho

ANNO XXIII | YTU' (E. S. PAULO) 10 de Dezembro de 1927 | NUMERO 1.259

Instituto Borges

Do sr. Carlos João Caldara, M.D.Director do Instituto Borges de Artes e Officios recebemos amavel convite pãra assistir a abertura da exposição de trabalhos dos alumnos daquelle estabellecimento.

Por nosso intermedio o sr. Caldara convida o respeitavel publico, para assistir a esse acto, e avisa que a exposição ficará aberta até o dia 6 de Janeiro proximo, nos dias uteis das 7 ás 11 horas da manhã, e das 12 1|2 ás 5 1|2 da tarde, e nos dias feriados e domingos das 12 as 4 horas da tarde.

Gratos pelo convite não deixaremos de ir apreciar esses bellos trabalhos

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A FEDERAÇÃO, Itu, Ano XXIII, n. 1259, 10 dez 1927

ANEXO OO – Reuniões da Irmandade: bens de Borges

NUMERO AVULSO
Do dia $200
Atrazado $400

A CIDADE

RED. E ADM.
Rua Barão de Itahym, 14

Director — F. Almeida Campos
Collaboradores Diversos
Gerente - Mario L. Abelha

ANNO VII | S. PAULO | ITU — DOMINGO, 17 de FEVEREIRO de 1929 | BRASIL | NUM. 607

Prof. J. FERREIRA

Cirurgião Dentista e Stomatologista

CLINICA DIURNA E NOCTURNA

Executam-se trabalhos dentarios pelos processos mais modernos e aperfeiçoados.

FACILITAM-SE OS PAGMAENTOS
SERVIÇO RAPIDO — PREÇOS MODICOS
Operações sem dôr
Rua da Guitanda, 23 (Esquina da Rua Santa Rita)

mos e com todo cuidado tratar da vida espiritual e concertar nella todas as brechas feitas pelas loucuras do Carnaval.

Boa e carinhosa mãe é a Igreja, perdoa banente as loucuras de seus filhos e de novo os acolhe sob o seu manto protector.

E dizer se que ha gente que despreza tão carinhosa mãe! Và de retro.

Porem, nós, como filhos obdientes, cheguemo-nos a seus pès, beijemos as suas mãos, peçamos perdão de nossas culpas e lhe prometamos ser, de ora em liante, muito bomsinhos, muito quietinhos e muito bem comportados até... o proximo Carnaval.

F.

Santa Casa

Conforme prometemos publicamos hoje o resumo do Relatorio apresentado pelo sr. dr. José de Paula Leite de Barros em assembléa geral da Irmandade da S. Casa, realizada a 8 do corrente.

Começa o venerando e benemerito ex-Provedor o seu bem elaborado trabalho dando parabens a S. Casa pela feliz escolha feita pela Meza Administrativa para o preenchimento das vagas de Provedor, Vice-Provedor e Mezario; diz que os escolhidos reunem todas as condições precisas para o bom desempenho dos cargos para os quaes foram chamados, merecendo esse acto da Meza o seu applauso sincero e applauso absoluto.

Relembra que foi ha 32 annos, em 6 de Fevereiro de 1897 que foi eleito Provedor da Santa Casa. relembra os nomes dos irmãos que constituiram essa Meza Administrativa, fazendo notar que desses irmãos, dois ainda continuavam a prestar relevantes serviços a essa instituição, e são elles os srs. Adolpho Bauer e Joaquim Victorino de Toledo.

Referiu-se em seguida aos nobres fins da S. Casa e a incalculavel somma de beneficios que vem realizando; salienta que para essa benemerita instituição bem dar cabal desempenho aos seus nobres fins. é necessario que disponha dos recursos pecuniarios necessarios para assim proceder, e por isso um dos seus maiores cuidados foi sempre augmentar o patrimonio da S. Casa, sem, no entanto deixar de cuidar de tudo quanto necessitava para o seu bom andamento.

Passa em seguida o dr. José de Paula Leite de Barros a fazer uma exposição clara, nitida e sucinta do estado financeiro da S. Casa, e pelo o qual se verifica que o actual patrimonio dessa benemerita instituição de caridade. encontra-se assim constituido:

42 Apolices do Thezouro do Estado (2.a S) de 500$000; 4 idem, idem (4.a S) de 500$000; 249 idem, idem, (4.a S) de 1:000$; 13 idem, idem, (5.a S) de 500$; 3 idem, idem, (6.a S) de . . . 1:000$; 19 idem,idem, (7.a S) de 500$; 21 idem, idem, (8.a S) de 500$; 1 idem, idem, (8.a S) de 1:000$; 13 idem, idem, (10.a S) de 500$; 1 idem, idem, (11.a S) de 1:000$; 15 idem, idem, (13.a S) de 1:000$; 64 Apolices de divida publica federal 1:000$; 280 Letras da Camara Muuicipal de Itu 100$; 199 Letras da Camara Municipal de S. Paulo de 6 °/₀ 100$; 1.500 Letras da Camara Muniaipal de S. Paulo, de 7°/₀ 100$; 115 Obrigações do Thesouro do Estado, nom. 1:000$; 3 Acções do Banco de S. Paulo 200$; 1.757 Acções Cia. Mogyana 200$; 220 Cia. Paulista 200$; um predio na Rua 15 de Novembro e outro na Rua Direita, ambos em S. Paulo.

Possue ainda, depositadas ainda no London D. Brazilian Bank, de uso-fructo de D. Camilla Borges Alves Diniz, 100 apolices do Estado, de 1:000$ cada uma e 200 apoliçes federaes, tambem de 1:000$ cada uma.

Por essa nitida exposição se ve que o actual patrimonio da S. Casa è orçado em 2.097:900$, constituido em apolices e acções diversas, e mais os predios citados, bem como as apolices cujo uso-fructo ainda não pertence a essa instituição; não mencionamos neste computo o vasto predio da S. Casa nem o grande e bello edificio do Instituto Borges.

Referiu-se em seguida esse Relatorio ao Instituto Borges salientando os beneficios que esse estabelecimento já vem prestando, e somma muito maior que prestarà, uma que sejam concluidos os novos pavilhões, o que dar-se-a em breve, e onde serão installadas outras officinas taes como serraria e mechanica.

Fala tambem sobre o Hospital dos Morpheticos, apontando qual o caminho que a Meza deve seguir a esse respeito.

Termina o dr. Paula Leite de Barros o seu minucioso relatorio fazendo justos elogios as Religiosas que trabalham na Santa Casa.

Ao que sabemos esse Relatorio vai ser publicado em folhetos e desde ja o recommendamos aos nossos leitores a sua leitura, para que fiquem bem conhecendo qual foi o benemerito trabalho desse venerando ituano, dr. Josè de Paula Leite de Barros, em pról da nossa Santa Casa, pois é de toda a justiça que conheça o povo quem são os seus bemfeitores.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano VII, n. 607, 17 fev 1929

Redacção e Officinas
Rua B. do Itahym, 14

O POVO

Numero avulso :
Do dia . . . $200
Atrasado . . $400
Assignatura, anno 10$000

ORGÃO INDEPENDENTE

Director — Mario L. Abelha | Publica-se aos Domingos | COLLABORADORES DIVERSOS

ANNO II | S. PAULO | ITÚ, 12 de MARÇO de 1933 | BRASIL | NUM. 69

Assembléa Geral Ordinaria

De ordem do Illmo. Sr. Irmão vice-Provedor, em exercicio, convoco os senhores Irmãos para comparecerem no dia 13 de Março, amanhã, no salão nobre do edificio do Instituto Borges, ás 14 horas, á reunião da Assembléa Geral Ordinaria para os seguintes fins:

1) Leitura do relatorio referente ao anno findo de 1932 e prestação de contas.

2) Eleição da nova Meza Administrativa para o triennio de 1933—1936.

3) Definição das funcções de procuradores.

4) Esclarecimento sobre o artigo 46 § 4.º do compromisso relativo ao preenchimento de vagas durante o triennio.

Depois de encerrada a discussão e votação desses assumpto será iniciada a discussão do projecto de organização da Fundação «Instituto Borges» e seus Estatutos para cuja resolução definitiva será convocada uma assembléa geral extraordinaria.

Itu, 4 de Março de 1933.

(a) dr. Braz Bicudo de Almeida.

(Reproduzido por ter sahido com incorrecção.)

Meza da S. Casa

Realiza-se amanhã, as 14 horas em o salão nobre do edificio do Instituto Borges, a reunião dos irmãos da Santa Casa, afim de elegerem a nova Meza Administrativa para o triennio 1933—1936.

Nessa reunião será feita a leitura do relatorio referente ao anno findo, bem como serão tratados outros assumptos de interesse da mesma.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; O POVO, Itu, Ano II, n. 69, 12 mar 1933

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS
Registrado no D. I. P.

A CIDADE

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO

Diretor-Proprietário: SÍLVIO CURI »»» ÓRGÃO SEMANÁRIO INDEPENDENTE «« COLABORADORES DIVERSOS

ANO XXIII | Oficinas: R. 7 de Setembro, 14 - Fone 157 | Itú (E. S. Paulo) domingo, 30 de Abril de 1944 | Administração e Redação: R. 7 de Setembro, 18 - Fone, 157 | NUM. 1.174

Secção livre

Cópia autêntica da Ata da Assembléia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Itú, realizada no dia doze de março de mil novecentos e quarenta e quatro.

Aos doze dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e quatro, nesta cidade de Itú, no salão nobre do Instituto Borges de Artes e Ofícios, à Praça Conde de Parnaiba, às quatorze e meia horas, conforme convocação prévia por avisos publicados na imprensa local, reuniram-se os Irmãos em número de dezoito (18) conforme as assinaturas tomadas no livro de presença, a-fim-de, em Assembléia Geral Ordinária, tomarem conhecimento e se manifestarem sôbre o relatório, contas e balanços do exercício findo, parecer da comissão encarregada de estudos dos prédios do legado Joaquim Bernardo Borges, e outros assuntos de interêsse da Irmandade. Assumindo a presidência o irmão Provedor Sr. Francisco Paula Leite de Barros, foi por êle declarada aberta a sessão, convidando para secretário na forma do Compromisso, o irmão-Tesoureiro Sr. Herculano de Toledo Prado, na ausência do irmão-Secretário Sr. Dr. Braz Bicudo de Almeida, que justificara a sua falta, por telegrama, em virtude de moléstia. Dando início aos trabalhos, foram prestados aos presentes os necessários esclarecimentos sôbre todos os itens do relatório, situação das contas e demais detalhes financeiros referentes ao exercício de mil novecentos e quarenta e três, bem como sôbre o parecer da Comissão de Contas; foram postos em votação o relatório, contas e balanços, sendo unânimemente aprovados pela Assembléia. Procedeu-se a seguir, a leitura do parecer elaborado pela Comissão composta dos irmãos Srs. Pedro de Paula Leite, Dr. Sérvulo Pacheco e Silva, João Valente Barbas e Bráulio Silva, com poderes outorgados pela Assembléia Geral Ordinária de 4 de março de 1941, para estudar a melhor solução a ser dada aos prédios do legado de Joaquim Bernardo Borges, notadamente quanto aos prédios da rua 15 de Novembro, na Capital do Estado. Esta Comissão, no referido relatório, depois de demorados, criteriosos e completos estudos e esclarecimentos da questão, em que foram abordados assuntos e circunstância de grande atualidade e interêsse econômico, o que bem demonstra, não só a competência como ainda o carinho com que se dedicaram à incumbência a ela em boa hora confiada, concluí a Comissão que os referidos prédios do legado Bernardo Borges, não deveriam ser alienados e sim conservados pela Irmandade. Nesta altura o irmão Dr. Sérvulo Pacheco e Silva pede a palavra e solicita do Sr. Provedor autorização para, como integrante da referida Comissão, esclarecer à Assembléia, pormenorizadamente todos os pontos e conclusões do parecer, o que fez perante a Assembléia com clareza e precisão, tendo ainda apresentado várias sugestões, entre as quais, se estudasse a possibilidade de uma nova construção em ocasião oportuna, assim como a prorrogação dos contratos de locação dos prédios da rua 15 de Novembro, e outras medidas que melhor consultassem os interêsses da Irmandade. Inteirada a Assembléia do mencionado parecer e esclarecimentos e sugestões apresentadas pelo irmão Dr. Sérvulo, o Sr. Provedor declarou que estava em votação o relatório, quanto à venda ou não dos prédios, e as sugestões apresentadas pelo irmão Dr. Sérvulo Pacheco e Silva. A Assembléia, pôr unanimidade, aprovou as conclusões do relatório, de que a Irmandade deverá conservar os prédios em questão, não se procedendo à venda de nenhum deles; quanto às sugestões apresentadas pelo irmão Dr. Sérvulo, ficou aprovado, também, que a referida comissão, em conjunto com o irmão Provedor continuasse até Dezembro do corrente ano os estudos sôbre a nova construção, apresentando novo parecer sôbre o assunto, contratando, se necessário, técnicos especializados para os necessários planos, plantas e orçamentos completos. Passando à segunda parte dos trabalhos quanto a outros assuntos de interêsse geral, pediu a palavra o Irmão Sr. Dr. João Batista de Matos Pacheco para declarar que tinha conhecimento de que o benemérito cidadão ituano Sr. Pedro de Paula Leite, a quem nossa terra e acima de tudo a própria Santa Casa devem tantos benefícios, pretendia construir, nesta cidade, um orfanato, ou melhor, um abrigo para crianças desvalidas. E, como sabia que surgiram dificuldades sôbre a localização e escolha de terreno para êsse fim, propunha, que a Santa Casa viesse facilitar essa tarefa de tão imediatos e relevantes benefícios para a nossa terra, doando para tal fim o terreno localizado em frente ao Hospital da Santa Casa, local êsse que oferece ao par de outras comodidades, a grande vantagem de estar próximo do Instituto Borges de Artes e Ofícios, onde os menores abrigados poderão receber uma completa educação profissional. Esta proposta que foi acolhida com uma salva de palmas, submetida à votação, foi aprovada pela assembléia, ficando a Provedoria autorizada a fazer a doação do terreno, para aquele fim especial. Ainda com a palavra o irmão Dr. João Batista de Matos Pacheco, declarou que a «S.A. Fábrica de Tecidos São Luiz», da qual é um dos diretores, em comemoração ao 75.º aniversário da fundação da «Fábrica São Luiz», o que ocorre no presente ano de 1944, tinha doado em seu balanço de 31 de Dezembro de 1943, a importância de CEM MIL CRUZEIROS, Cr. $ 100.000,00, para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itú. Era, entretanto, desejo da sociedade doadora, que esso importância fôsse aplicada em algum melhoramento para a cidade de Itú, para o que a Irmandade poderia associar-se a outros capitalistas ou emprêsas para a constituição dêsse melhoramento, aplicando a renda que daí proviesse, no desenvolvimento da secção de puericultura e higiene infantil. A-fim-de, desde já, se dar maior impulso e desenvolvimento a êsse mesmo serviço mantido pela Santa Casa, com notórios e benéficos resultados, pediu, ainda o irmão Dr. Matos Pacheco, licença para tomar a si, pelo espaço de um ano, os encargos com os honorarios do médico encarregado dessa secção, ficando assim as verbas que a Santa Casa puder dispôr para êsse fim, inteiramente livres para a compra de alimentos, remédios e outras utilidades para as crianças socorridas. Estas duas comunicações foram coroadas por uma prolongada salva de palmas. Ainda com a palavra o irmão Dr. Matos Pacheco, declarou êste, ainda com referência ao serviço de puericultura, que estando vago o cargo de médico dessa secção, pela retirada do Dr. Luiz Maia, propunha por sua vez, que o preenchimento dêsse cargo ficasse a critério do Dr. Felippe Nagib Chebel, diretor clínico interino da Santa Casa, o qual indicaria um facultativo competente e idôneo, de sua confiança. Submetidas à votação tôdas as propostas do irmão Dr. Matos Pacheco, foram aprovadas, ficando deliberado: a) quanto ao donativo da S.A. Fábrica de Tecidos São Luiz, de cem mil cruzeiros, ficou autorizada a Mesa Administrativa, indo de encontro ao desejo dos doadores, a empregar essa importância, tendo em vista o interêsse da Irmandade, na obra de melhoramento para a cidade, que melhor entender, aplicando-se a renda produzida, no serviço de puericultura; b) aceitar a proposta de pagamento, durante um ano, pelo mesmo Dr. Matos Pacheco, dos honorários do médico encarregado da secção de puericultura; e, c) aprovar a indicação de que a escolha do médico para o mesmo serviço, ora vacante, fique a cargo do Dr. Felippe Nagib Chebel, diretor clínico interino da Santa Casa. Toma então a palavra o irmão Provedor Sr. Francisco de Paula Leite de Barros e declarou que, embora só tenha motivos para louvar e aplaudir a proposta aprovada, da autoria do irmão Sr. Dr. Matos Pacheco, quanto à doação do terreno para a construção do Orfanato projetado, pois é o primeiro a reconhecer a soma de inestimáveis benefícios, que essa instituição virá trazer para a nossa cidade, é contudo, por convicção própria, contrário à doação; eis que, sendo a Irmandade da Santa Casa, uma instituição de caridade, pensa que a mesma, em obediência restrita às suas próprias finalidades, só deverá receber donativos e nunca fazer doações, mesmo para fins como o em questão. Entretanto, amigo de sua terra natal, inteiramente solidário com tão nobre e elevado empreendimento, queria, por sua vez, contribuir pessoalmente para a sua realização e assim propunha e solicitava autorização da Assembléia para reembolsar à Irmandade, o valor do terreno pelo preço da sua aquisição que é de Cr. $ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros). Isto viria conciliar todos os interêsses em jôgo, não iria de encontro ao que foi deliberado nesta Assembléia, com a vantagem evidente de não vir a sofrer a Irmandade o menor desfalque em seu patrimônio. Esta proposta que foi recebida com uma salva de palmas, foi unânimemente aprovada, ficando a Mesa Administrativa autorizada a promover os meios necessários para a venda ou doação do terreno em aprêço, para o fim e nas condições declaradas pelo irmão Provedor. A seguir o irmão Sr. Edgard Pereira Mendes requer um voto de louvor e agradecimento ao Dr. Luiz Maia, pelos bons serviços prestados quando na direção do serviço de puericultura da Maternidade Borges, e que nesse sentido se oficiasse ao mesmo, sendo esta proposta unânimemente aprovada. Ainda o irmão Sr. Antônio de Paula Leite Neto pede o palavra e propõe os seguintes votos: 1,o) A Mesa Administrativa e à Comissão encarregada do estudo sôbre o destino dos prédios do legado Borges, a primeira pelo devotamento e bom desempenho que vem dando aos negócios da Irmandade; à segunda pelo critério e orientação segura nos estudos do problema dos prédios do legado Borges, de cujo trabalho eficiente e minucioso dá contas o bem elaborado relatório e parecer apresentado. 2.o) um voto de gratidão e louvor à S.A. Fábrica de Tecidos São Luiz, dignamente representada nesta Assembléia pelos seus diretores, os irmãos Dr. Sérvulo Pacheco e Silva Dr. João Batista de Matos Pacheco e João Fratini Doles, assim como ao irmão Provedor Sr. Francisco Paula Leite de Barros e individualmenre ao mesmo Dr. Matos Pacheco, pelas doações feitas, gestos que bem patenteiam o altruismo, nobreza de sentimentos e amor à sua terra, por êsses ilustres cidadãos. 3.o) Um voto de saudade pelo falecimento do irmão Prof. Ludgero Carneiro que por muito tempo lecionou, com grande eficiência, no Instituto Borges. 4.o) Finalmente um voto pelo pronto restabelecimento do irmão Dr. Graciano de Souza Geribelo, ilustre devotado diretor clínico da Santa Casa, incansável e assíduo comparticipante de tôdas as reuniões e assembléias da Irmandade e cuja ausência, mais que nunca agora em que se tratam de questões de transcedental importância se faz sentir, pois êle com a sua clarividência e conhecimentos indiscutíveis sôbre os assuntos tratados, aqui estaria também prestando o seu valioso concurso. Tôdas estas propostas, tanto do irmão Sr. Edgardo Pereira Mendes, como as do irmão Sr. Antônio Paula Leite Neto, foram acolhidas com o maior aprêço pela Assembléia e unânimemente aprovadas. Finalmente, o Sr. irmão Provedor declara que, sendo necessário renovar os cargos de membros da Comissão de Contas, cabia-se proceder à eleição para a escolha dos mesmos. Procedida a votação, verificou-se terem sido reeleitos para a referida Comissão de Contas, os irmãos Srs. Joaquim Luiz Bispo, Valdomiro Correia de Camargo e Dr. Olavo da Silva Souza, todos com dezeseis votos e como suplentes os irmãos Srs. Antônio de Carvalho Borges e Joaquim Ferreira Lisboa, o primeiro com doze votos e o segundo com dez votos. Nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Provedor declarado encerrada a sessão e para constar eu, João Pereira de Góis, escrevente designado pelo irmão Secretário, lavrei esta ata que depois de lida e achada conforme, vai subscrita pelo irmão Sr. Herculano de Toledo Prado, Tesoureiro da Irmandade e substituto legal do irmão Secretário e pelos demais presentes. Itú, 12 de Março de 1944. Eu Herculano de Toledo Prado, substituto legal do irmão Secretário subscrevo e assino a presente ata. aa) Herculano de Toledo Prado, Francisco de Paula Leite de Barros, Lauro Alves, João B. Matos Pacheco, João Fratini Doles, Angelo Dias Morais Aranha, José Dias Aranha, Irineu Augusto de Souza, Dr. Felipe Nagib Chebel, Benedito Pinto, Antônio de Paula Leite Neto, João Valente Barbas, Hormindo de Almeida Camargo, Edgardo Pereira Mendes, Valdomiro Correia de Camargo, Dr. Olavo Silva Souza, Dr. Sérvulo Pacheco e Silva e Dr. Heriberto de Toledo Aranha.

Grato Jubileu

(*continuação da 1.a pag.*)

Mesa Administrativa da quela casa, não tem poupado esforço e medido sacrificios para que a grande do zêlo imperecivel e do unir á pobresa desvalida dos saudosos ituanos P.e Elisario de Camargo Barros, Barão do Itaím, Dr. Otaviano Pereiro Mendes e Lourenço Xavier de Almeida Campos, prosperam cada vez mais na terra ituana a atigisse seguimente to o fim a que se destina.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A CIDADE, Itu, Ano XXIII, n. 1174, 30 abr. 1944

ANEXO PP – Exame de admissão do Instituto Borges

A COMARCA DE ITU

SEMANARIO INDEPENDENTE

DIRECTOR: Dr. Ermelindo Maffei

REDACTOR CHEFE: Flaminio B. Leme

Anno I — Itú, 19 de Junho de 1932 — N.° 8

COM o progresso das ideas democraticas que, desde o seculo 19, se vêm implantando em todo o mundo, até attingir a phase culminante das organizações sociaes republicanas, vae adquirindo, dia a dia, maior prestigio e maior vigor o principio da gratuidade da instrucção em todos os seus cursos: primario, secundario e superior, com a consequente obrigatoriedade do ensino technico. As escolas não podem e nem devem ser privilegio de ninguem. A cultura deve ser democratizada. Pois foi, fundamentado nesse principio, que se desenvolveram as escolas profissionaes, tornando-as accessiveis, sobretudo, ás massas populares. Parece-nos, portanto, injusto, o systema dos exames de admissão a institutos dessa natureza, porque crêa absurdos. Emquanto muitos candidatos se apresentam com certo gráo de instrução, outros, em grande maioria, não pòdem fazel-o, ou por falta de tempo, ou de orientação, ou de recursos. Os que trabalham em occupações exhaustivas, para ganhar o pão quotidiano, não podem emparelhar-se com aquelles que estão em boa situação economica, e, portanto, podem dedicar-se ao estudo. Aquelles se dirigem para os lyceus profissionaes, com a vontade de aprender alguma cousa, porque não o puderam em outra opportunidade. Constitue grande erro anteparar-lhes o ingresso, com a exigencia de formalidades inuteis, como diplomas, exames de admissão, etc. Se as escolas profissionaes tem um cunho eminentemente popular, como instituir exames de admissão para candidatos em desegualdade de condições intellectuaes? Deveria predominar o criterio de classe, isto é, o da selecção, conforme o gráo de necessidade. Versamos, emfim, estas considerações, em vista dos exames de admissão ultimamente realizados no lyceu desta cidade. Muitos candidatos, reconhecidamente desprovidos de recursos, pelo que, justamente, pretendiam cursar as aulas do Instituto Borges, não lograram admissão aos cursos de córte e costura, commercial, etc. Em opposição, porém, conseguiram ingresso outros que, estão em condições economicas mais favoraveis, e, por conseguinte, com maiores possibilidades de assegurar um futuro mais estavel. Antes de tudo, instrucção para os que a não possuem e que della necessitam.

Fonte: Acervo Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP; A COMARCA DE ITU, Itu, Ano I, n. 8, 19 jun. 1932

ANEXO QQ – Reconhecimento – 1941

Professores e estudantes

ONDE O HÁBITO FAZ O MONGE

A MANEIRA pela qual uma pessoa se apresenta em publico permite, mesmo aos observadores não muito experimentados, uma apreciação quase sempre certa a respeito da sua educação. Já se acabou o tempo em que usar caspa ou blusa sem botões podia ser considerado como demonstração de talento... Hoje isso nem inspira sendo desgosto, uma vez que mesmo a pobreza não exclue a limpeza e, ao contrário, nela se valoriza e nobilita.

Mas ainda há uma coisa pior que a pobreza suja: é o desasseio enfeitado. Seja pôr imitação mal orientada das suspeitas elegâncias do cinema ou das ruas, pessoas que resplandeceriam num bem lavado vestido de algodão se obstinam em sedas suadas e amassadas — e os seus enfeites naturais, que seriam bons dentes, orelhas limpas, cabelos simples, unhas corretas, são substituidos com lamentavel desvantagem por um mundo de futilidades horriveis: balangandãs de todas as formas e cores, penteados espantosos, esmaltes delirantes.

As religiões condenam tais excessos: um devoto contenta-se com a decência e honestidade do seu vestuário; os mais profanos códigos de elegância estão de acordo com as religiões no que respeita á discrição — nivel supremo do bom gosto. Tudo mais é propaganda comercial, perturbando a educação.

As coisas chegam a tal ponto que se tem vontade de ajudar com uma palavra amiga essas legiões de moças e senhoras que trazem as ruas da cidade num perpétuo carnaval. Suplicar-lhes que deixem os ramos de flores nos jardins ou nas jarras, em vez de apresentarem tanta primavera nos chapéus; rogar-lhes que deixem metade dos seus colares e braceletes nas caixas, para não nos convencermos que esta é, realmente, segundo já disseram, a "idade da lata"; que embelezem seu rosto com saude, e, se com a saude só não for possivel, recorram a preparados discretos — mas não se enfeitem com tanto carmim e tanto carvão; e guardem seus vestidos de lentejoulas para as noites de festas; e não cometam o disparate de sair para a rua com sapatos sem meias e agasalhos de pele; e não queiram ser Greta Garbo nem Hedy Lamarr, mas simplesmente Maria, Joana, Francisca, firmando sua personalidade, não pelos artificios de que são portadoras, mas pelas qualidades verdadeiras que possuam.

Onde mais atordoa a indiscreta maneira de vestir é no serviço público. Jovens inteligentes, com a beleza insubstituivel da mocidade, causam péssima impressão com o exagero da sua apresentação no trabalho. Mãos de unhas extremamente longas e brilhantes e coloridas, com medo de pegar nas canetas e de bater no teclado das máquinas, não podem inspirar grande confiança na boa marcha de um processo... Vestidos flutuantes, molhos de flores no ombro, sapatos sem equilibrio, chuveiros de ouro, prata, pérolas e pedras de todas as cores são um contraste chocante com a austeridade dos interesses de um dais...

Há tantas outras horas do dia para exibir essas coisas! Por que o faremos desde as horas matinais da repartição, quando tudo está pedindo o costume elegante mas sóbrio, o vestidinho simples, alegrado apenas por alguma gola bem limpa, um broche despretensioso? Por que nos precipitaremos para o bonde ou para o ônibus, ofegantes e coroadas de flores, como pobres deusas pagãs expulsas de painéis antigos?

O público e os chefes descreem igualmente da qualidade de trabalho de uma funcionária assim; e há um fundo terrivelmente perigoso para por em destaque essa futilidade prejudicial: é a modéstia, a humildade das funcionárias concientes, das que asseguram, na verdade, a boa marcha dos serviços, embora o seu número não permita milagres. Funcionárias que meses a fio vestem o mesmo modelo, sempre limpo e cuidado; que ignoram a última invenção para tingir ou enrolar os cabelos; que não consomem o seu dinheiro em todas as novidades ridículas, mas com ele educam seus filhos, ajudam as despesas da casa, vão levando para a frente, com esse obscuro esforço silencioso, os gigantescos problemas que, hoje, pesam sobre cada um de nós, e sobre cada país...

Se o cronista tivesse mais pretensões alem da de fazer sua crônica, deixaria aqui — para umas, um conselho realmente amigo; e, para outras, um elogio carinhoso e enternecido.

C.

NO COLÉGIO BATISTA

teve inicio o CURSO DE ADMISSÃO ESPECIAL, em 15 de outubro. TURMAS PEQUENAS, ENSINO INTENSIVO, custo minimo — 20$000 POR MÊS. Quem deseja matricular filhos, NUM INTERNATO, VISITE O COLÉGIO BATISTA, para decidir com acerto — RUA JOSE' HIGINO, 416 — Telef. 48-3660. Expediente: Das 8 ás 21 horas.

A exposição de desenhos das crianças inglesas continua a ser muito visitada, principalmente por elementos dos nossos colégios, desejosos de constatar a veracidade da que anda de boca-em-boca em toda a cidade: — uma grande parte dos trabalhos expostos na Escola de Belas Artes se constitue notavel revelação. Os comentários são os mais interessantes e por eles se pode observar a penetração dos nossos escolares que, como os que figuram na gravura, sabem alcançar o verdadeiro sentido do certame, na hora atual

"Conferências no Colégio Batista"

Sob o tema **"O elemento humano com o qual trabalhamos"**, o professor Victor Starwiaski, Técnico de Educação, com exercicio na Divisão do Ensino Industrial, fará, no dia 27 do corrente, ás 16,00 horas, uma palestra para professores, perante o Corpo Docente do Colégio Batista. A entrada no salão de conferências do Estabelecimento à rua José Higino, 416, é franca.

PUBLICAÇÕES

"SAUDE E BELEZA"

Foi posto à venda o número de outubro, de "Saúde e Beleza", revista ilustrada, que se dedica aos mais variados assuntos, notadamente aviação, educação física, questões de beleza feminina e infantil e educação.

Este número, caprichosamente confeccionado, trata tambem de arte, cinema e rádio, com variada ilustração.

A Sociedade de Estudos Pan-americanos e a amizade brasileira-paraguaia

A Sociedade de Estudos Pan-Americano, iniciando o seu periodo de formação homenageou, ontem, sua exa. o ministro do Paraguai general Juan Bautista Ayala, e o dr. Bueno Alfonso Campos, chefe da Propaganda Interna do Paraguai, promovendo uma sessão preparatória especial, no Salão Nobre da Associação Cristã de Moços.

A mesa foi presidida pelo presidente da Sociedade, dr. Rubens Ribeiro dos Santos.

Vários acadêmicos falaram sobre a amizade entre o Brasil e o Paraguai.

Agradeceu o sr. dr. Bueno Alfonso Campos, estando presentes várias familias da sociedades carioca.

Transcorreu a solenidade num ambiente de simpatia, ficando patenteada a amizade, que a mocidade brasileira nutre pelo Paraguai.

NEM TODOS SABEM...

Copyright da The HAVE YOU HEARD? Inc.

1 ... que Sir Henry Morgan, nobilitado e feito governador da ilha da Jamaica, em 1669, pelo rei Carlos II, da Inglaterra, foi, na mocidade, um simples pirata que, por diversas vezes, escapou de ser enforcado na verga de seu navio.

2 ... que a pintura chinesa remonta à mais alta antiguidade e que se caracteriza pela falta absoluta de perspectiva.

3 ... que a grande epidemia de gripe que grassou em todo o mundo em 1918 vitimou perto de 22 milhões de pessoas; e que esse número ultrapassou o dobro dos soldados mortos na Grande Guerra.

4 ... que Diógenes, o célebre filósofo grego, pode ser considerado uma das criaturas mais excêntricas que já passaram pela terra; e isso porque se vestia de farrapos, bebia na concha da mão, alimentava-se de migalhas, dormia num tonel e, em plena luz do dia, costumava acender uma lanterna e dizer que "procurava um homem", pois considerava indignos todos os que o cercavam.

5 ... que o tubarão é dos poucos animais não incluidos na teoria da evolução das espécies, pois há 400 milhões de anos, segundo autorizados zoólogos, a familia daquele peixe permanece inalterada.

6 ... que a primeira legislação escrita pelos romanos foi gravada em doze tábuas de bronze; que, por essa razão, ela é chamada a "Lei das Doze Tábuas"; e que foi publicada no ano 450 antes de Cristo.

LIVRARIA ALVES — Livros colegiais e acadêmicos — Rua do Ouvidor n.° 166

CURIOSIDADES

PELO BRASIL E PELO MUNDO

QUESTIONARIO N.° 66

1 — Como se explica que sendo os aviões "Heinker" de pura fabricação alemã pudessem os ingleses por operações de guerra fornecer aos turcos, por solicitação, sobressalentes e peças desses aparelhos?

2 — Os portugueses construiram sobre o Zambeze, no Moçambique, uma das maiores pontes do mundo. Tem essa ponte uma ou duas vezes a extensão da nossa Avenida Rio Branco?

3 — Das cataratas célebres, são do Brasil as de Paulo Afonso e as de Iguassú. A do Niagara fica nos EE. UU. e na Venezuela está a mais alta queda dagua do mundo (1.960 metros). Qual é a quinta catarata célebre, formada por esse mesmo Zambeze que os portugueses atravessaram com uma ponte no Moçambique?

4 — Um automovel a 72 quilómetros por hora dá um desgaste, em certo tempo, de 22% nos pneumáticos E a 100 quilómetros por hora, em igual tempo, quantos por cento dá de desgaste?

5 — Um aumento de 50% de velocidade num automovel, a quantos por cento corresponde em despesas?

6 — Quais foram as festas da Côrte Brasileira, que numa muito menor escala correspondiam, só por comparação, as da corte de Catarina da Russia ou ás de Versailles?

RESPOSTAS AO QUESTIONARIO N.° 65

1 — Novgorod (a cidade russa de reliquias históricas) significa "Nova Cidade", porem nova no seculo IX. Passará a ser nova pela segunda vez, quando for reconstruida ao findar a guerra.

2 — Von Einmannberger só concebe os "tanks" para investidas esmagadoras, em três ondas sucessivas.

3 — Segundo o autor do "Der Kampfwagenkrirg", somente três filas de canhões anti-tanks em defesa de profundidade de 3.000 metros consegue pelo menos destruir 54 monstros, antes de serem as defesas arrazadas.

4 — No principio, os russos empregaram os seus "tanks" segundo a concepção francesa — apoio avançado contra a infantaria alemã. Já hoje admitem a necessidade das investidas em massa.

5 — Os seringueiros e amazonenses dão ás femeas e aos filhotes do peixe-boi os nomes de "Vacas" e "bezerros". Os peixes-boi de vulto pesam acima de 500 quilos.

6 — O couro curtido do peixe-boi é comparavel ao couro de bufalo e empregado em São Paulo nos teares de algodão, seda e lã, e nas polias de resistência. Também para esses propósitos é exportado para o exterior.

O Diretório Central de Estudantes agradece

Os membros do Diretório Central de Estudantes do Brasil reuniram-se para receber, em sua sede, o major Dorneles, chefe de Policia de Minas Gerais. Esse gesto não tem outra significação sendo uma demonstração de gratidão e simpatia pela maneira por que foi recebida em Belo Horizonte a Embaixada Universitária Carioca e as gentilezas que lhe dispensou, durante a sua estada na capital mineira, aquela ilustre figura. A gravura acima representa um aspecto da reunião

Os fatos de maior importancia na vida educacional do país

SÚMULA APRESENTADA AO MINISTRO CAPANEMA PELO I.N.E.P.

Como todos os meses ocorre, o ministro Gustavo Capanema recebeu do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a súmula do registo de atos e fatos de maior importância na vida educacional do país, no mês anterior.

O movimento educacional de setembro foi assinalado, no ensino primário, pela abertura de quinze novas escolas, das quais nove no Estado de São Paulo.

No ensino normal registou-se a instalação da Escola Normal de Pouso Alto, em Goiaz; a equiparação dos cursos pedagógicos do Colégio N. S. do Carmo, em Caratinga; Liceu Imaculada, em Nova Lima; o Colégio Santa Ursula, em São Lourenço, todos em Minas Gerais; e a inauguração do novo prédio da Escola Normal de São Manoel, em São Paulo.

O governo do Rio Grande do Sul autorizou o funcionamento de um curso normal rural em Serro Azul, municipio de São Luiz Gonzaga.

No ensino secundário providenciou o governo de Goiaz para a manutenção da secção do Liceu do Estado, na cidade de Goiaz; registou-se também a contribuição de 150:000$, por parte da Prefeitura de Santa Rita, em São Paulo, para a construção do novo prédio para o Ginásio Municipal, e a inauguração do Colégio S. Inácio, em Baependí, Minas.

No ensino profissional, deu-se a inauguração do "núcleo de aprendizagem agricola" de Serra Talhada, Pernambuco, aí mantido pelo Ministério da Agricultura; a abertura de uma escola profissional em Cachoeira, Estado de São Paulo; a realização de cursos ambulantes de agricultura, em vários municipios do Rio Grande do Sul; e o reconhecimento, pelo governo de São Paulo, dos cursos do Instituto Borges de Artes e Ofícios, em Itú. Neste mesmo Estado comemorou-se, solenemente, o 30° aniversário da criação das primeiras escolas profissionais mantidas pelo Estado, e noticiou-se a criação da Escola Paulista de Agricultura e Indústrias Rurais.

No ensino superior, concedeu o governo federal regime de inspeção preliminar ao curso de administração e finança da Faculdade de Administração e Finanças, mantido pela Academia de Comércio de Juiz de Fora, Minas Gerais. Foram estabelecidas, por decreto-lei, as bases para a organização dos desportos universitários.

No movimento relativo a construções escolares, muito consideravel no corrente ano, a ajuntar à inauguração, no dia 7 de setembro, de 36 novos prédios para grupos escolares, no Rio Grande do Sul, aí construidos pelo Estado, com o auxilio do governo federal, nos núcleos de colonização. Este acontecimento é digno de especial registo, pois representa o maior empreendimento já realizado, num só momento, no país, para aumento do parque escolar de um Estado.

Na capital de Goiaz foi lançada a pedra fundamental do Ginásio Dom Bosco, e em Cornelio Procopio, São Paulo, foi inaugurado o novo edificio do grupo escolar local.

O mês escolar de setembro foi assinalado ainda pelas grandes comemorações cívicas da Semana da Pátria, e pela "festa da árvore", umas e outra realizadas nas escolas de todo o país.

No Instituto Brasil-Estados Unidos

Na quarta-feira próxima, o professor Afranio Peixoto continuará, na séde do Instituto, o seu curso sobre "Solidariedade Americana". Quinta-feira, 30, ás 17.30 horas, será feita a comemoração do centenário do nascimento de Salvador Mendonça, falando o professor Haroldo Valladão, da Faculdade Nacional de Direito. Em seguida o professor Edgard Mendonça lerá algumas cartas do arquivo de Salvador Mendonça, relativas à sua vida nos Estados Unidos. Sexta-feira, 31, haverá uma reunião do Centro de Relações Internacionais, que funciona sob os auspicios do Instituto.

A professora Heloisa Marinho realizou, há dias, na Escola Nacional de Belas Artes, interessante palestra sobre a exposição de desenhos das crianças inglesas, procurando estabelecer paralelo com os trabalhos de crianças brasileiras. A sessão — que foi presidida pelo professor Lourenço Filho — despertou grande interesse e dela já nos ocupamos na nossa edição de ontem. Estampamos hoje flagrante colhido quando Heloisa Marinho começava o seu trabalho

Registro de diplomas

Pelo sr. Abgar Renault, diretor geral do Departamento Nacional de Educação, foi autorizado o registo dos diplomas do engenheiro José Amarante de Oliveira, dos médicos João Hamilton Ferro da Costa, José Baeta Vianna, Antonio Ferreira da Silva, Newton Adherbal Prates de Lima, Jorge Arida e Claudio Vieira de Pontes Corrêa; dos cirurgiões dentistas Arsenio Lauro Loureiro, Murillo Leão Rego, e Oswaldo da Costa e Silva; das enfermeiras Iolanda Tavares, Adair Guanais Dourado, Radcliff Guanais Dourado, Odette Paiva e Regina Meinicke; dos bacharéis Christiano Benedicto Ottoni, Arthur Alonso Cochini, Nicolau Hamir Abduch, Lastenio Calmon Junior, Arnaldo de Bittencourt Cantanhede, Roberto Machado de Campos, Gastão Lacreta e Ivan Lobo Teixeira de Barros; dos professores Heitor Gutierrez e Zenith Mendes da Silveira Zirondi.

Homenagem a Julio de Castilhos no Instituto Nacional de Ciência Política

Realizou ontem o Instituto Nacional de Ciência Política mais uma das suas sessões culturais, que alcançou grande sucesso.

A sessão foi presidida pelo general Pires e Albuquerque, que convidou para fazer parte da mesa as seguintes pessoas: professor Humberto Grande, procurador da Justiça do Trabalho; almirante José Felix da Cunha e Menezes, comendador José Rainho da Silva Carneiro, presidente do Liceu Literário Português; dr. Mendes Pimentel Filho, dr. Renato Travassos, dr. Simões Coelho e Angelo dal Monaco, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Bebidas de São Paulo.

O jornalista Simões Coelho proferiu interessante conferência sobre o sugestivo têma "Getulio Vargas em face do turismo internacional". O orador estudou sobre diferentes aspectos a personalidade do presidente Getulio Vargas.

Falaram ainda o sr. Angelo del Monaco, dr. Amaral Antonio dos Santos, dr. Mendes Pimentel Filho, e, finalmente, o general Pires e Albuquerque, que estudou a personalidade do grande brasileiro Julio de Castilhos, patrono do Instituto a cuja memória se realizava a sessão.

ALUGAM-SE
QUARTOS COM CAFE' PELA MANHÃ, NO HOTEL MONTE ALEGRE, RUA MONTE ALEGRE N.° 6, ESQUINA DA RUA RIACHUELO

CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL

IMPORTANTE AQUISIÇÃO DE LIVROS

A Biblioteca da C.E.B., que vem sendo constantemente melhorada em suas instalações e aumentada com a aquisição de muitos livros didáticos, acaba de ser ampliada ainda mais com a aquisição de uma "Enciclopédia e Dicionário Internacional", com 20 volumes em edição ilustrada, contendo milhares de gravuras, muitas em cor.

Esta Enciclopédia cujo custo foi de 1:670$000, vem ao encontro do esforço que a diretoria da C.E.B. empreendeu para tornar a sua Biblioteca um ambiente de estudos, procurado pelos estudantes que desejam encontrar facilmente os livros de que precisam para aperfeiçoar os seus conhecimentos.

A diretoria da C.E.B. espera, que em consequência da aquisição desta Enciclopédia, terá o prazer de ver no fim deste semestre a sua estatistica marcar um número maior de consultas diárias do que no ano anterior.

Como recompensa aos mais estudiosos a diretoria da C.E.B. instituiu, em 1940, três prêmios anuais, a serem entregues ás três pessoas que mais consultas fizerem, no valor de 200$, 100$ e 50$ respectivamente, em livros, à escolha dos premiados.

Os estudantes contemplados no ano passado receberam os seus prêmios em janeiro, numa sessão solene presidida pelo Reitor da Universidade.

A Biblioteca da C.E.B. está franqueada aos estudantes e ao público, de 9 ás 12 e de 14 ás 18 horas.

NESTA PAGINA: PROFESSORES E ESTUDANTES — *Nem todos sabem — Curiosidades — O 50.° aniversário da Faculdade Nacional de Direito — Os fatos de maior importancia na vida educacional do país*

Marcha para o Oeste

Reunião da Comissão Executiva da "Cruzada Rumo ao Oeste"

Realizou-se ante-ontem, na sua sede provisória, Edificio Rex, 15.° and., nesta Capital, mais uma reunião da Comissão Organizadora Executiva da "Cruzada Rumo ao Oeste", com a presença dos srs. dr. Nero Macedo, cel. Pereira Ferraz, dr. Abelardo Coimbra Bueno, representando tambem o dr. Cassiano Ricardo, dr. Oton Leonardos, dr. Celso Kelly, dr. Jonas Barbosa Martins, dr. Paulo de Ulhôa Cintra, justificando sua ausência o prof. Benjamin da Luz Vieira.

O diretor geral da Comissão, dr. Abelardo Coimbra Bueno procedeu à leitura do relatório dos trabalhos feitos até agora, no desenvolvimento do programa de ação da nova entidade. Relatou a gênese da "Cruzada", que nasceu em princípios do ano passado e é uma agremiação de brasileiros dispostos a empregar uma parcela de seu esforço em beneficio do Brasil Central, tendo o apoio do Governo Federal por essa patriótica iniciativa.

Historiou as primeiras atividades, as resoluções da Comissão, na sua primeira reunião de 30 de julho do ano passado, e a fundação oficial da "Cruzada", em Goiania, a 8 de agosto, com a honra da presença do presidente da Republica que, naquela solenidade, pronunciou notavel discurso o qual foi adotado como a melhor "justificação de motivos" deste néobandeirismo. Esse discurso foi mandado imprimir, no manifesto, pela Comissão e largamente divulgado, tendo sido em Goiania instalado o primeiro "roteiro" da "Cruzada" no Oeste Brasileiro de elementos representativos daquela Capital, que prestigiam o postulado e a palavra de ordem de "marcha para o Oeste", dada pelo Chefe da Nação.

Passou a relatar as deliberações da Comissão, na sua segunda reunião em 22 de agosto do ano passado, de volta de Goiania, e as manifestações de apoio já demonstradas pelos srs. ministros Fernando Costa, então na pasta da Agricultura, Oswaldo Aranha, do Exterior e Souza Costa, da Fazenda, e por centenas de cartas e adesões recebidas.

Descreveu a viagem que fez, em nome da "Cruzada" a Mato Grosso, por ocasião da visita do presidente da República áquele Estado, onde foram instalados mais dois "roteiros" em Cuiabá e Corumbá, com a presença do Chefe da Nação, deixando em organização o de Campo Grande. Nesse Estado, a idéia penetrou em todas as camadas sociais e há grande entusiasmo pelas realizações focalizadas no programa desta entidade.

Por fim, relatou os trabalhos que teve a Comissão elaboradora dos estatutos da "Cruzada", integrada dos osteanos dr. Jonas Barbosa Martins e Paulo de Ulhôa Cintra, estando já ultimados esses estatutos. Salientou as centenas de adesões que tem recebido, de vários pontos do País, mormente da classe universitária e centros acadêmicos, o que evidência o entusiasmo pela nova entidade, e seu êxito triunfante.

O relatório do diretor geral da Comissão Executiva foi muito apreciado, e em seguida tomaram-se várias deliberações, organização de sub-comissões de estudos, serviços da secretária, etc. para dar maior amplitude e desenvolvimento aos trabalhos sempre crescentes em prol do programa de atividades da "Cruzada Rumo ao Oeste".

Toda a correspondência deve ser dirigida: sede provisória — Edificio Rex, 15.° and., sala 1508 — Rio de Janeiro.

O novo diretor do S.A.P.S.

O presidente da República assinou um decreto nomeando o dr. Helion Povoas para diretor do Serviço de Administração da Previdência Social.

O dr. Helion Povoas, catedrático da Faculdade Nacional de Medicina, é especialista em questões de alimentação, tendo sido muitas vezes aproveitado pelo Ministério do Trabalho para estudos a respeito da alimentação proletária.

A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO esteve reunida, ontem, em sessão solene, para comemorar o cinquentenário da sua existência. Iniciou-se a reunião com a chegada do ministro da Educação e Saude Pública, dr. Gustavo Capanema, que fora representar o presidente da República. Foi dada a palavra ao mais jovem catedrático da Faculdade o prof. Francisco Clementino San Tiago Dantas, que pronunciou aplaudidissimo discurso alusivo à data e no qual evocou as figuras dos fundadores da Faculdade e do Conde de Afonso Celso, fixando ainda a conduta do jurista diante da hora tumultuosa que vivemos. Falou pelos antigos alunos o professor contratado, dr. Ildefonso Mascarenhas. O corpo discente teve nos estudantes José Vilanova, Emerson Lima e a senhorita Consuelo os seus oradores. Encerrou a sessão o diretor, professor Pedro Calmon, que, primeiro, agradeceu a presença do dr. Gustavo Capanema, do Reitor da Universidade do Brasil, professor Raul Leitão da Cunha, do embaixador de Portugal e professor da Universidade de Coimbra, dr. Martinho Nobre de Mello, do ministro do Canadá, sr. Jean Daisy, do representante do embaixador Caffery, do representante do Cardeal Leme, das delegações das Faculdades de Direito do país, dos ministros, desembargadores e juizes, e dos professores aposentados, Irineu Machado e Candido Oliveira Filho e, depois, fez um histórico da contribuição da casa das letras juridicas nacionais. A gravura mostra-nos aspectos do salão nobre da Faculdade Nacional de Direito, quando se realizava a grande sessão solene

Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional; A MANHÃ, Rio de Janeiro, Ano I, n. 67, 26 out. 1941